

Março 2020

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos Chinesa em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, Semanário Africa, O PAÍS, Economia e Finanças, Expansão, Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e  
Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop - Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# ÍNDICE

<b>I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>8</b>	
1.1	24 por cento da população activa está inscrita no INSS	8
1.2	Os nossos salários e a perda do poder de compra	9
1.3	Salários mínimos perderam 43,4% do poder de compra desde 2014	9
1.4	Aumento de preço dos produtos e serviços gera revolta entre a população	11
1.5	Mais de cem mil perderam o emprego em cinco anos	12
1.6	Programa de combate à pobreza é hoje avaliado	12
1.7	Três milhões de pessoas podem sair da pobreza	13
1.8	A renda e consumo das famílias	13
1.9	Desemprego atinge 31,8 por cento no país	14
1.10	Desemprego dispara '42,6% nos centros urbanos, três vezes acima da média rural	15
1.11	Executivo vai aumentar subsídio de aleitamento	16
1.12	Pobreza e desigualdade de rendimentos em Angola	17
1.13	Um em cada dois jovens com idades entre os 15 e os 24 anos está desempregado em Angola	18
1.14	Raio- X ao mercado de trabalho em Angola no IV trimestre de 2019	19
1.15	Cidadãos continuam sem poder de compra	20
1.16	Empresários contra aumento dos salários mínimos	21
1.17	Não há fome em Angola, Mr. President?	22
1.18	Salários mínimos perderam 43,4% do poder de compra	23
1.19	Cidadãos continuam sem poder de compra	24
1.20	Produtos da cesta básica reduzem a dieta alimentar dos angolanos	25
1.21	Preço dos produtos sobem com o saco de açúcar a “matar” 20 mil kwanzas	25
1.22	Salário mínimo nacional e a sua influência na melhoria da distribuição do rendimento	26
1.23	Localidades de Cazengo e Cambambe com maior índice de desempregados	28
1.24	“Sou como uma escrava sem dono”	28
1.25	Angola prepara-se para emitir usd 3 mil milhões de dívida soberana	29
1.26	INE está a efectuar consulta pública	30
1.27	ONU antecipa recessão de Angola para 10,9%	30
1.28	INE quer inclusão do desemprego	31
1.29	Pobreza reduziu, mas 51,2% da população ainda é pobre	32
1.30	Combater a pobreza	32
1.31	Mais de 13 milhões utilizam telemóveis	33
1.32	Quem está contra o salário mínimo?	33
1.33	Função pública emprega 398.815 trabalhadores	35
1.34	Mais de 1 milhão de famílias saem da linha da pobreza até 2022	36
1.35	Fome, pobreza e alterações climáticas	37
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>39</b>	
2.1	Bancos preferem financiar governos e recusam crédito a PME com excesso de garantias	39
2.2	Lucros da banca disparam 24% para 584,5 mil milhões Kz	39
2.3	Registos de propriedade promovem garantias e acesso ao crédito	41
2.4	Cooperativas obtêm créditos de 50 milhões de kwanzas	41
2.5	A regulamentação da actividade bancária obedece a um processo evolutivo	42
2.6	“Crédito mal parado surgiu da dívida do estado”	43
2.7	Mais instituições são obrigadas a informar à Central de Riscos	44
2.8	O crédito mal parado e seus tentáculos sobre a economia	45
2.9	Taxas de esforço não compensam	47
2.10	BNA avaliou carteira creditícia de 26 bancos	47
2.11	PAC chega à Lunda Norte com 750 milhões de Kwanzas	49

2.12	Ausência de legislação pode inibir investidores	50
------	---	----

### 3. MERCADO INFORMAL 52

3.1	Polícia Nacional reforça controlo sobre o tráfico de mercadorias	52
3.2	Duas propostas sobre as autarquias vão à discussão	52
3.3	Polícia trava contrabando de 35 mil litros de gasóleo	53
3.4	A ambição de Angelina Guenje vai para lá da venda desandes	53
3.5	Mulheres defendem negociação colectiva	54
3.6	Vencida pelo cansaço	55
3.7	Cooperativas beneficiam de financiamento do PAC	56
3.8	Mais instituições são obrigadas a informar à Central de Riscos	56
3.9	Vendedoras dos Congolenses saem de outros municípios	57
3.10	“Sou como uma escrava sem dono”	57
3.11	Mulheres dominam comércio informal nas ruas da cidade do Cuito	58
3.12	Negocio sobre três rodas fortalece jovem empreendedor	59
3.13	Mercado do Quicolo com maior segurança	60
3.14	Mais de mil armazéns abandonados no KM-28	60
3.15	Covid-19: Mercado do 30 está com frágeis medidas de prevenção sanitária	61
3.16	Mais de mil armazéns abandonados no KM-28	62
3.17	Mercado do 30 está com frágeis medidas de prevenção sanitária	63
3.18	Mercados clamam por medidas de segurança	64
3.19	Sensibilização e outras medidas	65
3.20	Covid-19: Juntos e misturados, clientes às compras e vendedores a facturar	66
3.21	Covid-19: Alfaiates produzem máscaras de protecção na Huíla	67
3.22	Mercado do km 30 regista fatura de alimentos	68
3.23	Mercado publicitário no país evoluiu em sentidos opostos	69
3.24	Catinton recebeu uma multidão de pessoas	70
3.25	Mercados e venda ambulante	71
3.26	Pedaços de um “domingo” normal	71

### 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA 73

4.1	IVA rende menos de metade do previsto no OGE 2019	73
4.2	Nós e o PIIM	73
4.3	Revisão do Orçamento terá sempre em conta factores políticos	74

### 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 76

5.1	Pacote autárquico depende de todos os parlamentares	76
5.2	Municípios já consumiram 14 mil milhões de kwanzas	77
5.3	Competências das autarquias estão clarificadas na Lei	78
5.4	Fiscalização de obras de três em três meses	79
5.5	PIIM em avaliação de três em três meses	80
5.6	160 projectos locais recebem Akz 3,3 mil milhões	81
5.7	AN recene mais propostas do Pacote Autárquico	81
5.8	Autarquia Proposta sobre gradualismo retirada da agenda sem explicação	82
5.9	Autarquias PRA-JA quer «agarrar» três zonas na capital do país	83
5.10	Duas propostas sobre as autarquias vão à <b>discussão</b>	83
5.11	Novas propostas de leis «ameaçam» eleições	84
5.12	Proposta sobre gradualismo retirada da agenda sem explicação	85
5.13	” As autarquias e os “timings	86
5.14	Nós e o PIIM	86
5.15	Eleições autárquicas convocadas após a aprovação da legislação	87
5.16	Incentivada participação das mulheres nas eleições	88

5.17	Estatuto do autarca em discussão no Parlamento	88
5.18	300 Milhões de kwanzas para quatro municípios	89
5.19	24 mil milhões de Kwanzas para execução de projectos	89

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO 91

6.1	Fábricas de bloco obrigadas a melhorar condições laborais	91
6.2	Fábricas de bloco obrigadas a melhorar condições laborais	92
6.3	Casa própria longe de estar ao alcance de todos	93
6.4	AGT abre campanha para pagar impostos	94
6.5	Pintura de edifícios melhora a imagem do Kilamba Kiaxi	94
6.6	Sorteados recebem as chaves das casas	95
6.7	Aprovados 20 planos directores municipais	96
6.8	Crise económica 'afunda' vendas de cimento em 60% para 2,4 milhões de toneladas	96
6.9	Falta de blocos encarece construção	98
6.10	Habitações do Zango 5 começam a ser entregues hoje	98
6.11	O Raio-X da indústria do cimento em Angola	99
6.12	50 Contemplados receberam ontem as chaves das casas	99
6.13	PIIM prevê construção de casas para professores e enfermeiros	100
6.14	Vítimas das cheias recebem apoio do governo provincial	101
6.15	Empreiteiros foram autorizados a operar	101
6.16	Itinerários devem definir ligações para táxis colectivos	102
6.17	Os riscos que Luanda apresenta na mobilidade	102
6.18	Plano Director vai atrair pólos para investimentos	103
6.19	Aprovados 20 planos directores municipais	104
6.20	Musseques que nasceu no meio de um aterro sanitário	105
6.21	Criada nova paragem de motos e carros para os moradores	107
6.22	Governo de Rui Falcão sem estratégias	108
6.23	Requalificação do Lubango decorre sem sobressaltos	109
6.24	Transportes colectivos têm serviços mínimos	109

## 7. TERRA 111

7.1	Registos de propriedade promovem garantias e acesso ao crédito	111
7.2	Projecto "Minha Terra" chega em breve a Malanje	111
7.3	Administração vai confiscar os terrenos abandonados	112
7.4	Terrenos no Kilamba são sorteados dia 24	116
7.5	Terrenos infraestruturados na centralidade do Kilamba são entregues em Outubro	116
7.6	INAD pretende limpar reservas fundiárias	117
7.7	Famílias camponesas beneficiam de terras	118

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 119

8.1	EPAL prepara campanha de cobrança coerciva	119
8.2	Casos de malária tendem a aumentar no Huambo	119
8.3	Governo entrega motos-cisternas	120
8.4	Soyo aposta na melhoria do saneamento básico	120
8.5	População do Bengo consome água própria	121
8.6	Bairro Taxa Barragem sem água há 14 anos	121
8.7	Clientes estão insatisfeitos com tarifas	122
8.8	Consumidores da lunda sul devem à empresa de águas 140 milhões de kwanzas	123
8.9	Consumidores resistem a pagar	123
8.10	Contadores vão ser fabricados no país	124
8.11	Dívida geral da ENDE atinge 123,7 mil milhões de kwanzas	124
8.12	Energia e Água no fundo baú	126

8.13	EPAL factura 2 mil milhões de kwanzas/mês	126
8.14	“Esquema” nas girafas de água preocupam os camionistas	127
8.15	Moradores da centralidade-horizonte" reclamam tarifa da água indexada a do lixo	128
8.16	Pequenos sistemas erguidos nos municípios	129
8.17	“Precisamos de triplicar ou quadruplicar os investimentos em abastecimento de água”	130
8.18	Prevista 15 grande obras para o Sul do país	131
8.19	“Rede de distribuição está obsoleta”	132
8.20	Zonas altas de Luanda com sérios problemas de água	133
8.21	Municípios do Massango e Mucari têm água potável	134
8.22	Onze pessoas morrem em acidente na vala de drenagem do Zango	135
8.23	Dívida à ENDE estimada em 532 milhões de kwanzas	135
8.24	EPAL sem camiões cisternas para distribuir água potável	136
8.25	Covid-19: EPAL sem camiões cisternas para distribuir água potável	137
8.26	Água está garantida	138
8.27	Bairros do Distrito Urbano da Baía ainda privados de água canalizada	138
8.28	Distribuição de água abaixo da procura	139
8.29	Luanda: Bairros do Distrito Urbano da Baía ainda privados de água canalizada	140
8.30	Plano de Abastecimento de Água responde à pandemia do Covid-19	140
8.31	Proibido o corte de água e energia eléctrica em Benguela	141
8.32	Proibido o corte de água e energia eléctrica	142
8.33	Covid-19: Criado sistema tradicional de lavagem das mãos	143
8.34	Covid-19: Tambores transformados em lavatórios no Zango	144
8.35	Covid-19: Criado sistema tradicional de lavagem das mãos	144
8.36	Cuanza-Norte: Cidadãos violam quarentena à procura do precioso líquido	145
8.37	Resíduos sólidos têm tratamento sustentável	146
8.38	Tambores transformados em lavatórios no Zango	146
8.39	Periferia de Cabinda com carência de água	147
8.40	Periferia de Cabinda com carência de água	147
8.41	Descarga da albufeira inunda bairros de Massangano	148
8.42	«Água salobra pode ser aproveitada», diz arquitecto	149
8.43	«Não tenho quem mais possa ajudar-me», desaba Tio Sebas	149
8.44	A razão das noites mal dormidas no Rangel	150
8.45	Ambientalista adverte que os eucaliptos têm controlo de curto prazo	150
8.46	Moradores preocupados com o lixo e a falta de professores	151
8.47	Moradores preocupados com o lixo e a falta de professores	152
8.48	Soyo aposta na melhoria do saneamento básico	152
8.49	Em Malanje falta de dinheiro e equipamentos dificultam recolha de lixo	153
8.50	Covid-19: Resíduos sólidos têm tratamento sustentável	154
8.51	Resíduos sólidos têm tratamento sustentável	155

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

156

9.1	Mulheres continuam a queixar-se de violência doméstica	156
9.2	Mulheres defendem negociação colectiva	157
9.3	Casos de violência tendem a diminuir	157
9.4	Casos de violência tendem a diminuir	158
9.5	Mulheres dominam comércio informal nas ruas da cidade do Cuito	159
9.6	Casos de violência doméstica reduzem	159
9.7	Cidadão foi esfaqueado e por pouco perdia a vida	160
9.8	Polícia e moradores unidos no combate à criminalidade	161
9.9	Cidadãos preocupados com índice de assaltos no viaduto	161

## 10. AMBIENTE

163

10.1	Descarga da albufeira inunda bairros de Massangano	163
10.2	Descarga da albufeira inunda bairros de Massangano	164

10.3	Quando Cubango quer repovoar espécies florestais para assegurar projecto KAZA	165
10.4	Madeiras suspensas por desrespeito às autoridades	165
10.5	Vítimas de enxurradas recebem chapas de zinco	166
10.6	Seca leva à desistência escolar de quase nove mil crianças	166
10.7	Madeira proibida	167
10.8	Chuvas destroem mais de quarenta campos de cultivo	167
10.9	Chuvas destroem mais de quarenta campos de cultivo	168
10.10	Cheias em Calumbo provocam prejuízos avaliados em mais de trezentos milhões	168
10.11	Onze pessoas morrem em acidente na vala de drenagem do Zango	169

## **11. EXPLORAÇÃO MINEIRA** **170**

## **12. MIGRAÇÃO** **170**

## **13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA** **170**

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 24 por cento da população activa está inscrita no INSS

*Jornal de Angola*

*1 De Março de 2019*

*Texto: Edivaldo Cristóvão*

Pelo menos, 24,3 por cento da população activa está abrangida pelo Sistema Nacional de Segurança Social, havendo 155 mil contribuintes e mais de 1,7 milhões de segurados, 99 por cento dos quais enquadrados no regime dos trabalhadores por conta de outrem.

Os dados constam de um documento datado de Dezembro último pelo Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), divulgado ontem, em Lunada, pelo secretário de Estado do sector, Manuel Moreira, durante o seminário sobre a "Modernização da Protecção Social Obrigatória".

Manuel Moreira ressaltou que grande parte da população em idade activa ainda não está coberta pela Segurança Social, apesar da obrigatoriedade legal de vinculação aos trabalhadores por conta de outrem, por conta propina, do serviço doméstico, clero e religioso.

"Continuamos a ter um número de segurados abaixo dos dois milhões, unidade muito inferior à dimensão real do mercado de emprego que se estima acima dos 7,5 milhões. Em termos de cobertura material, estima-se que o Sistema de Segurança Social cobre mais de 20.4 por cento da população idosa", disse o secretário de Estado.

O governante explicou que o sistema paga 14 prestações ou benefícios sociais aos seus segurados e aos 124 mil pensionistas, o que, referiu, em 2018, perfaz uma despesa operacional de mais de 154 mil milhões de kwanzas a sua entidade gestora.

De acordo o secretário de Estado, o Executivo gizou, estrategicamente, no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018 - 2022 a prossecução de modernização do sistema de Protecção Social Obrigatória, assente em novas iniciativas e medidas de política, para que, nos próximos cinco anos, se alcance os objectivos traçados.

Disse que o PDN pretende promover o aumento da cobertura pessoal e material do Sistema de Protecção

Social Obrigatória, a qualidade de prestação dos serviços públicos prestados pelo INSS e assegurar a sustentabilidade financeira do Sistema de Segurança Social.

Para atingir tais objectivos, Manuel Moreira defende a modernização da Protecção Social obrigatória, que assenta em cinco grandes eixos de intervenção: transformação e evolução da actividade da segurança social, modernização da inscrição dos contribuintes e segurados, concessão e pagamento das prestações, gestão das contribuições e regularização da dívida.

Entre os factos mais recentes da modernização, destaca -se dois novos marcos regulatórios da Segurança Social, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 227 18, de 27 de Setembro, Já em vigor e que regulamentou o novo regime jurídico de vinculação e de contribuição da PSO, revogando o Decreto n.º 38/08, de 19 de Junho e a Lei 16/18 de 28 de Dezembro, que autoriza o Governo a legislar, através de Decreto Presidencial o regime jurídico de cobrança e regularização de dívida à Segurança Social.

O secretário de Estado lembrou que o alargamento da cobertura pessoal no regime geral com a redefinição e alargamento do conceito de trabalhadores e de contribuintes abrangidos define a redução dos juros, para um por cento, ao invés de 2,5, como uma medida de promoção da economia e diminuição dos custos das empresas.

Informou que as empresas e os contribuintes da Segurança Social têm disponível um serviço mais rápido e eficaz, para fins do pagamento de pensões e contribuições' através da rede multi-caixa ou por transferências interbancárias.

Manuel Moreira reconheceu que o sistema lançado em 2018 passou num período experimental, com resultados positivos. Sublinhou que as novas plataformas de inscrição e contribuição servem para desburocratizar o processo de inscrição dos trabalhadores e facilitar a forma de pagamento das contribuições.

Foram disponibilizadas, também, plataformas de gestão das contribuições e da dívida activa, bem como o portal do regime do trabalhador doméstico, a impressão de cartões no portal INSS, novo sistema da prova de vida e o portal do contribuinte.

O seminário serviu para balancear os resultados alcançados com o Plano de Sustentabilidade e Gestão da Segurança Social (PSGSS), apresentar a evolução dos processos tecnológicos operados pelo INSS e perspectivar estratégias da Segurança Social à luz ao Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.



## 1.2 Os nossos salários e a perda do poder de compra

*Novo Jornal*

*1 De Março de 2019*

*Texto: Sérgio Calundungo*

Intuitivamente muita gente sabe as explicações para que uma das expressões mais utilizadas no dia de hoje seja precisamente: - "Estamos a perder poder de compra com os salários que auferimos".

A partir do momento em que começamos a perceber que, com o nosso salário de hoje já não podemos comprar os mesmos itens que comprávamos anteriormente, passamos a entender que a perda do poder aquisitivo se deve a um processo inflacionário.

O aumento da taxa de inflação tem sido a explicação mais comum e mais simples que alguns economistas encontraram para justificar o facto de que com o mesmo valor monetário cada dia adquirimos menos bens e serviços. Quase ninguém fala mais dos oportunistas e da atitude de muita gente que, ante as debilidades das nossas instituições responsáveis pelo controlo e fiscalização dos preços, aproveita também para fazer das suas!

Mas será que sempre que houver um aumento do preço de bens e serviços implica perdermos o poder aquisitivo? Não podem as nossas autoridades implementar medidas compensatórias para aliviar o impacto da perda do poder aquisitivo junto das famílias mais vulneráveis? Como as famílias estão a lidar com o fenómeno da inflação?

Por exemplo, se a taxa de inflação subir 10% e o salário sofrer um reajuste no mesmo valor, em princípio não temos porque falar de perda do poder de compra. Tudo vai depender dos hábitos que cada pessoa tem em relação a aquisição de bens e serviços e o quanto o preço dos mesmos alterou em virtude do fenómeno inflacionário.

Entendo que, em face da difícil conjuntura económica e financeira que o país atravessa, os empregadores de uma forma geral dirão que não têm condições de ajustar os salários dos seus funcionários a um nível que lhes permita fazer face à visível e acentuada perda do poder de compra que se vem registando ao longo dos tempos. Mas isso não significa que não se possa empreender outras medidas tendentes a aliviar o impacto da constante subida de preços. Por exemplo, poder-se-ia adoptar medidas mais eficazes de fiscalização e controlo dos preços praticados pelos diversos agentes económicos.

Quando se observam aumentos sucessivos de bens e serviços essenciais, muitos deles prestados por instituições públicas, e não se observa o mesmo em relação ao salário mínimo, ou qualquer medida de isenção de pagamento para quem auferir tal salário, pode-se concluir que estamos perante uma perda de poder aquisitivo por parte de quem auferir salário mínimo.

Quando tal perda significa não poder arcar com custos essenciais, tais como pagamento dos gastos com educação dos filhos, medicamentos, alimentação ou moradia, obviamente que as instituições do Estado deveriam, a meu ver, intervir com mecanismos de protecção social já que estamos perante a privação de direitos fundamentais para dignidade humana.

É importante sublinhar que não estamos a falar de gastos com o salão de beleza, roupas de marca, colégios privados, e tantos' outros bens e serviços considerados importantes para as pessoas, mas que podem, em caso de dificuldades financeiras, ser substituídos por outros de menos valor. Estamos, pois, a falar de gastos que possibilitam o acesso aos serviços sociais básicos indispensáveis para uma vida digna, tais como saúde e educação.

De certeza que as famílias se viram obrigadas a adequar os seus hábitos e necessidades de consumo para conseguir lidar com a perda do poder aquisitivo. Passaram a pesquisar preços, mudaram locais de consumo, substituíram produtos por marcas similares ou com preços mais baixos e também adiaram a compra de bens e serviços considerados não essenciais ou não prioritários.

Mas, ainda assim, é importante que o Estado faça a sua parte, já que o aumento generalizado dos preços dos bens e serviços em detrimento do poder aquisitivo da maior parte dos cidadãos assim o exige!

## 1.3 Salários mínimos perderam 43,4% do poder de compra desde 2014

*Jornal Expansão*

*1 De Março de 2019*

*Texto: Nelson Francisco Sul*

O reajuste em 30% dos salários mínimos do sector privado não foram suficientes para evitar uma perda do poder de compra de 43,4% desde o início da crise, em 2014, já que os dois aumentos operados desde

essa data estão bastante abaixo da inflação, de acordo com cálculos do Expansão.

Numa decisão saída da Comissão Económica do Conselho de Ministros, reunida na passada sexta-feira, 22 de Fevereiro, todos os salários mínimos aumentam 30%. Para a agricultura, o salário mínimo foi fixado em 21 454 Kz (ver gráfico). Os trabalhadores do sector do comércio e indústria transformadora com o salário mais baixo vão auferir 26 817 Kz, enquanto os trabalhadores do comércio e indústria extractiva vão ganhar 32 181 Kz. A medida só entrará em vigor em Abril depois da publicação em Diário da República (DR).

Segundo o ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social Jesus Maiato, estes aumentos "visam recuperar o poder de compra das famílias e manter a estabilidade e o equilíbrio". Mas estes aumentos são insuficientes para repor o poder de compra, especialmente numa altura em que só a cesta básica alimentar para uma família de seis pessoas ronda os 80 mil Kz.

Trata-se do segundo aumento dos salários mínimos do sector privado desde o início da crise. Entre Julho de 2014 e Janeiro de 2019, a inflação aumentou 152,7%. Já os salários aumentaram 10% (em 2017) e 30% este ano o que dá um aumento de global de 43%. Feitas as contas, chega-se a uma quebra de 43,4% no poder de compra dos trabalhadores com salários mínimos.

Se os preços dos produtos sobem e os salários não aumentam em proporção, o efeito directo é uma quebra no consumo. Ou seja, admitindo que com o salário mínimo de Julho de 2014 um trabalhador conseguia comprar 100 pães, com o novo salário mínimo só conseguirá comprar 56,6 pães.

'Patrões' e sindicatos falam a mesma língua, mas...

Os aumentos foram acordados em sede de concertação social entre o Governo, associações sindicais e associações empresariais, apurou o Expansão.

Membro da concertação social, presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, considera que o aumento salarial agora aprovado é apenas um sinal psicológico, uma vez que, estes aumentos estão abaixo da taxa de inflação, com um impacto grande no consumo. O 'patrão dos patrões da indústria' sublinha que apesar destes aumentos serem ainda insuficientes, eram necessários para aumentar o consumo no País, beneficiando, também, as empresas. Entretanto, diz estar convencido de que ainda este ano, ou no princípio do próximo, deverá haver um novo aumento.

Já o dirigente da Confederação Empresarial de Angola (CEA), Francisco Viana, que não faz parte do conselho de concertação social, declarou ser uma grande surpresa ver o Governo a tomar "medidas unilaterais" sem ter em conta a opinião do patronato. "Nós continuamos a repudiar as medidas unilaterais do Governo, achamos que o Governo não se deve pronunciar sobre a actividade do sector privado sem primeiro nós concertarmos", afirmou o líder da organização integrada por 51 associações empresariais e união de cooperativas.

Por outro lado, Francisco Viana critica aquilo que chama de "centralismo económico" e que a sua insatisfação não deve ser entendida como estando contra os reajustes.

"O tempo do centralismo económico já acabou. É preciso que o Presidente comece a dialogar com os empresários, porque o sector privado não tem condições para trabalhar assim. A continuar assim, estão a colocar na cabeça dos trabalhadores que nós conseguimos aumentar, quando, na verdade, não conseguimos", disse. Francisco Viana, sublinha que "já é muito bom conseguirmos pagar o subsídio de Natal, de férias, a segurança social e ainda agora aumentaram a carga da segurança social. Onde é que o Governo quer ir nessa senda catastrófica da nossa economia?, questiona.

Por outro lado, as centrais sindicais dos trabalhadores reclamam aumentos superiores ao reajustados pelo Governo. O secretário-geral da Central Geral de Sindicatos Livres e Independentes de Angola (CGSILA), Francisco Jacinto, diz que "hoje estamos muito distantes para fazer face à perda do poder de compra".

"O argumento das empresas de que estão a produzir menos, não colhe, porque se vírmos muito bem, o salário praticado nas empresas privadas para os gestores está acima de 1 milhão de Kz, mas se olharmos para o salário mínimo podemos encontrar quem auferir menos de 20 mil kwanzas, disse o secretário-geral da CGSILA.

## 1.4 Aumento de preço dos produtos e serviços gera revolta entre a população

*Jornal O Crime*

*2 De Março de 2019*

*Texto: Loide Costa*

A opinião é do analista político, jornalistas e sociólogos, entrevistados por este jornal a propósito deste assunto que tem criado sérios debates em vários fóruns da sociedade angolana.

Das opiniões recolhidas, há divergências quanto ao empréstimo solicitado ao FMI, enquanto isso convergem sobre a criação de mecanismos e condições sociais que farão com que as medidas de austeridades não sufoquem as famílias mais vulneráveis.

O sociólogo Gerson Neto considera, de princípio, que não foi mau, de todo, o acordo com o FMI, por trazer algumas melhorias no ambiente de negócios e impulso à economia nacional. Todavia, está a ser mal encarado pelas imposições feitas ao Executivo, que têm sufocado as famílias, reduzindo o poder de compra, mas que, na realidade, só vem disciplinar o Governo a fazer a racionalização dos recursos.

Durante algum tempo, explica, o país foi administrado com base nas medidas populistas, onde o Estado subvencionava a metade dos preços dos bens e serviços, fazendo parecer que as coisas, em Angola, eram muito baratas. Agora, como as coisas estão a apertar, o Governo foi obrigado a retirar a subvenção e deixar a população pagar os preços reais.

"A exemplo disso, era a subvenção do dólar americano, isto é, o cidadão pagava por cada nota de 100 dólares 10 mil kwanzas, fazendo parecer que a nossa moeda tinha muito poder, quando, na realidade, era o Estado quem pagava pela metade, pelo que, hoje, o cenário é diferente, porque, além da própria escassez de divisas, o cidadão passou a pagar o valor real do dólar", realça.

Acrescentando a isto está a inflação, que passou c10s 600 por cento, enquanto o salário mínimo teve um aumento apenas perto de 30 por cento, o que torna mais que difícil a vida das famílias, fazendo, assim, lamentar a prepotente recusa do anterior Executivo em aderir ao empréstimo do FMI, pelo facto de, na altura, existirem pessoas que tinham poderes sobre o partido que governa e no Estado, que usavam a desorganização para se enriquecerem.

Por fim, salienta que é preponderante a aplicação adequada deste valor emprestado, para que a nossa

economia possa dar respostas aos desafios do país e, a curto prazo, se possa desafogar a população.

Enquanto isso, Félix Abias, jornalista e analista político, fez saber que João Lourenço vai experimentar, nos próximos tempos, uma grande baixa na sua popularidade, se tiver em conta as medidas tomadas, concretamente dos emolumentos para tratar o passaporte e os impostos que passarão a pesar mais no bolso do cidadão.

Face a isso, o político aponta um caminho: as políticas actuais têm de dar resultados a curto prazo, pois, se for a longo, será pior e terá reflexos negativos nas próximas eleições, realçando que as medidas de austeridade criam sempre revoltas e, no caso de Angola, apesar de ter registado o caso 15+2, as revoltas não passam de conversa de café, porque as pessoas dificilmente saem à rua para se manifestar; se saírem, poucos aderem, como foi a manifestação contra a subida do preço do passaporte. "Mas há muitas reclamações sobre as medidas do Executivo", disse.

Para o jurista e analista social, Fénix Ukwakusima, se há algo que a elite nunca fará é, na verdade, uma resolução dos principais problemas da população, tudo porque os seus objectivos, para além de assombrosos, são obscuros e subliminares. "É importante que os governos africanos dêem, nem que for por alguns minutos, um passeio, descalços, no percurso das elites, buscando respostas às questões como: quem são elas? Como foi que surgiram? Quais seus objectivos? Do contrário, continuarão colocando a carroça em frente aos bois".

Segundo o mesmo, os empréstimos estrangeiros são como sanguessugas, isto é, não há nenhuma possibilidade de tirá-los do corpo do Estado, pois essas dívidas só poderão se desgarrar por si mesmas ou serem rejeitadas pelos Estados, pelo que, no seu entendimento, é preciso que o Estado Angolano olhe para os países irmãos e tire de lá exemplos, porque, no meio de tudo, o povo é que fica sufocado com impostos até de serviços dos quais não beneficiam.

"O FMI tem ligações fortíssimas com o farnigerado CFR (Council of Foreign Relations) e com a temível Skull & Banes, instituições que odeiam o continente africano com todas as forças. O que levaria os nossos líderes a acreditar que esta instituição está realmente interessada a nos ajudar?", questiona, lamentando, mais adiante, que "infelizmente já contraímos essa maldita dívida que, honestamente, nos custará muito caro. Mas o meu conselho é que os líderes africanos conheçam mais um pouco sobre estas organizações, a menos assim não estarão combatendo um falso problema e irão directo à raiz".

Por seu turno, Coque Mukuta, jornalista, diz que as medidas de austeridade que o país vive vem, cada dia que passa, apertando o cinto dos cidadãos, já que considera que o executivo é uma máquina gigante que tem vários níveis, mas o que não se tem registado é uma vontade, dentro dele, de satisfação das necessidades dos mais fracos.

"Estas medidas vão, de certeza, prejudicar mais os pobres do que os ricos, por isso não considero bom este acordo. Se estas ideias são consciências do empréstimo ao FMI podemos considerar de péssima a visão do Executivo", refere.

## 1.5 Mais de cem mil perderam o emprego em cinco anos

*Jornal de Angola*

*2 De Março de 2019*

*Texto: César Esteves*

Mais de 100 mil cidadãos, entre homens e mulheres, em todo o país, perderam os postos de trabalho em empresas privadas, de 2014 até ao presente momento, em consequência da crise económica que assola o país, informou ontem, em Luanda, o secretário-geral da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA).

Em declarações ao Jornal de Angola, à margem da cerimónia de abertura da jornada sindical do trabalhador, que decorre de 1 de Março a 22 de Maio, em todo o país, para saudar os dias internacionais da Mulher e do Trabalhador, Manuel Viage disse que as empresas que estão a despedir os colaboradores argumentam que as suas estruturas de custo necessitam de ajustes, dada a redução dos níveis de rentabilidade.

"Eles alegam que os seus indicadores económico e produtivo decresceram e, por via disso, viram-se na obrigação de ajustar os custos operacionais", acentuou Manuel Viage.

O sindicalista deu a conhecer que essa onda de despedimentos está a ocorrer mais nos distintos seguimentos da economia real, não tanto na função pública, porque nessa área há uma maior estabilidade em termos de emprego.

Manuel Viage disse que um dos problemas com o qual se debatem no dia-a-dia, enquanto entidade sindical, é exactamente a instabilidade que se regista no mercado do trabalho, que a seu ver "está a ser apadrinhada pela nova Lei Geral do Trabalho em vigor no país."

O secretário-geral da UNTA-CS disse que, apesar do ajuste que se fez no salário mínimo nacional, muitos trabalhadores ainda não conseguem adquirir a cesta básica, porque o preço da mesma está avaliado hoje de 75 a 80 mil kwanzas, um valor que ultrapassa muito o salário mínimo. "Há uma taxa de cobertura inferior a 50 por cento. Quer dizer que o trabalhador precisa de mais rendimentos para adquiri-la", frisou.

O sindicalista realçou que o salário mínimo só vale porque estabeleceu um limite aos empregadores, que são agora obrigados a pagar um salário superior a este valor.

Durante o período em que decorrer a jornada sindical, cuja abertura ficou marcada pela realização de duas palestras proferidas pelo docente universitário e advogado Justo Magalhães, várias actividades, para assinalar o evento, vão ser realizadas em todo o país.

## 1.6 Programa de combate à pobreza é hoje avaliado

*Jornal de Angola*

*2 De Março de 2020*

Um encontro nacional com os administradores municipais para análise do grau de implementação e principais constrangimentos do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza decorre hoje em Luanda, a cargo do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU).

De acordo com um comunicado da instituição, o encontro vai, também, apreciar as informações gerais sobre a pobreza monetária e multidimensional, o papel da alfabetização e o conhecimento das famílias no combate à pobreza.

Estarão igualmente em análise as acções desenvolvidas em 2019, os principais constrangimentos, bem como a síntese financeira de 2019 e o orçamento para 2020.

O Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP), em alinhamento com o Plano de Desenvolvimento Nacional (PND) 2018/2022, actua com base na articulação de várias intervenções sectoriais, como espelha o Decreto Presidencial nº 36/19, de 31 de Janeiro, que elege o município como unidade territorial principal de implementação.

## 1.7 Três milhões de pessoas podem sair da pobreza

*Jornal de Angola*

*3 De Março de 2020*

*Texto: Edna Mussalo*

Uma das prioridades do Executivo para o presente quinquénio é a retirada de cerca de três milhões de cidadãos que se encontram em condição de extrema pobreza, afirmou ontem, em Luanda, a ministra de Estado para a Área Social.

Carolina Cerqueira, que falava durante um encontro com administradores municipais, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, precisou que o Governo pretende a redução do impacto da pobreza dos 36,6 por cento para 25 por cento. Admitiu, entretanto, que só será possível atingir essa meta, com disciplina, rigor, patriotismo, transparência, comprometimento e responsabilidade de todos, engajados nos ideais e visão política e estratégica do Executivo.

Para exemplificar a preocupação que o Governo tem dado sobre o assunto, Carolina Cerqueira citou o discurso do Presidente da República no acto da sua investidura. “O combate à pobreza é uma prioridade incontornável. Vamos, por isso, apostar na criação de emprego estável e na distribuição meritória dos recursos disponíveis, garantindo a adopção de políticas de inclusão económica e social, o que passa, necessariamente, pela protecção dos trabalhadores”, disse, na ocasião, João Lourenço.

A ministra de Estado apelou ao engajamento de todos nessa visão e “pacto social” para com Angola e os angolanos, defendendo e priorizando o interesse nacional e o bem comum.

Carolina Cerqueira sublinhou que o Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza tem como objectivo a implementação de acções destinadas aos grupos em situação de extrema pobreza, a promoção do desenvolvimento sustentável e integrado das comunidades.

A ministra de Estado disse ser importante aumentar a capacidade de mobilização de recursos humanos, apurada à gestão financeira e técnica, para “corrigir o que está mal e melhorar o que está bem”, bem como ultrapassar alguns constrangimentos ligados à persistência das más práticas na utilização dos meios disponíveis.

Em alguns casos, acrescentou, será necessário mitigar a resistência cultural das comunidades tradicionais e minorias étnicas na aceitação de novas práticas mais

inclusivas de acesso às novas tecnologias. Por isso, sublinhou, é importante incrementar o diálogo comunitário, a alfabetização e a informação sobre as vantagens da mudança de atitudes e de práticas, que podem melhorar a saúde, nutrição, segurança e protecção dessas comunidades, ajudando a evitar muitos dos riscos que directa e indirectamente prejudicam o avanço na implementação dos programas locais.

Para que se cumpra os desideratos pretendidos, a ministra de Estado para a Área Social disse ser imperioso reforçar a orientação técnica e metodológica na elaboração de projectos viáveis, sustentáveis e o respectivo plano de acção, com vista às necessidades e aos desafios locais, através de uma acção partilhada com os concelhos de concertação social a nível de cada um dos municípios.

## 1.8 A renda e consumo das famílias

*Jornal Economia e Finanças*

*6 De Março de 2020*

Os primórdios da teoria do consumo da abordagem convencional da economia remontam à corrente marginalista do século XIX, que concebe o ser humano como um agente maximizador de utilidade. Para determinados gostos ou preferências, renda e preços dos bens, o problema que se coloca ao consumidor prende-se à composição da cesta de bens que maximiza o bem-estar individual.

Este dilema de decisão não se distingue de outros problemas económicos, nomeadamente, das decisões dos produtores que, de igual modo, para uma dada dotação orçamental, um dado nível de tecnologia, determinados preços das matérias-primas e produtos finais, procuram escolher o nível de produção que lhes permite maximizar o lucro.

Por definição, um contexto de recessão económica sustenta-se no declínio da actividade económica por um indeterminado período de tempo, que experimenta o enfraquecimento da sua pujança económica; admitindo o declínio do nível de produção, aumento do desemprego, redução dos investimentos e da renda das famílias.

Assim, na crise, a natureza da curva da procura das famílias tende, obviamente, a alterar: (I) os padrões de comportamento no acto da compra modificam-se em relação a períodos de prosperidade; (II) as estratégias, comumente utilizadas em períodos de crise, passam pela substituição dos produtos; (III) a possibilidade de "discussão dos preços" nos mercados aumentam; (IV) o aumento de consumo de produtos industrializados e ou/processados por empresas não

certificadas;(V) a redução de consumo de produtos importados e (VI) o aumento da tendência à recorrência a mercados informais.

A teoria da oferta e procura considera, objectivamente, que a procura do mercado é inversamente proporcional à variação dos preços. Se a alteração do comportamento do consumidor deriva do novo contexto, o efeito ilusão monetária, também, pode influenciar, igualmente, tal atitude, uma vez que, embora a renda permaneça constante, ela perdeu valor ao longo do tempo.

Deste modo, o efeito renda consiste na alteração de poder aquisitivo, quando os preços variam no mercado. Sendo assim, seria como se o consumidor passasse a ganhar menos, pois, com a alta dos preços (inflação), o valor do seu dinheiro passa a ser menor, condicionando o consumo.

A variável consumo das famílias, em outras geografias, tem despontado como a maior componente do produto interno bruto (PIB), com o diferencial que mais da metade da produção dos bens consumidos é produzida internamente, factor que influencia o reinvestimento, a diversificação da economia, geração de mais empregos e, consequentemente, o aumento da renda das famílias e estabilização do mercado, ao invés da exportação de renda e potencialização de outras economias. Produzir, internamente, o que se consome, parece ser, ainda, a medida mais acertada para amenizar a demanda por importações de bens e serviços e exportações de divisas.

Os estudos indicam ainda que a ausência de renda impõe um consumo deficitário às famílias, com o excesso de calorias e gorduras saturadas, uma dieta deficitária de frutos, hortícolas e leguminosas secas e recurso excessivo aos grupos alimentares como carnes processadas e gorduras.

Considerando as estatísticas pouco generosas sobre a pobreza monetária em Angola, torna-se difícil vislumbrar uma melhoria substancial a curto-prazo, situação que representa um risco elevado para a saúde pública, onerando, ainda mais, de forma contundente, os gastos do Governo com a saúde.

Efectivamente, a resolução de parte deste desiderato passa, indubitavelmente, por um novo olhar às políticas públicas de redução da pobreza e reposição do consumo das famílias, por meio da renda, consubstanciadas, por um lado, nas atualizações dos salários em face da inflação acumulada.

A busca de soluções poderá passar pela adaptação do comportamento institucional que responde pela

regulamentação de certos sectores da economia. Por exemplo, qual é o impacto das "cantinas" no emprego em Angola, considerando a sua representatividade no país? De quem são e quem são os seus funcionários? O que se paga em termos de salário e qual a natureza do contrato laboral? Parecem ser questões triviais, porém, o combate à pobreza e o acesso ao consumo derivam, também, das actividades que, muitas vezes, são caracterizadas como informais.

Por conseguinte, além do fomento à renda, oriunda de políticas macroeconómicas bem conseguidas, é importante monitorar o impacto das actividades residuais da economia, porque entende-se que a regulamentação da economia e sua devida implementação e acompanhamento pode proporcionar novos-empregos e, quiçá, renda e consumo, senão mesmo poupança que possa gerar os investimentos futuros.

## 1.9 Desemprego atinge 31,8 por cento no país

*Jornal Economia e Finanças*

*06 De Março de 2020*

*Texto: Pedro Peterson*

A taxa de desemprego na população com 15 ou mais anos de idade no IV trimestre de 2019, foi estimada em 31,8%, valor superior em 1,7 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior, estimado em 30,1%.

A população desempregada com 15 ou mais anos, estimada em 4.627.158 pessoas, aumentou em 8,3% (356.953 pessoas) em relação ao III trimestre de 2019 (4.271.105 pessoas).

Segundo o relatório do Instituto Nacional de Estatística (INE), a população empregada com 15 ou mais anos (9.924.675) diminuiu em 6.873 pessoas (0,1%) em relação ao trimestre anterior.

No IV trimestre de 2019, a população empregada com 15 ou mais anos foi estimada em 9.924.675 pessoas, sendo

4.920.381 homens e 5.429.294 mulheres. A taxa de emprego foi estimada em 60,3%. A diferença entre a taxa de emprego na área rural e urbana é bastante significativa, 76,9 e 49,1%, respectivamente, apresentando uma diferença de 27,8 pontos percentuais, cerca de 1,6 vezes superior na área rural.

Durante o IV trimestre de 2019, observou-se uma taxa de emprego para a população com 15 ou mais anos, mais elevada nos homens com 15 ou mais anos (62,5%) do que nas mulheres (58,3%). Cerca de

35,5% dos jovens com 15-24 anos estavam inseridos no mercado de trabalho, não havendo diferença significativa entre homens (34,9%) e mulheres (36,1%). A diferença é de 1,1 pontos percentuais.

A população empregada com 15 ou mais anos de idade foi estimada em 9.924.675 pessoas, tendo diminuído 0,1% comparativamente ao trimestre anterior com 9.931.548 pessoas (menos 6.873 pessoas que o trimestre anterior). A taxa de emprego foi de 60,3%, valor inferior em 0,6 pontos percentuais ao do trimestre anterior.

A taxa de desemprego de jovens com 15-24 anos de idade, situou-se em 56,5%, mais 2,3 pontos percentuais do que no trimestre anterior.

A população economicamente activa com 15 ou mais anos foi estimada em 14.551.833 pessoas, sendo 7.026.665 homens e 7.525.168 mulheres. A taxa de actividade dos homens (89,3%) é ligeiramente mais elevada que a das mulheres (87,7%), sendo a diferença de 1,6 pontos percentuais. Esta tendência observa-se em todos os grupos etários.

A taxa de actividade da população com 15 ou mais anos foi estimada em 88,4% sendo na área rural superior a da área urbana, 92,6 e 85,6%, respectivamente. A taxa de actividade nos jovens com 15-24 anos foi estimada em 81,5%, sendo de 82,2% para os homens e 80,8% para as mulheres.

O aumento da população activa resultou da população desempregada em 242 mil pessoas.

## I.10 Desemprego dispara '42,6% nos centros urbanos, três vezes acima da média rural

*Jornal Expansão*  
6 De Março de 2020

A crise económica e financeira que afecta o País continua a pressionar o mercado de trabalho e a taxa de desemprego da população com 15 ou mais anos, sobretudo na área urbana, disparou 42,6%, no IV trimestre de 2019, face ao II I. A taxa é cerca de três vezes superior à da zona rural onde a média ronda os 17,0%, indicam os dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE).

No último trimestre, a população economicamente activa aumentou 2,5%, para os 14,5 milhões de pessoas, contra os 14,2 milhões no trimestre anterior, ou seja, 349.180 pessoas procuraram emprego uma semana antes do início do inquérito.

No sentido inverso, ou seja, entre Outubro e Dezembro do ano passado, a população inactiva, ou melhor, o número de pessoas que não procurou e nem estava disponível para trabalhar reduziu 9,5%, para os 1,9 milhões, contra os 2,1 milhões registados no terceiro trimestre.

Os patrões asseguram que o tecido empresarial está concentrado nos centros urbanos e muitas unidades deixaram de laborar, atirando para o desemprego milhares de angolanos, enquanto analistas acreditam que a migração, do campo para a cidade, também está a contribuir para o aumento das estatísticas. Galvão Branco lembra que as fontes que absorvem emprego estão localizadas e uma parte dos desempregos que estão nas zonas urbanas provém das zonas rurais. "As obras públicas e o aumento do investimento privado podem ser as alternativas", refere o empresário. O economista José Lopes garante que já muito se discutiu, pensou, legislou, mas torna-se determinante passar à prática.

"Temos muitas dificuldades de converter o que concebemos. Concebemos e projectamos bem, mas continuamos a executar mal e nalguns casos, nem executamos. O Plano de Acção da Promoção da Empregabilidade (Pape) e o Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) estão longe de dar resultados e tudo isso tem efeito directo no aumento dos níveis do desemprego", refere José Lopes, que acredita que o País tem instrumentos de política económica suficientes, para inverter o quadro dramático do desemprego.

Para o economista Carlos Vaz, embora a retórica do Governo seja de que se estão a envidar esforços para a retoma do crescimento económico, a verdade é que não se faz economia nem com desejos nem com apelos.

"Nem se promove empregos sustentáveis e capazes de tirar as pessoas da condição de vulnerabilidade com programas como o Pape. Não passam de medidas paliativas que conseguirão, nada mais, do que frustrar a expectativa do público alvo, que são os jovens. Os jovens não sofrem de necessidades especiais. Não precisam de programas especiais de promoção de emprego. Precisam de formação de qualidade que os capacite a trabalhar e a criar empresas logo que terminam os cursos. Porque o actual sistema de ensino forma pessoas não empregáveis. E isto deve ser revertido", sublinhou.

H.C.

## I.11 Executivo vai aumentar subsídio de aleitamento

*Jornal de Angola*

*6 De Março de 2020*

*Texto: Edivaldo Cristóvão e Domingos*

*Mucuta*

O Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTESS) vai actualizar, este ano, as prestações familiares, que incluem o abono de família, subsídio de aleitamento e de funeral.

A medida foi anunciada, hoje, pelo ministro Jesus Maiato, na abertura do Conselho Consultivo alargado, que decorre no Lubango, Huíla. A intenção, disse, é aumentar o pagamento dos subsídios, sendo que no abono de família vigora, actualmente, o montante mínimo de 300 kwanzas e o máximo de 800, enquanto que o de funeral são 25 mil kwanzas.

A lei define o subsídio de funeral como sendo uma prestação pecuniária que visa compensar as despesas decorrentes do funeral do segurado e do pensionista de velhice falecido, a que têm direito os descendentes e o cônjuge.

No abono de família os segurados e pensionistas habilitam-se, até ao limite de cinco descendentes, de acordo com as condições estabelecidas. O titular do MAPTESS informou que muitas das tarefas de 2019 terão continuidade no corrente ano. Mas devem merecer maior atenção e concretização a aprovação das leis da greve, sindical e da negociação colectiva, um processo que estagnou no ano passado, mas vai se concluir em 2020.

O ministro referiu que serão ainda concluídos os diplomas legais sobre a protecção social obrigatória, nomeadamente, a protecção na velhice, na morte e na invalidez, bem como estabelecer pequenas actividades geradoras de renda e o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

### Trabalhos domésticos

Jesus Maiato anunciou, também, a intensificação da campanha de inscrição dos trabalhadores domésticos e por conta própria. Jesus Maiato lembrou que todas as condições estão criadas, podendo os interessados inscrever -se através da Internet, sem necessidade de se deslocarem ao INSS, fazendo os pagamentos via multicaixa ou operações interbancárias,

Vão ser adoptadas medidas para garantir a sustentabilidade da protecção social obrigatória.

Encorajou a Escola Nacional de Políticas Públicas (ENAPP) a intensificar a formação dos funcionários públicos nos vários níveis, devendo procurar duplicar o número de funcionários e agentes administrativos, sobretudo nas áreas da gestão escolar e hospitalar, para contribuírem na melhoria da prestação de serviços aos cidadãos.

No âmbito da reforma administrativa, vão ser submetidos à aprovação vários diplomas legais, dando prioridade às normas do procedimento e da actividade administrativa' contencioso administrativo, ingresso na função pública, novas modalidades de formação na administração, regime disciplinar dos funcionários públicos, carreiras, regime de direcção e chefia, bem como das férias, faltas e licença.

O Conselho Consultivo aprovou a continuidade do trabalho para a implementação do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (Singerh), com o Ministério das Finanças, que vai descentralizar e permitir que cada unidade orgânica tenha autonomia para a sua gestão, tornando-a mais célere e efectiva. Vai, ainda, implementar o Plano de Acção da promoção da empregabilidade, por ser um instrumento fundamental para contribuir na integração dos jovens no mercado de emprego e reforço da capacitação do sistema de formação profissional.

Segundo Jesus Maiato, o MAPTESS pretende criar condições efectivas para a certificação dos detentores de competências e habilidades profissionais comprovadas, para obterem as carteiras profissionais no domínio das artes e ofícios.

No domínio do emprego e formação profissional, serão actualizadas as leis do Primeiro Emprego e a Lei de Bases do Sistema Nacional de Formação Profissional

O ministro informou que as acções da Inspecção-Geral do Trabalho vão ser reforçadas, tendo em conta o ingresso de mais 150 novos inspectores, que vão duplicar o número existente, dando ênfase ao alargamento substancial das acções da Inspecção Geral do Trabalho e a melhoria da qualidade no contacto com as empresas.



## I.12 Pobreza e desigualdade de rendimentos em Angola

*Jornal Expansão*

06 De Março de 2020

Texto: Alves da Rocha

A desigualdade económica é um fenómeno generalizado e para algumas correntes de pensamento acaba por ser inevitável. No entanto, se o agravamento da desigualdade não for objecto de monitoramento e alvo de políticas tendentes a recentrar a repartição do rendimento nacional dentro de parâmetros de eficiência e de justiça social, corre-se o risco de ocorrência de perturbações sociais sérias, desajustamentos económicos importantes e agitações políticas comprometedoras da estabilidade que o crescimento económico exige. É o que se passa presentemente no País, não apenas como herança de políticas propositadamente geradoras de desigualdades (a acumulação primitiva de capital nos moldes em que foi realizada e patrocinada, teve como propósito praticamente único a criação de uma burguesia angolana endinheirada à custa do Estado), mas igualmente por desajustamento das diferentes políticas, modelos e programas definidos pela nova liderança e que não têm originado, no final da linha, nem melhoria de rendimentos, nem aperfeiçoamentos nos canais da sua distribuição. Creio estar em fase de execução, com financiamento e assistência técnica do Banco Mundial, um projecto de transferência de parte do empréstimo de 2,1 mil milhões de USD (cerca de 14%) para a população em piores condições de vida e mais vulnerável (estimada em um milhão de pessoas) e cujo resultado esperado é o de se incrementar o rendimento familiar em cerca de 5.000 kwanzas por mês. Pontualize-se que não se trata de distribuir ou redistribuir rendimento nacional- o que é muito mais exigente em matéria de políticas próprias e específicas - mas, tão-somente, de subsidiar a pobreza extrema dum universo populacional reduzido e durante um período de tempo muito curto (um ano), admitindo-se que o pior do ajustamento macroeconómico acontece apenas no espaço de 12 meses e que o crescimento da economia se retoma. O que na verdade tem pouco de verdade e de consistência teórica e verificação empírica, como os economistas sabem e espero que os decisores políticos angolanos também.

São dois os mais importantes indicadores de desigualdade de rendimentos: o coeficiente de Gini e a taxa de pobreza, para os quais e graças ao trabalho do INE já se dispõem de cifras. Para o primeiro tem-se um valor de 0,51 e para a segunda de 41%. OPDN2018-2022 aponta para uma intenção do Governo em reduzir a pobreza no País de 36,6% para

25% no último ano da sua vigência. O que evidentemente não passa apenas de uma boa intenção. Primeiro, porque a taxa de pobreza não é de 36,6% - muitos aspectos do plano têm de ser revistos e ajustados às novas realidades (taxa média de crescimento do PIB, taxa de desemprego, taxa de pobreza, etc.) e, em segundo lugar, porque o estado recessivo da economia (recessão produtiva desde 2015 e sistemática até 2019, prevendo-se a sua continuação em 2020 em cerca de 1,2%, previsão do CEIC-UCAN), não o permitir. Aligeirar de 36,6% (dado errado) para 25% a taxa de pobreza até 2022, não é, nem realista, nem possível do ponto de vista da política económica

O PND 2018 desafia-se, através do manancial de políticas de intervenção pública corporizadas no PIDLCP (Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza), a baixar a taxa de pobreza para 25% em 2022. Não estão definidas políticas - convergentes, consistentes entre si e com variáveis de natureza económica - apenas sendo enumeradas muitas acções, sem quantificação. Por isso, não se encontra no PDN 2018-2022 resposta para as perguntas seguintes:

A que taxa média anual de crescimento deve evoluir o PIB para que em 2022 tal desiderato seja obtenível?

Nem tão pouco a quantidade de PIB a ser transformada em rendimento para ser redistribuída positivamente a favor da redução da pobreza, ou seja, não estão completamente especificados os processos de atribuição de subsídios, de educação e de outros activos que melhorem a capacidade de os pobres ultrapassarem as suas situações.

Uma aproximação linear, baseada num modelo simples de relação da taxa de pobreza com o crescimento do PIB e a elasticidade rendimento-pobreza, permite chegar às respostas seguintes:

Mantendo-se as elasticidades rendimento-pobreza, a taxa média anual de crescimento do PIB (para uma variação demográfica anual de 3,1 %, tal como estipulada nas Previsões Demográficas do INE até 2050) teria de se estabelecer em 11,5%, perfeitamente impossível de obter até 2022, não sendo necessárias razões justificativas (a mini-idade de ouro do crescimento económico em Angola - 2003-2008 - só aconteceu uma vez, irrepitível). Portanto, a meta do PDN 2018- 2022 tem de ser alterada.

Taxas mais reduzidas de crescimento do produto - provavelmente melhor compatibilizadas com as reais e efectivas capacidades de crescimento no médio prazo (2025) - só combinadas com alterações expressivas nos canais, modelos e circuitos de

redistribuição do rendimento, expressas, por exemplo, por um valor para a elasticidade rendimento-pobreza de -3,25. Uma verdadeira revolução social a favor dos pobres, evidentemente irrealizável com a complacência das classes médias, a quem, afinal, está reservado o papel mais importante de alteração dos tecidos produtivos nacionais e dos processos de acumulação produtiva do capital.

As duas matérias anteriores chamam a atenção para o gradualismo dos processos de transformação, onde se incluem os relativos à estabilização e reajustamento, que o Fundo Monetário Internacional pretende resolver em 2 ou 3 anos. As modalidades de intervenção do Banco Mundial na área social, em apoio do Programa do FMI, acabarão por ser meros paliativos face às necessidades de redistribuição do rendimento, que só modos de produção intensivos em trabalho - de preferência trabalho qualificado e especializado (para se resguardarem ganhos de produtividade para a competitividade nacional), que o Estado deve prover e incentivar, em associação com o sistema privado de produção - estarão habilitados a garantir. Ou seja, crescimento económico é fundamental, não havendo outras formas de reduzir a pobreza e melhorar a distribuição do rendimento.

As elevadas taxas de desemprego (31,8% e 56,5%, respectivamente global e da população 15-24 anos)<sup>(1)</sup> são um tremendo óbice para se melhorar a distribuição do rendimento e reduzir a incidência da pobreza. O florescimento do mercado informal (talvez mais apropriada a designação de economia informal, enquanto sistema integrado) é a única resposta possível para a população garantir a sua sobrevivência em limites estreitos e periclitantes.

Há muitos investigadores, analistas, académicos, políticos e empresários receosos que o Programa de Ajustamento e Estabilização com o Fundo Monetário Internacional possa constituir um novo choque sobre a economia e o sector social, dada a ortodoxia recorrente do seu modelo de proceder a ajustamentos, provocadores de inadaptações, desequilíbrios e recessões sociais dificilmente recuperáveis mesmo a longo prazo (corrigem-se os défices macroeconómicos e provocam-se instabilidades sociais, não havendo a certeza de que saldos fiscais e das contas externas positivos arrastem necessariamente crescimento do PIB de uma maneira consistente e sustentável; os investimentos privados também são incentivados/atraídos pelo crescimento das economias e não apenas pelos equilíbrios supracitados e mesmo pelos bons ambientes de negócios<sup>(2)</sup>, dos quais fazem parte os ajustamentos anteriormente referidos).

### 1.13 Um em cada dois jovens com idades entre os 15 e os 24 anos está desempregado em Angola

*Jornal Expansão*

*6 De Março de 2020*

*Texto: Martins Chambassuco*

Um em cada dois jovens com idades entre os 15 e os 24 anos está desempregado, ou seja, 56,5%, o equivalente a 2,7 milhões de pessoas de um total de 4,8 milhões economicamente activa nesta faixa etária, indicam os dados do Inquérito sobre o Emprego em Angola (IEA do IV trimestre de 2019, divulgado esta semana pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), que revelam um acréscimo da taxa de desemprego.

O desemprego jovem, de acordo com os gestores empresariais e especialistas, deve ser considerado um inimigo público, pelo que as autoridades devem ter isso em atenção na definição das políticas para estimular o mercado de trabalho.

No geral, o Inquérito sobre o Emprego em Angola (IEA), do IV trimestre de 2019, aponta para uma taxa de desemprego no País a rondar os 31,8%, o que equivale a 4,6 milhões de pessoas, um aumento de 8,3%, em relação ao IIIº trimestre de 2019, quando 4,3 milhões de pessoas estavam sem trabalho (ver infografia).

Nos últimos seis anos, de acordo com as contas do Expansão, o número de desempregados em Angola mais do que duplicou ou seja, desde o ano em que se dá início à crise do petróleo, o mercado de trabalho desacelerou.

O sentido inverso, ou melhor, se o número de desempregados cresceu, também o emprego disparou para os 60,3% entre Outubro e Dezembro, ou seja, 9,9 milhões de angolanos tinham actividade remunerada.

O investigador da Universidade Católica de Angola, Carlos Vaz, diz que a culpa do desemprego está na recessão da economia e o que mais o preocupa "é que, mesmo olhando para as previsões de crescimento mais optimistas para os próximos anos, não se vislumbra num futuro próximo um ritmo médio de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) que permita a redução da taxa de desemprego para níveis mais aceitáveis". Para o especialista, mesmo que se encontre uma forma de acelerar o crescimento económico, a breve trecho, milhões de angolanos continuarão incapazes de

encontrar um emprego em condições, porque o aumento populacional é superior ao crescimento económico. "A aceleração do ritmo de crescimento económico deveria, pois, constituir a prioridade das prioridades da política económica nos próximos anos para combater o flagelo do desemprego no País", realça Carlos Vazo

O consultor Galvão Branco tem reservas quanto ao que o INE denomina de emprego. "Tenho algumas reservas em assumir os critérios adoptados para se classificar o emprego, sobretudo no meio rural. Nos actuais moldes e condições em que se encontra estruturada e dinamizada a agricultura familiar e os circuitos de escoamento dos produtos agrícolas, fica a dúvida sobre a sustentabilidade da formação de rendimentos desses cidadãos", refere. O também empresário explica ainda que o recuo da economia e o não pagamento dos atrasados do Estado às empresas estão na base do aumento galopante do número de desempregados, já que, no limite, as empresas viram-se obrigadas a despedir os colaboradores, como forma de racionalização de custos.

O IEA considera como fazendo parte da população empregada o indivíduo que tenha efectuado um trabalho de, pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração com vista a um benefício ou ganho em dinheiro ou géneros, que tenha ligação formal a um emprego, que tenha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; ou estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

Os patrões acreditam que estes critérios são discutíveis já que em Angola o mercado informal prevalece sobre o formal em quase tudo. Apesar de os critérios da avaliação do emprego em Angola abrangerem o mercado informal, os empresários acreditam que a taxa de Dezembro pode estar acima dos valores divulgados tendo em conta a realidade do mercado de trabalho e da demografia de empresas.

O INE indica que a população activa, no IV trimestre, rondou os 14,5 milhões de pessoas, registando um aumento de 2,5, o equivalente a 349.180. Ou seja, em relação ao trimestre anterior, 349.180 pessoas procuraram emprego nos últimos três meses de 2019.

Do total da mão-de-obra disponível no IV trimestre (empregados e desempregados) 2,7 milhões pertencem ao grupo etário entre os 15 e os 24 anos, mais 242.224 mil pessoas sem qualquer actividade remuneratória, nesta fase etária, comparativamente ao III trimestre de 2019.

A taxa de desemprego é mais elevada entre a população dos 15 aos 24 anos, enquanto o indicador vai baixando com o aumentar da idade, ou seja, a taxa de desemprego nesta fase etária é estimada em 56,5%.

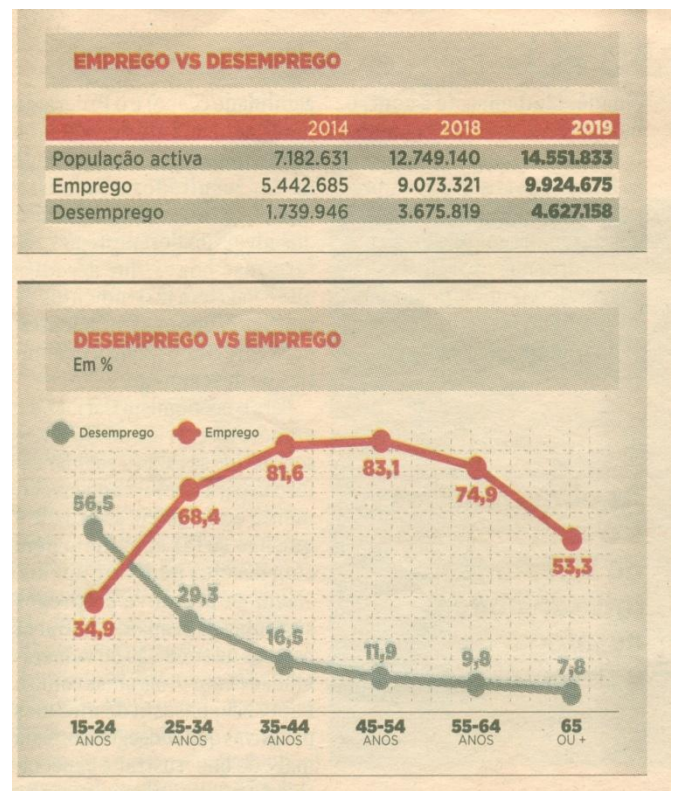
A taxa de desemprego (pessoas que não têm emprego, mas estão disponíveis para trabalhar) situou-se nos 31,8%, correspondendo a 4,6 milhões da população economicamente activa.

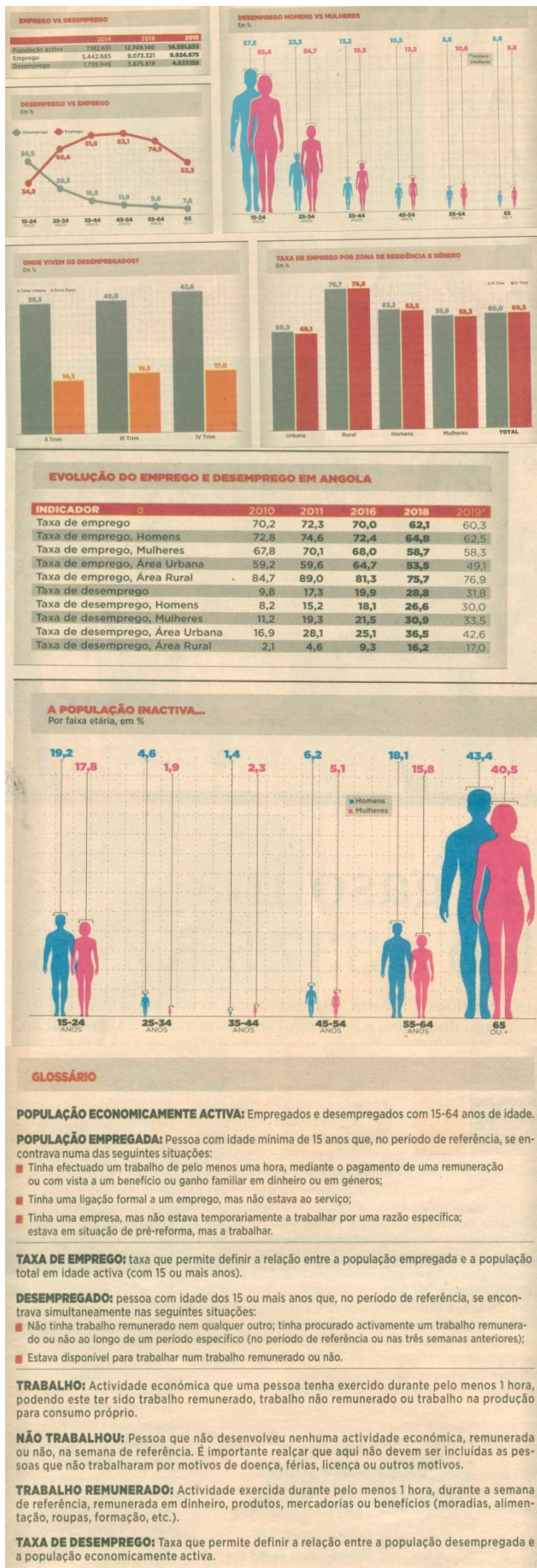
Os dados indicam que a taxa de desemprego e a taxa de emprego têm tendências inversas em relação à idade, ou seja, a taxa de desemprego diminui com a idade e atinge os valores mais altos entre a população jovem com idades entre 15- 24 anos.

## I.14 Raio- X ao mercado de trabalho em Angola no IV trimestre de 2019 ·

*Jornal Expansão*  
6 De Março de 2020

Is dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) indicam que, nos últimos três meses do ano passado, o País perdeu 56.053 postos de trabalhos em relação ao IIIº trimestre. Os jovens em idade activa são os mais afectados com a falta de trabalho.





## I.15 Cidadãos continuam sem poder de compra

*Jornal Manchete*

07 De março 2019

TEXTO: Mário Cassanda

Mesmo depois da nova tabela salarial da função pública ter entrado em vigor em Janeiro último, os cidadãos continuam a perder o poder de compra, por força da inflação acumulada que se situou, nos últimos três anos, em 116 por cento.

Na altura, a medida do Executivo mereceu a aprovação de líderes sindicais, economistas e sociólogos, mais não deixaram de sugerir a criação de outras políticas económicas, para assegurar a recuperação do poder de compra perdido nos últimos cinco anos.

Os ajustamentos que visavam acabar com as assimetrias salariais no funcionalismo público e promover o equilíbrio não foram proporcionais, mas ainda assim, as autoridades acreditavam que iria permitir recuperar parte do poder de compra perdido nos últimos três anos. Segundo descrição da nova da tabela salarial na função pública que o *Manchete* teve acesso, o salário mínimo auferido pelo auxiliar de limpeza de 2.ª classe (categoria inferior na estrutura de carreiras do regime geral), passou de 21 mil kwanzas para 33 mil kwanzas, um aumento de 57 por cento. Quanto aos cargos de direcção e chefia, o chefe de secção (função de chefia inferior), com um salário actual de 179 mil kwanzas, passou a ganhar 250 mil. O director nacional (cargo de chefia superior na função pública) saiu de um salário de 340 mil para 394 mil kwanzas.

Para a carreira do pessoal técnico, cuja categoria inferior é o técnico médio de 3.ª classe, o salário passou de 49 mil para 89 mil kwanzas, um aumento de 81 por cento. Para o professor catedrático, que é a categoria superior dentro da função pública, o salário saiu de 405 mil para 444 mil kwanzas. "Apesar desse passo, é ainda necessário que se assegure o aumento da produção interna e o controlo sobre os preços, para que o reajuste salarial possa ter efeito positivo na vida dos cidadãos", disseram os sindicalistas, sociólogos e economistas.

Desde 2001, o Governo tem demonstrado, pelo menos, preocupação com a política remuneratória na função pública, para incentivar o consumo e reaquecer a economia. O actual reajuste é resultado do aumento do fundo remuneratório salarial que, este ano, registou crescimento de 12 por cento. Assim, para algumas classes da função pública, com base no

critério da discriminação positiva, o reajuste poderá chegar entre 48 e 83,33 por cento.

Por altura da aprovação da proposta de reajuste dos salários, o ministro do MA- PETSS, Jesus Maiato, prometeu ajustar os salários sempre que houver disponibilidade de verbas no país. De acordo com o governante, a estratégia de ajustamento das tabelas indiciárias e, conseqüentemente do ajustamento salarial, tem em conta o princípio da diferenciação positiva, ou seja, a aplicação da maior percentagem salarial às categorias inferiores. A título de exemplo, disse que, do trabalho feito, se constatou que o pessoal administrativo auxiliar e técnico médio com salários inferiores na função pública tiveram aumento médio com variações entre 57,14 por cento e 83,33 por cento. Sobre o assunto, o economista

Fernando Vunge, citado pela Angop aplaudiu a medida, tendo referido na altura que o reajuste do salário vai repor o poder de compra corroído pelos altos índices inflacionários registados nos últimos anos, devido à crise económica e financeira que assola o país desde 2014.

#### SALÁRIO QUE NÃO COMPRA NADA

Foi só chegar o aumento do salário na função pública para os preços dos principais produtos que compõem a sexta básica dentre eles o arroz, feijão, açúcar, leite, massa esparguete, óleo vegetal e outros' dispararem de forma vertiginosa com maior reflexo no mercado informal.

Segundo constatou o Manchete em alguns armazéns no distrito urbano do Hoji-ya-Henda, município do Cazenga, a caixa de massa alimentar que há duas semanas estava a custar 1550 kwanzas, subiu para 2100. Já a caixa de óleo vegetal passou de 4650 kwanzas para 5200 kwanzas. O saco de arroz (grão longo e fino) está a custar 5 mil e 400 kwanzas e o quilo está a ser vendido no mercado informal a 250 kwanzas. O saco da farinha de milho passou de 6400 kwanzas para 4500. O saco de açúcar de cinquenta quilo são 13 mil kwanzas e o quilo no mercado 300 kwanzas.

O saco de feijão castanho, 10 mil kwanzas nos armazéns e o quilo está custar agora 450 kwanzas no mercado informal, assim como o feijão amarelo, o quilo são 500 kwanzas. E nos armazéns de frescos podemos constatar que a caixa de coxa está a ser vendida a 5100 kwanzas. Com essa alteração dos preços dos principais produtos da sexta básica, quanto o salário

mínimo na função pública, auferido pelo auxiliar de limpeza que passou de 21 mil kwanzas para 33 mil, os

cidadãos ouvidos pela nossa reportagem consideraram "salário que não compra nada" e defenderam um aumento mínimo na ordem dos 50 mil a 100 mil kwanzas.

Na opinião do economista Estêvão Catunda, o reajuste num curto prazo induziria a subida de preços, como disse, devido ao fenómeno da "ilusão monetária" e da armadilha de liquidez. "Com o aumento da massa monetária em circulação, os agentes económicos vão ter a propensão de querer comprar mais, o que induzirá o aumento dos preços", referiu, salientando que para que "a tomada de medida tenha efeitos positivos na vida do cidadão, devia-se, primeiro, apostar no aumento da produção interna".

### I.16 Empresários contra aumento dos salários mínimos

*Novo Jornal*

*7 De Março de 2019*

*Texto: Maurício Vieira Dias*

A decisão da Comissão Económica do Conselho de Ministros de aumentar 30% todos salários mínimos nacionais em Abril divide opiniões de sindicalista e empresários. O primeiro defende que o ajuste deveria acontecer há mais tempo, tendo em conta a perda do poder de compra dos trabalhadores, enquanto os últimos desclassificam o aumento com a justificação de que não faz sentido acontecer num período em que produtividade das empresas privadas está em queda.

O anúncio para o aumento das três categorias de salários mínimos nacionais foi feito no mês passado pelo ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), Jesus Maiato, tendo sido avançado que os trabalhadores do sector do comércio e indústria extractiva vão, em Abril, passar a auferir um ordenado mínimo no valor de 32,2 mil Kz, contra os anteriores 24,8 mil Kz. Por seu turno, os funcionários do ramo do comércio e indústria transformadora que recebiam ordenados mínimos na ordem dos 21,5 mil Kz passam a encaixar 26,8 mil. Já para agricultura, o salário mínimo nacional definido é de 21,6 mil Kz, o mais baixo, contra os anteriores 16,5 mil.

De acordo com o ministro do MAPTSS, os aumentos têm como propósito recuperar o poder de compra das famílias e manter a estabilidade e o equilíbrio, muito embora seja o segundo aumento dos salários mínimos nacionais desde a crise de 2014.

A empresária Filomena Oliveira entende que o Governo deveria fazer uma análise profunda do tecido empresarial nacional antes de decidir aumentar para 30% os salários mínimos do sector privado, uma vez que a situação de muitas empresas, no actual contexto de crise, é "catastrófica", com níveis de produtividade abaixo dos 50% e, por outro lado, têm custos de produção altos.

"Os acréscimos têm que existir quando há produtividade. Não se pode aumentar salários quando não há aumento da produtividade, a não ser que seja um assunto aleatório. Um bom gestor não pode nem deve aumentar salários senão houver produtividade", argumentou Filomena Oliveira.

O secretário-geral da Central Geral dos Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CGSILA), Francisco Jacinto, discorda do argumento apresentado pela empresária segundo o qual os aumentos salariais não devem ocorrer quando a produtividade das empresas está em baixa. "Este argumento não tem fundamento para convencer os trabalhadores e qualquer cidadão mais atento. É uma explicação descabida, sabemos que há salários acima de um milhão de kwanzas nas empresas privadas, logo este argumento não cola. Há executivos de empresas privadas que não ganham menos de um milhão de kwanzas. Os sacrifícios devem ser para todos".

#### Ajustes insuficientes

O sindicalista Francisco Jacinto é da opinião que os ajustes são insuficientes e deveria acontecer há mais tempo, tendo em conta a perda do poder de compra dos trabalhadores, lembrando que desde a crise de 2014 até o primeiro mês de 2019 a inflação aumentou mais de 150%.

"Os aumentos estão a ser feitos numa altura em que o salário perdeu mais de 60% do seu poder aquisitivo, numa altura em que os preços quase todos disparam vertiginosamente, não só nos serviços públicos como no sector privado", disse o secretário-geral da CGSILA. Afirmou, posteriormente, que "o aumento para 30% dos salários mínimos nacionais não vai resolver os problemas porque foi aplicado numa altura inoportuna e desajustada, esperamos que este sinal que o Governo deu seja um sinal de continuidade de aumento".

#### Empresas podem abdicar de trabalhadores

Um outro empresário do sector agrícola que não quis ser identificado disse ao Novo Jornal que tal decisão de aumento dos salários mínimos nacionais forçará algumas empresas a abdicarem de alguns

trabalhadores porque não estarão em condições para pagar ordenados nestas margens, sobretudo as do ramo da agricultura que operam no interior do país.

"Os aumentos têm duas perspectivas para o sector privado. Primeiro, o aumento dos salários mínimos tem um impacto positivo porque vai permitir que as pessoas tenham maior poder de compra, tendo maior poder de compra isso vai dar uma alavanca maior à economia. Por outro lado, é uma medida negativa porque muitas empresas não têm hoje capacidades para honrar os compromissos salariais desses funcionários", concluiu o empresário.

O aumento, segundo o comunicado do Governo, surge na sequência de um trabalho de uma comissão integrada por empregadores e sindicatos, com o objectivo de "ajustar o salário mínimo para os trabalhadores do sector privado, recuperar o poder de compra das famílias e manter a estabilidade e o equilíbrio".

### I.17 Não há fome em Angola, Mr. President?

*Jornal Manchete*

*7 De Março de 2019*

*Texto: Manuel Luamba*

A polémica sobre entrevista a RTP começou horas antes da mesma ir ao ar. Os protestos quer de jornalistas angolanos como de cidadãos comuns subiram de tom pelo facto de o chefe de Estado angolano João Lourenço conceder entrevistas apenas a órgãos internacionais em detrimento dos nacionais. "Não dá valor a imprensa angolana". Escreveu um internauta na sua conta do facebook.

Também nas redes sociais houve quem fizesse questão de citar os meios de comunicação social onde o presidente já concedeu entrevista neste seu um ano e meio de mandato: RFI (rádio francesa), DW (rádio Alemã), Euro news (sedeada em França) e o jornal português Expresso (uma entrevista conduzida por Gustavo Costa, jornalista angolano). Mas o debate e a polémica tornaram-se mais acesos com o conhecimento do conteúdo da entrevista. Ao longo da conversa com o jornalista (criticado em Angola pelo facto de não rebater a questão quando tinha essa oportunidade porque não se tratava de uma entrevista coletiva), o presidente angolano disse que "não há fome" em Angola.

#### JÁ ENCONTREI A POBREZA"

Não é a primeira vez que um chefe de Estado angolano tece considerações encaradas como

negativas pela só sociedade. Em Abril de 2011, o ex-Presidente da República e do MPLA, José Eduardo dos Santos, tinha dito, na abertura da I Sessão Extraordinária do Comité Central do MPLA que "quando eu nasci e mesmo quando os meus falecidos pais nasceram já havia muita pobreza na periferia das cidades, nos musseques, no campo, e nas áreas rurais".

Uma pergunta: e essa pobreza que se pode traduzir em fome quando acabou? Segundo o "Nosso Dicionário "da língua portuguesa editado pela "Pântano Editora" da autoria de Alfredo Camacho e António Tavares, pobreza é a "falta do necessário para a vida": Outra pergunta: não há famílias que faltam o necessário? E, em Angola, até mesmo na sua capital, há cidadãos que não têm as três refeições por dia. Na maioria das vezes têm apenas uma. Há zonas em Luanda onde existem crianças que ainda raspam no interior da panela procurando os últimos grãos de arroz mesmo tendo consciência de que a comida acabou. Como se sabe, Luanda é centro de todos os bens e serviços importantes do país. Ainda assim, raspa-se nas panelas. Talvez isso não se conheça porque não há aproximação entre governantes e governados. Ou seja, um discurso para agradar os aliados do velho mundo. Mas há situações vividas pelas famílias que são uma clara uma clara manifestação de fome e da pobreza extrema que nenhum discurso tapa.

#### FOME E SECA NO SUL DE ANGOLA

A região sul de Angola, nomeadamente Huíla, Namibe e Cunene, desde 2011 que a sua população é assolada por uma estiagem que lhes priva da alimentação básica. Na citada região, há relatos de morte por subnutrição, fome, morte de crianças e animais por falta de comida. Alias, em 2017 a DW África reportou que "há mais de 750 mil pessoas a passar fome". Em Novembro de 2018, as autoridades do Cunene confirmam a morte de 50 crianças por desnutrição nos últimos nove meses.

Este ano, a província do Cunene decretou um "estado de calamidade" devido à seca, que afecta mais de 285.000 famílias. Para famílias de zonas rurais que dependem essencialmente da agricultura familiar e de criação de gado, a estiagem gera falta de alimento e a falta de alimento tem um único significado que não é necessário consulta de livros: fome. Última pergunta: ainda assim, não há fome em Angola, Mr. President?

## I.18 Salários mínimos perderam 43,4% do poder de compra

*Jornal Continente*

*7 De Março de 2019*

Contando com o aumento anunciado na semana passada, o salário mínimo mais baixo subiu 43% de 15 003 Kz em Julho de 2014 para 21 454 Kz a partir de Abril. Entre Julho de 2014 e Janeiro de 2019, os preços dispararam 153%. Dito de outra forma, com o novo salário mínimo só se consegue comprar 56,6% dos bens e serviços que se compravam com o salário mínimo de Julho de 2017

De acordo com o Expansão, o reajuste em 30% dos salários mínimos do sector privado não foram suficientes para evitar uma perda do poder de compra de 43,4% desde o início da crise, em 2014, já que os dois aumentos operados desde essa data estão bastante abaixo da inflação, de acordo com cálculos do Expansão.

Numa decisão saída da Comissão Económica do Conselho de Ministros, reunida na passada sexta-feira, 22 de Fevereiro, todos os salários mínimos aumentam 30%. Para a agricultura, o salário mínimo foi fixado em 21 454 Kz. Os trabalhadores do sector do comércio e indústria transformadora com o salário mais baixo vão auferir 26 817 Kz, enquanto os trabalhadores do comércio e indústria extractiva vão ganhar 32 181 Kz. A medida só entrará em vigor em Abril depois da publicação em Diário da República (DR).

Segundo o ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social Jesus Maiato, estes aumentos "visam recuperar o poder de compra das famílias e manter a estabilidade e o equilíbrio". Mas estes aumentos são insuficientes para repor o poder de compra, especialmente numa altura em que só a cesta básica alimentar para uma família de seis pessoas rondão aos 80 mil Kz.

Trata-se do segundo aumento dos salários mínimos do sector privado desde o início da crise. Entre Julho

de 2014 e Janeiro de 2019, a inflação aumentou 152,7%. Já os salários aumentaram 1 0% (em 2017) e 30% este ano. o que dá um aumento de global de 43%. Feitas as contas, chega-se a uma quebra de 43,4% no poder de compra dos trabalhadores com salários mínimos. Se os preços dos produtos sobem e os salários não aumentam em proporção, o efeito directo é uma quebra no consumo. Ou seja, admitindo que com o salário mínimo de Julho de 2014 um trabalhador conseguia comprar 100 pães, com o novo salário mínimo só conseguirá comprar 56,6 pães.

## 1.19 Cidadãos continuam sem poder de compra

*Jornal Manchete*

*07 De março 2019*

*TEXTO: Mário Cassanda*

Mesmo depois da nova tabela salarial da função pública ter entrado em vigor em Janeiro último, os cidadãos continuam a perder o poder de compra, por força da inflação acumulada que se situou, nos últimos três anos, em 116 por cento.

Na altura, a medida do Executivo mereceu a aprovação de líderes sindicais, economistas e sociólogos, mais não deixaram de sugerir a criação de outras políticas económicas, para assegurar a recuperação do poder de compra perdido nos últimos cinco anos.

Os ajustamentos que visavam acabar com as assimetrias sal- ariais no funcionalismo público e promover o equilíbrio não foram proporcionais, mas ainda assim, as autoridades acreditavam que iria permitir recuperar parte do poder de compra perdido nos últimos três anos. segundo descrição da nova da tabela salarial na função pública que o Manchete teve acesso, o salário mínimo auferido pelo auxiliar de limpeza de 2.a classe (categoria inferior na estrutura de carreiras do regime geral), passou de 21 mil kwanzas para 33 mil kwanzas, um aumento de 57 por cento. Quanto aos cargos de direcção e chefia, o chefe de secção (função de chefia inferior), com um salário actual de 179 mil kwanzas, passou a ganhar 250 mil. O director nacional (cargo de chefia superior na função pública) saiu de um salário de 340 mil para 394 mil kwanzas.

Para a carreira do pessoal técnico, cuja categoria inferior é o técnico médio de 3.a classe, o salário passou de 49 mil para 89 mil kwanzas, um aumento de 81 por cento. Para o professor catedrático, que é a categoria superior dentro da função pública, o salário saiu de 405 mil para 444 mil kwanzas. "Apesar desse

passo, é ainda necessário que se assegure o aumento da produção interna e o controlo sobre os preços, para que o reajuste salarial possa ter efeito positivo na vida dos cidadãos", disseram os sindicalistas, sociólogos e economistas.

Desde 2001, o Governo tem demonstrado, pelo menos, preocupação com a política remuneratória na função pública, para incentivar o consumo e reaquecer a economia. O actual reajuste é resultado do aumento do fundo remuneratório salarial que, este ano, registou crescimento de 12 por cento. Assim, para algumas classes da função pública, com base no critério da discriminação positiva, o reajuste poderá chegar entre 48 e 83,33 por cento.

Por altura da aprovação da proposta de reajuste dos salários, o ministro do MA- PETSS, Jesus Maiato, prometeu ajustar os salários sempre que houver disponibilidade de verbas no país. De acordo com o governante, a estratégia de ajustamento das tabelas indicíarias e, consequentemente do ajustamento salarial, tem em conta o princípio da diferenciação positiva, ou seja, a aplicação da maior percentagem salarial às categorias inferiores. A título de exemplo, disse que, do trabalho feito, se constatou que o pessoal administrativo auxiliar e técnico médio com salários inferiores na função pública tiveram aumento médio com variações entre 57,14 por cento e 83,33 por cento. Sobre o assunto, o economista

Fernando Vunge, citado pela Angop aplaudiu a medida, tendo referido na altura que o reajuste do salário vai repor o poder de compra corroído pelos altos índices inflacionários registados nos últimos anos, devido à crise económica e financeira que assola o país desde 2014.

### SALÁRIO QUE NÃO COMPRA NADA

Foi só chegar o aumento do salário na função pública para os preços dos principais produtos que compõem a sesta básica dentre eles o arroz, feijão, açúcar, leite, massa esparguete, óleo vegetal e outros' dispararem de forma vertiginosa com maior reflexo no mercado informal.

Segundo constatou o Manchete em alguns armazéns no distrito urbano do Hoji-ya-Henda, município do Cazenga, a caixa de massa alimentar que há duas semanas estava a custar 1550 kwanzas, subiu para 2100. Já a caixa de óleo vegetal passou de 4650 kwanzas para 5200 kwanzas. O saco de arroz (grão longo e fino) está a custar 5 mil e 400 kwanzas e o quilo está a ser vendido no mercado in- formal a 250 kwanzas. O saco da farinha de milho passou de 6400 kwanzas para 4500. O saco de açúcar de cinquenta



quilo são 13 mil kwanzas e o quilo no mercado 300 kwanzas.

O saco de feijão castanho, 10 mil kwanzas nos armazéns e o quilo está custar agora 450 kwanzas no mercado informal, assim como o feijão amarelo, o quilo são 500 kwanzas. E nos armazéns de frescos podemos constatar que a caixa de coxa está a ser vendida a 5100 kwanzas. Com essa alteração dos preços dos principais produtos da sesta básica, quanto o salário

mínimo na função pública, auferido pelo auxiliar de limpeza que passou de 21 mil kwanzas para 33 mil, os cidadãos ouvidos pela nossa reportagem consideraram "salário que não compra nada" e defenderam um aumento mínimo na ordem dos 50 mil a 100 mil kwanzas.

Na opinião do economista Estêvão Catunda, o reajuste num curto prazo induziria a subida de preços, como disse, devido ao fenómeno da "ilusão monetária" e da armadilha de liquidez. "Com o aumento da massa monetária em circulação, os agentes económicos vão ter a propensão de querer comprar mais, o que induzirá o aumento dos preços", referiu, salientando que para que "a tomada de medida tenha efeitos positivos na vida do cidadão, devia-se, primeiro, apostar no aumento da produção interna":

## I.20 Produtos da cesta básica reduzem a dieta alimentar dos angolanos

*Jornal visão*

*8 De março de 2019*

*Texto André Mavungo*

Dentre os produtos cujos preços dispararam estão a fuba de milho, óleo vegetal, massa alimentar, carne seca, açúcar e feijão,

Segundo Maria Fortunato, natural de Benguela, que por questões laborais resolveu mudar-se para Luanda, há 12 anos, é inconcebível que os preços dos produtos de primeira necessidade aumentam numa altura em que o Executivo fala em melhorias da condição de vida dos angolanos.

A cidadã que se encontrava naquele momento em compras num dos armazéns situado no município do Talatona, distrito urbano do Benfica, sente-se ameaçada e desconfortável face aos actuais constrangimentos que agora enfrenta, ao aperceber-se que os preços da maior parte dos produtos da cesta

básica aumentaram o que, a seu ver, var desembaraçar a vida de muitos cidadãos.

"É-me difícil acreditar no que vejo neste momento, é inacreditável que o país perca o controlo das coisas e admita que qualquer pessoa assuma a liderança e faz de Angola a famosa salada "rusa", associada à especulações de preços sem anuência de autoridades afins", desabafou Maria.

'Manuel Gaspar, taxista da rota Golfe II /Camama I, avançou ao Visão que o Executivo perdeu o controlo dos problemas candentes que já deviam ter sido ultrapassados, inquietando até agora a população da cidade capital e do país em geral

"Nós agora temos dois graves problemas já identificados nomeadamente, a crise de preços da comida e o desemprego": identificou. Gaspar, desempregado há três anos, fez saber que quando um governo soberano não for capaz de resolver as principais preocupações básicas, fragiliza também o desenvolvimento socioeconómico do país.

Durante uma ronda efetuada por Luanda, o jornal Visão apurou que um saco de açúcar vendido a 8 mil 500 kwanzas, ronda agora os 10 mil 600, uma caixa de massa alimentar que custava os mil e 700, agora passa para 2 mil e 500 respectivamente, bem como uma caixa de óleo vegetal que era vendida a 3 mil 800 para 4 mil 700.

Na ocasião, Nkuanza Pedro, professor do complexo escolar Simão Tóco, assegurou que a situação de Angola não se resume apenas na subida drástica dos preços da cesta básica, mas define-se basicamente nas causas dessa subida. "A subida dos preços é uma guerra que se declara contra o pacato cidadão que ainda vive inúmeras problemas sociais" explicou.

## I.21 Preço dos produtos sobem com o saco de açúcar a "matar" 20 mil kwanzas

*Jornal Manchete*

*14 De Março de 2019*

*Texto: Mário Cassanda*

Os preços de alguns produtos da sesta básica continuam a subir sem parar em Luanda. Só na semana passada, o saco de açúcar de 50 quilos, no espaço de quatro dias disparou de forma espantosa, dos 13 mil kwanzas para 20 mil.

Esta constatação foi feita pelo Manchete durante uma reportagem realizada pela sua equipa na semana passada em alguns armazéns do Hoji ya Henda, no município do Cazenga. No centro da questão, está a actualização da nova tabela salarial da função pública que entrou em vigor em Janeiro último, sendo que apesar disso, os cidadãos continuam a perder o poder de compra, por força da inflação acumulada que se situou, nos últimos três anos, em 116 por cento.

Trata-se de um assunto que está, sobremaneira, a causar muitas inquietações aos cidadãos e não só, tal como previa o economista Estêvão Catunda, este reajuste salarial num curto prazo induziria a subida de preços que, como disse, devido ao fenómeno da "ilusão monetária" e da armadilha de liquidez.

"Com o aumento da massa monetária em circulação, os agentes económicos vão ter a tendência de querer comprar mais, o que induzirá o aumento dos preços": referiu, salientando para que "a tomada de medida tenha efeitos positivos na vida do cidadão, devia-se, primeiro, apostar no aumento da produção interna"

Entretanto, enquanto isso, os preços continuam a subir dia após dia, não havendo medidas que coloquem um travão nisso. Com o saco de açúcar a galopar aos 20 mil kwanzas, este jornal constatou em uma das ocasiões no mercado informal, o quilo a ser vendido no período da manhã 300 kwanzas e de tarde o mesmo quilo já estava a 400 kwanzas. Este valor tende aumentar para 500 kwanzas nos próximos dias.

Quando questionados a razão desta subida generalizada, os vendedores simplesmente atribuíram a responsabilidade aos comerciantes dos armazéns que, por sua vez, estes culpabilizaram os seus fornecedores, os grossistas. "São eles que estão a subir os preços. Eu também tenho de fazer o mesmo para manter o stock", justificou um retalhista ao nosso jornal.

No entanto, os efeitos já são visíveis no seio das famílias mais carenciadas, pois nem mesmo um simples quilo de açúcar conseguem comprar para garantir o matabicho (chá com pão).

De recordar que, o açúcar faz parte dos trinta produtos e serviços que integram a lista de "preços vigiados" em Angola, conforme decisão governamental declarado em 2017. A mesma consta de um decreto executivo passado pelo Ministério das Finanças para permitir a fiscalização policial. Até ao momento ainda não há pelo menos, publicamente, um manifesto por parte das autoridades em relação a subida vertiginosa dos preços dos produtos da cesta básica que se regista nos últimos dias em Luanda.

## I.22 Salário mínimo nacional e a sua influência na melhoria da distribuição do rendimento

*Jornal Expansão*

*15 De Março de 2019*

*Texto: Alves da Rocha*

As desigualdades sociais continuam a dominar a realidade nacional, em diversas vertentes. Creio que, à medida que o tempo for passando, tornar-se-á cada vez mais difícil garantir um estatuto de igualdade de oportunidades e de convergência de níveis de vida a todos os cidadãos, tal como consagra a Constituição. Cada vez que me desloco às várias periferias da cidade de Luanda constato condições de vida degradantes, sendo o mais frustrante a aparente falta de esperança de as reverter no curto prazo. Os contrastes com as várias cidades-condomínios do asfalto são, na verdade, gritantes, levando a pensar que os angolanos só perante a Lei são iguais.

Muitos estudos internacionais sérios e confiáveis têm constatado que a globalização/mundialização foi, de facto, um factor que permitiu reduzir as desigualdades entre os países. A China, a Índia, o Brasil, uma parte significativa de África (com destaque para a África subsariana) são hoje espaços económicos com uma participação relativamente importante no comércio mundial, no PIB global e na geo-estratégia das nações. A China, em 30 anos, tornou-se na segunda potência económica e o Brasil caminha para tirar a liderança às "velhas" economias industriais da Europa. Tudo isto teve uma influência indelével da globalização e da abertura das economias.

Quando as economias atravessam fases de crescimento do PIB e de quase-pleno emprego, o agravamento das desigualdades - que, normalmente, ocorre em proporções relevantes, embora disfarçáveis pelo conhecido efeito de contágio - acaba por ser mais ou menos aceitável (é isto o que tem acontecido no nosso País que possa explicar o relativo apaziguamento social?), não sucedendo o mesmo em situações de crise económica e de desemprego elevado.

Em Angola, os índices de desigualdade são, também, elevados: 20% da população concentra 60% do rendimento nacional (não há estatísticas sobre a riqueza, mas seguramente que neste item as desigualdades são manifestamente muito mais significativas) e cerca de 2/3 da população tem menos de 2 USD por dia para viver (?). A norma

fundamental para a reflexão em torno do estabelecimento de um salário mínimo nacional é a de que o trabalho é a única fonte de riqueza, rendimento, desenvolvimento e progresso. Quase tudo numa economia se pode (deve?) reduzir ao trabalho. Já Marx argumentava que o próprio capital mais não é do que trabalho cristalizado. Sem trabalho nada mais pode ser exigido. Os aspectos económicos acabam por ser sempre os determinantes em última instância dos domínios sociais. Se uma economia não funcionar do ponto de vista da produção e da produtividade nada mais pode ser estabelecido, como regra, como princípio ou como intenção.

#### Ineficiência económica

O que é mais importante neste momento para a sociedade angolana, os trabalhadores, os empresários e os decisores públicos: o desemprego ou o trabalho com um salário mínimo? O que é que tem mais peso em termos económicos? O desemprego traduz ineficiência económica, não garantia do direito ao trabalho, nem dos direitos do trabalho, desutilidade social de um recurso relativamente abundante. O trabalho com salário mínimo corresponde a viver-se pobre e sem rendimento seguro. Se a tónica da política económica (em particular da de emprego) for dada ao combate ao desemprego, a rigidez do mercado de trabalho pode ser um óbice importante para essa finalidade. Pelo contrário, se for a situação dos actuais trabalhadores que conta e a sua defesa se entender passar pelo estabelecimento de um salário mínimo obrigatório, então o desemprego prevalecerá, podendo mesmo ocorrer destruição de postos de trabalho e inflação pela via dos custos empresariais.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), reconhecendo que nas condições actuais os salários mínimos continuam a ser um tema de debate na agenda política de todos os países, incentiva todos os países-membros a adoptar a norma do salário mínimo para se reduzir o número de trabalhadores pobres e proporcionar a protecção social dos trabalhadores vulneráveis (1)

A norma fundamental para a reflexão em torno do estabelecimento de um salário mínimo nacional é a de que o trabalho é a única fonte de riqueza, rendimento, desenvolvimento e progresso. Quase tudo numa economia se pode (deve?) reduzir ao trabalho. Já Marx argumentava que o próprio capital mais não é do que trabalho cristalizado. Sem trabalho nada mais pode ser exigido. Os aspectos económicos acabam por ser sempre os determinantes em última instância dos domínios sociais. Se uma economia não funcionar do ponto de vista da produção e da produtividade, nada mais pode ser estabelecido, como regra, como princípio ou como intenção.

#### Ganhos de produtividade

Valem estas considerações para dizer que a variável determinante para o estabelecimento do salário mínimo tem de ser a produtividade e o seu comportamento ao longo do tempo, isto é, os ganhos de produtividade (2). Determinar por lei a prática de um salário mínimo, sem exigir em contrapartida o cumprimento de uma norma básica de produtividade, corresponde à assunção de vários riscos: o primeiro, no âmbito da inflação: aumentar a massa de salários (porque é disso que se trata ao estabelecer-se um valor fixo para o salário mínimo) para um mesmo volume de trabalhadores é potenciar o incremento nominal da procura (consumo privado) para uma mesma oferta; o segundo, poder-se-á traduzir na consideração do salário mínimo como uma espécie de bónus social ou de um "direito de humanidade", a que todos os trabalhadores terão acesso só pelo simples facto de o serem ou de o parecerem; o terceiro, no âmbito do emprego: sempre que o salário mínimo estabelecido por lei suplantar a produtividade marginal esperada do emprego de mais uma unidade de trabalho, os agentes económicos preferirão não investir, não aumentar a produção ou explorar mais intensamente a quantidade de factores de produção existente; o quarto, é observável no domínio dos custos de produção: aceitar o cumprimento de uma referência salarial mínima corresponde, directamente, a um aumento dos custos unitários de produção e a uma repercussão imediata sobre os preços de venda (inflação pelos custos de produção).

Para valores baixos da produtividade do trabalho - como é manifestamente o caso da economia não petrolífera nacional-, o salário mínimo acaba por corresponder, na prática, a um subsídio que a sociedade atribui aos trabalhadores por razões de solidariedade (quase um rendimento mínimo garantido), mas que tem um custo social traduzido no custo de oportunidade de outras aplicações deste montante em numerário e um "custo de dignidade" veiculado pela dependência que cria e pelo seu carácter assistencial; mas tem também um custo económico espelhado em receitas que se deixa de realizar.

O salário mínimo é bom para quem já se encontra no mercado de trabalho, mas mau para quem procura emprego. No primeiro caso, é uma garantia de um rendimento mínimo para adquirir uma cesta básica de produtos, podendo, no entanto, não haver garantia de que o montante estabelecido por lei seja sempre respeitado. No segundo caso, é mau para os excluídos do mercado de trabalho porque funciona como um entrave à criação de novos postos de trabalho, porque a sua imposição tem como contrapartida directa o aumento dos custos

empresariais, levando as empresas a utilizar mais eficientemente os recursos existentes.

(1) Um fenómeno recente é o aumento da taxa de pobreza entre trabalhadores, questionando-se, portanto, se o aumento do emprego é condição suficiente para a sua redução e colocando-se, de modo muito mais enfático a importância dos níveis salariais dos trabalhadores.

(2) A OIT define os critérios seguintes para enquadramento do valor do salário mínimo: necessidades dos trabalhadores e das suas famílias, índices de produtividade do trabalho e necessidade de se manter um nível elevado de emprego.

Alves da Rocha escreve quinzenalmente

### 1.23 Localidades de Cazengo e Cambambe com maior índice de desempregados

*Jornal de Angola*

18 De Março de 2019

Texto: André Brandão

Pelo menos 64 por cento dos jovens desempregados na província do Cuanza - Norte, por falta de formação profissional, estão concentrados nos municípios de Cazengo e Cambambe, informou, em Ndalatando, o responsável do serviço provincial do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP).

João António Gaspar, que falava durante a abertura do ano formativo do INEFOP, disse que foram inscritos nos nove centros de formação profissional controlados pelo Governo a nível do Cuanza Norte um total de 2.274 candidatos, que necessita de formação profissional para inserção no mercado de trabalho. Acrescentou que, por limitação de vagas e salas de aula, foram apenas matriculados 930 candidatos, sendo 763 homens e 167 mulheres, nas especialidades de Alvenaria, Serralharia, Carpintaria, Informática, Refrigeração, Canalização, Corte e Costura, Decoração, Electricidade, Mecânica, Electrónica, Culinária, Pastelaria e agricultura. Os cursos, acrescentou, terão a duração de nove meses.

João Gaspar realçou que o maior número de jovens que necessita de formação profissional para inserção no mercado de trabalho vive no município de Cazengo, onde foram inscritos 1.025 candidatos e apenas 31.0 foram apurados, e em Cambambe, com 220 matriculados, num universo de 1.068 candidatos inscritos.

O ano passado foram formados a nível da província do Cuanza - Norte 778 jovens, dos 1. 079 inscritos nos centros de formação profissional de Ndalatando, Golungo Alto, Samba Caju, Quículungo e Cambambe .

A província do Cuanza-Norte dispõe de 16 centros de formação profissional, sendo nove públicos e tutelados pelo INEFOP e sete privados, dois dos quais pertencentes à congregação católica Dom Bosco.

Os cursos ministrados nos centros, ligados ao ramo da construção civil, são os que mais oferecem vagas de emprego aos jovens. O director do Gabinete Provincial para o Desenvolvimento Económico Integrado, Humberto Mesquita, informou que a meta do Governo Provincial é reduzir o número de jovens desempregados, fomentando o empreendedorismo.

### 1.24 “Sou como uma escrava sem dono”

*Jornal de Angola*

18 De Março de 2020

Texto: Mazarino da Cunha |

Eram 18 horas, quando a equipa de reportagem do Jornal de Angola procurou conversar com vendedoras, para conhecer, de modo directo, o dia-a-dia da mulher zungueira, nos arredores de alguns mercados da capital.

Elisabete Gaspar, natural de Malanje, considera os angolanos um povo "falso e chalado". Na visão da zungueira, falar do Março Mulher é uma comédia, na medida em que "boa parte das mulheres em Angola passa por humilhações".

Segura no que dizia, Elisabete Gaspar acrescentou que, durante os 18 anos que vive em Luanda, desde que deixou a terra natal, Malanje, fugida da guerra, nunca se sentiu uma "mulher angolana valorizada, mas sim uma escrava sem dono. Só peço a Deus que as minhas filhas não sejam zungueiras", afirmou.

Apesar de estar desempregado, desde 2014, o esposo de Elisabete Gaspar, que zunga roupa interior junto à pedonal do Alimenta Angola, na entrada do Zango, tudo faz para que, no futuro, as filhas do casal não tenham a mesma sorte que a mãe.

Segundo Elisabete Gaspar, vivia em Malanje, mas o conflito armado obrigou-os a abandonar a terra natal e partir para Luanda. Aqui o sofrimento é de segunda a segunda", disse a filha da terra da Palanca Negra Gigante.

Domingas Handa

"Olha o fiscal, maná! Tira a criança e o pano, e foge. Já chegaram mais, com os vícios deles. Mau hábito! Até a essa hora é para combrar fichas?", alertava Domingas Handa, a irmã mais velha, que vendia junto ao mercado do Zango 1, no município de Viana, em Luanda.

Inicialmente um pouco tímida, Domingas Handa, natural do Bié, disse que, nos dias de hoje, o mais difícil não é zungar de um lado ao outro, mas sim as surpresas que os fiscais fazem, diariamente. "Eles, quando chegam, levam tudo o que encontram nas banheiras.

Às vezes choro de raiva, por saber que a vida que levo, há mais de 16 anos, não me leva a lado nenhum", desabafou a jovem, mãe de três filhos, que aparenta ter 25 anos de idade. O pai das crianças, desde que estes vieram ao mundo, não os assiste. São os três filhos, seu maior motivo de alegria, a motivação para ganhar coragem e ir à zunga. Apesar do sacrifício contínuo, é da venda de alho, na rua, que consegue alimentar os filhos.

Domingas Handa, aparentemente nervosa pelo tempo que disponibilizava à nossa equipa de reportagem, disse que sente o peso da sua cruz, cada vez que vai para a cama. "Não é fácil sustentar filhos dependendo da zunga", desabafou.

O filho, Cassoma Handa, de 14 anos, não estuda há dois anos lectivos por falta de escola pública no bairro Estalagem e de dinheiro para pagar um colégio.

Os outros filhos mais pequenos, disse a jovem natural do Bié, têm idade escolar, mas não poderão ingressar nela por falta de dinheiro. "O pouco que consigo na zunga, frisou, nem sempre é suficiente para garantir as necessidades".

Filomena Handa, 45 anos, irmã mais velha de Domingas Handa, com o seu filho às costas, acompanhava minuciosamente o diálogo. Mais reservada do que a outra, olhou para a nossa equipa e disse: mano, você vai ter que me dar dinheiro. O tempo que ocupaste, mais de 10 minutos, vai prejudicar o negócio. Vai embora seu fiscal fingido", disse.

## I.25 Angola prepara-se para emitir usd 3 mil milhões de dívida soberana ·

*Jornal Economia e Finanças*  
20 De Março de 2020

A próxima emissão de dívida soberana do país ao mercado internacional de 3 mil milhões de dólares poderá servir para financiar o défice orçamental, que poderá aumentar devido à queda dos preços do petróleo.

De acordo com um despacho presidencial, citado ontem, pela lusa, a ministra das Finanças fica autorizada a nomear os bancos que vão tratar da operação que ronda os 2,8 mil milhões de euros, mas não são fornecidos detalhes sobre os prazos.

A dívida actual nestes títulos de dívida soberana ronda os 8 mil milhões de dólares (cerca de 7,4 mil milhões de euros), e é detida maioritariamente por investidores europeus e norte-americanos, que procuram nos títulos angolanos taxas de juro elevadas que compensem a falta de remuneração dos títulos ocidentais.

A taxa de juro exigida pelos investidores para transacionarem dívida pública angolana com maturidade em 2025 subiu 1,6 pontos base desde o início de Março, para 23,52 por cento, num contexto de descida dos preços do petróleo para níveis históricos e de propagação do novo coronavírus, segundo a agência de informação financeira Bloomberg.

A dívida pública de Angola tem vindo a subir sustentadamente, não só devido às emissões de dívida, mas também pela depreciação' do kwanza no ano passado, elevando o rácio da dívida sobre o PIB para mais de 100 por cento.

No final do ano passado, Angola regressou ao mercado internacional com a emissão de cerca de USD3 mil milhões de dívida soberana, denominada Palanca IV.

O país estreou-se na emissão de Eurobonds captando no mercado externo cerca de 1,50 mil milhões de dólares, a uma taxa de juro de 9,5 por cento, ao ano.

A operação de emissão foi estruturada pelos bancos estrangeiros Goldman Sachs International, Deutsche Bank e o ICBC International.

## 1.26 INE está a efectuar consulta pública

*Jornal de Angola*

*20 De Março de 2019*

*Texto: Manuela Gomes*

O país vai, a partir do primeiro trimestre do ano em curso, contar com dois modelos de pobreza, nomeadamente a monetária, que actualmente é 37 por cento, e a multidimensional, 51, disse ontem, em Luanda, o director-geral do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Camilo Ceita prestou estas declarações à imprensa por ocasião da consulta pública sobre "pobreza multidimensional", que teve como objectivo principal recolher contribuições da sociedade para estabelecer as dimensões e os indicadores relevantes na composição do índice de pobreza multidimensional (IPM).

Segundo o responsável, o índice de pobreza multidimensional em Angola, 51 por cento, foi calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Universidade de Oxford, lançado no princípio deste ano.

"À nossa intenção é abrir espaços para que as contribuições da sociedade civil e dos vários sectores do Governo enviem, a partir do nosso endereço electrónico ou do nosso portal, para depois trabalharmos e compilar essas prestações", disse.

O período de recolha das contribuições para definir a pobreza multidimensional no país teve início ontem e terá a duração de 10 dias.

Sobre o actual índice de pobreza em Angola, Camilo Ceita não precisou o indicador, mas considerou necessário que se tenha um certo cuidado com a descrição dos tipos de pobreza.

"Temos aquela que geralmente todos conhecemos, a pobreza monetária, com base em referência ao Banco Mundial (BM) que é de 1,9 dólares por dia. Para este modelo de pobreza, temos dados de 2008, que afectam cerca de 36,7 por cento da população", disse Camilo Ceita, realçando que o inquérito será actualizado ainda este ano.

Definiu o índice da pobreza multidimensional como a privação de educação, saúde, saneamento, acesso à água e as condições das estradas, entre outros factores

sociais. Considerou fundamental que o país defina a sua pobreza multidimensional, porque os indicadores alinhados a nível global do PNUD e pela Universidade de Oxford podem não se reflectir naquilo que são as nossas prioridades, disse o director do INE por isso, ressaltando que se quer em conjunto identificar às nossas precedências, dimensões e indicadores.

Para o director do INE, a definição do inquérito sobre a pobreza multidimensional (IPM) vai facilitar o trabalho do Executivo e não só, na medida em que deve permitir que a nível dos municípios e das futuras autarquias sejam calculadas exactamente as privações das suas populações.

"Pensamos que, com este trabalho, o INE está a providenciar mais um instrumento de apoio à política e à gestão. Temos consciência que o desemprego deve ser um dos indicadores associados, mas isso traz consigo uma série de desafios, porque a questão do desemprego tem um impacto muito grande na vida da população economicamente activa", explicou, Camilo Ceita.

## 1.27 ONU antecipa recessão de Angola para 10,9%

*Jornal Economia e Finanças*

*20 De Março de 2020*

A Comissão Económica das Nações Unidas para África (Uneca, na sigla inglesa) estima que Angola possa enfrentar uma quebra na actividade económica de 10,9 por cento este ano, devido ao Covid-19 e aos preços baixos do petróleo.

Um relatório da Uneca sobre o impacto do novo coronavírus na actividade económica nos países da África Central, diz que Angola pode enfrentar uma recessão de 10,9 por cento na actividade económica, resultante de uma quebra de 20 nas receitas petrolíferas, assumindo um preço médio do petróleo de 30 dólares durante o ano, a que se soma a redução no turismo e nas actividades não petrolíferas.

"A situação na África Central é ainda pior do que no resto do continente, porque infelizmente a percepção sobre a evolução económica, bem como a guerra de preços no petróleo, a que se junta uma queda do preço do petróleo de 60 para 30 dólares por barril, está a acontecer num ambiente em que vários países africanos já estão sob apoio do FMI", disse o director do Departamento da Uneca para a África Central, António Pedro.

"Os nossos Estados-membros não terão o dinheiro que precisam, para reagir à pandemia, já que enfrentam um duplo perigo: por um lado são atacados pelo vírus e pelo abrandamento do crescimento económico e depois não têm dinheiro para responder a um agravamento da situação da pandemia", acrescentou o responsável.

O relatório "mostra os impactos estimados nos países da África Central em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) num cenário do petróleo a 30 dólares", confirmou à Lusa o responsável por esta região que, na divisão da ONU, engloba Angola, Burundi, Camarões, República Centro Africana, Chade, República Democrática do Congo, República do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Ruanda e São Tomé e Príncipe.

Crescimento africano desce para 1,8%

A Uneca alerta que o crescimento económico de 3,2 por cento, previsto para o continente este ano, pode reduzir para 1,8, devido ao abrandamento previsto na procura dos principais países importadores de matérias-primas e à redução do preço do petróleo.

"Dos milhares de casos conhecidos, cerca de 350 são em África, mas o impacto económico é desproporcional", lê-se numa nota de análise divulgada pela Uneca em Adis Abeba, na qual se alerta que "o novo coronavírus pode fazer com que o crescimento esperado desça de 3,2 para 1,8 por cento".

Na apresentação do relatório sobre o impacto da pandemia no Continente Africano, a secretária executiva da Uneca, Vera Swonge, disse que o facto de a China estar a ser severamente afectada, iria, inevitavelmente, impactar também o comércio.

Produto Interno Bruto

"África pode perder metade do crescimento do PIB devido a um conjunto de razões, que incluem as perturbações na cadeia de fornecimento global", disse o responsável, notando que o continente está fortemente ligado à Europa, China e Estados Unidos.

O continente, acrescentou, vai precisar de mais de 10 mil milhões de dólares em aumentos nos gastos de saúde, para conter a propagação do vírus e, por outro lado, para compensar a quebra de receitas, que pode levar a uma situação de dívida insustentável.

Covid-19 tira usd 65 mil milhões

No relatório, explica-se que, "assumindo uma exportação de barris de petróleo este ano idêntica em volume à da média entre 2016 e 2018, com o preço

médio de 35 dólares, o Covid-19 pode fazer as receitas de exploração caírem para 101 mil milhões de dólares este ano", o que representa uma queda de 65 mil milhões de dólares.

Entre as recomendações apontadas pela Uneca os peritos salientam que "os governos africanos devem rever os orçamentos, para dar prioridade às medidas que possam mitigar os efeitos negativos esperados do Covid-19 nas suas economias".-

A organização considera ainda que os governos devem "dar incentivos aos importadores de alimentos, para comprarem rapidamente quantidades suficientes que possam ser armazenadas, financiar a preparação para o impacto, a prevenção e as medidas curativas, incluindo a parte logística".

## I.28 INE quer inclusão do desemprego

*Jornal Economia e Finanças*  
22 De Março de 2019

O Instituto Nacional de Estatística (INE) pretende incluir o factor desemprego nos indicadores do índice de pobreza multidimensional (IPM), por considerar grande o impacto na população economicamente activa do país.

O índice de pobreza multidimensional (IPM) de Angola, apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Oxford Poverty And Human Development Initiative (OPHI) da universidade de Oxford é composto por 10 indicadores agrupados em três dimensões.

Estes indicadores são a Saúde (taxa de mortalidade e taxa de nutrição); Educação (anos de escolaridade e frequência escolar) e Condições de vida (acesso à electricidade, água para o consumo humano, água para o saneamento básico, ao combustível para cozinhar, à casa com chão apropriado, à posse de bens como carro, propriedade, bicicleta, mota, rádio, frigorífico, telefone e televisão).

Segundo o director do INE, Camilo Ceita, que falava no encontro que visou colher opiniões sobre a pobreza multidimensional, o IPM deve definir a realidade do país com os indicadores chaves, como o desemprego, que se reflecte na população economicamente activa.

A taxa de pobreza multidimensional em Angola reduziu de 77,4 (2011) para 51,2 por cento em 2018, segundo o estudo do PNUD, dados que contrastam

com os indicadores do Governo que apontam uma incidência de 36 por cento.

Entre os 10 indicadores, os que mais concorreram para a pobreza multidimensional em Angola são as privações em anos de escolaridade (16 por cento), seguidos pela frequência escolar (15%) e nutrição (11%).

## I.29 Pobreza reduziu, mas 51,2% da população ainda é pobre

A taxa de pobreza multidimensional, em sete anos - aquela caracterizada por factores como exclusão social, baixa escolarização, condições precárias de habitação e falta de acesso a bens e serviços -, em Angola, reduziu de 77,4% (em 2011) para 51,2% (em 2018), segundo estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Noutras palavras, 14,8 milhões de angolanos (num universo de 29 milhões) ainda vivem com a pobreza multidimensional. Entretanto, os números do PNUD contradizem os indicadores do Executivo que apontam para uma taxa de 36%.

Já a taxa de pobreza monetária, que se caracteriza pelo número de pessoas que vivem com menos de 1,90 dólar por dia (de acordo com o PNUD), está avaliada em 36,6%, o equivalente a 10,6 milhões de habitantes, segundo cálculos do Novo Jornal.

Esta semana, o Instituto Nacional de Estatística (INE) chamou a imprensa para anunciar o arranque de um programa de consulta pública sobre pobreza multidimensional, que visa recolher contribuições da sociedade e indicadores relevantes para composição do IPM Nacional.

Na ocasião, o director do INE, Camilo Ceita, fez saber que o IPM deve definir a realidade do país com os indicadores-chaves, como o desemprego, que se reflecte na população economicamente activa.

"Os indicadores que a nível global o PNUD e OPHI [Oxford Poverty And Human Development Initiative] apresentam podem não se reflectir naquilo que são as nossas prioridades, por isso estamos aqui para em conjunto identificar as nossas dimensões e indicadores associados e depois calcular o nosso IPM", frisou.

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), calculado com base no Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS 2015-2016), produzido pelo INE em colaboração com o Ministério da Saúde, é composto por dez indicadores agrupados em três dimensões: Saúde (taxa de mortalidade e taxa de

nutrição); Educação (anos de escolaridade e frequência escolar) e Condições de vida (acesso à electricidade, à água para o consumo humano, à água para o saneamento básico, ao combustível para cozinhar, à casa com chão apropriado, à posse de bens como carro, propriedade, bicicleta, mota, rádio, frigorífico, telefone e televisão).

O actual Governo comprometeu-se a reduzir a taxa de pobreza em 25% e retirar cerca de três milhões de pessoas da situação extrema de pobreza até 2022.

## I.30 Combater a pobreza

*Jornal de Angola*

*27 De Março de 2020*

O executivo espera, em breve, beneficiar um milhão e 608 mil famílias em situação de pobreza, por via da distribuição de apoio monetária e inclusão em actividades geradores de rendimento. A comissão económica aprovou, ontem, o Programa de Transferência Sociais Monetárias, enquadrado no Plano de Desenvolvimento Nacional, co-financiado pelo Banco Mundial e o Executivo. O primeiro entra com 320 milhões de dólares e o segundo com 100 milhões.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o país tem um 1 milhão e 608 mil famílias em situação de pobreza. Com o Programa de Transferências Sociais Monetárias, o Estado vai conceder 8.500 Kwanzas mensais para cada uma das famílias dispersas pelas 18 províncias.

O secretário para Assuntos Económicos do Presidente da República, Lopes Paulo, explica que o programa piloto, tecnicamente em curso com à identificação das famílias beneficiárias, em cinco municípios e províncias diferentes vai abranger mil famílias, prevendo que a efectivação e o pagamento ocorra em Maio próximo. A meta é que, em 2020, o programa beneficie 300 mil famílias, em 2021, 706 mil, num total de um milhão e 608 mil famílias.

O objectivo do projecto é reduzir a pobreza, passando-a dos 36 por cento, em 2017, para 25 por cento, em 2022, numa altura em que o Governo projecta a redução dos subsídios aos preços de bens como água, electricidade, transportes públicos e combustível, o que acarreta maiores despesas para as famílias, sobretudo as mais pobres.

Os municípios eleitos para o programa piloto são: Nzeto no Zaire, Cambundi Catembo (Malanje), Ombanja (Cunene) e Cuito Cuanavale (Cuando Cubango) e Huíla são os municípios eleitos para o programa piloto. Lopes Paulo realçou que o arranque



do programa fica condicionado à erradicação da pandemia do coronavírus.

### I.31 Mais de 13 milhões utilizam telemóveis

*Jornal de Angola*

*29 De Março de 2019*

*Texto: Ana Paulo*

Angola conta com mais de 13 milhões de utilizadores de telemóveis, quase metade da sua população do país, estimada em 26 milhões, de acordo com estatísticas divulgadas ontem, em Luanda, pelo secretário de Estado das Telecomunicações.

Mário Oliveira anunciou, durante a abertura do 22 Seminário sobre Indicadores das Tecnologias de Informação e Comunicação, promovido pelo Instituto Angolano das Comunicações (INACOM), números de 2018 que apontam também, para mais de 170 mil utilizadores da rede telefónica fixa, quase seis milhões de clientes do serviço de Internet e 1,928 milhões, de subscritores de canais de televisão por assinatura.

Ao precisar estes dados, o administrador executivo do Inacom, o regulador do sector das comunicações, indicou o número de utilizadores de telemóveis caiu ligeiramente de 13.323.952 em 2017, para 13.288.421 em 2018.

Segundo António Gonçalves a rede fixa teve uma queda brusca, com o número de subscritores a passar 304.493 em 2016, para 161.070 em 2017, tendo iniciado no ano passado uma recuperação que elevou as subscrições para 171 mil utentes.

Os dados apontam para um acentuado crescimento dos utilizadores da Internet de 4.450.962 em 2017, para 5.929.715 no ano passado. O sector dispõe de dois segmentos de televisão por assinatura, um por satélite e outro por cabo, os quais reúnem, respectivamente 1,838 milhão de utentes (contra 1.473.430 em 2017) e cerca de 90 mil, de acordo com António Gonçalves. Este números foram revelados num seminário no qual o secretário de Estado das Telecomunicações reafirmou a decisão institucional angolana de elevar as cifras no próximo ano, apesar de considerar positivos os indicadores do sector, sobretudo na área de Internet por telemóvel, que dispõe de maior número de subscritores.

Mário Oliveira considerou que a rede fixa continua "firme e forte no mercado", com um aumento significativo, mesmo com a entrada das telecomunicações móveis a liderar. "A rede fixa tem

uma grande importância não só na vida do cidadão, como também das empresas. Dai a continuidade da sua existência no mercado das Tecnologias de Informação e Comunicação", disse.

O secretário de Estado das Telecomunicações declarou que os efeitos das acções de formação potenciam os empresários interessados em investirem no mercado das TIC, adequando-o ao das outras regiões do mundo, em particular da SADC.

O seminário decorre em paralelo com um ciclo de formação que congrega órgãos reguladores dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), operadores angolanos dos serviços de telecomunicações e representantes da União Internacional das Telecomunicações (UIT).

Segundo Mário Oliveira, Angola precisa de "mais acções de formação do género, atendendo à dinâmica de evolução tecnológica e ao novo quadro legislativo "que liberaliza o mercado das tecnologias de informação e comunicação" no país.

"O cenário permite o surgimento de mais actores com licenças multi-serviços ou títulos globais unificados", disse o secretário de Estado.

O presidente do Conselho de Administração do Inacom assinalou que o seminário, com o ciclo de formação promovido pelo órgão que dirige, que "contribui para a capacitação e desenvolvimento de competências".

"Pretende, acima de tudo, sensibilizar os responsáveis dos operadores relativamente à necessidade de, juntos, continuarmos a trabalhar no sentido de melhorar a qualidade da recolha e divulgação e compilação dos dados estatísticos", afirmou.

### I.32 Quem está contra o salário mínimo?

*Jornal Expansão*

*29 De Março de 2019*

*Texto: Alves da Rocha*

A repetição da letra A na palavra salário é propositada, pretendendo significar a tremenda importância (repercussão, eco) que esta variável macroeconómica - igualmente considerada como um macro-preço - tem na economia e na sociedade. Só quem não tem conhecimentos mínimos de macro e microeconomia é que pode invetivar contra o estabelecimento e a obrigatoriedade de um salário mínimo nacional. E estas invetivas provêm de alguns empresários e empresárias angolanas, totalmente

incapazes de entender os efeitos multiplicadores e disseminadores de um modelo de redistribuição do rendimento nacional, que até nem é o caso do salário mínimo, que faz parte do processo de afectação primária do PIB na sua vertente nominal e de remuneração dos factores de produção.

São alguns destes empresários e destas empresárias que peremptoriamente afirmam que as universidades angolanas não valem nada (1), não servem conhecimentos úteis às empresas, desconhecendo - ou talvez mesmo nunca tendo tido noções de economia para além das de natureza primária, na base das quais as sociedades não progridem, porque cada vez mais complexas e exigentes em conhecimentos científicos, que só as universidades são competentes para congeminar, fornecer, consolidar e disseminar - a sua importância nos processos de criação e difusão de conhecimento e de transformação da vida. As colocações são, por vezes, severas e irritantes, do género, as universidades angolanas não formam profissionais à altura das necessidades e interesses das empresas (privadas e públicas) porque demasiado teóricas. Esquecem-se estes empresários e empresárias que "uma boa prática ainda é uma boa teoria", que "é a prática que se deve elevar à teoria e não o contrário" (aliás, é este o fundamento do método indutivo) e que não há avanço científico sem, por dedução ou indução, se formularem teorias para a compreensão e explicação dos fenómenos, quaisquer que sejam. Será que estes empresários e estas empresárias pretendem colocar as universidades angolanas contra as empresas? Contra o universo empresarial nacional? Apelo a todas as universidades nacionais que nos unamos para, através de um diálogo abrangente e construtivo com as empresas, desmistificar os fundamentos (será que verdadeiramente os há?) destes ataques, que nos desprestigiam.

Foi decretado pelo Governo um ajustamento do salário mínimo nacional em 30%, para vigorar a partir de Abril. Não se tratou de um aumento/incremento, mas sim de um acerto do seu valor tendente a minimizar perdas do seu real valor de aquisição depois de 2014, data da última concertação nesta matéria. Uma perda acumulada estimada em 161,7%, ou seja, 21,2% de redução média anual. É muito, em especial para quem tenha da remuneração do trabalho a única fonte de rendimento para a família. E são muitas nestas condições, que seguramente não conseguirão viver com pouco mais de 1 070 Kz por dia. A fome, a pobreza continuarão a existir. Durante este mesmo período de que modo se comportaram os salários dos empresários (não foram ajustados?), os lucros e as rendas das empresas? A pergunta é sincera e não capciosa, pois não acredito não ter

ocorrido o fenómeno da repercussão para a frente resultante da inflação.

Porém, alguns empresários e empresárias são frontalmente contra (Novo Jornal, Reportagem sobre esta matéria publicada em 7 de Março do corrente ano, página 2), argumentando com a não correspondência nos níveis de produtividade do trabalho. A produtividade do trabalhador não depende apenas de si (dos seus conhecimentos, das suas habilidades, da sua capacidade de trabalho, da sua destreza, do valor que o trabalho culturalmente representa para si, do absentismo, da sua saúde (no curto prazo mais e melhor saúde melhora a produtividade e diminui o absentismo), do ambiente de trabalho, da segurança do seu posto de trabalho, que provavelmente a Nova Lei Geral do Trabalho não garante (2)), mas também dos próprios empresários (como se relacionam com a força de trabalho das suas empresas? A "chicote" ou com diálogo?), da organização das empresas (de que modo se estabelece a divisão do trabalho no seu interior? Adam Smith considerava que o motor essencial do desenvolvimento era a divisão social do trabalho, que trazia em seu bojo a especialização, fonte de produtividade), do ambiente de trabalho nas unidades de produção (discutem-se os planos de produção? O tipo de formação adicional de que os trabalhadores e empresários necessitam, já que as universidades angolanas não estão aptas a fornecê-la? As metas de produção e de produtividade? A partilha dos ganhos de produtividade?) e finalmente do próprio ambiente macroeconómico, cuja estabilidade deve ser assegurada pelo Estado.

Dessa mesma reportagem do Novo Jornal, retirei a afirmação seguinte: "os acréscimos têm de existir quando há produtividade. Não se pode aumentar salários quando não há aumento da produtividade, a não ser que seja um assunto aleatório. Um bom gestor não pode, nem deve aumentar salários senão houver produtividade" (3).

Veja-se, então, a ligação salário-produtividade. Em microeconomia estabelece-se uma condição de equilíbrio-chamada de maximização do lucro - entre o valor da produtividade marginal do trabalho e o salário. Sempre que o primeiro termo superar o segundo, as empresas terão lucros, sendo o limite a igualdade (o que mais uma unidade de trabalho acrescenta não pode superar o valor do salário). Deste ponto de vista científico é lícito afirmar-se que mais salário tem de corresponder a mais produtividade, sob pena de se poderem desencadear fenómenos inflacionistas.

Mas o salário mínimo tem igualmente uma função social, não podendo ser apenas analisado do ponto de

vista dos lucros dos empresários e das empresas (se o mercado de emprego funcionasse de um modo eficiente e racional, sem distorções, assimetrias e falhas, provavelmente não haveria necessidade do estabelecimento deste tipo de limite). Mas a realidade é outra e a repartição primária do rendimento nacional pelos factores de produção enferma de desigualdades, que podem ser atenuadas, actuando-se ajustante pelo sistema fiscal, ou a montante por este tipo de intervenções administrativas.

Mas o salário é igualmente uma macro-variável. É uma componente da procura agregada da economia, advindo daí a capacidade de criação e difusão de crescimento e de situações de melhoria das condições de vida, que engendrará oportunidades de investimento, emprego e lucros. E, por mais paradoxal que possa parecer, mais salários e salários mais elevados, podem significar lucros mais elevados, dinâmicas de crescimento da economia mais acentuadas e melhor distribuição do rendimento. Felizmente que a maioria dos empresários angolanos tem do salário mínimo uma análise e uma perspectiva correcta.

(1) Robert Solow dizia, no auge das notáveis discussões e excepcionais debates dos anos 90 do século passado sobre a Nova Economia e a "iminência de um novo paradigma económico" (centrado na revolução das novas tecnologias de Informação e comunicação) entre Solow, Rudiger Dombush, Robert Gordon, Olivier Blanchard e outros ilustres economistas, que os computadores não serviam para muita coisa, na medida em que só se pode trabalhar com um de cada vez. Mais tarde veio a provar-se que os enormes ganhos de produtividade afinal tinham, também, na sua base os progressos registados nestas novas formas de comunicação universal

(2) Evidentemente que deixaram de existir empregos para toda a vida e a segurança não pode ser total, competindo às empresas, trabalhadores e Estado errarem as melhores condições para a ocorrência da flexisegurança. Os sistemas de previdência social pública ou privada ou mista, são importantes almofadas minimizadoras dos excessos de insegurança no trabalho da parte dos trabalhadores.

(3) Citei tal e qual, apesar de erros de concordância e de pensar que o "senão" devia estar separado, ou seja, "se não"

Alves da Rocha escreve quinzenalmente

### I.33 Função pública emprega 398.815 trabalhadores

*Jornal de Angola*

*30 De Março de 2019*

*Texto: Edivaldo Cristóvão*

Pelo menos 2.807 funcionários foram admitidos, durante os últimos dois anos, em todo o país, o que perfaz um total de 398.815 enquadrados na função pública, revelou ontem em Luanda, o secretário de Estado da Administração Pública.

António Francisco Afonso, que falava num seminário sobre legalidade e prática de gestão de recursos humanos, afirmou que o enquadramento dos novos funcionários representa para o Estado um encargo estimado em mais seis mil milhões de kwanzas.

Baseando-se num estudo sobre os contratos de trabalho por tempo determinado na Administração Pública angolana, bem como na fiscalização do Decreto Presidencial n2104/11 de 23 de Maio, ressaltou. O secretário de Estado sublinhou que o Ministério dos Transportes é o sector que mais emprega no país, tendo enquadrado nos últimos dois anos 774 funcionários.

A Universidade Agostinho Neto (UAN) aparece na segunda posição como a instituição que mais emprega no país, garantido, ao todo, 545 postos de trabalho, seguidos dos ministérios das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, com 489, Ensino Superior 432, Relações Exteriores 125, Recursos Minerais e Petróleos 85.

Por intermédios dos ministérios da Administração do Território e Reforma do Estado entraram 75, Finanças 67 e Agricultura 56. Na totalidade, avança o estudo, os departamentos ministeriais contrataram aproximadamente 2.807 trabalhadores. O secretário de Estado referiu que os ministérios que possuem fundos são os que menos contratam pessoal, o que não dá lugar a uma correlação positiva entre a existência de fundo público e a contratação do pessoal.

António Francisco Afonso assegurou que um dos objectivos do estudo é fiscalizar e registar os contratos de trabalho por tempo determinado no sector da Administração Pública.

## 1.34 Mais de 1 milhão de famílias saem da linha da pobreza até 2022

30 De Março de 2020

Texto: João Dias

Até 2022, 1,6 milhão de famílias deverão deixar a linha da pobreza, através do Programa de Transferências Sociais Monetárias, cuja implementação começa em Maio deste ano em cinco municípios do país.

Segundo o secretário para os Assuntos Económicos do Presidente da República, Lopes Paulo, o projecto, que faz parte do amplo Programa de Fortalecimento da Protecção Social em Angola, começa em cinco municípios do país, nomeadamente Nzeto (Zaire), Cambundi Catembo (Malanje), Cacula (Huila), Cuito Cuanavale (Cuando Cubango) e Ombadja (Cunene).

Em declarações à imprensa, no termo da terceira sessão ordinária do Conselho de Ministros, que decorreu, sexta-feira, no Centro de Convenções de Talatona, sob orientação do Presidente da República, Lopes Paulo afirmou que, no total, o programa, com duração de três anos, deve abranger 1.608.000 famílias consideradas pobres, de acordo com critérios internacionais.

Lopes Paulo, que deixou claro que o programa nada tem a ver com as medidas para mitigar o impacto negativo do Coronavírus, explicou que a previsão é que sejam beneficiadas, até 31 de Dezembro do ano em curso, 300 mil famílias, incluindo as cinco mil da fase piloto. Na sequência, em 2021, o programa prevê abranger 700 mil famílias e, em 2022, o último ano da sua execução, deve beneficiar 608 mil famílias. O objectivo é reduzir a pobreza de 36 por cento, em 2017, para 25 por cento, em 2022.

O valor a ser atribuído ao longo do programa é de 8.500 kwanzas, financiados integralmente pelo Governo, que obteve um empréstimo junto do Banco Mundial no valor de 320 milhões de dólares, com o qual deve, também, proceder à capacitação institucional do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, encarregue da execução do mesmo.

Com o Programa de Transferência Social Monetária, que é de carácter temporário, pretende-se promover a inserção produtiva das famílias, que poderão receber dinheiro até uma certa fase até terem a capacidade de gerar rendimentos próprios e criar auto-sustento. A previsão é que cada família receba dinheiro durante 12 meses.

O secretário para os Assuntos Económicos do Presidente da República afirmou que a sua implementação será gradual e que depois da fase piloto, em Maio, deve arrancar nos 40 municípios seleccionados e dispersos pelas 18 províncias. “Há o mínimo de dois municípios por cada província para atender este número de 40 municípios. Vamos fazer o enquadramento gradual de cada um deles até ao último a ser atendido em 2022”, assegurou Lopes Paulo, que adianta que o foco do Executivo é promover a integração social e produtiva das pessoas consideradas pobres monetariamente.

Estima-se que, das 1.608.000 famílias, 1.092.000 estejam no meio rural e apenas 516 mil nos centros urbanos. Deste total, cerca de 200 mil famílias estão em condição de extrema pobreza, de acordo com a definição do Instituto Nacional de Estatística (INE), segundo o qual as famílias com um rendimento de até 73 mil kwanzas são consideradas pobres e as de extrema pobreza são as que têm um rendimento de cerca de 24 mil kwanzas.

Isenção no processo

Para a concretização do programa, está contratada uma empresa privada estrangeira para assegurar que o processo decorra de modo isento e sem favorecimento algum a uma e outra família.

“Pretende-se o máximo de isenção na execução do programa. Daí estarem fora disso entes públicos. O dinheiro deverá ser entregue directamente ao beneficiário por via bancária. Cada família terá um cartão multi-caixa do banco privado seleccionado para o efeito. Lá onde não for possível, o valor deverá ser entregue directamente às famílias em numerário”, esclareceu Lopes Paulo, sublinhando que o programa é diferente ao anterior “Cartão que Kuia”, cujo fim era a entrega de bens alimentares.

Angola, lembrou, não é o primeiro país a implementar o programa, uma vez que a experiência já tem sido realizada pelo Malawi, Zâmbia, Zimbábue e países do norte de África, América Latina e Filipinas.

O programa deve oferecer capacidade financeira para suprir necessidades de subsistência no curto prazo para pessoas em condições precárias. De acordo com os três critérios internacionais, o valor deve cobrir entre dez a 15 por cento do rendimento mínimo da linha de pobreza, estimado em 73 mil kwanzas. Um outro critério afirma que este valor deve representar entre dez a 15 por cento de consumo médio, estimado em 44 mil kwanzas, na zona urbana e cerca de 33 mil no meio rural.

O valor concebido para o programa, no país, corresponde a 20 por cento desta média, o que corresponde a quantia de 8.500 kwanzas a ser atribuído mensalmente a cada família. “Não foi um cálculo aleatório. Se olharmos para o nível mais profundo da pobreza, este valor faz diferença e permite a promoção da economia e do comércio rural”, considerou Lopes Paulo, admitindo que Angola não tem apenas 1.608.000 de famílias pobres.

O Programa de Transferências Monetárias foi aprovado em Conselho de Ministros em 2018 e conta com o financiamento do Banco Mundial, sendo que o acordo de empréstimo foi aprovado a 16 de Julho de 2019. O programa visa, no âmbito do desenvolvimento nacional, combater a pobreza. Deste modo, pretende reduzi-la passando dos 36 por cento em 2017 para 25 por cento em 2022.

O programa deve abranger 1.608.000 famílias, que é o número de pobres em termos monetários, apresentados pelo mapa de pobreza, do Instituto Nacional de Estatística (INE) apurado no inquérito sobre receitas e despesas das famílias em 2018 e 2019.

### I.35 Fome, pobreza e alterações climáticas

*Jornal de Angola*  
31 De Março de 2019  
Texto: Filipe Zau

Os índices crescentes de fome e extrema pobreza, cada vez mais associados às alterações climáticas, continuam a não merecer a atenção necessária por parte dos poderes políticos e dos interesses económicos, para que, a curto prazo, se inverta definitivamente o caminho para a destruição do mundo e da humanidade. A formação dos recursos humanos resultante de processos educacionais, para além da sua estreita ligação ao desenvolvimento, terá que ser capaz de: "formar e/ou mudar hábitos e mentalidades em face da necessidade urgente de se conservarem contextos representativos da natureza e contextos culturais de alta significação. .

Não há soluções credíveis para a luta contra as alterações climáticas, ignorando por completo as necessidades crescentes de energia por parte das comunidades carenciadas, tal como não se torna possível abordar as situações de fome e extrema pobreza, sem nos debruçarmos sobre os impactos das mudanças climáticas na agricultura, principal actividade económica nos países pobres. A sustentabilidade corresponde ao "conceito que privilegia o uso de bens naturais/culturais sem descuidar de sua conservação, para que as gerações

futuras possam beneficiar deles." Mas, para que se promova a sustentabilidade ambiental terá de haver, em todo o mundo, uma acção conjunta que se debruce sobre a pobreza mundo e as alterações climáticas.

Reflectidamente os ambientalistas afirmam que estamos à beira da destruição da vida humana e têm razões mais do que evidentes para que os levemos a sério: nas cidades, o ar que respiramos vai perdendo qualidade; a água, imprópria para consumo; os alimentos, envenenados com pesticidas, herbicidas e fertilizantes químicos, ou poluídos com corantes, espessantes, acidulantes, aromatizantes e conservantes; a carne é enxertada com antibióticos e hormônios danosos à saúde; os mares e rios tornam-se perigosos para banhos; os peixes e os frutos marinhos, contaminados pelo mercúrio, podem provocar desastres como o de Minamata, no Japão; as guerras infundáveis produzem milhões de mortos; feridos e estropiados, viúvas, órfãos, neuroses, psicoses, doenças orgânicas e desastres urbanos e ecológicos; as experiências nucleares, usinas atómicas e bombas dão azo a que, num minuto, se possa extinguir toda a vida no planeta; o sol se tornou perigoso, por causa da destruição da camada de ozónio...

Passamos' por alterações climáticas perigosas, com impacto directo na agricultura e, conseqüentemente, na principal actividade económica dos países ainda não suficientemente industrializados. Sem que se entenda isto como uma forma alarmista de se colocar a questão ambiental como um desafio a incorporar nas nossas preocupações quotidianas, vamo-nos dando conta que, por exemplo, a invasão do plástico vai matando assustadoramente a vida animal nos rios e nos mares. As florestas vão desaparecendo e abrindo espaço para a desertificação dos solos. A segurança alimentar passar a estar mais comprometida e a extinção de espécies animais e vegetais terá de ser vista com uma questão muito séria.

Relativamente a Angola, os eventos climáticos mais frequentes estão ligados à pluviosidade e às cheias dos rios, sobretudo, nas províncias da Huíla e do Cunene, colocando um elevado número de populações em situação de deslocadas, face às catástrofes que, todos os anos, provocam. De salientar ainda, as calemas da ilha de Luanda que provocaram o desalojamento de várias famílias. Todos estes factos conjugados contribuem para o aumento da fome e da pobreza extrema, principalmente, nas províncias da Huíla e do Cunene, já que, a agro-pecuária é a principal actividade económica das populações. Perdem-se colheitas e também muitas cabeças de gado, o que constitui um

grave prejuízo para a economia nacional. A interrupção das aulas por longos períodos acaba por prejudicar, todos os anos, a eficiência do processo de ensino-aprendizagem dos alunos e a dificultar o processo de universalização do ensino primário, agravado pelo facto das populações serem pastoris e o nomadismo fazer parte do seu modus vivendi.

Os países em desenvolvimento têm de implementar políticas e práticas de governação para proteger, não só, o ambiente, mas, também, as comunidades pobres que dependem dos recursos naturais. Concomitantemente, os países mais industrializados têm de assumir as suas responsabilidades, já que são os maiores poluidores, ajudando os países em desenvolvimento a melhorar a sua capacidade de adaptação às alterações climáticas, através de transferências tecnológicas e financeiras. Prefaciando o Greenpeace: "quando a última árvore tiver caído, quando o último rio tiver secado, quando o último peixe for pescado, vocês vão entender que o dinheiro não se come!!"

PhD em Ciências da Educação e Mestre em Relações Interculturais

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Bancos preferem financiar governos e recusam crédito a PME com excesso de garantias

*Jornal Expansão*  
6 De Março de 2020

Os bancos na maioria dos países africanos favorecem os empréstimos a governos e grandes empresas, canalizando pouco financiamento para as pequenas e médias empresas (PME), conclui o relatório sobre a banca africana, publicado pelo Banco Europeu de Investimentos, que revela que os bancos na África Austral "resistiram bem" à desaceleração económica dos últimos anos.

"Os sectores bancários da África Austral permanecem geralmente resilientes com altos níveis de capital e rentabilidade, embora as necessidades de financiamento pesem nos balanços de muitos bancos", lê-se no relatório "Banking in Africa - Financing transformation amid uncertainty", elaborado por uma equipa de 40 economistas, coordenada por Jean-Philippe Stijns.

Apesar de o sector bancário variar muito em toda a região, há "características comuns". Uma delas é a "pressão exercida sobre o sector à medida que as finanças dos governos enfraquecem em vários países, incluindo Zâmbia, Angola, Zimbabwe, Namíbia e África do Sul, com os bancos a financiar os défices orçamentais por meio de empréstimos a governos e a empresas públicas", refere o estudo, de 222 páginas.

Em alguns casos, isso secou os empréstimos que poderiam ser canalizados para as empresas, a quem são exigidos níveis significativos de garantias, diminuindo o investimento no sector privado devido à falta de financiamento.

O estudo revela que a proporção de crédito doméstico no PIE de África Austral atingiu um pico em 2014, com 41%, situando-se hoje nos 37%. Mas a média da região oculta diferenças díspares entre os países, com África do Sul bem acima da média, com 148% do PIE, seguido das Maurícias (80-100%) e a Namíbia (60%), longe dos 30% do Botswana e das Seicheles.

"Muitas vezes, as instituições financeiras possuem boas posições de liquidez, mas hesitam em aumentar os empréstimos devido à percepção de riscos relativos e fraquezas institucionais nos mercados domésticos", referem os autores do estudo. Nesses

casos, "esquemas de compartilhamento de riscos fornecidos por parceiros de desenvolvimento são ferramentas eficazes para aumentar o financiamento às PME".

Por outro lado, o fraco desempenho económico da maioria das economias de África Austral, onde se incluem África do Sul, Angola, Botswana, Eswatini, Lesoto, Madagásca Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe, alimentou "um aumento dos empréstimos vencidos na maioria dos mercados", refere o relatório, destacando uma melhoria na supervisão e regulamentação bancária.

"A região está praticamente livre de falências bancárias, nos últimos três anos, com um banco estatal angolano a ser a única exceção, refere o relatório, notando que houve uma melhoria nas estruturas de gestão dos riscos, um aumento da capacidade de supervisão e regras mais rígidas de liquidez e capitalização.

Outro aspecto comum é o enfraquecimento dos correspondentes bancários internacionais. Angola surge novamente como exemplo. O País "perdeu todas as suas relações com o USD" e negocia hoje, com custos mais elevados, com correspondentes na Europa".

Angola, juntamente com a Namíbia, Maurícias e Seicheles viram um declínio de um terço da actividade bancária correspondente nos cinco anos antes de 2017, de acordo com dados recolhidos pelo Conselho de Estabilidade Financeira.

I.C.B.

### 2.2 Lucros da banca dispararam 24% para 584,5 mil milhões Kz

*Jornal Expansão*  
6 De Março de 2020  
Texto: Nelson Rodrigues

Os lucros dos 20 bancos comerciais que publicaram os balancetes do IV trimestre de 2019 até dia 3 de Março, registaram um crescimento de 24% para 584,5 mil milhões Kz, voltando a beneficiar das operações cambiais e de títulos de dívida para disparar os resultados.

Já em dólares, à taxa de câmbio de 31 de Dezembro de 482,2 Kz USD, os resultados líquidos sofreram uma queda de quase 21% para 1.212 milhões USD, descendo de 1.529 milhões USD (taxa de câmbio de 31 de Dezembro de 2018 de 308,6 Kz/USD)

Os balancetes disponíveis não trazem notas explicativas às contas do trimestre mas as rubricas dos balancetes, como o crédito a clientes - o negócio tradicional dos bancos -, as comissões de serviços bancários e demais margens financeiras, ajudam a entender o crescimento dos resultados líquidos.

É com base nesses indicadores que os analistas consultados pela Expansão explicam o avanço em mais de 20% nos resultados líquidos de todo o sector.

Para o risk manager, Adolfo Dombo, os títulos públicos indexados à moeda estrangeira têm gerado vantagens nos players do sector bancário, mecanismo a que juntam as operações cambiais e o crédito. "Os bancos têm os títulos e obrigações indexadas à moeda estrangeira. Uma apreciação da moeda estrangeira, implica ganhos para a instituição. Este é um ponto; o outro são as operações cambiais e o crédito bancário", comenta o também quadro sénior da banca.

Depois de em 2018 a banca ter registado o maior lucro de sempre, com um crescimento de 169% face a 2017, a banca volta a encaixar lucros e subidas nas demais rubricas do balanço, apesar da crise que já dura há cinco anos.

Activos crescem 37,1%... Também houve crescimento no activo dos 20 bancos. Durante o IV trimestre, o total do sector registou uma subida de 37,1 %, ao sair de 7,8 biliões Kz no IV trimestre de 2018 para 10,7 biliões Kz do IV trimestre do ano passado. e crédito 30,1%

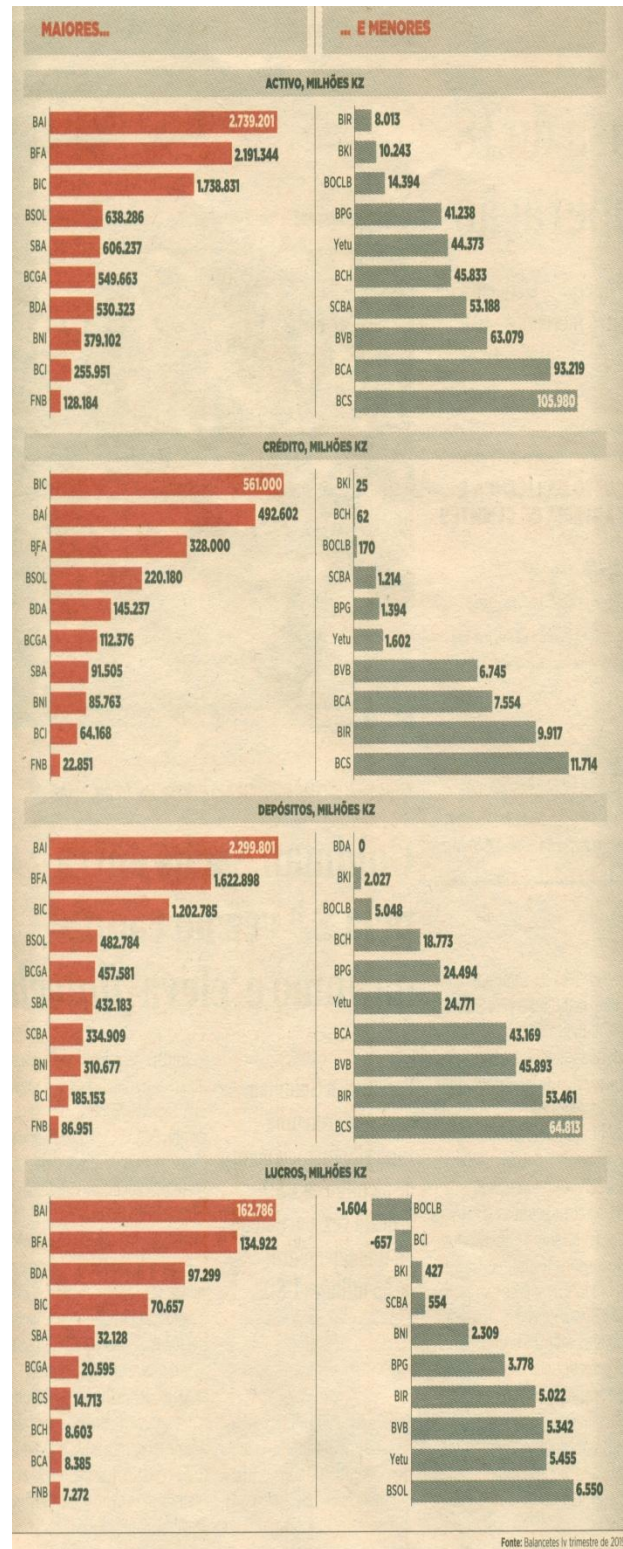
O total de crédito à economia concedido pelos 20 bancos comerciais que apresentaram balancetes cresceu 30,1%, ao evoluir de 1,6 biliões Kz, no IV trimestre de 2018, para 2,1 biliões Kz.

O líder da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, considera "positivo" o crescimento nos 30%, mas defende que o número está "muito aquém das necessidades da economia nacional". "Não vale a pena olhar para essa percentagem de 30,1% e termos a percepção errada de que as necessidades de crédito à economia estão a ser resolvidas. Estamos muito longe disso. Se formos a ver os valores especificamente, são incipientes", critica.

Os depósitos foram a rubrica do balanço que menos cresceu. Durante o trimestre em análise, registou avanço de apenas 3,3% para 5,6 biliões Kz. Adolfo Dombo e o presidente do Sindicato dos Empregados Bancários (SNEBA), Filipe Makengo, admitem que a redução do poder de compra, como consequência da

desvalorização do Kwanza, e a queda na poupança na base deste ligeiro aumento.

"A sociedade perdeu a sua capacidade de poupança. E isso gera diminuição da carteira de depósitos. As empresas também diminuíram a frequência de depósitos", aponta o responsável sindical da classe bancária.



Fonte: Balancetes IV trimestre de 2019



## 2.3 Registos de propriedade promovem garantias e acesso ao crédito

*Jornal Expansão*

*6 De Março de 2020*

*Texto: Faustino Diogo e Martins*

*Chambassuco*

O Executivo apreciou, há uma semana, a proposta de Lei sobre o Regime Jurídico de Garantias Mobiliárias e Registo de Garantias, um mecanismo normativo que cria o regime jurídico dos bens móveis, como garantia do cumprimento de obrigações, ao mesmo tempo que os adequa às exigências e aos padrões internacionais.

De acordo com especialistas ouvidos pelo Expansão, a nova legislação vai fazer com que os interessados em aceder ao crédito na banca possam utilizar os seus bens móveis como garantia,

"No sistema actual está a faltar esta parte de se poder fazer o apelo a bens patrimoniais, a garantia mobiliária, para se poder fazer saques, alavancagem de empréstimos bancários e outras operações", afirma o consultor Galvão Branco

"Há determinados tipos de bens, activos, tangíveis físicos que podem ser utilizados e não estavam previstos a nível dos empréstimos bancários. Por exemplo, os títulos da dívida pública que estão na posse de vários utentes que têm necessidade de recorrer ao crédito podem vir a constituir um suporte para empréstimos que venham a fazer", apontou o empresário.

A Proposta de Lei do Regime Jurídico do Cadastro Predial, também analisada pelo Conselho de Ministros, vem aumentar a segurança da titularidade, imprimir maior dinamismo nos trâmites jurídicos da propriedade, assim como na melhoria do ambiente do negócio, por isso o economista Miguel Santos considera uma iniciativa que peca por ser tardia.

"Esta lei vai trazer de facto algumas vantagens e já devia ter sido pensada há mais tempo. Não é segredo para ninguém a dificuldade que as pessoas vivem para registar as suas propriedades", disse. O jurista António Silva entende que a lei vai resolver muitas questões. "É um começo, mas deve ser complementada com outras acções", defende, tendo lembrado acções que passam pela fiscalização da aceitação destes bens como garantia.

"É preciso haver um acompanhamento e ver se, de facto, estes bens vão passar a ser aceites pelos bancos

em caso de necessidade de financiamento. Uma coisa é a lei, outra é o seu cumprimento" concluiu.

O que muda

A decisão de alterar o diploma legal visa, segundo fontes do Expansão, aliviar, "o mais rápido possível", a pressão financeira sentida pelas Pequenas e Médias Empresas (PME) que se sentem excluídas do Programa de Apoio ao Crédito (PAC).

Espera-se, com a adopção dessa medida, um aumento da competitividade no sector de serviços financeiros, por meio de empréstimos por parte das instituições financeiras não bancárias.

As novas regras vão permitir às empresas que não possuem activos, principalmente as pequenas e médias, apresentar como garantias bens mobiliários, como sejam contas bancárias ou bens agrícolas, como gado, títulos de crédito, veículos e máquinas para ter acesso ao crédito.

O novo paradigma não vai deixar de exigir das empresas contabilidade organizada e o controlo de gestão do seu projecto como critério de acesso ao crédito. São ferramentas consideradas fundamentais para que a banca comercial avance com a cedência de crédito, fundamentalmente no âmbito do PAC.

As novas regras, e que agora aguardam pela sua discussão e consequente aprovação na Assembleia Nacional, podem contribuir para o sucesso do PAC que tem sido apontado, em termos de garantias, como muito exigente para tornar o investimento mais viável. Muitos agentes económicos referem que a adopção dessa medida, por parte do Executivo, é o resultado das constantes reclamações dos pequenos empresários que se sentem excluídos do PAC, tendo em conta que a banca comercial continua a apostar nos grande projectos empresariais.

## 2.4 Cooperativas obtêm créditos de 50 milhões de kwanzas

*Jornal de Angola*

*9 De Março de 2020*

*Autores: José Rufino e Justino Victorino*

O Executivo decidiu colocar, a partir de Abril, 50 milhões de kwanzas à disposição de cada uma das 270 cooperativas registadas no país, num processo em que a selecção dos beneficiários está entregue aos governos provinciais.

A informação foi avançada hoje, no Luena, Moxico, pelo director nacional para Economia, Competitividade e Inovação, César Araújo, durante

um encontro com representantes dos sectores do Comércio e Indústria. O director nacional assegurou que não haverá morosidade na selecção das cooperativas, pois, na medida em que os processos forem remetidos aos consultores, procede-se ao levantamento das necessidades para a elaboração dos projectos e financiamento.

Para o director do Gabinete Provincial de Desenvolvimento Económico Integrado, Guimarães Pinto, o encontro constituiu “um momento ímpar” para o estabelecimento de uma abordagem esclarecedora sobre o Programa de Apoio ao Crédito (PAC).

O secretário da Câmara de Comércio e Indústria no Moxico, Agrione Manuel, manifestou-se satisfeito com o projecto de financiamento e anunciou que 15 cooperativas foram seleccionadas na província para beneficiar de empréstimos para fomentar a actividade económica.

Durante o encontro, os produtores apresentaram preocupações ligadas com à burocracia na tramitação dos documentos, legalização da terra, obtenção de financiamento e outros problemas que concorrem no fraco desenvolvimento da economia na região.

O director Nacional para a Economia, Competitividade e Inovação tranquilizou os participantes, afirmando que o Ministério vai trabalhar com os governos locais para facilitar os processos e evitar as dificuldades que os agentes económicos têm encontrado.

Burocracia atrasa emissão de títulos de propriedade

Responsáveis de 15 cooperativas agrícolas e associações de camponeses na província do Huambo manifestaram-se, sexta-feira, num encontro de auscultação com o secretário de Estado para a Economia, Mário Caetano João, descontentes com o que chamam de “excesso de burocracia” para a emissão de títulos de propriedade de terras, o que dificulta a obtenção de crédito junto da banca.

No encontro de auscultação, os responsáveis das cooperativas agrícolas e associações queixaram-se, também, dos altos valores cobrados em emolumentos para a emissão dos documentos de obtenção de títulos de terra, nomeadamente estatutos, escrituras, certidão notarial, certificação do (Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), os quais variam entre os 250 e 300 mil kwanzas, além da publicação em Diário da República.

O presidente da cooperativa agrícola do Bailundo Aliança de Angola, Victor Francisco, solicitou ao Governo maior apoio financeiro, convertido em

equipamentos de trabalho para aumentar os índices de produção e contribuir para o sucesso dos projectos inseridos no Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI).

Em resposta, o secretário de Estado da Economia insistiu na necessidade da legalização das cooperativas, para acederem ao financiamento bancário. “Devem estar organizadas, regularizando os títulos de propriedades das terras, elaborar e estruturar devidamente os processos”.

Mário Caetano João adiantou que estão disponíveis, para a Província do Huambo, 750 milhões de kwanzas assegurados pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), destinados à aquisição de equipamentos, fertilizantes e outros meios de produção.

“É necessário que as cooperativas tenham títulos de propriedade das terras para acederem ao mercado financeiro”, explicou, no encontro em que governadora provincial do Huambo, Joana Lina, referiu que algumas cooperativas têm já os seus títulos de terra e outras trabalham para obtê-lo.

“O trabalho é contínuo. O Ministério da Economia e Planeamento acompanha todos os processos, mas os intervenientes têm de desenvolver um esforço para que, rapidamente, as cooperativas possam beneficiar dos recursos financeiros”, acrescentou o secretário de Estado, que se reuniu, também, com agentes grossistas, produtores e comerciantes para avaliar a capacidade de produção e comercialização de bens da cesta básica.

## 2.5 A regulamentação da actividade bancária obedece a um processo evolutivo

*Jornal Economia e Finanças*  
13 De Março de 2020

Nas suas aulas, o que tem explicado aos estudantes em como e porquê devemos evitar a exposição das nossas instituições bancárias?

A actividade bancária tem um enquadramento legal específico, devido fundamentalmente, à sua exposição a diferentes níveis de risco e a natureza do produto que transacciona a moeda. E, POI:- tanto, as instituições financeiras bancárias estão sujeitas a fortes regulamentação e supervisão.

A regulamentação da actividade bancária obedece a um processo evolutivo no sentido de garantir a

estabilidade e a solidez do sistema financeiro, assegurando a eficiência do seu funcionamento, a segurança dos depósitos e dos depositantes e a protecção dos consumidores de serviços financeiros.

E como bancário que práticas admite que deve ser abandonadas?

Mais do que práticas a abandonar talvez-especifique algumas nuances que possam permitir que os bancos venham a desempenhar o seu papel-de financiador da economia, porque, na realidade, assiste-se a uma forte concentração em operações cambiais e de aplicações em títulos públicos, o que não deixa de ser óbvio doada a actual conjuntura do país.

Mas se procurarmos pautar a actuação para uma filosofia mais personalizada de abordagem "one to one" que procura satisfazer mais eficazmente as necessidades e expectativas individuais de cada cliente, talvez o nível de incumprimento das obrigações creditícias venha a reduzir

## 2.6 “Crédito mal parado surgiu da dívida do estado”

*Jornal Economia e Finanças*

*13 De Março de 2020*

*Texto: Regina Handa*

O crédito mal parado é um tema bastante transversal nos dias que correm. A sua elevada taxa tem sido de preocupação fundamental dos principais decisores da política económica, pelo facto de constituir um entrave à concretização dos objectivos traçados, sobretudo na erradicação da pobreza e no alcance dos programas macroeconómicos.

É na verdade um assunto que, pelo seu impacto negativo na economia, tem levantado acesas discussões nos mais variados círculos da actividade económica nacional.

Como tem sido encarado o crédito malparado na economia nacional?

O crédito malparado merece uma reflexão profunda a todos os níveis, pelos seus efeitos nefastos na economia, seja porque configura dificuldades por parte dos tomadores do crédito, que se vêm incapacitados em honrarem os seus compromissos com a banca, porque inibe em certa medida as instituições em desempenhar o seu verdadeiro papel de intermediário financeiro, que nada mais é de captar depósitos e conceder crédito e por essa via alocar os recursos necessários para o financiamento das actividades económicas.

E o dilema reside nisso. Pois, se o crédito não é reembolsado, os bancos ficam com menos recursos para emprestar.

Quais são as razões que levam o aparecimento do crédito mal parado?

São várias. Começemos pelo lado da banca, e aqui podemos destacar o deficiente rigor na avaliação dos projectos ou das intenções de empréstimos apresentados pelos clientes. Por outro lado, está no precário acompanhamento por parte dos gestores bancários aos créditos concedidos.

É evidente que aqui podemos colocar uma ressalva, muito comum no passado, que resultava da pressão que muitas vezes era colocada sobre a banca para viabilizar determinados empréstimos sem o cumprimento do pressuposto básico inerente ao processo de concessão de crédito, que é a apresentação de garantias. E o resultado está evidente, os bancos enfrentam enormes dificuldades para a recuperação destes créditos concedidos nestas condições.

No lado dos mutuários, ou seja, dos tomadores de crédito, prevalece a gritante falta de literacia financeira. É preciso referir que alguém ao propor-se a solicitar um crédito, seja para investimento ou para consumo, tem de ponderar suficientemente sobre a sua viabilidade e a sua capacidade de gerar fluxos financeiros capazes de suportar o serviço da dívida (capital e juros).

Este é o detalhe que é quase sempre negligenciado. É por isso, que assistimos empréstimos concedidos muito acima das possibilidades dos mutuários, e recorrentemente, caem em situação default.

As duas razões são de natureza endógena (interna), mas encontramos também razões de natureza exógena (externa), que são transversais a todos os agentes económicos e que inibem o florescimento dos negócios. Estou a falar da precária rede de infra-estruturas (estradas, energia, água e saneamento básico), tremida estabilidade macroeconómica, dívidas do Estado para com as empresas, forte carga burocrática no licenciamento das actividades, lentidão do sistema judicial quando os bancos recorrem aos tribunais para o ressarcimento das dívidas ou mesmo de accionamento das garantias.

Esse fenómeno é de certa forma uma ameaça à "saúde" do sistema financeiro?

Com certeza. E agora ainda mais com a adopção plena das Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS/IFRS), em que os bancos são obrigados a reforçar as imparidades (provisões).

De que forma os bancos IPC e BCI por serem públicos, devem posicionar-se nesta matéria

Independentemente de' serem bancos 'de domínio público devem pautar a sua actuação de acordo com as normas prudenciais e tratarem de rentabilizar o negócio.

E os restantes operadores, privados o que e, recomendaria?

O mesmo procedimento. Sobre os bancos recaem enormes responsabilidades porque são eles os financia dores da economia. Uma economia sem bancos entra em colapso.

No processo de intermediação financeira, os bancos captam os recursos temporariamente livres, normalmente, sob a forma de depósitos e canalizam estes recursos à economia sob a forma de crédito, para fins de investimento ou de consumo.

Desde logo, fica subjacente que os bancos trabalham com recursos alheios, ou seja, dos depositantes, e portanto, ao concederem crédito deve ser de forma prudente e de acordo com critérios objectivos que minimizem o risco de não reembolso no tempo previsto ou em definitivo (risco de crédito e de liquidez).

Os nossos bancários 510, em grande maioria, pessoas muito experimentadas e de longos anos na actividade. Porquê se chegou assim tão ao fundo?

É próprio da conjuntura que o país viveu.

E as garantias apresentadas pelos beneficiários dos grandes créditos agora em mora?

Algumas garantias estão a ser accionadas pelo que temos acompanhado pela imprensa, mas a grande maioria são tão precárias.

Alguns ou por insuficiência de suportes outros ou por "desaparecimento misterioso" nos dossiers de crédito, que. julgo 'muito dificilmente se traduzirão em recuperação do crédito.

Ouviu-se em tempo, certo banco a possibilidade de tornar pública a lista dos seus devedores É este o caminho?

Do meu ponto de vista, é pelo menos, para que se sintam persuadidos publicamente.

Há alguma ligação entre a alta do malparado e a dívida pública?

Não diria que haja uma ligação, mas devemos reconhecer que algumas situações de crédito

malparado surgiram de facto-das dívidas do Estado, mas, outras surgiram porque tinham como principal cliente o Estado, e este por força da queda das receitas fiscais deixou de solicitar os serviços destas' empresas, e portanto, com a perda do seu principal cliente (o Estado) estas deixaram de ter capacidade financeira para honrar os compromissos com a banca.

A origem dos bancos, dos capitais e seus' donos fragilizam ou tornam mais forte estes operadores, olhando para as regras de Basileia? A Lei de Bases das Instituições Financeiras (Lei nº12/2015 de 17 de Junho) estabelece na alínea h) do artigo 19 que no processo de constituição de um banco deve constar o "documento comprovativo da proveniência dos fundos".

Portanto, mais do que a abordagem de fortalecimento ou fragilização; o importante é a transparência e a adopção de práticas de-compliance que, aliás, tem sido o grande dilema: do sistema bancário angolano à luz das práticas-internacionais sobre esta matéria.

Podemos recorrer a, experiências regionais ou noutras realidades para resolvermos a nossa situação? Um estudo' da agência de notação financeira Moodys realça que Angola tem o maior nível de crédito malparado dos bancos africanos e com possíveis revelações negativas da análise aos activos.

Aquele estudo adianta ainda que a par de Angola, os bancos na África do Sul, Nigéria e Tunísia vão enfrentar os maiores desafios, enquanto os bancos do Egipto, Marrocos •. Ilhas Maurícias e Quénia serão os mais- resilientes. Portanto, é uma questão de se buscar as melhores práticas.

Apesar deste ambiente, é possível atrair investimentos para o nosso mercado?

É possível atrair, mas ainda há muito trabalho a realizar no domínio da transparência e da melhoria do ambiente de negócios porque Angola ainda continua abaixo do nível de recomendação de investimento, à semelhança do que acontece com a dívida soberana angolana.

## 2.7 Mais instituições são obrigadas a informar à Central de Riscos

*Jornal de Angola*

*13 De Março de 2020*

*Autor: Leonel Kassana*

O Banco Nacional de Angola (BNA) alargou, num comunicado emitido ontem, a lista das instituições

financeiras com a obrigação de envio de informação à Central de Informação de Risco de Crédito (CIRC), para elevar o rigor na avaliação de risco ligado à concessão de empréstimos.

A lista passa a incluir o Fundo de Garantia de Crédito e sociedades que operam nesse domínio, que devem submeter à CIRC informação sobre os beneficiários das garantias prestadas, assim como as sociedades que tenham por objecto social a recuperação e gestão de crédito.

Destaca-se, também, a obrigação de envio à CIRC, pelas instituições financeiras, das responsabilidades dos clientes resultantes de garantias prestadas para a contratação de crédito.

“Com estas alterações, a base de dados da CIRC centralizará informação global sobre as responsabilidades de crédito assumidas por qualquer cliente perante as instituições financeiras nacionais, bancárias e não bancárias, bem como responsabilidades de crédito potenciais que representem compromissos irrevogáveis”, diz o BNA.

A actualização, segundo o banco central, permite às instituições financeiras o acesso à informação completa sobre as responsabilidades dos clientes, o que assegura uma melhor avaliação de risco ligado à concessão do crédito.

Protecção dos consumidores

Ontem, o BNA publicou, pelo Aviso 5/2028, de 29 de Fevereiro, as regras para a comercialização de Depósitos Duais e Indexados, para regular as questões do aumento da complexidade dos produtos financeiros e protecção dos consumidores desses serviços.

Os Depósitos Indexados têm uma rendibilidade total ou parcialmente associada à evolução de outros instrumentos ou variáveis financeiras e económicas relevantes, como acções ou um cabaz de acções, um índice ou um cabaz de índices accionistas ou de mercadorias, bem como a taxa de câmbio de uma determinada moeda estrangeira diante de outra.

Já os Depósitos Duais são produtos financeiros resultantes da comercialização combinada de dois ou mais depósitos bancários.

O Aviso contém deveres sobre a comercialização destes produtos financeiros, em que se destaca a obrigatoriedade de garantia, pelas instituições bancárias, do capital investido pelos clientes e determina a obrigatoriedade de os bancos prestarem

uma “informação completa” sobre esses produtos, antes da sua contratação, assim como define a informação a prestar durante a vigência dos depósitos, bem como a periodicidade.

Um outro aviso emitido naquela data, o Aviso 3/2020, o BNA reduziu o valor dos recursos que as instituições financeiras bancárias podem ter aplicados em immobilizações necessárias para as actividades, instalação e funcionamento, o que liberta mais capital para o financiamento à economia.

O novo aviso acolhe a regra que determina que as instituições financeiras autorizadas a realizar actividades de crédito podem adquirir imóveis em resultado do reembolso de créditos próprios, devendo ser alienados em dois anos.

O BNA estabeleceu que, até ao final deste ano, as instituições financeiras bancárias devem cumprir com esse aviso que estimula a dinamização do mercado imobiliário secundário no curto prazo, através do aumento do ritmo de alienação de imóveis para diferentes fins.

## 2.8 O crédito mal parado e seus tentáculos sobre a economia

*Jornal Economia e Finanças*  
13 De Março de 2020

Foi exactamente neste mesmo semanário que, no dia 9 de Agosto de 2013, afirmamos que o problema do momento da banca e do sistema financeiro nacional era o crédito malparado.

De facto, não estávamos desprovidos de razão, porque era numa fase em que este cancro estava a crescer nas entranhas da nossa economia, pois, já naquela altura o crédito malparado tinha crescido mais de 21%, de 2012 para 2013, e de 2013 para 2014 cresceu 38%. Claramente, já era visível que tínhamos uma bomba relógio, que explodiu anos depois.

O crédito malparado não é apenas derivado dos credores que deixam de honrar as suas responsabilidades para com a banca por mera vontade de ludibriar a lei e as instituições, ele também tem causas relacionadas com o próprio abrandamento da actividade económica, o que faz com que as empresas deixem de facturar e percam a capacidade de honrar as suas dívidas com a banca, e a estas empresas que são empurradas para esta situação, mas que vale a pena ouvi-las, para que se trabalhe na reestruturação dos créditos.

Um dado importante, mas que não conseguimos apurar nas nossas pesquisas, é como está repartida a

carteira geral de crédito malparado dos bancos nacionais, ou seja, entre empresas e famílias, pois, era importante perceber este dado percentual, para compreendermos qual foi o exacto momento em que a economia se fragilizou, ao ponto das famílias também deixarem de conseguir pagar os seus créditos.

#### Desvalorização como catalisadora

Claramente, se olharmos com mais vagar, vamos perceber que a desvalorização cambial foi um catalisador para o crescimento do crédito malparado, principalmente porque havia créditos concedidos em dólares às famílias e às empresas, mas que as prestações eram em moeda nacional. A partir do momento em que a moeda nacional perde valor, ou quando ela deixa de ser mantida artificialmente em determinado valor, o que acontece é que as prestações tornam-se incomportáveis. Infelizmente, temos visto e vivido na pele estas situações, mesmo em empresas, que os créditos concedidos em dólares e estão a ser pagos em kwanzas, estão a triturar a sobrevivência das famílias.

Também, olhando para a estratificação da carteira de crédito malparado e, termos das empresas, é possível perceber quais são os sectores que mais repetidamente incorram em incumprimento e daí ser possível gizar estratégias a nível do mercado financeiro, para fornecer produtos mais assertivos para estas empresas. Por outro lado, não vamos apenas assacar responsabilidades às empresas, as famílias ou à conjuntura económica pelo volume de crédito malparado. Os bancos também devem responder pela sua quota parte neste assunto.

#### Banca atribui crédito com risco

A decisão final de conceder o crédito comercial é sempre do banco, partindo do princípio que foram verificados os pressupostos basilares de segurança e garantia firmadas que atenuam o risco. Contudo, o que se verifica é que os bancos, por vezes, por motivações pessoais, políticas e mesmo inconfessas, atribuem crédito sem respeitar as margens de segurança impostas pelo regulador, o Banco Nacional de Angola (BNA), porque o regulador não deve e não tem como influenciar as decisões tomadas a nível dos comités de crédito dos bancos, porque parte do princípio que são decisões sensatas e ponderadas, que visam elevar o valor patrimonial dos accionistas e produzir riqueza.

O que temos visto, é que os decisores dos bancos nem sempre fazem as melhores escolhas, e isto leva a que os recursos não sigam para os melhores projectos. Daí, nasce o crédito malparado e,

consequentemente, a incapacidade crescente dos bancos emprestarem à economia. Na verdade, esta é a principal consequência negativa do crédito malparado: os bancos perderem a capacidade de fazer o seu trabalho que é emprestar o dinheiro que umas famílias e empresas depositam por terem em excesso, a outras famílias e empresas que dele necessitam.

Na prática, se os bancos emprestam mal, é porque os recursos disponibilizados não estão a ser bem aplicados e, se não são bem aplicados, não criam (nem) aumentam as vendas e não valorizam os postos de trabalho. E se não criam mais rendimento para as pessoas e para as famílias, não criam riqueza agregada, consequentemente, não criam mais poupança e, assim sendo, entra dinheiro para o banco para ser emprestado novamente. Portanto, há menos investimento e a economia deixa de crescer.

#### Se a banca deixa de emprestar

Este ciclo é imutável e afecta principalmente o próprio Estado, pois, com empresas e famílias mais pobres há menos impostos a recolher e se os bancos deixarem de emprestar à economia, as empresas não crescem e há destruição de postos de trabalho, o que leva a perturbações sociais.

Só por aqui, podemos ver que o crédito malparado não é apenas um problema do vizinho, é sim um problema de todos e se é problema de todos, então o Estado tem de intervir.

Assim o Estado é chamado para intervir no início do problema (para prevenir ou não deixar que se alastre) ou para solucionar (para não deixar morrer o sistema por completo), daí que existe um órgão estatal de regulação e supervisão da actividade bancária, que estabelece as normas e procedimentos da actividade bancária, para mantê-la sã e alinhada com aspirações das famílias e empresas.

Aqui, o que se espera é que os bancos respeitem as normas de e os limites financeiros mínimos e de gestão parcimoniosa dos depósitos dos clientes, usando estes depósitos para obter o lucro, rentabilizando-os convenientemente para obtenção de mais-valias, pois, é aqui que um banco ganha dinheiro, na diferença entre o que ele cobra por emprestar relativamente ao que ele paga obter/manter/guardar dinheiro alheio.

Estado deve socorrer sistema Por outro lado, o Estado tem que vir socorrer o sistema, quando não consegue prevenir a sua queda. Isto acontece, quando o BNA tem de intervir sobre os bancos com dificuldades financeiras, que colocam em risco o sistema como um todo. E já tivemos esta experiência

com o Banco Espírito Santo Angola, em que o Estado, por meio da Sonangol, teve que injectar dinheiro público, para salvar os depósitos das famílias e das empresas e, assim, evitar a queda do sistema, através do chamado "efeito contágio", que começaria com a corrida aos levantamentos neste banco, mas que rapidamente espalhar-se-ia pelos outros.

É também devido às más decisões dos bancos, que resultam em crédito malparado, que vimos em 2019 o BNA a forçar cessação de actividade de dois bancos comerciais, pelo que, aqui o sentido foi mais preventivo, por- que tais bancos não cumpriam com os rácios pertinentes e tiveram de deixar de exercer a actividade bancária. É importante dizer que a postura do BNA na prevenção dos efeitos danosos do crédito malparado tem sido muito recomendável, pois, acabou de executar, no ano passado, um exercício de Análise da Qualidade dos Activos (AQA) dos bancos comerciais, para aferir a sua solidez e, diga-se, com resultados mais animadores do que muita gente esperava.

É muito importante assumir aqui que o crédito malparado é um problema de toda a sociedade, pelas causas e efeitos, pois, as más decisões dos bancos, as crises económicas e financeiras, as más decisões políticas e o sentido de responsabilidade das famílias e das empresas, determinam o crescimento desta bolha nociva a qualquer sociedade, mesmo na nossa, que ainda há um forte pendor do Estado na economia.

Já foi aqui dito que uma tendência de crédito malparado crescente mina o sistema financeiro como um todo, fazendo com que o próprio Estado perca o seu principal aliado na satisfação das necessidades públicas do seu povo.

## 2.9 Taxas de esforço não compensam

*Jornal Economia e Finanças*  
13 De Março de 2020

O problema do crédito malparado em Angola começou com a degradação dos principais indicadores macroeconómico, principalmente, nos últimos cinco anos, que fez surgir um sector empresarial em permanente dificuldade e, por consequência, alguns operadores económicos deixaram de honrar os seus compromissos para com os bancos,

Chamado a abordar a situação do crédito malparado e as suas condicionantes ao JE, o consultor económico, Inocêncio das Neves, afirma que em

regra, os clientes dos bancos não pagam os seus crédito quando vêm o seu rendimento comprometido com um aumento não previsto das despesas básicas), o que faz disparar a taxa de esforço dos clientes.

Na sua visão, em condições normais, no momento da avaliação do risco de crédito, as instituições bancárias avaliam a capacidade de pagamento dos clientes ao analisarem o rendimento mensal, com o volume de despesas, se estas representarem quase ou mais do que 30 por cento das receitas e se adicionar as prestações mensais do crédito ultrapassar o limite de 35-40 por cento. O consultor antevê-se uma possibilidade de incapacidade por parte dos clientes de pagar os créditos.

Porém, para Inocêncio das Neves, existem bancos que arriscam e vêm-se na situação de créditos em incumprimento, muitos, às vezes por falta de rigor interno. Para ele, essa situação não acontece apenas com os clientes particulares, o mesmo se aplica às empresas. E em ambos os casos, tudo se complica quando as fontes de renda reduzem ou desaparecem, como por exemplo, a perda do trabalho para os indivíduos (desemprego forçado) ou de contratos de negócio para as empresas.

Nos dois casos, no princípio assumem qualquer risco e esforço na ânsia da resolução dos seus problemas mais imediatos, depois surgem os incumprimentos. Em regra, os clientes devedores têm tendência de atribuir a culpa a conjuntura económica do país, mas existem outros factores e são de facto inúmeros. IB

## 2.10 BNA avaliou carteira creditícia de 26 bancos

*Jornal Economia e Finanças*  
13 De Março de 2020  
Texto: Armando Estrela

Banco Nacional de Angola (BNA) avaliou, no final de 2019, vários activos de instituições por, si monitorizadas, medindo carteiras de crédito de 26 bancos comerciais que actuam no mercado angolano, para perceber a extensão do problema do crédito-malparado.

Com isso, o -BNA procurou 'forçar os bancos a assumirem crédito vencido e a reforçarem capital. Nessa intervenção,-o -BNA não só quis quantificar, mas qualificar a verdadeira dimensão do malparado, além de forçar as sociedades a um aumento de capital que, acima de tudo, buscou compensar e fazer com - que os bancos voltem a ter capacidade de financiar a

economia e fazer-com que o mercado financeiro volte à normalidade.

O relatório de Dezembro do banco central mostra - que, em 2019, o crédito total dado a outros sectores residentes correspondeu 'a aproximadamente 4,659 biliões de kwanzas e o crédito líquido à administração central esteve acima dos 2,509 biliões de kwanzas.

De Setembro de 2018 a Setembro de 2019, o crédito vencido mal-parado aumentou 49%, somando 1,55 Biliões de kwanzas. Por sua vez, de Janeiro a Setembro de 2019, o malparado nos 26 bancos comerciais avaliados saiu de 28,9 para 34,72 por cento.

Em Setembro de 2018, o crédito ficou avaliado em 4,060 biliões de kwanzas, tendo o mal-parado sido estimado em 1,037 biliões -de kwanzas, com rácio CVMP pelo crédito total de 25,54 por cento. Até Setembro de 2019, 'os bancos comerciais emprestaram 4,467 biliões 'de kwanzas, na mesma altura em que foram contados.1.546 biliões no malparado, com rácio CVMP pelo crédito total de 34.62%.

Apesar desses dados, fontes ligadas ao assunto admitem que o crédito não tem dilatado tanto, já que as condições económicas ainda não são favoráveis à concepção de novos empréstimos. Um outro elemento inibidor é o facto de a própria economia estar numa fase em que os mutuários têm serias dificuldades de pagar o crédito.

O certo é que com o agravar do crédito vencido malparado (CVMP) os bancos tornaram-se menos dispostos a consentir novos empréstimos, mesmo que eles sejam um elemento fundamental para o crescimento da economia.

A juntar-se a isso, está a degradação da conjuntura macroeconómica do país, sobre a qual é agregado o facto de muitas das empresas que beneficiaram de empréstimos o terem feito no quadro da importação de matéria-prima, de que dependiam as respectivas actividades.

A conjuntura é mais 'agravada com a depreciação cambial, que muito provoca uma subida e retracção no pagamento do crédito, ao mesmo tempo que o problema passou a ser, para alguns clientes, um grande pesadelo. O crédito feito em moeda estrangeira agrava todas as iniciativas dos particulares uma vez que essa questão degradou e encareceu a prestação creditícia dos clientes junto dos bancos comerciais.

O que é o crédito mal parado?

O crédito vencido malparado é uma prestação creditícia em atraso por mais de 90 dias, na legislação angolana. Em qualquer mercado financeiro, é característico os bancos estarem sujeitos ao risco de não receberem parte ou a totalidade dos fundos que canalizaram para as empresas ou para particulares, por via de empréstimos.

Nisso, um banco que apresente grande parte do crédito vencido malparado já é eminência de problema a qualquer momento para o sistema bancário. -Por isso, quando um .determinado banco comercial tem uma carteira em atraso por mais de três meses, o regulador do mercado, no caso o Banco Nacional de Angola (BNA), mostra-se preocupado.

Isto porque o BNA existe para garantir os depósitos e a primeira confiança que um regulador ou supervisor oferece aos clientes bancários, é que à data em que um cliente vai buscar o dinheiro que depositou, o mesmo esteja disponível.

Se o banco emprestou mal, aparece o risco de, na data de se ir buscar dinheiro, o mesmo não estar disponível. Daí o BNA manter uma espécie de cautela e persuadir sempre para que um determinado banco seja bem gerido, ao mesmo tempo que procura medir o peso e a relevância de determinada gestão em toda a carteira de crédito.

É dado certo, que a grande componente do indicador específico de crédito malparado é que ele inclui o crédito vencido há mais de 3 meses. Além disso, há o crédito vencido a cinco ou sete meses. Porém, quando um crédito vence por seis meses, o banco é obrigado a tirar o cliente do balanço e colocar o mesmo num acompanhamento extra-patrimonial (fora do património). Se o cliente ressarcir o banco, este regressa na forma anterior.

Indicadores de solidez financeira

O agregado de 26 bancos mostra que o crédito vencido malparado sobre o crédito total saiu de 28,9, em Janeiro de 2019, para 34,72%, em Setembro do mesmo ano.

O malparado é uma classificação mais conservadora do crédito vencido. O crédito vencido indica qualquer carteira creditícia em atraso e tem vários escalões. Há atrasos de pagamento do crédito que vão de 15 a 30 dias. Para um banco comercial, essa situação creditícia, ainda que seja um sinal menos bom para o siso tema bancário, é menos preocupante, pois, o banco entende que o mutuário só não pagou a prestação por algum motivo pontual.

Porém, quando o volume de crédito vencido malparado for muito grande, significa que o banco



não está a receber aquilo que emprestou e indicia claramente a hipótese de incumprimento muito elevado, se o depositante for buscar o seu valor.

Do mesmo modo, se o volume de crédito vencido malparado for muito alto, isso mostra que o banco terá dificuldades de pagar os depósitos ou terá mesmo sérias dificuldades de liquidez. Liquidez é a capacidade que um determinado banco tem de cumprir com a obrigação mediante a solicitação do cliente.

O indicador do crédito vencido malparado sobre o crédito total mostra que quanto maior for tal indicador, pior será para o sistema e pior será para o próprio banco, pois, tal mostra que grande parte dos fundos que o banco canalizou para os mutuários está em problemas, afectando a liquidez e a rentabilidade do banco, uma vez que este começa a ter prejuízos e depois não consegue pagar os seus depositários.

Nesse aspecto, os resultados de 2019 mostram que o total de activos e o passivo a curto prazo tiveram ligeira melhoria, saindo o primeiro de 21,77 (Janeiro) para 24,27% (Setembro) e o segundo de 29,02 (Janeiro) para 30,43% (Setembro).

No conjunto de indicadores que medem a actividade e performance dos bancos ou empresas os indicadores de solidez financeira -, percebe-se que a solvabilidade dos bancos comerciais caiu de 29,04% (Janeiro de 2019) para 27,90% (Setembro de 2019), ainda que tenha tido um pico em Março, situando-se nos 31,24%. Os fundos próprios de base tiveram uma variação média de 23,12, com um ascendente de 23,55% em Setembro de 2019.

Na indústria bancária, os operadores têm como actividade chave a intermediação financeira, isto é, a captação de depósitos e a cedência de crédito. Em 2019, o crédito ao sector público variou de forma negativa, saindo de 11,42% (Janeiro) para 9,77% (Setembro), e o crédito ao sector privado teve sentido inverso, saindo de 88,58 (Janeiro) para 90,23% (Setembro).

No entanto, essa actividade tradicional da banca (captação de depósitos e cedência de crédito) encerra riscos, ainda que seja nesse risco que os bancos capitalizam ganhos. Ou seja, quando um banco capta depósito e o transforma em crédito, a diferença entre o juro que é pago na captação do depósito de todos os clientes e o valor que se empresta ao cliente é, no fundo, o grande ganho na actividade bancária.

Em 2019, a rentabilidade dos activos (ROA) teve um comportamento pouco aconselhável à contabilidade bancária, tendo variado pouquíssimos pontos

percentuais, deslocando-se de 0,83 em Janeiro para 0,84% em Setembro e com um comportamento volátil em Junho, Julho e Agosto.

Por sua vez, a rentabilidade do capital (ROE) variou de 4,87%, em Janeiro de 2019, para 6,31, em Setembro, com percurso menos bom em Março (4,63), Junho (2,61), Julho (0,68) e Agosto (1,86%) respectivamente. A taxa de depósitos é outra variável que mais flutuações teve, com pendor descendente, saindo de 5,26 em Janeiro para 4,48% em Setembro.

O "spread" (a diferença entre taxa que se paga de depósito para captação de fundos dos clientes e a taxa que se cobra às entidades deficitárias que precisam de financiamento para as suas actividades) começou o ano de 2019 com 19,49% e teve uma queda em Setembro, situando em 19,13%, ainda que este particular não reflecte o bom comportamento registado nos meses anteriores, sendo 23,82 (Fevereiro), 24,12 (Março), 22,96 (Abril), 21,95 (Maio), 19,94 (Junho), 21,15 (Julho) e 21,14% (Agosto).

## 2.11 PAC chega à Lunda Norte com 750 milhões de Kwanzas

*Jornal Economia e Finanças*  
20 De Março de 2020  
Texto: Armando Sapalo

Setecentos e cinquenta milhões de kwanzas estão disponíveis para a primeira fase de financiamento dos produtores da província da Lunda Norte, segundo informou o director para a Economia, Competitividade e Inovação do Ministério da Economia e Planeamento, César Araújo, 15 processos, de igual número de cooperativas da província da Lunda Norte ligadas a três áreas da actividade económica local e enquadradas nos 54 produtos da cesta básica elegíveis no Programa de Apoio ao Crédito (PAC), vão, até o final do mês de Junho, beneficiar de financiamento.

Cada uma das 15 cooperativas da Lunda Norte pode receber até kz 50 milhões, assegurou esta semana, na cidade do Dundo, César Araújo, à margem do encontro que manteve com classe a empresarial, onde se abordou o Decreto Presidencial nº 23/19, sobre os instrumentos de facilitação para acesso ao crédito, e as políticas públicas destinadas à promoção da produção interna.

César Araújo disse que o Ministério da Economia e Planeamento recomendou às autoridades governativas da província, a indicação de 15 cooperativas que necessitem de seguimento de

consultores para a elaboração de projectos sustentáveis até o final de Março e serem introduzidos nos comités de crédito dos bancos parceiros do PAC.

Para as micro e pequenas empresas, o projecto a apresentar pelos interessados vai definir o limite do crédito. César Araújo explicou também que o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e o Banco Angolano de Investimentos (BAI) são os principais parceiros do Executivo no PAC.

Rede de comercialização Agricultores e responsáveis de cooperativas e micro e pequenas empresas da Lunda Norte esperam pela facilitação de financiamento dos seus projectos, no quadro do PAC, para que se possam adaptar a novos métodos e dinamizarem uma rede de comercialização que permita a absorção dos seus produtos.

A intenção foi manifesta no Dundo pelo responsável da Cooperativa Agro-pecuária Yeza-2, do município do Xa-Muteba, Abel Ngornbo. ao reconhecer que as novas iniciativas do Executivo permitem que os empreendimentos locais estejam em condições de contribuir no incremento da produção nacional e criação e promoção de novos empregos.

Abel Ngombo destacou os esforços empreendidos pelos produtores, para o relançamento da actividade agro-pecuária.

O agricultor mostrou-se satisfeito com as acções do Executivo, pois, conforme realçou, "além de criarem bases para a resolução dos problemas estruturais, vão também estabelecer mecanismos para o surgimento de novas infra-estruturas económicas, o escoamento da produção e a formação de uma rede de comercialização sólida que corresponda com os anseios dos produtores e consumidores".

Abel Ngombo espera receber do PAC financiamento para desenvolver os 30 hectares que possui, 25 dos quais dedicados ao cultivo de milho e cinco à mandioca, este último produto a permitir já uma colheita anual de quase duas toneladas com o impulso de 25 trabalhadores.

A mecanização agrícola, a aquisição de uma máquina de descasque e montagem de moagens para a transformação do milho e mandioca em farinha e ração, para facilitar os projectos dos empresários ligados à criação de animais, é a principal meta da cooperativa Yeza.

Outros projectos

Por outro lado, o Gabinete Provincial do Desenvolvimento Económico e Integrado da Lunda

Norte pretende, nos próximos dias, trabalhar no processo de validação para as micro e pequenas empresas.

O director do referido Gabinete, Luís Quitamba, garantiu que os processos das cooperativas elencadas nessa fase inicial, para beneficiarem de crédito, estão ligados à agro-pecuária, indústria e comércio. O Gabinete provincial já recebeu e analisou também 61 processos, já encaminhados ao

Ministério da Economia e Planeamento para efeitos de consultoria e estudo de viabilidade técnica e económica, para acesso ao crédito. Além destes, outros 300 pedidos estão por examinar.

Luís Quitamba reconheceu que os produtores da Lunda Norte enfrentam ainda muitos problemas estruturais, como insuficiência de infra-estruturas, ausência de uma rede de comercialização e dificuldades de escoamento da produção.

## 2.12 Ausência de legislação pode inibir investidores

*Jornal de Angola*

*31 De Março de 2020*

*Texto: Santos Vilola*

A ausência de um regime que fixe as taxas de juro legais e comerciais no ordenamento jurídico angolano pode ser um factor inibidor do investimento estrangeiro e contribuir para a fraca cotação do país no ranking do "Doing Business".

A constatação é da juíza Tatiana Aço, vice-presidente da Associação dos Juizes de Angola, que defende o regresso do regime previsto no Código Civil, cuja norma foi revogada por uma lei, ou o integral cumprimento da nova lei, com a fixação trimestral das taxas de juros legais e comerciais.

A magistrada judicial indicou que, actualmente, a fixação destas taxas de juro passaria a ser trimestrais, por via de um despacho conjunto que seria exarado pelos ministros do Planeamento, das Finanças e da Justiça e dos Direitos Humanos.

Segundo Tatiana Aço, este despacho foi apenas exarado uma vez, em Fevereiro de 2003.

Por conta deste vazio legal, os casos têm sido resolvidos mediante a fixação de juros em 75 por cento ao ano ou em 5 a 18 por cento ao ano, segundo a juíza, que considera que esta lacuna põe em causa a certeza e a segurança jurídica do tráfego civil e comercial.

“Este vazio legal faz com que a determinação dos juros legais civis e comerciais, até hoje, dependa de um raciocínio que o juiz deve fazer para o seu cálculo. A certeza e a segurança jurídica ficam, assim, a depender do raciocínio de um juiz, que é forçado sempre a criar uma norma ‘ad hoc’ porque o art. 559 do Código Civil foi revogado”, acrescentou

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Polícia Nacional reforça controlo sobre o tráfico de mercadorias

*Jornal de Angola*  
5 De Março de 2020

Um maior controlo sobre o tráfico de mercadorias, contrabando de combustível e à imigração ilegal começou a ser exercido terça-feira, na comuna de Miconje, município de Belize, em Cabinda, com a inauguração do Posto de Polícia de Caignembo.

A inauguração do Posto de Polícia na comuna fronteiriça com as vizinhas repúblicas dos Congo e Democrática do Congo se enquadra na estratégia de extensão desses controlos policiais e fiscais nas sedes das comunas limítrofes.

Na região encontram-se os mercados de Alto Sunde (Angola) e Quimongo-Pangui (Congo), o que intensifica o fluxo de pessoas e mercadorias para esses centros de compra e venda de diversos produtos. O comandante da Polícia Nacional em Cabinda, Eusébio Costa, citado pela Angop, afirmou que o comando provincial vai manter a aposta na criação de condições para combater vários crimes que se registam na região fronteiriça.

Gabriel Sobrinho, comandante municipal da Polícia no município de Belize, sublinhou que o posto colocado no troço Miconje-Belize vai trazer mais segurança na mobilidade de pessoas e no controlo de mercadorias.

### 3.2 Duas propostas sobre as autarquias vão à discussão

*Jornal de Angola*  
6 De Março de 2020

Oposição defende prioridade para a Proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias, que trata do gradualismo.

O agendamento de duas novas propostas do Pacote Legislativo Autárquico dividiu, ontem, os deputados do MPLA e a oposição, durante a reunião de líderes dos grupos parlamentares, orientada pelo presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

Os deputados da oposição discordam do agendamento de mais propostas relacionadas com as autarquias. Defendem que se conclua, antes, a aprovação do primeiro bloco de propostas que já se encontram no Parlamento.

Os parlamentares da oposição aguardam pela discussão da Proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias, já foi aprovada na generalidade e aguarda pela discussão, na especialidade, e votação final global. O Executivo remeteu para discussão, na Assembleia Nacional, quatro novas propostas, duas das quais acabaram por ser agendas para a discussão na reunião plenária do dia 18 deste mês.

Trata-se das Propostas de Leis sobre o regime Geral da Cooperação Inter-autárquica e a que aprova o Estatuto dos Titulares dos Órgãos Autárquicos. As duas Propostas de Lei que aguardam por agendamento são sobre os Símbolos das Autarquias e do Regime de Formulário das Autarquias.

O presidente do Grupo Parlamentar do MPLA afirmou que o Pacote Autárquico está a ser discutido com toda a cautela e segurança para que as eleições sejam realizadas com consenso. “É importante que tenhamos leis seguras, que não permitam o recuo”, defendeu Américo Cuononoca, sublinhando que alguns países africanos adiantaram-se em implementar as autarquias e, no final, retrocederam.

#### MPLA reage às críticas da UNITA

Quanto às críticas da UNITA sobre um pretenso atraso no processo de preparação para a implementação das autarquias, Américo Cuononoca considerou um falso argumento, uma vez que o Parlamento tem vários grupos parlamentares. “Apesar de o Grupo Parlamentar do MPLA assumir as reдеas em quase todas as comissões, o país tem urgências em tudo, sobretudo nas questões económicas e sociais. Estas também não deixam de ser prioritárias”, argumentou.

O MPLA, acrescentou, está a trabalhar com equilíbrio para que sejam aprovadas leis que têm a ver com as autarquias e outras, também com carácter de urgência, para questões económicas e sociais.

O presidente do Grupo Parlamentar da UNITA, Liberty Chiyaka, disse que o partido lamenta o facto de a Assembleia Nacional não ter agendado, até ao momento, a discussão, na especialidade e votação final global, da Proposta de Lei de Institucionalização das Autarquias, que deverá definir se se aplica o gradualismo funcional ou geográfico na

implementação do Poder Local. “Já foram aprovadas várias propostas e projectos de leis, mas entendemos que não podemos ter autarquias se não for votada a Proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias”, disse o deputado, acusando o partido maioritário de “falta de coragem e de vontade política” para que aquele diploma seja aprovado.

A UNITA, adiantou, está disponível para dialogar e concertar posições com o MPLA, que detém a maioria e dirige as comissões responsáveis para o agendamento destas matérias.

A UNITA, disse, quer avançar com o processo que vai levar à realização das eleições autárquicas, mas tem sentido alguma dificuldade em avançar. O deputado reiterou que se houver vontade por parte do MPLA, até ao mês de Abril, o Parlamento terá aprovado a Lei sobre a Institucionalização das Autarquias. “A responsabilidade do não agendamento da Proposta de Lei deve ser atribuída ao MPLA”, afirmou o parlamentar, afastando qualquer imputação à oposição.

O deputado Benedito Daniel, do PRS, reconhece que o Parlamento está empenhado na discussão das propostas que integram o Pacote Autárquico, mas lamentou o facto de não se ter aprovado, até ao momento, a Proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias Locais.

A próxima reunião plenária da Assembleia Nacional tem 16 pontos, com destaque para a votação final global da proposta de Lei da Transferência de Atribuições e Competências do Estado para as Autarquias Locais. (Jornal de Angola)

Por: Adelina Inácio

### 3.3 Polícia trava contrabando de 35 mil litros de gasóleo

*Jornal de Angola*

*6 De Março de 2020*

*Texto: Fernando Neto*

A Polícia apreendeu ontem, no posto de controlo do rio Loge, município do Nzeto, província do Zaire, um camião cisterna com 35 mil litros de gasóleo, que saía de Luanda para abastecer mercados paralelos da região.

Segundo o porta-voz da Polícia no Zaire, inspector-chefe Luís Bernardo, trata-se de camião de marca Sino Truck, cujo motorista, 29 anos, que já se encontra a contas com a Justiça, deveria levar o gasóleo à uma bomba de combustível no município

de Viana, em Luanda, mas desviou o produto para a província do Zaire.

“O condutor do camião apresentou documentos falsos que atestavam que o combustível era destinado à uma bomba da Sonangol no município do Tomboco. Devido as evidências de falsificação a Polícia apreendeu o carro e o deteve, e o encaminhou ao Ministério Público”, informou.

O inspector-chefe Luís Bernardo, revelou, por outro lado, que foi igualmente impedido no posto fronteiriço de Minga, município do Cuimba, o contrabando de mil litros de gasolina para a vizinha República Democrática do Congo (RDC). O combustível, que foi localizado num matagal em tambores de 200 litros, foi encaminhado para o Serviço de Investigação Criminal (SIC) do Comando Municipal do Cuimba.

O responsável fez saber que, a Polícia Fiscal destacada na fronteira do Luvo, a 60 quilómetros de Mbanza Kongo, apreendeu, no início desta semana, mercadoria diversa que deveria ser exportada ilegalmente para a RDC. Tratava-se de 72 caixas de leite Nan2 e 56 embalagens de Nesquik, que estavam na mata em posse de um congolês democrático.

Ainda na fronteira do Luvo, na mesma altura, a Polícia Fiscal apreendeu 50 caixas de peixe sardinha congelado que deveriam ser transportadas para a RDC. “O infractor tentou transpor a fronteira sem declarar os bens, incorrendo na prática do crime de contrabando de exportação”, disse o porta-voz da Polícia no Zaire.

### 3.4 A ambição de Angelina Guenje vai para lá da venda desandes

*Jornal de Angola*

*8 De Março de 2020*

*Texto: Victória Ferreira*

As 5h00 da manhã começa a jornada diária de Angelina Guenje, ou simplesmente "Mãe Cassule". Viúva, 46 anos, ganha a vida na "zunga". Vende petiscos, calcorreando as ruas com um carrinho de mão. É mais uma mulher à procura do sustento da família.

Estatura baixa, sorriso discreto, muito atenciosa e preocupada com o próximo, Angelina, depois de cuidar dos afazeres domésticos. às 9 horas, sai à rua para fazer compras. A equipa de reportagem do Jornal de Angola teve a oportunidade de a acompanhar.

Natural do Urge, residente no distrito urbano do Sambizanga, "Mãe Cassule" dirige-se aos mercados do Kikolo, Cacuaco e Golfo II, onde compra salsichas, pele de vaca, moelas, rabinhos e patas de frango. O conjunto de carnes depois é transformado em vários petiscos que são vendidos com pão. O recheio convida os mais distintos clientes, pois as pessoas "comem antes com os olhos".

Ainda nas compras, umas vezes com o passo apressado, outras nem por isso, "Mãe Cassule" regressa a casa para preparar as iguarias. Às 15 horas, os petiscos são transferidos para uma banheira de alumínio grande e esta para o carro de mão, onde está um fogareiro adaptado, para manter a comida quente. São cerca de 20 quilos de comida. Apesar do peso, a zungueira carrega o carro agilmente da rua Cónego Manuel das Neves, no São Paulo, até à zona dos Combatentes.

Nos passeios e na estrada, entre as pessoas, faz o trajecto. A Blusa branca, o avental, as bermudas azuis, os chinelos e a toca preta, embora simples, revelam cuidado com a aparência. Muito solicitada, Cassule vende os petiscos a outras vendedoras, lotadores, lavadores de carros, estivadores, motoqueiros, taxistas, seguranças e polícias.

De rosto sereno, o tempo e a vida difícil deixaram - lhe marcas. Porém, tem para cada cliente uma palavra de apreço e um sorriso.

"Mãe Cassule" define o dia-a-dia como "muito complicado", face à alteração dos preços. Transmite-nos que, para se manter no negócio, é preciso ter firmeza e capacidade de se reinventar. Em jogo, está o sustento dos seus quatro filhos, de 27,18,16 e 14 anos. A vendedora de rua queixa-se da dificuldade que tem para lidar com as adversidades que há anos enfrenta nas ruas.

"Não tenho um lugar para vender, sou ambulante. Vendo nas ruas há muitos anos. Já comercializei de tudo um pouco e enfrentei os fiscais. Mas, para evitar problemas, tratei o cartão de ambulante. Tenho a obrigação de levar o que comer para casa", justifica.

Sonhos e perspectivas

Angelina entende que o negócio que faz é uma actividade a ser respeitada. Exige que os clientes colaborem para manter as ruas limpas. Na ânsia de mudar de emprego, ao mesmo tempo que vendia nas artérias da cidade, "Mãe Cassule" estudava e concluiu o ensino médio, no curso Ciências Físicas e Biológicas, na escola 22 de Novembro.

"Tenho muitas ambições e luto para dar uma vida diferente aos meus filhos. A formação deles é a

minha maior realização", disse, acrescentando que pretende fazer enfermagem.

Mas a formação dos filhos é prioridade. Lamenta que a filha primogénita, que já estava no 2º ano da universidade, no curso de Gestão, tenha parado por falta de recursos. Angelina paga a renda de casa, as propinas' dos filhos que frequentam o ensino médio e do cassule, que está no 2ºciclo. Também compra o material didático e cobre todas as outras despesas da família.

"Quando perdi o meu marido, em 2014, perguntei-me como iria sustentar sozinha as crianças. Mas tive fé e criei os com Coragem", recorda.

"Mãe Cassule" não abdica das responsabilidades. Apesar do tipo de venda que faz ser cansativo não permite que filho algum a ajude. Prefere ocupá-los com formação técnica, como cursos de informática, maquilhagem, decoração e culinária.

"Primo muito pela educação e instrução. Não quero que eles façam qualquer coisa por dinheiro", disse Angelina, que todos os dias tem de levar para casa, pelo menos, o dinheiro para o táxi dos filhos que vão à escola. Gastam 3000 Kwanzas diariamente. Para acrescentar um pouco às economias, joga kixiquila. "Ajudou-me muito, quando o negócio foi abaixo e consegui fazer outro investimento" garantiu.

A construção de uma casa condigna, num terreno que tem no Camama, é outra prioridade de Angelina.

### 3.5 Mulheres defendem negociação colectiva

*Jornal de Angola*

*8 De Março de 2020*

*Texto: Kátia Ramos*

A presidente do Comité da Mulher sindicalizada da UNTA-CS defendeu, em Luanda, a necessidade de garantir direitos humanos fundamentais da liberdade de associação e negociação colectiva para todas as mulheres trabalhadoras

Ao intervir nas jornadas em alusão ao Dia Internacional da Mulher, que se assinala hoje, Maria Fernanda de Carvalho, disse que a preocupação de momento é que todas as mulheres dominem os seus direitos, tanto na economia ou na informação, para que tenham acesso a protecção social.

A responsável considera que só desta forma hão-de resistir aos preconceitos em relação ao papel da mulher na sociedade. Lembrou que os sindicatos filiados na UNTA-CS já estão a responder os

desafios, como o investimento do quadro feminino com formações e a tendência de colocá-las no elemento central dos programas.

#### Revisão da Lei Geral do Trabalho

A presidente do Comité Nacional da Mulher Sindicalizada da UNTA disse terem apresentado recentemente uma proposta ao Executivo para a criminalização do assédio sexual e moral no local de trabalho, sendo esta uma conduta que está a crescer a cada dia que passa.

Durante o encontro, Maria Fernanda de Carvalho recordou que o assédio no local de trabalho também é considerado violência, apesar de não constar no actual Código Penal. “As mulheres assediadas devem recorrer à UNTA, que criou uma comissão para dar assistência jurídica e psicológica às vítimas de assédio sexual”.

Garantiu que as sindicalistas estão preparadas para combater à violência e ao assédio no trabalho e que a UNTA defende acções de sensibilização da sociedade e das entidades empregadoras em torno da necessidade de asseguramento da paz nos locais de trabalho.

“As empresas devem promover discussões entre os empregadores e trabalhadores com o objectivo de garantir a paz social e evitar despedimentos sem justa causa e desavenças no trabalho e só”, disse a responsável da UNTA.

Em Luanda foram registadas, no ano passado, pela inspecção do sindicato mais de mil queixas. O andamento de processos relacionados com assédio fica comprometido por não haver no país uma legislação que condene este facto. A maior parte dos casos de assédio sexual é registada na Administração Pública e no trabalho doméstico. Os empregados domésticos, segundo Maria Fernanda, estão expostos a muitos riscos.

O Comité Nacional da Mulher Sindicalizada da UNTA conta com cerca de 400 mil membros em todo o país. Quanto à declaração lida no encontro, o documento cita a necessidade de o Governo investir mais no desenvolvimento da igualdade do género, bem como na promoção da presença de mulheres em posições de liderança.

O documento refere também a necessidade de melhorar os mecanismos de diálogo e concertação social, eliminar toda e qualquer manifestação de violência contra a mulher e garantir a igualdade de direitos e oportunidade no trabalho.

Na declaração foi também citada a necessidade da actualização do salário mínimo nacional e todas as prestações da segurança social e de uma lei que tipifica o assédio sexual e moral nos locais de trabalho.

### 3.6 Vencida pelo cansaço

*Jornal de Angola*  
8 De Março de 2020

A medida que o tempo passa, o cansaço apodera-se de "Mãe Cassule". Decide fixar o carro de mão na paragem dos táxis que vão para o Ngoma e Cacucaco. Guenje manifesta vontade de deixar as ruas. "Estou a ficar mais velha. Não é minha vontade estar na rua, mas é o meu refúgio", disse, apreensiva.

Às 23h15, "Mãe Cassule" começou a arrumar as coisas. A jornada estava a terminada. O medo assalta-a, pois o perigo está sempre à espreita: "rezo todos os dias para chegar bem a casa. Enfrento todo o tipo de perigo. Muitas vezes, tenho a protecção de um jovem, que me acompanha até a casa. Mas há dias em que vou mesmo sozinha". Perto da meia-noite, para as vendas e faz o caminho de volta a casa. Dia seguinte, a mesma jornada.

Angelina reconhece que grande parte das mulheres, no sector público ou privado, luta pela sobrevivência e melhores condições de vida das suas famílias. Mas mostra-se preocupada com a juventude. "Há muitos jovens nas ruas, a viverem na rua, assim como velhos e crianças", lamenta.

A vendedora, que conhece bem a vida nas ruas, acredita que a "falta de orientação" obrigou muitos jovens a enveredar por maus caminhos.

"O Governo tem de criar centros de educação de menores. É o futuro que se perde. Há mães que saem de manhã e não têm com quem deixá-los, por isso ficam nas ruas à própria sorte. Tudo para a mulher ganhar o pão do dia.

E muitas vezes voltam para casa sem nada. É triste", relatou. "Mãe Cassule" já tem alguns locais de paragem obrigatória. Andou ausente por uns dias e os clientes ficaram preocupados. Foram duas semanas, teve paludismo. Quem a conhece notou que estava mais magra do que o habitual.

### 3.7 Cooperativas beneficiam de financiamento do PAC

*Jornal de Angola*

11 De Março de 2020

Texto: Armando Sapalo e Venâncio

Victor

Quinze cooperativas agrícolas, pecuárias e industriais, que se dedicam à produção de bens da cesta básica na província da Lunda Norte, vão beneficiar, até Junho, de um financiamento no valor de 750 milhões de kwanzas, no quadro do Programa de Apoio ao Crédito, garantiu, segunda-feira, no Dundo, o director de Economia, Competitividade e Inovação do Ministério da Economia e Planeamento, César Araújo.

“Cada uma das quinze cooperativas poderá receber 50 milhões de kwanzas, o que significa que, em termos globais, teremos 750 milhões nessa primeira fase para estes produtores”, garantiu César Araújo, indicando que o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e o Banco Angolano de Investimentos (BAI) são os principais parceiros do Governo no Programa de Apoio ao Crédito.

Falando no final de um encontro de esclarecimento aos empresários sobre o Decreto Presidencial 23/19, relativo aos instrumentos de facilitação de acesso ao crédito e as políticas públicas destinadas à promoção da produção interna, pediu ao governo da Lunda-Norte a indicação de quinze cooperativas para a identificação das suas necessidades e sublinhou que, para as micros e pequenas empresas, o próprio projecto é que vai definir o limite do crédito. Consultores estarão disponíveis para a elaboração dos projectos a serem enviados aos comités de crédito dos bancos, parceiros no programa, até ao final do mês, afirmou. No encontro, César Araújo explicou que, além da produção, os projectos ligados ao processamento, acondicionamento, benfeitoria e outros que complementam a cadeia de suporte do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) serão financiados.

O director do gabinete do Desenvolvimento Económico e Integrado da Lunda-Norte, Luís Quitamba, notou que a análise dos processos para financiamento é contínua. “Diariamente recebemos vários processos. A par dos quinze, que elegemos, foram já analisados sessenta e um, além de outros trezentos, que estão no Ministério da Economia e Planeamento”, referiu.

Capacitação de produtores

Em Malanje foram aprovados três projectos para financiamento, enquanto outros sete estão sob avaliação, segun-do uma fonte do Jornal de Angola, que indicou que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) tem um programa de capacitação dos produtores e cooperativas agrícolas que vão beneficiar de crédito bancário, a partir do segundo semestre, no seguimento do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI).

O chefe de Departamento do Ministério da Economia e Planeamento, João Nkossi, garantiu, num encontro com administradores municipais, directores, cooperativas, empresas, bancos comerciais e associações de camponeses, que a FAO vai dar apoio na elaboração de estudos de viabilidade técnica e organização de dossiers para o acesso ao crédito.

O secretário de Estado da Economia explicou que, para os produtores ou cooperativas com dificuldades identificadas e com projectos simples e bancáveis, vão ser estruturados sub-projectos com o apoio de consultores e do Banco de Desenvolvimento Angolano (BAD), para, no segundo semestre de 2020, serem encaminhados à banca.

### 3.8 Mais instituições são obrigadas a informar à Central de Riscos

*Jornal de Angola*

13 De Março de 2020

Texto: Leonel Kassana

O Banco Nacional de Angola (BNA) alargou, num comunicado emitido ontem, a lista das instituições financeiras com a obrigação de envio de informação à Central de Informação de Risco de Crédito (CIRC), para elevar o rigor na avaliação de risco ligado à concessão de empréstimos.

A lista passa a incluir o Fundo de Garantia de Crédito e sociedades que operam nesse domínio, que devem submeter à CIRC informação sobre os beneficiários das garantias prestadas, assim como as sociedades que tenham por objecto social a recuperação e gestão de crédito.

Destaca-se, também, a obrigação de envio à CIRC, pelas instituições financeiras, das responsabilidades dos clientes resultantes de garantias prestadas para a contratação de crédito.

“Com estas alterações, a base de dados da CIRC centralizará informação global sobre as responsabilidades de crédito assumidas por qualquer



cliente perante as instituições financeiras nacionais, bancárias e não bancárias, bem como responsabilidades de crédito potenciais que representem compromissos irrevogáveis”, diz o BNA.

A actualização, segundo o banco central, permite às instituições financeiras o acesso à informação completa sobre as responsabilidades dos clientes, o que assegura uma melhor avaliação de risco ligado à concessão do crédito.

#### Protecção dos consumidores

Ontem, o BNA publicou, pelo Aviso 5/2028, de 29 de Fevereiro, as regras para a comercialização de Depósitos Duais e Indexados, para regular as questões do aumento da complexidade dos produtos financeiros e protecção dos consumidores desses serviços.

Os Depósitos Indexados têm uma rendibilidade total ou parcialmente associada à evolução de outros instrumentos ou variáveis financeiras e económicas relevantes, como acções ou um cabaz de acções, um índice ou um cabaz de índices accionistas ou de mercadorias, bem como a taxa de câmbio de uma determinada moeda estrangeira diante de outra.

Já os Depósitos Duais são produtos financeiros resultantes da comercialização combinada de dois ou mais depósitos bancários.

O Aviso contém deveres sobre a comercialização destes produtos financeiros, em que se destaca a obrigatoriedade de garantia, pelas instituições bancárias, do capital investido pelos clientes e determina a obrigatoriedade de os bancos prestarem uma “informação completa” sobre esses produtos, antes da sua contratação, assim como define a informação a prestar durante a vigência dos depósitos, bem como a periodicidade.

Um outro aviso emitido naquela data, o Aviso 3/2020, o BNA reduziu o valor dos recursos que as instituições financeiras bancárias podem ter aplicados em immobilizações necessárias para as actividades, instalação e funcionamento, o que liberta mais capital para o financiamento à economia.

O novo aviso acolhe a regra que determina que as instituições financeiras autorizadas a realizar actividades de crédito podem adquirir imóveis em resultado do reembolso de créditos próprios, devendo ser alienados em dois anos.

O BNA estabeleceu que, até ao final deste ano, as instituições financeiras bancárias devem cumprir com esse aviso que estimula a dinamização do mercado

imobiliário secundário no curto prazo, através do aumento do ritmo de alienação de imóveis para diferentes fins.

### 3.9 Vendedoras dos Congolenses saem de outros municípios

*Jornal de Angola*

*16 De Março de 2020*

Grande parte das pessoas que exercem a venda informal nos arredores dos mercados dos Congolenses, Gajajeiras e das Pedrinhas não reside no Distrito Urbano do Rangel, em Luanda.

Em declarações à Angop, o administrador do Rangel, Francisco Domingos, disse que , até às 23h, as mulheres continuam a vender e para regressar à casa recorrem aos autocarros privados com destino a Viana, Terra Vermelha (Cazenga), entre outras zonas.

Francisco Domingos admitiu dificuldades no combate à venda informal nas Gajajeiras, Pedrinhas e arredores, por ter um número reduzido de fiscais.

Reconheceu que foram ensaiadas diversas estratégias para forçar as vendedoras a entrar nos quintais disponíveis para o exercício da actividade comercial, mas o facto das mulheres chegarem às 6h da manhã e saírem às 23h torna o trabalho da fiscalização sem efeito.

Explicou que nas Pedrinhas existem três quintais para albergar todas as vendedoras e o Distrito do Sambizanga possui um espaço para acolher algumas vendedoras, no primeiro piso do Mercado da Chapada.

### 3.10 “Sou como uma escrava sem dono”

*Jornal de Angola*

*18 De Março de 2020*

*Texto: Mazarino da Cunha*

Eram 18 horas, quando a equipa de reportagem do Jornal de Angola procurou conversar com vendedoras, para conhecer, de modo directo, o dia-a-dia da mulher zungueira, nos arredores de alguns mercados da capital.

Elisabete Gaspar, natural de Malanje, considera os angolanos um povo "falso e chalado". Na visão da zungueira, falar do Março Mulher é uma comédia, na medida em que "boa parte das mulheres em Angola passa por humilhações".

Segura no que dizia, Elisabete Gaspar acrescentou que, durante os 18 anos que vive em Luanda, desde que deixou a terra natal, Malanje, fugida da guerra, nunca se sentiu uma "mulher angolana valorizada, mas sim uma escrava sem dono. Só peço a Deus que as minhas filhas não sejam zungueiras", afirmou.

Apesar de estar desempregado, desde 2014, o esposo de Elisabete Gaspar, que zunga roupa interior junto à pedonal do Alimenta Angola, na entrada do Zango, tudo faz para que, no futuro, as filhas do casal não tenham a mesma sorte que a mãe.

Segundo Elisabete Gaspar, vivia em Malanje, mas o conflito armado obrigou-os a abandonar a terra natal e partir para Luanda. Aqui o sofrimento é de segunda a segunda", disse a filha da terra da Palanca Negra Gigante.

Domingas Handa

"Olha o fiscal, mana! Tira a criança e o pano, e foge. Já chegaram mais, com os vícios deles. Mau hábito! Até a essa hora é para combrar fichas?", alertava Domingas Handa, a irmã mais velha, que vendia junto ao mercado do Zango 1, no município de Viana, em Luanda.

Inicialmente um pouco tímida, Domingas Handa, natural do Bié, disse que, nos dias de hoje, o mais difícil não é zungar de um lado ao outro, mas sim as surpresas que os fiscais fazem, diariamente. "Eles, quando chegam, levam tudo o que encontram nas banheiras.

Às vezes choro de raiva, por saber que a vida que levo, há mais de 16 anos, não me leva a lado nenhum", desabafou a jovem, mãe de três filhos, que aparenta ter 25 anos de idade. O pai das crianças, desde que estes vieram ao mundo, não os assiste. São os três filhos, seu maior motivo de alegria, a motivação para ganhar coragem e ir à zunga. Apesar do sacrifício contínuo, é da venda de alho, na rua, que consegue alimentar os filhos.

Domingas Handa, aparentemente nervosa pelo tempo que disponibilizava à nossa equipa de reportagem, disse que sente o peso da sua cruz, cada vez que vai para a cama. "Não é fácil sustentar filhos dependendo da zunga", desabafou.

O filho, Cassoma Handa, de 14 anos, não estuda há dois anos lectivos por falta de escola pública no bairro Estalagem e de dinheiro para pagar um colégio.

Os outros filhos mais pequenos, disse a jovem natural do Bié, têm idade escolar, mas não poderão ingressar nela por falta de dinheiro. "O pouco que

consigo na zunga, frisou, nem sempre é suficiente para garantir as necessidades".

Filomena Handa, 45 anos, irmã mais velha de Domingas Handa, com o seu filho às costas, acompanhava minuciosamente o diálogo. Mais reservada do que a outra, olhou para a nossa equipa e disse: mano, você vai ter que me dar dinheiro. O tempo que ocupaste, mais de 10 minutos, vai prejudicar o negócio. Vai embora seu fiscal fingido", disse.

### 3.11 Mulheres dominam comércio informal nas ruas da cidade do Cuito

*Jornal Economia e Finanças*

*20 De Março de 2020*

*Texto: Delfina Victorino*

O comércio de rua, vulgarmente conhecido como zunga, na província do Bié, é feito na sua maioria por mulheres de vários extractos sociais e académicos que procuram rendimentos para suprir as necessidades das famílias.

Segundo constatou o JE, na cidade do Cuito, a maior parte das mulheres exerce o duplo papel de chefes de famílias e mães.

Logo pela manhã, é visível o número de mulheres com bacias à cabeça, a abrirem as boutiques, lojas e outras a alugarem viaturas para a compra e comercialização de produtos alimentares que provêm do interior dos municípios.

Nos estabelecimentos comerciais, ruas e nos mercados, a presença de mulheres na actividade mercantil é de um número elevado em relação aos homens.

A zunga, é exercida maioritariamente por mulheres provenientes de várias localidades, desde o interior dos municípios e até de Luanda para "despachar" o negócio.

Na venda de roupas, produtos alimentares e de construção, mobiliários, agências bancárias, instituições públicas entre outras actividades comerciais, é notória a presença de mulheres a gerirem os negócios.

O JE conversou com algumas zungueiras na cidade do Cuito e todas foram unânimes em afirmar ser difícil sustentar a família com o negócio da zunga.

Por exemplo, Eunice Menezes de 34 anos, mãe de dois filhos, disse estar a fazer a 11ª classe em Ciências Humanas na escola do II Ciclo da 4ª Divisão, na cidade do Cuito. E para não ficar parada procura fazer negócio de roupas de fardo comprando balões no Huambo para vender nas imediações do hospital municipal do Cuito.

A comerciante disse que exerce esta actividade desde 2005 para sustentar os filhos, irmãos e sobrinhos que também estudam.

Verónica Vihemba, outra mulher de 38 anos, mãe de 8 filhos, é vendedora de biscoitos e sumos. Explicou que parou de vender carne seca natural por falta de dinheiro. "Agora estou a zungar bolachas e sumos só para sustentar os filhos", declarou.

Em relação às mulheres que gerem estabelecimentos comerciais alimentares e de materiais de construção, o número também é elevado em várias artérias da cidade do Cuito.

Paula Soares, gerente e balconista de um estabelecimento comercial de médio porte, há 14 anos, no Cuito, disse que consegue sustentar a sua família com esta ocupação porque sempre gostou de fazer negócio.

Disse que tem rendimento suficiente para suportar as despesas dos filhos na escola e na alimentação, alegando que a zunga está ligada à escassez de emprego.

### 3.12 Negócio sobre três rodas fortalece jovem empreendedor

*Jornal Economia e Finanças*

*20 De Março de 2020*

*Texto: António Eugénio*

Persistir, ganhar e vencer é o trinómio de pensamento do jovem André Miguel Pretende atingir uma independência financeira. Dependem de terceiros, nem pensar!

Conta que teve uma experiência amarga no passado. Foi humilhado e desprezado depois de estar desempregado. Daí em diante, o sonho era marchar para conquistar novas vitórias por conta própria. Trabalhou como ajudante de obras e com os poucos recursos poupados arregaçou as mangas para novas batalhas.

Os valores arregimentados serviram para comprar uma velha moto de três rodas, a famosa "Avô velho", que serviu de ponto de partida. Ao todo, investiu 150 mil kwanzas.

Foi assim, que montou o seu negócio. No início, a factura era aliciante para marcar os primeiros passos na nova aventura. A factura média diária chegava aos 12 mil kwanzas. A fatura semanal está fixada em 60 mil, enquanto a mensal é de 240 mil.

Empolgado e fruto das poupanças adquiridas, comprou uma outra moto, mas em mau estado técnicos.

Para manter de pé a nova aquisição, era necessário um novo motor que havia comprado no mercado do km 30.

Diariamente, encaixa a mesma 12 mil kwanzas e aos poucos começa a dar uma certa "folga" financeira à família.

Passados seis meses, as condições financeiras estavam totalmente criadas para obter um outro meio. O empreendedor está imparável. Os ventos do sucesso sopram a seu favor.

#### Responsabilidade

Aparentemente a responsabilidade pelo bom trabalho e gestor exigente, segundo os colegas de trabalho, estão na base de ascensão do jovem empreendedor.

Depois de um ano de trabalho e boa gestão, André Miguel conseguiu juntar uma frota de quatro motorizadas de três rodas, que mensalmente lhe permite encaixar 720 mil kwanzas.

Corno quem sonha alcança, com o dinheiro ganho, comprou um terreno onde começou há já algum tempo a erguer a sua habitação.

#### Expansão

Com um sucesso garantido, o jovem empreendedor já pensa alargar o negócio para outros pontos de Luanda. A intenção é facturar mais, aderir a outros nichos e proporcionar empregos.

Dentro de pouco tempo, pretende adquirir dois turismos para prestar serviço de táxi nas centralidades do Kilamba e KK 5º00. A intenção é ajudar o governo na redução do desemprego.

"Somos jovens com muita vida para frente. É importante que todos nós contribuamos para o crescimento do país, sobretudo na redução do desemprego. Não vale pensar que alguma coisa caia do céu", disse.

A pastelaria é outra área que o empreendedor pretende investir. Para o efeito está a construir um pequeno estabelecimento, nas proximidades da sua residência.

Para dar consistência ao projecto, dois membros da família estão neste momento a frequentar uma acção formativa no ramo, numa escola.

André Miguel considera que, os bancos comerciais devem incrementar a assistência de créditos bancários aos pequenos investidores.

### 3.13 Mercado do Quicolo com maior segurança

*Texto: Ana Paulo*

*Jornal de Angola*

*21 De Março de 2020*

O mercado do Quicolo apresenta actualmente melhorias em termos de segurança pública e de infra-estruturas, resultante da gestão privada, desde 2018, de duas empresas, a Manico Henda e a Nova Zona Industrial de Madeira (NZIM).

Em declaração ao Jornal de Angola, o administrador do mercado do Quicolo I, Virgílio Basílio, assegurou que uma parte do mercado, que está sob gestão do grupo Manico Henda, será vendido na totalidade e informou que na praça existe segurança que vigiam durante o dia e no período nocturno, para garantir a tranquilidade dos vendedores e compradores.

O responsável disse que além da segurança privada há também no mercado a presença policial no sentido de reforçar a segurança no local. Sublinhou que o objectivo é transformar as actividades comerciais do mercado informal, daí o empenho na requalificação destes locais.

O único constrangimento, de acordo com o administrador, tem a ver com o estado das vias principais e terciárias que dão acesso ao mercado. Lembrou que para facilitar a circulação dos automobilistas e consumidores, as administrações locais têm feito alguns arranjos temporários nas vias até que as autoridades decidam dar tratamento ao problema.

Satisfeitos com a mudança do mercado em termos de segurança e condições, os comerciantes reconheceram, ao Jornal de Angola, o trabalho que está a ser desenvolvida pela nova administração. "Foi feito grande investimento que permitiu o arruamento no interior e o asseguramento do mercado. Com isso, os assaltos, que havia anteriormente, diminuíram significativamente".

Divisão administrativa

De acordo com plano director da Província de Luanda, implementado em finais de 2016, o mercado

do Quicolo passou a contar duas direcções administrativas e permitiu a delimitações de áreas a nível dos municípios.

O administrador adjunto do mercado do Quicolo II, Flávio Cassua, disse que a praça foi dividida em duas partes, por pertencer, em simultâneo, aos municípios Cacuaco e Cazenga.

Flávio Cassua esclareceu que o mercado do "Quicolo, dividido por I e II, o primeiro faz parte do município do Cacuaco, o segundo do Cazenga.

O Quicolo II acolhe 80 por cento dos vendedores grossistas do ex-mercado do Roque Santeiro.

### 3.14 Mais de mil armazéns abandonados no KM-28

*Jornal de Angola*

*23 De Março de 2020,*

*Texto: Augusto Cuteta*

Mais de mil armazéns, alguns dos quais inacabados, e dez contentores frigoríficos, instalados no mercado municipal do KM-28, conhecido como mercado do 30, no município de Viana, em Luanda, continuam, há vários anos, abandonados pelos proprietários, denunciou o administrador daquele espaço comercial.

António Domingos "Tony Mulato" disse que os armazéns e contentores frigoríficos abandonados, bem como algumas obras inacabadas, vão ser confiscados pela administração, uma vez que não têm desempenhado o seu verdadeiro papel. O responsável disse que os supostos proprietários têm 90 dias para se pronunciarem, apresentando a documentação que comprove serem donos dos referidos estabelecimentos, findo os quais a Administração Municipal deverá retê-los.

"Pedimos igualmente aos utentes de câmaras frigoríficas avariadas para recuperá-las, porque o mercado precisa, ou serão obrigados a retirar esses equipamentos do espaço comercial do KM-28", exortou António Domingos. O administrador do mercado manifestou ainda preocupação pelo facto de os referidos espaços abandonados estarem a ser utilizados por jovens provenientes do interior do país como casas, locais de prostituição e a acolher supostos marginais.

Quanto às melhorias dos acessos ao mercado, o administrador António Domingos referiu que já existe um projecto para a construção de estradas, faltando apenas a sua execução pelo Governo Provincial de Luanda. O responsável realçou que a

verba para a construção de uma estrada é bastante onerosa, quer para os gestores do mercado, quer para a Administração Municipal de Viana, daí as obras dependerem das autoridades provinciais.

A administração, acrescentou, tentou negociar com uma empreiteira, no sentido de colocar asfalto na via principal de acesso ao mercado, mas esta apresentou uma factura orçada em cerca de 480 milhões de kwanzas.

António Domingos referiu que têm já sinal aberto para avançar com a instalação de energia eléctrica no mercado, embora lamente a inexistência de um horizonte temporal para a colocação de água canalizada no espaço comercial, numa altura em que o próprio bairro em que se encontra o mercado não beneficia deste produto.

“Com a instalação de serviços de energia eléctrica, o mercado estará em melhores condições para garantir a conservação de produtos, principalmente de frescos”, referiu António Domingos.

### 3.15 Covid-19: Mercado do 30 está com frágeis medidas de prevenção sanitária

*Jornal de Angola*

*23 De Março de 2020*

*Texto: Roque Silva*

Um número expressivo de pessoas, entre vendedores e clientes, no Mercado do KM-28, também conhecido como Mercado do 30, em Viana, ainda ignorava, até à tarde de sexta-feira, as medidas de prevenção à infecção pelo novo coronavírus.

Numa ronda, o Jornal de Angola observou um número reduzido de pessoas com máscaras de protecção e luvas, uma postura que, de acordo com pessoas avisadas, pode dever-se à falta de preocupação ou à ignorância das medidas de prevenção ao Covid-19, doença contagiosa que já matou mais de três mil pessoas no mundo, desde o seu surgimento na China, em Dezembro último.

Os mais despreocupados eram vendedores e carregadores de mercadorias, os conhecidos roboteiros, alguns dos quais admitiram total desconhecimento das medidas de prevenção, como lavar as mãos com água e sabão, na falta de álcool gel.

Do rol de interpelados, os que mais se mostraram informados e precavidos eram clientes, de ambos os sexos, alguns dos quais afirmaram que a prevenção é a melhor arma contra o Covid-19.

“Estou a evitar apertos de mãos, beijos e abraços desde que o Ministério da Saúde começou a difundir as medidas de prevenção contra o Covid”, explicou Júlia da Conceição, que, quando falava ao Jornal de Angola, estava com uma máscara e as mãos cobertas com luvas.

Como se tivesse adivinhado a curiosidade do repórter, Júlia da Conceição abriu uma pasta que carregava e no interior estavam vários frascos de álcool gel e luvas, adquiridos numa farmácia antes de ter ido para o Mercado do 30 com o objectivo de abastecer a despensa de casa.

“Todo o cuidado é pouco e não sabemos o que vai acontecer nos próximos dias”, acentuou Júlia da Conceição, que foi interrompida pela vendedora Madalena Cassopo, que manifestou total ignorância quando disse acreditar que o Covid-19 “é doença de brancos”.

Madalena, vendedora de tomate, frisou que a primeira vez que ouviu falar em Covid-19 foi numa conversa com colegas, depois do termo da jornada laboral, adiantando que, apesar de saber que, em vários países, a doença está a matar, não estava ainda preocupada, porque, na altura, o país ainda não tinha registado nenhum caso positivo.

Paula Unga, também vendedora, opinou que a pandemia de Covid-19 não devia preocupar os angolanos porque, de acordo com a própria, “o vírus não sobrevive a uma temperatura acima de 25 graus centígrados”, uma opinião que destapa também o seu desconhecimento sobre a doença.

O roboteiro Paulo Cabenga, que usava uma máscara empoeirada, explicou que já estava com o acessório há dois dias, por não ter dinheiro suficiente para se dar ao luxo de trocar frequentemente, como recomendam os especialistas em saúde pública. “Mais vale prevenir do que remediar”, declarou Paulo, para quem, em Angola, “todo o cuidado é pouco, porque até em países mais desenvolvidos a doença está a matar muita gente”.

Quem defendeu que a informação sobre as medidas de prevenção “deve circular com maior rapidez no Mercado do 30” foi Paula Damba, uma cliente assídua do espaço, onde compra, sobretudo, produtos agrícolas. A sugestão de Paula deve-se ao facto de o Mercado do 30 ser um espaço de venda de muitos alimentos e de grande concentração de pessoas, oriundas de vários bairros da província de Luanda e não só.

Paula Damba sugeriu aos frequentadores do Mercado do 30 para a lavagem, e de forma correcta, de

qualquer produto adquirido no espaço, por ficar exposto ao sol e sujeito à contaminação.

Na conversa com o *Jornal de Angola*, Paula confirmou que está a par de tudo sobre o Covid-19, por acompanhar diariamente os espaços informativos televisivos e radiofónicos.

O vendedor Moisés Songo criticou as pessoas que estavam desprotegidas, uma negligência que, na sua opinião, se deve “única e simplesmente à falta de informação e sensibilização”. “O que se vê aqui é muito grave e pode causar-nos um grande problema de saúde pública, caso o mercado continue aberto”, alertou.

Uma fonte ligada à Administração do Mercado do 30 assegurou ao *Jornal de Angola* que, no espaço, tem sido realizada campanha de sensibilização em torno das medidas de prevenção contra o novo coronavírus.

A campanha, de acordo com a fonte, tem como público-alvo os vendedores e é realizada em simultâneo nas sete secções de vendas de produtos do mercado, por 80 pessoas, a maioria das quais fiscais.

A extensa equipa de sensibilizadores não recebeu nenhuma formação de activismo sanitário, sendo esta a razão de estar a transmitir o essencial em matéria de higienização, que é a lavagem das mãos com água e sabão, álcool gel ou vinagre.

### 3.16 Mais de mil armazéns abandonados no KM-28

*Jornal de Angola*

23 De Março de 2020

Texto: Augusto Cuteta

Mais de mil armazéns, alguns dos quais inacabados, e dez contentores frigoríficos, instalados no mercado municipal do KM-28, conhecido como mercado do 30, no município de Viana, em Luanda, continuam, há vários anos, abandonados pelos proprietários, denunciou o administrador daquele espaço comercial.

António Domingos “Tony Mulato” disse que os armazéns e contentores frigoríficos abandonados, bem como algumas obras inacabadas, vão ser confiscados pela administração, uma vez que não têm desempenhado o seu verdadeiro papel. O responsável disse que os supostos proprietários têm 90 dias para se pronunciarem, apresentando a documentação que comprove serem donos dos referidos

estabelecimentos, findo os quais a Administração Municipal deverá retê-los.

“Pedimos igualmente aos utentes de câmaras frigoríficas avariadas para recuperá-las, porque o mercado precisa, ou serão obrigados a retirar esses equipamentos do espaço comercial do KM-28”, exortou António Domingos. O administrador do mercado manifestou ainda preocupação pelo facto de os referidos espaços abandonados estarem a ser utilizados por jovens provenientes do interior do país como casas, locais de prostituição e a acolher supostos marginais.

Quanto às melhorias dos acessos ao mercado, o administrador António Domingos referiu que já existe um projecto para a construção de estradas, faltando apenas a sua execução pelo Governo Provincial de Luanda. O responsável realçou que a verba para a construção de uma estrada é bastante onerosa, quer para os gestores do mercado, quer para a Administração Municipal de Viana, daí as obras dependerem das autoridades provinciais.

A administração, acrescentou, tentou negociar com uma empreiteira, no sentido de colocar asfalto na via principal de acesso ao mercado, mas esta apresentou uma factura orçada em cerca de 480 milhões de kwanzas.

António Domingos referiu que têm já sinal aberto para avançar com a instalação de energia eléctrica no mercado, embora lamente a inexistência de um horizonte temporal para a colocação de água canalizada no espaço comercial, numa altura em que o próprio bairro em que se encontra o mercado não beneficia deste produto.

“Com a instalação de serviços de energia eléctrica, o mercado estará em melhores condições para garantir a conservação de produtos, principalmente de frescos”, referiu António Domingos.

Construção de mais naves

Enquanto se espera pela construção das vias de acesso ao mercado e pela materialização da instalação de energia eléctrica, a administração do mercado leva a cabo, de forma paulatina, obras para melhorar a acomodação dos vendedores e a recepção dos compradores/visitantes.

Um desses projectos tem a ver com a edificação de uma nave de 100 metros de comprimento e 50 metros de largura, uma empreitada que, por ter custos razoavelmente baixos, está nas prioridades da administração do mercado.

Nas naves já erguidas, decorrem igualmente obras de pavimentação. É um trabalho que o administrador diz que deve ser executado de forma a não prejudicar outros compromissos da gestão do mercado, como o pagamento de salários dos funcionários que apoiam a administração, das acções de saneamento básico, bem como a responsabilidade em pôr dinheiro na conta agregadora.

Além disso, a administração está a levar a cabo um programa de contenção de três grandes ravinas, que ameaçam os utentes do mercado. Para isso, a gestão do espaço comercial tem estado a adquirir inertes em camiões, desembolsando 30 mil kwanzas por cada carga.

Os gestores do mercado municipal de Viana do KM-28, vulgo “Mercado do 30”, que controla 6.648 vendedores, arrecadam diariamente, em média, entre 600 mil e 700 mil kwanzas, mas, em função dos poucos descarregamentos de produtos, em consequência das fortes chuvas no interior do país, o que reduz a circulação de camiões, estão a contabilizar apenas 300 mil a 350 mil kwanzas por dia.

Questionado sobre a problemática em torno da propriedade do mercado, tendo em conta que, há uns anos, uma senhora, identificada por Cidália Cambinda, se tinha declarado dona do espaço, o administrador António Domingos referiu que “se eu sou nomeado para gerir este lugar pelo Estado é porque o lugar pertence ao Estado e ponto final”, rematou e nada mais disse.

### 3.17 Mercado do 30 está com frágeis medidas de prevenção sanitária

*Jornal de Angola*

*23 De Março de 2020*

*Texto: Roque Silva*

Um número expressivo de pessoas, entre vendedores e clientes, no Mercado do KM-28, também conhecido como Mercado do 30, em Viana, ainda ignorava, até à tarde de sexta-feira, as medidas de prevenção à infecção pelo novo coronavírus.

Numa ronda, o Jornal de Angola observou um número reduzido de pessoas com máscaras de protecção e luvas, uma postura que, de acordo com pessoas avisadas, pode dever-se à falta de preocupação ou à ignorância das medidas de prevenção ao Covid-19, doença contagiosa que já matou mais de três mil pessoas no mundo, desde o seu surgimento na China, em Dezembro último.

Os mais despreocupados eram vendedores e carregadores de mercadorias, os conhecidos roboteiros, alguns dos quais admitiram total desconhecimento das medidas de prevenção, como lavar as mãos com água e sabão, na falta de álcool gel.

Do rol de interpelados, os que mais se mostraram informados e precavidos eram clientes, de ambos os sexos, alguns dos quais afirmaram que a prevenção é a melhor arma contra o Covid-19.

“Estou a evitar apertos de mãos, beijos e abraços desde que o Ministério da Saúde começou a difundir as medidas de prevenção contra o Covid”, explicou Júlia da Conceição, que, quando falava ao Jornal de Angola, estava com uma máscara e as mãos cobertas com luvas.

Como se tivesse adivinhado a curiosidade do repórter, Júlia da Conceição abriu uma pasta que carregava e no interior estavam vários frascos de álcool gel e luvas, adquiridos numa farmácia antes de ter ido para o Mercado do 30 com o objectivo de abastecer a despensa de casa.

“Todo o cuidado é pouco e não sabemos o que vai acontecer nos próximos dias”, acentuou Júlia da Conceição, que foi interrompida pela vendedora Madalena Cassopo, que manifestou total ignorância quando disse acreditar que o Covid-19 “é doença de brancos”.

Madalena, vendedora de tomate, frisou que a primeira vez que ouviu falar em Covid-19 foi numa conversa com colegas, depois do termo da jornada laboral, adiantando que, apesar de saber que, em vários países, a doença está a matar, não estava ainda preocupada, porque, na altura, o país ainda não tinha registado nenhum caso positivo.

Paula Unga, também vendedora, opinou que a pandemia de Covid-19 não devia preocupar os angolanos porque, de acordo com a própria, “o vírus não sobrevive a uma temperatura acima de 25 graus centígrados”, uma opinião que destapa também o seu desconhecimento sobre a doença.

O roboteiro Paulo Cabenga, que usava uma máscara empoeirada, explicou que já estava com o acessório há dois dias, por não ter dinheiro suficiente para se dar ao luxo de trocar frequentemente, como recomendam os especialistas em saúde pública. “Mais vale prevenir do que remediar”, declarou Paulo, para quem, em Angola, “todo o cuidado é pouco, porque até em países mais desenvolvidos a doença está a matar muita gente”.

Quem defendeu que a informação sobre as medidas de prevenção “deve circular com maior rapidez no

Mercado do 30” foi Paula Damba, uma cliente assídua do espaço, onde compra, sobretudo, produtos agrícolas. A sugestão de Paula deve-se ao facto de o Mercado do 30 ser um espaço de venda de muitos alimentos e de grande concentração de pessoas, oriundas de vários bairros da província de Luanda e não só.

Paula Damba sugeriu aos frequentadores do Mercado do 30 para a lavagem, e de forma correcta, de qualquer produto adquirido no espaço, por ficar exposto ao sol e sujeito à contaminação.

Na conversa com o Jornal de Angola, Paula confirmou que está a par de tudo sobre o Covid-19, por acompanhar diariamente os espaços informativos televisivos e radiofónicos.

O vendedor Moisés Songo criticou as pessoas que estavam desprotegidas, uma negligência que, na sua opinião, se deve “única e simplesmente à falta de informação e sensibilização”. “O que se vê aqui é muito grave e pode causar-nos um grande problema de saúde pública, caso o mercado continue aberto”, alertou.

Uma fonte ligada à Administração do Mercado do 30 assegurou ao Jornal de Angola que, no espaço, tem sido realizada campanha de sensibilização em torno das medidas de prevenção contra o novo coronavírus.

A campanha, de acordo com a fonte, tem como público-alvo os vendedores e é realizada em simultâneo nas sete secções de vendas de produtos do mercado, por 80 pessoas, a maioria das quais fiscais.

A extensa equipa de sensibilizadores não recebeu nenhuma formação de activismo sanitário, sendo esta a razão de estar a transmitir o essencial em matéria de higienização, que é a lavagem das mãos com água e sabão, álcool gel ou vinagre.

### 3.18 Mercados clamam por medidas de segurança

*Jornal de Angola*

*24 De Março, 2020*

*Texto: Alexa Sonbi*

Saída e entrada de pessoas, exposições de mercadorias, tanto secas como perecíveis, zungueiros que circulam de cima para baixo, roçando em tudo quanto é lado, só para venderem rapidamente os seus produtos. É este o cenário vivido em muitos mercados de Luanda, que, até agora, não tomaram

medidas efectivas de segurança para prevenir possíveis casos de contágio do Covid-19.

A equipa de reportagem do Jornal de Angola visitou os mercados do Asa Branca, 30, São Paulo e os armazéns do Hoji-ya-Henda; conversou com vendedores, que, por terem conhecimento da doença, apelam às administrações destes recintos que implementem medidas de segurança que visam a protecção de todos que ali circulam.

Judite de Andrade é vendedora há 21 anos, no mercado do Asa Branca. Ela tem se informado com regularidade sobre o Covid-19, pela televisão, rádio e jornais.

"Sei que é uma gripe muito infecciosa e pode-se apanhar por meio do contacto, espirro e suor da pessoa infectada", Explicou.

Como medidas preventivas, a vendedora de peixe fresco disse saber que se tem de lavar as mãos regularmente, usar álcool-gel e não beijar, nem abraçar, porque destes gestos pode chegar a doença, que ainda não tem cura e demora em média 14 a 37 dias para apresentar os sintomas.

Questionada sobre se estas medidas são cumpridas no mercado, Judite de Andrade disse que não e que, pela natureza dos mercados angolanos, vai ser muito difícil implementar todas as medidas de segurança.

"Por isso, se apanhar aqui, posso levar a doença à minha casa e infectar toda a minha família. Mas também não posso deixar de vir aqui, porque este é o local onde ganho pão para alimentar os meus filhos. Sei que todos aqui na praça estamos a correr muitos riscos", salientou.

Judith explicou que, embora não se respeitem as medidas de segurança no mercado, em casa há rigorosidade.

"Temos o álcool em gel, sabão azul, lixívia para fazer a higienização regular, tanto das mãos,

como da casa", detalhou.

Falta água corrente Para Joana Ventura, cozinheira no mercado Asa Branca há 15 anos, o Coronavírus é uma tosse

seca e dor do peito, que pode matar qualquer pessoa, começou na China e agora já está em

todo mundo.

"Como passo todo o dia no mercado, ao chegar à casa já não tenho tempo para assistir televisão. Como



não sei ler, apenas escuto o que se diz nas rádios e na boca das pessoas", começou por dizer.

Ele diz que comprou lixívia em bolas e colocou num "bidom" de cinco litros, para os clientes lavarem as mãos, antes de entrarem na barraca.

"Coloco lixívia na água para lavar a loiça e procuro implementar as mesmas medidas em casa. Não comprei álcool-gel, porque está muito caro, o frasco está a custar 10 mil kwanzas, em quase todas as farmácias", completou.

Joana Ventura avalia que a Administração deve criar condições para diminuir o número de pessoas no mercado.

"Se calhar um grupo vender durante alguns dias e outros depois, porque, se continuarmos a vender todos juntos, vai ser complicado. Aqui não temos água corrente em todos os lados. Apenas na sede da Administração e em algumas barracas. Para nós, que vendemos nas bancadas, é complicado lavarmos as mãos com regularidade. Se aqui entrar o vírus, estamos mal, minha filha, vai ser uma raia pior do que o marburgo e a febre amarela. Os hospitais já não têm condições, mais coronavírus?"

Já Adelina Eliseu, vendedora de roupa no mercado do São Paulo há 20 anos, diz ter conhecimento pleno da doença, porque a filha, mé-dica, faz questão de todos os dias explicar à família. Ela diz que nós, povo angolano, já sofremos muito; há falta de alimentação e o nosso sistema de saúde é precário. Se os hospitais não estão capacitados para atender a população no dia-a-dia, então, imaginem, se a população apanhar o coronavírus. Vamos morrer todos", acentuou Adelina, visivelmente assustada.

### 3.19 Sensibilização e outras medidas

*Jornal de Angola*

*24 De Março de 2020*

*Texto: Edivaldo Cristóvão*

Alguns mercados de Luanda já começaram a tomar medidas de prevenção contra o Covid-19, com campanhas de sensibilização para que os vendedores e visitantes passem a usar com frequência o álcool-gel, máscaras, luvas e a lavar as mãos com água e sabão.

No mercado do Asa Branca, o administrador Cláudio Manuel disse que as medidas de segurança contra o Coronavírus têm sido de acordo com as orientações do Ministério da Saúde.

"Temos passado informações aos vendedores, além de termos criado um sistema de lavar as mãos com água corrente e sabão, para todos os que frequentam o mercado o possam fazer de forma periódica. Sugerimos também à Administração Municipal da Saúde que intensifique as palestras", explicou.

Cláudio Manuel disse que o mercado do Asa Branca não é fluido, porque foram criadas três secções de vendas, para evitar o aglomerado de pessoas no mesmo espaço, no-meadamente, área da venda do fardo, outra de peixe e de bens alimentares.

Referiu que os materiais de utilização para prevenção, numa primeira fase, são comprados pela Administração do mercado, mas que não são suficientes. Por isso, pedem mais apoios para salvaguardar a situação.

O administrador do mercado disse que o objectivo é fazer que os vendedores estejam protegidos, para evitar casos do Codiv-19 e continuarem a trabalhar sem problemas.

O mercado do Asa Branca tem mais de dois mil vendedores. Além das vendas, foram criados serviços de jardinagem, sala de alfabetização, área de sopa solidária e programa para travar crianças que vendem. Cada vendedor paga uma taxa de cem kwanzas por dia.

Estão, também, disponíveis serviços do Banco de Poupança e Crédito, que são maioritariamente utilizados pelos vendedores. Contam-se ainda a 6ª Conservatória e uma óptica. O mercado é específico para a venda de fardos e peixe a grosso, além de outros produtos de primeira necessidade.

Relativamente às roupas do fardo, o administrador garantiu que a maior parte dos produtos vem da Europa, mas a questão da sanidade é controlada pelos serviços da Administração Geral Tributária (AGT) e da Fiscalização. Quando chega até ao vendedor, já não oferece grandes riscos.

O mercado do Asa Branca é dos poucos em Luanda que tem sistema de vídeo vigilância, o que permite controlar o que ocorre no interior. Além da segurança de baixa visibilidade, conhecida

como anti-gang, tem a segurança arma-

da, para garantir o conforto dos compradores.

"Podemos afirmar que é dos mais seguros, porque não tem registado casos de roubos", garantiu.

Hoji ya Henda

Nos armazéns do Hoji Ya Henda, Karounga Diagouraga, um estrangeiro que comercializa roupas há oito anos, disse que dentro da sua nave estão a ser implementadas medidas de segurança, os clientes, antes de entrar, lavam as mãos ou passam álcool-gel.

Na loja, encontramos uma comerciante, Belita Kitoko, 22 anos de idade, que regressou da África do Sul, de Joanesburgo, na quarta-feira, dia 18 de Março. Contou que, antes de passar pela migração, foi submetida a um teste ambulatorio, que deu negativo.

A jovem vive na Vila Alice e tem uma loja de roupas. Explicou que, às vezes, recorre aos armazéns do Hoji ya Henda para comprar roupa e revender na sua boutique.

Com a suspensão dos voos internacionais, a comerciante revelou que a única alternativa para comprar os produtos serão os armazéns do Hoji Ya Henda, para não ter queda no negócio. A África do Sul é a sua principal fonte.

São Paulo

No mercado do São Paulo, o administrador-adjunto, Paulo José Mussoque, garantiu que todas as medidas de prevenção contra o Coronavírus estão a ser tomadas, passando informações aos vendedores, que devem lavar sempre as mãos com água e sabão.

“Estamos a fazer tudo para a compra de luvas, máscaras e álcool-gel, com um fundo da administração do Sambizanga. Os técnicos de Saúde vão estar este fim-de-semana no mercado, para realizarem palestras aos vendedores”, anunciou. O Mercado do São Paulo tem 2.352 bancadas e recebe diariamente mais de mil pessoas. O administrador-adjunto lamentou o facto de, até à altura da reportagem, não terem sido criadas, pelas entidades competentes, medidas para evitar o fluxo de pessoas.

### 3.20 Covid-19: Juntos e misturados, clientes às compras e vendedores a facturar

*Jornal de Angola*

*25 De Março de 2020*

*Texto: Nilza Massango*

Juntos e misturados, agrupados e sem protecção alguma. Assim andam, mesmo nestes dias, os vendedores e os clientes, nos vários armazéns do Hoji ya Henda. Numa ronda, a nossa reportagem constatou que a pandemia do Covid-19 não é ameaça para muitos e nem impede centenas de pessoas de se

agruparem, sem máscaras, e manterem contacto próximo umas com as outras nesses lugares.

Numa ronda, a nossa reportagem constatou que a pandemia do Covid-19 não é ameaça para muitos e nem impede centenas de pessoas de se agruparem, sem máscaras, e manterem contacto próximo umas com as outras nesses lugares. Na rua Porto Moniz, que mais parece um “formigueiro humano”, André, um jovem zungueiro, desprotegido e ignorando todas as medidas de protecção contra o Coronavírus, acredita que Deus está com ele, que nada há-de acontecer-lhe. “Por isso, não vejo necessidade de me proteger”, frisou.

O cenário é igual ao de há oito meses: um aglomerado de pessoas, que ficam juntas e misturadas, que circulam de um lado ao outro, sem qualquer protecção, mesmo depois dos inúmeros apelos públicos sobre a importância de se prevenir do coronavírus. Muitos dos vendedores estão mais preocupados em saber se os armazéns vão ser encerrados. Contavam-se as pessoas que circulavam com máscaras no rosto, como o caso de Caetano de Almeida, que usava até luvas. O jovem, que vive no Kilamba, estuda no Morro Bento, foi ao Hoji ya Henda para pegar uma encomenda e sair rápido, porque tem noção de que é perigoso estar num ambiente com mais de 200 pessoas.

A rua Porto Moniz é comércio total. Devido à multidão, num entra e sai das lojas, poucos carros circulam. Aos sábados, fica pior com muita gente, entre vendedores e clientes que procuram de tudo um pouco, desde a roupa ideal ao bom preço. Mais um pouco e o Hoji ya Henda transformava-se por completo num centro comercial. Uma boa parte daquele distrito do Cazenga está invadido por lojas e armazéns, em cada rua, esquina, beco e travessa. Cada vez mais, ruas alinham ao negócio do comércio, com a venda de vários artigos como roupas, calçados e electrodomésticos. Na rua do Funchal e Porto Moniz contam-se os moradores que resistem à sedução dos “Mamadu”.

As mais de 30 casas existentes na rua Porto Moniz foram arrendadas por estrangeiros e modificadas, tomando feição de estabelecimentos comerciais. Só algumas de um andar conservam a estrutura inicial da parte de cima da casa, mas que também serve de depósito. O Hoji ya Henda já foi um dos bairros residenciais mais chiques de Luanda.

Um santuário da moda

Hoji ya Henda é hoje o "improvável santuário" da moda. Há muitos que, às escondidas e ainda mais em tempos de crise, recorrem àquele mercado para

atualizar o guarda-roupa. Pena é que ninguém quer ser taxado como usuário das roupas baratas do lugar. A venda de roupas é o negócio que mais se expande naquela zona do município do Cazenga. São dezenas de estabelecimentos, grandes e pequenos, que despacham a grosso e a retalho para outros mercados, províncias e até boutiques chiques da zona urbana de Luanda.

Hoje, pela grande procura, os armazéns do Hoji ya Henda revelam-se dos maiores fornecedores de roupas para revendedores dos vários mercados, praças e vendedeiras ambulantes da cidade capital. Até ao momento, segundo vendedores, sem se identificarem, ainda há mercadorias em stock, mas temem que nos próximos tempos, por causa da situação do Coronavírus, com o cancelamento de voos, fronteiras, a realidade venha mudar totalmente. Os preços das roupas na rua Porto Moniz não variam muito praticados há oito meses, quando a nossa reportagem lá esteve.

A rua Porto Moniz é um autêntico corredor de lojas e armazéns só de roupa masculina e feminina, de marcas diversas e outros acessórios, como sapatos, chapéus. Original ou não, como soe dizer-se, o certo é que até boutiques chiques da Baixa da Cidade também apelam às peças do barato do Hoji ya Henda. Aqui, a exclusividade na moda deixou de ser um diferencial.

“Eu já vi, o meu produto numa boutique da Mutamba”, afirmou Anzumana Tirera, gerente de um dos armazéns de roupas masculina, de origem chinesa, na rua Porto Moniz.

Nos armazéns encontra-se de tudo um pouco, no que diz respeito ao tipo de vestimenta. Roupas de todo o tipo de tecido, desde leve e pesado, de origem chinesa, turca, francesa, italiana, tailandesa, para todos os gostos, tamanhos e bolsos. Há fatos para eventos sociais, casamento, vestidos para festas, roupa desportiva e até íntima. Todos os dias, há pessoas a comprá-las, tendência que há muito deixou de ser apenas por necessidade de se manter vestido.

O armazém do Anzumana Tirera, por dia, factura cerca de 40 mil kwanzas, também dependendo da época, e tem calças e camisas, com preços de 2.000 a 3.500 kwanzas. No Mamadu Irmãos, os fatos sociais, de duas, três peças, de origem tailandesa e do Dubai, variam de 15 a 22 mil kwanzas. Os de tecido algodão são os mais procurados e mais caros. Os vestidos de festas custam de sete a dez mil kwanzas. Aqui, são mais as mulheres que compram, sem dúvidas.

Na rua do Funchal, o armazém Escondidinho Jaxy vende roupas produzidas na China, exclusivamente

para crianças, despacha a grosso, para revendedores do mercado do São Paulo, Praça Nova, Praça do Kikolo e outros. Tem marcas que são autênticas imitações da Adidas, Fila, Tommy e de desenhos animados da Disney: Princesa Sofia, Patrulha Pata e Porquinha Pepa.

Um trabalho bem feito

Com o trabalho da Fiscalização do distrito, reduziu consideravelmente aquela zaragata de pessoas, escolhendo nos amontoados de roupas, lutando pela mesma peça, o puxa daqui e dali, a gritaria do arreou, a exposição de roupas pelas paredes das ruas. Agora, o comércio está mais organizado. A venda é somente dentro dos armazéns e lojas. Um e outro vendedor ambulante é que ousam desafiar os fiscais e a Polícia. As ruas estão limpas. O que mais se vê na venda ambulante, fora dos armazéns, são pequenas coisas, como peúgas, lenços, cintos, sacos de compra e outros. Só no final do dia é que a confusão volta a instalar-se, quando não mais estão sob o olhar das autoridades.

O trabalho da administração tem se focado em organizar as ruas, orientar a Polícia e na Fiscalização

### 3.21 Covid-19: Alfaiates produzem máscaras de protecção na Huíla

*Jornal de Angola*

*26 De Março de 2020*

*Texto: Domingos Mucuta e Arão Martins*

Cidadãos estão a recorrer aos alfaiates para produzirem máscaras de protecção contra o Covid-19, depois da escassez e elevado preço desse material nas farmácias da cidade do Lubango, província da Huíla.

O alfaiate Barbosa Zuzy disse que, nos últimos dias, muitos clientes têm estado a solicitar grandes quantidades de máscaras de protecção, impulsionada pelo anúncio dos primeiros três casos positivos de Covid-19 no país. Há mais de 20 anos na profissão, Barbosa Zuzy disse que a demanda pelas máscaras de tecido é elevada, na medida em que os cidadãos buscam alternativas ante a escassez e aos preços exorbitantes das farmácias.

O alfaiate disse que a maioria das máscaras são feitas com tecido e com uma cobertura consistente que permite aos usuários respirarem sem constrangimentos. Barbosa Zuzy assegurou que a sua equipa está pronta para produzir máscaras em

grandes quantidades ao preço de 400 kwanzas cada unidade.

Um dos clientes que aderiu às máscaras de tecido é o contabilista Carlos Baptista, que comprou quatro unidades para distribuir para alguns membros da família. Ele queixou dos preços praticados nas farmácias, onde cada máscara descartável custa entre 500 a 2500 kwanzas. “As máscaras estão difíceis e caras no mercado. Esta que estou a usar custou 2.500 kwanzas, para ser usada em 24h horas. Penso que não compensa gastar tanto. Mais vale usar estas de pano, que podem ser reutilizada, depois de serem levadas e estilizadas”, afirmou, questionando-se se o Ministério da Saúde aprova o uso deste tipo de máscaras.

A nossa reportagem contactou o Gabinete Provincial da Saúde e a Direcção da Saúde Pública da Huíla para confirmar o uso de máscaras de tecido produzidas pelos alfaiates, mas até ao fecho dessa edição não obteve nenhuma resposta.

Centro de quarentena criado na Quilemba

Um centro de quarentena para casos suspeitos de Covid-19 foi criado na zona neutra da Centralidade da Quilemba, arredores da cidade do Lubango, província da Huíla, disse segunda-feira, a directora do Gabinete Provincial da Saúde.

Luciana Guimarães garantiu que o centro dispõe de todas as condições para qualquer eventualidade. Até segunda-feira, referiu, a província da Huíla tinha dez pessoas, provenientes de Lisboa, Portugal, em quarentena domiciliar. “Os dez casos estão controlados e isolados, a aguardar pelos exames laboratoriais”, disse.

O Governo Provincial da Huíla analisou, segunda-feira, o grau de implementação do Plano de Contingência para o controlo do Covid-19. Os participantes recomendaram o reforço e promoção das campanhas de prevenção sobre a pandemia e a utilização correcta e racional dos equipamentos de protecção. “Os cidadãos devem respeitar e cumprir com rigor as orientações e procedimentos relativos aos pontos de acesso dos utentes, bem como das medidas de higienização, distanciamento entre pessoas nas unidades hospitalares, em grandes superfícies comerciais, hotéis, restaurantes e similares, mercados e demais serviços de atendimento ao público”, refere o comunicado final.

Os casos suspeitos devem ser comunicados através do terminal 945050005 do Departamento de Saúde Pública da Huíla.

### 3.22 Mercado do km 30 regista fatura de alimentos

*Jornal Economia e Finanças*

*27 De Março de 2020*

*Texto: António Eugénio*

Timidamente, dezena de camiões carregados de alimentos provenientes de vários pontos do país, fazem o estacionamento no mercado do km 30, no município de Icolo e Bengo, principal ponto de abastecimento da cidade de Luanda.

É uma verdadeira "gincana" não há ordem no estacionamento, cada um safa-se como pode para estacionar. Todos que-rem fazê-lo ao mesmo tempo. Está instalada a agitação.

Na sua maioria estão carregados de batata-rena, batata-doce, mandioca, bombó, fuba, arroz e feijão. Aliás, segundo o Ministério da Agricultura e Florestas, Angola apresenta já uma auto-suficiência interna em tubérculos.

Outros transportam cabritos, ovelhas, hortícolas e aves diversas, também para canalizar num dos maiores mercados alimentar da capital angolana.

De repente um camião com aproximadamente 40 toneladas de batata-rena proveniente da província do Bié é cercada pelos clientes, cada um quer obter uma quantidade para o consumo ou venda.

"O momento parece obrigar cada um ter um pouco de tudo para aguentar a família em casa. É tempo da quarenta do covid-19 e o consumo alimentar aumenta", disse alguém ao lado.

António Cangala é um dos clientes, rompe a barreira e consegue a quantidade que necessita, na mesma condição está Maria Conde que pretende a todo custo obter alguns quilos.

O fluxo de viaturas não é o mesmo se comparado com o período ante coronavírus, há um ligeiro abrandamento por causa das medidas cautelares devido à pandemia.

João Cavaleca é o motorista do camião e pequeno produtor da batata rena no centro de Angola. Revela que tem mais de 10 hectares de produtos cultivados. A perspectiva da colheita está calculada acima de 2 mil toneladas, porém, há um défice acentuado de compradores.

A oferta é maior que o consumo dada a explosão produtiva de batata-rena neste ano agrícola.

"Há muita batata cultivada para o consumo. O maior problema continua ser o escoamento e venda. Neste momento tenho dois camiões carregados, mas por causa da quarentena vou preferir aguardar para mais alguns dias", explicou.

Vender no Congo

Alfeu Vinevala é o maior produtor da batata-rena em Angola, em contacto telefónico, disse haver desvalorização da produção interna. Explica que muitos produtores são obrigados a estabelecer parcerias com compradores do Congo Democrático para vender as quantidades produzidas.

Por essa razão, mostra o seu profundo desapontamento, com o cenário que se observa com a exportação diária de elevadas quantidades deste alimento para o exterior do país.

Conta que muitos produtores observam impávidos a deterioração da batata colhida e solicitam às autoridades a traçar políticas comerciais que beneficiem o produtor angolano.

Com 200 hectares de terras preparadas, o empresário prevê uma colheita de oito mil toneladas de batata, para satisfazer o mercado interno.

Mas alerta para a necessidade de o Governo garantir mais apoios com meios de transporte, conservação e criar canais de distribuição e comercialização dos produtos e infra-estruturas para dinamizar a agricultura.

A farinha de milho é outro produto em grande escala no mercado, tudo porque os produtores de milho redobram os esforços para haver mais colheita de milho.

Há de tudo no mercado

É sábado de manhã. O mercado regista um movimento frenético. Há de tudo um pouco. Desde legumes, frutas e alimentos silvestres. Cada um de acordo com as suas necessidades e o seu bolso, faz as compras necessárias.

O casal Camati está no mercado para abastecer a casa. Para ambos, o mercado tem tudo. "É tudo de boa qualidade e sem conservantes", frisou.

"Aqui há comida para todos, acho apenas que os comerciantes queixam-se de escoamento. O Governo tem de traçar política para melhorar as estradas", disse

Nesta fase, os preços dos produtos registaram uma subida ligeira devido ao aumento da demanda dos bens de primeira necessidade.

### 3.23 Mercado publicitário no país evoluiu em sentidos opostos

*Jornal de Angola*

*26 De Março de 2020*

*Texto: André dos Anjos*

O mercado de publicidade, em Angola, contraiu ligeiramente em 2019, com o número de inserções de conteúdos nos meios de comunicação social a descer de 1.009.653 para 957.768, uma queda de 3,00 por cento em relação ao ano anterior.

Os dados constam no Anuário de Media e Publicidade referente a 2019, um documento produzido pela Marktest Angola, empresa que estuda, além do comportamento do mercado publicitário no país, os níveis de adesão aos média, a audiência acumulada de véspera em Rádio e Televisão, a quota de audiência e o tempo médio de visionamento ou audiência.

De acordo com o documento, que será apresentado em Luanda, no dia 31 deste mês, a imprensa (jornais e revistas) foi, dos meios analisados, a que mais contribuiu para a retracção do mercado, com o número de inserções de publicidade a descer de 14.800 para 12.436, uma variação negativa de 16 por cento.

A seguir, surge a televisão, com uma queda de 4,5 por cento no número de inserções de publicidades, que passou de 613.020 em 2018 para 585.256. A Rádio aparece com uma variação negativa de 1,00 por cento. Apesar da queda no número de inserções, o volume de investimento na publicidade registou um crescimento global de 9,00 por cento, uma ascensão, segundo dados estatísticos a que o Jornal de Angola teve acesso, devido a uma variação positiva na Televisão de 24,6 por cento e na Rádio 1,9 em relação ao ano anterior.

No global, a cifra evoluiu de cerca de 20 mil milhões em 2018 para 21,8 mil milhões de kwanzas. Mais nominal do que real, se descontados os efeitos da inflação, sobre o crescimento do investimento resta a certeza de que "os anunciantes pagaram mais pelos espaços, mas compraram menos posições", como faz questão de sublinhar a directora-geral da Marktest Angola, Ana Paula Pereira.

O ligeiro incremento no volume de investimento não perturba a conclusão de que os espaços vendidos nos vários suportes, de um modo geral, decresceu.

Base de cálculos

Para apurar o valor do investimento publicitário num dado período, explica Ana Paula Pereira, a Marktest Angola baseia-se no preço de tabela dos espaços e no número de vezes que os conteúdos são inseridos.

Admitindo que os preços de tabela são negociados entre anunciantes e fornecedores de serviços, para efeitos de análise do mercado de publicidade, o volume de investimento perde relevância em relação ao número de inserções, que "ilustra, de modo real", como faz questão de sublinhar Ana Paula Pereira, se o espaço vendido nos vários suportes está a crescer. A publicidade feita na imprensa digital não entra nos cálculos da Marktest Angola, facto que Ana Paula Pereira justifica com a fraca adesão aos portais informativos produzidos no país e não só. "O número de pessoas que acedem a portais de notícias no país é de tal modo reduzido que não justifica inclusão da publicidade inserida nesses suportes, na análise do mercado publicitário", elucidou.

De fora também fica a publicidade feita em outdoors, por dificuldades de acesso aos preços de tabela praticados pelos diferentes agentes. "Qualquer especulação à volta disso conduziria a informações, no mínimo, duvidosas", diz.

Em 2018, de acordo com o Anuário daquele ano, pelo menos em Luanda, 60,1 por cento da população já tinha acesso à Internet, sendo 57 por cento por intermédio do telemóvel, 14,3 por computador e 2,2 pelo "tablet"

Ainda segundo o Anuário de 2018, pelo menos 84,6 por cento dos internautas, em Luanda, usam a Internet para aceder ao Facebook, 10,4 por cento o Google, 5,6 o YouTube e 5,2 o Whatsapp.

Para o acesso à Internet, de acordo com o documento, 75 por cento das pessoas utilizam os serviços da Unitel, 35,1 Movitel, 5,8 TV Cabo, 1,7 Netone, 0,6 Angola Telecom e 0,1 por cento a ACS CM Corporation. A Zap, Unitel, DSTV, BAI e TV Cabo, segundo apurou o Jornal de Angola, foram ao longo de 2019 as marcas líderes da publicidade na media.

### 3.24 Catinton recebeu uma multidão de pessoas

*Jornal de Angola*

*28 De Março de 2020*

O mercado do Catinton foi ontem invadido por uma multidão de pessoas ávidas em vender e comprar produtos de primeira necessidade, contrariando o Estado de Emergência, que ontem começou a vigorar, por um período de 15 dias.

Para cumprir com as medidas de higienização, os vendedores e compradores deviam antes lavar as mãos com água e sabão e depois terem acesso ao mercado, que tinha apenas duas portas, das cinco existentes, abertas.

Um funcionário, dos oitos que o mercado possui, que pediu o anonimato, disse que as comerciantes, ansiosas em vender, romperam com os portões, provocando um caos total, tendo alguns cidadãos perdido os sentidos. O mercado e lojas e armazéns adjacentes estavam abarrotados de pessoas.

A entrada do mercado, o cenário era de longas filas de carros, que pretendiam aceder ao local. "Roboteiros" transportavam mercadorias de um lado para outro, ao passo que as zungueiras compravam produtos diversos, quer para casa, quer para revender em várias artérias de Luanda.

Maria Alberto chegou ao mercado quando eram seis horas da manhã. Para ela, a desorganização era culpa dos funcionários do mercado, que deveriam ter aberto todos os portões do local. A ideia foi contrariada por um funcionário, para quem as vendedoras negaram-se a cumprir com as medidas de prevenção contra o Covid-19.

Três bidões de dois mil litros e 15 torneiras de água foram colocados à entrada do mercado para as pessoas levarem as mãos com sabão, antes e depois das compras. A reportagem do Jornal de Angola constatou que houve pessoas que cumpriram com as medidas de higienização.

Ao redor do mercado, amontoados de lixo completam um cenário já de si desolador. Apesar disso, muitas comerciantes insistiam em vender produtos frescos por cima dos resíduos sólidos.

António Evaristo, acompanhado da esposa, Teresa João, reclamou do aumento dos preços de alguns produtos. Justificou que só foi ao mercado ontem devido ao pagamento tardio do salário.

Um quilo de feijão, que antes era vendido a 800, estava a ser comercializado a 1.400 kwanzas. Já o quilo de arroz custava 500 kwanzas e o de fuba de milho a 400. A barra de sabão passou de 800 para 1.600 kwanzas.

Por seu lado, Maria Mateus e Paulo João criticaram o Executivo por ter decretado Estado de Emergência, sem antes permitir aos cidadãos fazerem as compras para casa. Os kupapatas continuam a fazer o seu trabalho, alegando não ter outra forma de sobrevivência. "Se não trabalhar, onde vou arranjar dinheiro para sustentar os meus filhos?", questionou Martins Domingos

A Polícia Nacional teve' de intervir no sentido de repor a ordem e a tranquilidade públicas.

Outros mercados

A agitação de pessoas também foi verificada na zona das Pedrinhas e no mercado dos Congolenses, onde muitas donas de casa foram fazer compras de produtos diversos, uma vez que receberam os salários apenas na quinta-feira à noite.

A carência de gás criou enormes filas junto das agências. Por volta das 12 horas, o mercado do Tunga-Ngo registava um movimento normal. O mercado dos Correios tinha as lojas de venda de peças encerradas.

### 3.25 Mercados e venda ambulante

*Jornal de Angola*  
28 De Março 2020

Os mercados públicos, quer sejam formais, quer informais, devem manter-se em funcionamento, mas com limitações, referiu o ministro Adão de Almeida. Neste período excepcional, abrem as portas das 6 às 13 horas, comercializando apenas produtos essenciais, como os de higiene e limpeza, bens alimentares ou gás butano. A venda de bens não essenciais está interdita. Sempre que o perigo de contágio sanitário exista as instituições competentes podem determinar o encerramento do mercado.

Por outro lado, os órgãos que gerem os mercados devem criar as condições para que se observe um distanciamento mínimo entre as pessoas, bem como adoptar medidas para a desinfectação dos mesmos. A venda ambulante é permitida, desde que individual,

devendo ser observado um distanciamento mínimo recomendado entre o vencedor e o comprador. o Diploma Presidencial proíbe os mercados informais de rua, que impliquem a concentração de vendedores num determinado local.

Adão de Almeida disse também que, enquanto durar o Estado de Emergência, ficam encerradas as unidades industriais, com excepção para as que se dedicam à produção de bens alimentares e bebidas, produtos essenciais aos serviços de saúde, as petrolíferas e respectivos serviços de apoio, indústria mineira, unidades de produção de cartão, vidro e plásticos, bem como as que trabalham em ciclos de produção contínua (utilizam fornos com altas temperaturas no seu processo produtivo) e outras essenciais à vida colectiva, mediante parecer das autoridades sanitárias competentes. Essas unidades, sublinhou, devem criar as condições de biossegurança para os seus funcionários, sendo nesse caso proibido o encerramento das mesmas, salvo em situação de força maior.

Não estão afectadas pelas medidas excepcionais, as unidades de produção agrícola, bem como as actividades da agricultura familiar e de subsistência.

Inquilinos e despejos

Enquanto durar o período excepcional, ficam proibidos os despejos de inquilinos nos contratos de arrendamento habitacionais.

“Neste período, o proprietário da residência não pode despedir o inquilino, mas a medida não implica a desoneração da responsabilidade do pagamento da renda”, explica.

### 3.26 Pedacos de um “domingo” normal

*Jornal de Angola*  
28 De Março de 2020  
Texto: Miguel Gomes

O primeiro dia do Estado de Emergência, que teve início ontem, às 0 horas, apareceu com rosto de domingo (apesar de ser sexta-feira) e nuvens cinzentas. Na zona dos Combatentes, Avenida Hoji ya Henda (ex-Avenida Brasil) e Zé Pirão, em Luanda, os serviços básicos estavam em funcionamento.

Por volta das 13 horas, registavam-se algumas bichas junto aos multicaixa e aos principais supermercados, que agora condicionam o acesso ao interior. O que mais chamava à atenção era o não cumprimento da distância mínima entre as pessoas em espera, com

amontoados de gente nas proximidades dos bancos e das lojas de produtos essenciais. Também as cantinas estavam a trabalhar normalmente.

Kebe, pequeno comerciante de origem guineense (de Bissau mesmo), que explora um espaço de 1,5 metros de largura, por dois de altura, na entrada de um prédio antigo, disse ao Jornal de Angola que abriu a loja por volta das 8h. Mas confessou algum receio, por não saber ao certo o que deveria fazer.

“Logo de manhã, comecei a receber muitas chamadas dos meus clientes, dos prédios aqui à volta, a pedirem para abrir a loja. Eu não sabia se estava autorizado a vender. Mas, como encontrei as outras cantinas abertas, decidi trabalhar como se fosse um dia normal”, contou Kebe, que apenas fechou o acesso ao interior e passou a atender os clientes através do gradeamento, por razões de segurança.

Nas imediações da referida loja, todos os estabelecimentos (pequenos, médios ou grandes) que disponibilizam produtos alimentares estavam abertos, assim como bancos e operadoras de telecomunicações.

Em contrapartida, o comércio de roupas, electrodomésticos, móveis, ou seja, de bens não-essenciais, estavam encerrados. As ruas praticamente vazias. A dos Combatentes, uma das principais artérias comerciais da cidade, denunciava a ausência do frenesim habitual.

Já o comércio ambulante estava muito reduzido, quando comparado com os dias úteis tradicionais, apesar das senhoras que deambulavam com frutas, pão e outros produtos frescos à cabeça. A maior parte destes trabalhadores não ocupou os seus lugares.

Nas imediações da paragem para os Congolenses, no Zé Pirão, em plena Avenida Hoji ya Henda, o movimento de passageiros era bastante fraco. Os Hiaces circulavam para cima e para baixo, em ritmo reduzido e poucos clientes, que desta forma conseguiam garantir alguma distância entre si dentro da viatura (as normas de combate aconselham a um espaçamento mínimo de 1 metro).

Alguns dos poucos cidadãos que circulavam pelas ruas usavam máscaras e luvas, no entanto, a maioria apresentava-se sem material de protecção. As recomendações oficiais sugerem apenas o afastamento social (evitar beijos, abraços, aglomerações acima de 50 pessoas, entre outras medidas), a não ser que esteja infectado ou apresente sintomas de febre, tosse seca e garganta inflamada.

Em contrapartida, o comércio de roupas, electrodomésticos, móveis, ou seja, de bens não-essenciais, estavam encerrados. As ruas praticamente vazias. A dos Combatentes, uma das principais artérias comerciais da cidade, denunciava a ausência do frenesim habitual



## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 IVA rende menos de metade do previsto no OGE 2019

*Jornal Expansão*  
6 De Março de 2020

O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) que entrou em vigor em Outubro do ano passado rendeu aos cofres do Estado 103 mil milhões Kz no IV trimestre de 2019, revelou a ministra das Finanças ao *Expansão*. Ainda assim, este valor representa menos de metade dos 249,2 mil milhões Kz inscritos no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2019 Revisto.

Em entrevista ao *Expansão*, Vera Daves mostra-se optimista quanto ao "peso relevante" que este novo imposto terá na estrutura de receitas do Estado no futuro. "À medida que formos vendo a diversificação económica acontecer, sem dúvida que terá um peso relevante na nossa estrutura de receitas", sublinhou a ministra.

Vera Daves admite que as receitas com este imposto até estão "perto do que estava previsto". Ainda assim, admite que há "pequenas afinações" por fazer, até porque este imposto, que vem substituir o Imposto de Consumo, entrou em vigor apenas em Outubro do ano passado, três meses depois da primeira data apontada para o arranque do regime geral do IVA, obrigatório para os grandes contribuintes.

Atrasos na certificação dos softwares e das tipografias que emitem facturas, além da falta de preparação das empresas para a submissão electrónica das facturas e documentos equivalentes justificaram o adiamento da introdução do IVA a 1 de Julho de 2019.

Naturalmente que continuam a haver pequenas afinações a serem feitas, a nível de sistemas, de procedimentos e instrutivos. Já temos leis e regulamentos, agora temos de fazer muitos instrutivos e circulares. A pedagogia continua, a intervenção continua e o diálogo também. E pretendemos continuar esse caminho até estar implementado em todos os contribuintes", reforça a ministra das Finanças.

A Lei n. o 7/19 de 24 de Abril, que cria o Código do IV A, prevê a existência de dois regimes, o regime

geral, obrigatório para os grandes contribuintes, a partir do dia 1 de Outubro, e o regime transitório para as empresas com um volume anual de negócios, no exercício anterior, igual ou superior a 250 mil USD, e que vigora até 1 de Janeiro de 2021, altura em que todos entram no regime geral do IV A.

J.J.R

### 4.2 Nós e o PIIM

*Jornal Economia e Finanças*  
13 De Março de 2020

A leitura que se faz do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) permite variadíssimas notas. Uma delas, talvez a mais assertiva, indica que se trata de um documento cujo objectivo é o de criar condições objectivas para a autarcização do país.

Desconheço DS pressupostos metodológicos que sustentaram a inscrição de projectos para o PIIM. Mas o ideal talvez fosse deixar DS municípios tornar a dianteira em termos de definição de prioridades. Verdade seja dita, muitos municípios do país, entenda-se as suas Administrações Municipais, não foram tidas nem achadas no momento mais importante - o da selecção. e inscrição. De projectos, pois foram os Gabinetes de Estudos, Planeamento e Estatísticas - GEPE's, de forma unilateral, que decidiram o quê, onde e como fazer.

Quando se sabe ou se devia saber que a planificação ideal para abordagens desenvolvimentistas do tipo PIIM. Devem privilegiar anseios das pessoas, ou seja, o topo devia, necessária e obrigatoriamente, descer à base. 'Para auscultar os problemas, ouvir as ideias de resolução, e assim, atender da melhor forma possível os anseios locais. Sabe-se, por exemplo, que poucas foram as províncias onde houve um trabalho aturado de discussão ou construção do PIIM. Verdade seja dita, na larga maioria, para não dizer em todas, os destinatários do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios as populações souberam do referido plano quando se tinha tudo definido.

Se a ideia inicial era o PIIM, digamos, ser o nivelamento entre municípios, para daí, avançar na direcção do Poder Local- entenda-se implementação ou transformação dos municípios em Autarquias Locais - então, erramos, Melhor dito, o Executivo errou. O erro decorre, entre outros, do facto de não se ter ouvido outras sensibilidades para o correcto (ou mais próximo. do. correcto) dimensionamento ou

desenho do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios.

Ouvir outras sensibilidades possibilitaria a construção de um- PIIM, digamos mais consensual, mais realista e, sobretudo, melhor ajustado ao espírito e à génese do plano, por isso, ganhava o país.

É pois verdade que o actual Executivo tem legitimidade para fazer cumprir o programa eleitoral sufragado a seu favor nas últimas eleições realizadas em Angola. De onde certamente emerge o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios, mas não é menos verdade a afirmação segundo a qual governar com inteligência pressupõe uma busca quase constante de consensos. Os consensos não se viabilizam a ideia desenvolvimentista, como também e, principalmente, solidificam a construção de um Estado-Nação. De uma coisa estejamos certos, se buscasse consensos, os quase 15 mil milhões de kwanzas que se disse já terem sido, gastos em favor dos municípios no âmbito do PIIM, teriam maiores reflexos na vida dos munícipes.

Corno disse muito recentemente, o PIIM era uma excelente oportunidade para correcção de assimetrias entre municípios infelizmente, pelas razões que passo a elencar abaixo, começo a ter quase a certeza de ser uma meta inalcançável em sede daquele plano.

Primeiro, pelo facto de a ideia de governar para servir estar ainda, digamos, acorrentada e ofuscada pelo governar para se servir. Basta ver quais são as empresas que, a nível dos 164 municípios do país, vão ganhando os chamados concursos limitados por convites e quem são os seus beneficiários efectivos. Segundo, a ideia de colocar a governação ao serviço do desenvolvimento local é ainda uma miragem. Na medida em que as micro, pequenas e médias empresas locais continuam a ser relegadas para planos insignificantes em detrimento de empresas com as mesmas ou inferiores condições e recursos convidadas pelos detentores do poder político para se instalarem nas respectivas regiões. Deste modo, deixando as empresas locais sem mercado, quando se sabe serem as detentoras dos investimentos reais distanciados do monopólio, que geram trabalho, digamos, mais duradouros e sustentáveis aos locais. Terceiro, compreendemos que os planos são sempre documentos reitores, ou se quisermos, balizas da acção organizacional, no caso vertente, da acção governativa; por isso, devem ser o mais concreto, específico e transparente possíveis. Por isso, qualquer desses três vectores, ou seja, da acção governativa ser concreta, específica e transparente, devem assentar no realismo da necessidade das populações.

Se as populações não foram tidas nem achadas; os poderes instalados nas aldeias, comunas e municípios quase não tiveram voz nem vez, dificilmente se cumpre a máxima de governar para dar respostas aos anseios das populações. O que Neto chamou de "resolver os problemas do povo". Hoje o ideal ou a lógica é resolver os problemas do povo com o povo. Quanto mais não seja por se tratar de um investimento que sacrificou a reserva financeira das gerações futuras- o Fundo Soberano. Por isso, devíamos nós, o povo -, fiscalizar melhor o PIIM. Sendo que todos somos poucos para ajudar a desenvolver este país que tanto amamos.

### 4.3 Revisão do Orçamento terá sempre em conta factores políticos

*Jornal Expansão*

*13 De Março de 2020*

Nos próximos dias, a agenda política nacional também terá de e se adaptar a esta nova realidade, tendo em conta que a situação da baixa de preços do barril de petróleo pode manter-se durante alguns meses depois das ameaças da Arábia Saudita e dos Emiratos Arabes de "encharcarem" o mercado de crude

A capacidade de investimento do Estado será fortemente abalada, sendo que a primeira grande decisão do Governo, que deverá ser conhecida na próxima semana depois da reunião da Comissão Económica, terá a ver com o avanço ou não de um Orçamento de Estado 2020 Revisto a curto prazo.

Não há uma decisão tomada, e mas existe uma corrente de opinião junto dos órgãos de governação no sentido de que seria importante avançar desde já para evitar um "rombo" maior nas contas nacionais. Se é inevitável, pelo menos é o que a maioria defende, é a melhor ser o mais célere possível.

Se neste aspecto todos parecem de acordo, a forma como se fará a revisão é que parece dividir os diversos responsáveis dos Ministérios.

A revisão aponta para uma estimativa do preço do barril de petróleo com um valor de 40/45 dólares, que significaria sempre cortes acima dos dois mil milhões de dólares nas receitas.

Em ano de eleições autárquicas, o que implica despesas para o próprio processo, algumas já inscritas no Orçamento Geral do Estado, mas também não parar com investimento nos municípios, quer através do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios

(PIIM) quer através dos planos sectoriais, a decisão que se segue é de maior importância - adiar as eleições autárquicas para poder cortar nos investimentos, ou manter o pleito e recorrer ao endividamento, maioritariamente externo, para não "cortar muito" nas despesas.

Numa auscultação junto de alguns responsáveis do partido da maioria, existe uma clara tendência para este adiamento do pleito autárquico para o próximo ano. Mas esta é uma decisão que será tomada pelo Presidente da República e por aqueles que lhe estão mais próximos, apurou o Expansão.

Também poderão haver consequências ao nível dos pagamentos da dívida externa prevista para este ano, quebrando assim alguns compromissos que tinham sido assumidos com alguns dos países que estão mais próximos de Angola.

Aqui será o trabalho da diplomacia que tentará negociar outras condições e apelar a alguma compreensão por parte dos credores. Esta não é uma medida muito agradável porque poderia beliscar a imagem de rigor e confiança que João Lourenço conseguiu nos últimos meses.

Neste aspecto será também importante o relatório que a comissão técnica de avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI) fará da nossa situação económica a partir da próxima semana quando chegar a Luanda para mais uma missão de avaliação do cumprimento das metas estruturais acordadas no âmbito do programa de financiamento ampliado acordado com Angola em Dezembro de 2018 (ver artigo da página 6).

As bases de apoio do MPLA também serão importantes neste processo. Por um lado existe uma clara oposição a cortes nos investimentos de benefício directo para as populações, o que acontecer iria complicar muito a sua acção política no terreno, mas por outro, também não dispostos a ceder em privilégios que muitos possuem por via das administrações locais ou pela presença nas instituições públicas do Estado. Se a decisão for manter as eleições autárquicas para este ano, a sua voz será ouvida com mais atenção.

Resta a pressão dos técnicos, que na verdade acabam por ter alguma influência, mas sem o peso dos agentes políticos. Estes defendem na sua quase totalidade que a revisão se faça do lado da despesa pública, ou seja que se façam cortes naquilo que chamam as "gorduras" do Estado, fundamentalmente nas remunerações, mordomias e subsídios dos dirigentes. Mas também nos custos de funcionamento do Governo, se extingam alguns

ministérios por exemplo, nos custos da Assembleia Nacional, dos Serviços da Presidência, e nos custos associados à Segurança Nacional.

João Armando

[-

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Pacote autárquico depende de todos os parlamentares

*Jornal de Angola*  
2 De Março de 2020  
Texto: João Upale

A vice-presidente do MPLA, Luísa Damião, afirmou hoje, na cidade de Moçâmedes, Namibe, que o país não pode fazer eleições autárquicas sem ter um pacote legislativo autárquico aprovado.

Questionada sobre se o MPLA estaria a “travar” o processo autárquico, como alegam alguns partidos na oposição, Luísa Damião, que presidiu, no sábado, ao acto de lançamento da Agenda Política do partido para este ano, considerou ser este um falso problema.

“Este pacote legislativo está na Assembleia Nacional, em apreciação e discussão por todos os partidos que estão representados (no Parlamento). Portanto, é um falso problema dizer que o MPLA é que não quer”, sublinhou.

Segundo Luísa Damião, todos os partidos são chamados a dar o seu contributo para que se possa aprovar o pacote legislativo autárquico.

O MPLA, acrescentou, entende que neste processo de discussão deve existir o maior consenso possível para levarmos a cabo o processo com o rigor que merece.

“Não é verdade que o MPLA é o culpado. Temos que nos engajar todos, sobretudo os partidos políticos que têm assento na Assembleia Nacional, envidar esforços para que o pacote autárquico seja aprovado, o mais rápido possível, para que possamos caminhar para esse processo”, salientou.

A segunda figura do partido governante acrescentou que a institucionalização das autarquias é um processo que não abarca apenas as eleições em si, mas que “é preciso fazer um percurso de preparação para se chegar ao processo eleitoral”.

Apoio ao empresariado

Depois da apresentação pública da Agenda Política 2020, no sábado, a vice-presidente do MPLA reuniu-se com a classe empresarial local. No encontro, os

empresários apresentaram algumas preocupações e sugestões para a solução de alguns problemas que os aflige.

“Vamos fazer advocacia relativamente a uma celeridade que deve existir na concessão de créditos bancários, porque os bancos existem mesmo para ajudar, também, a alavancar a economia”, garantiu Luísa Damião.

Informou que o país está num processo de diversificação da economia e aposta na produção nacional. Para que isso aconteça, frisou, é necessário que os empresários intervenham como parceiros.

Luísa Damião considerou de positivo o balanço das actividades desenvolvidas na província do Namibe, com o lançamento da Agenda Política 2020. Disse haver, na província, um trabalho político permanente, no sentido de reforçar cada vez mais as estruturas locais.

Sobre a Agenda Política, referiu que o partido tem de operacionalizar as acções constantes da mesma, que deve continuar a ser apresentada em todas as províncias, municípios e comunas, “para que os responsáveis dos vários níveis possam colocá-la em prática”.

A dirigente visitou o Hospital Materno Infantil “Liepey”, para prestar solidariedade aos pacientes internados, sobretudo as mulheres, a quem deixou uma palavra de encorajamento no sentido de continuarem a dar o seu contributo no desenvolvimento da sociedade.

Na mesma unidade hospitalar, Luísa Damião entregou bens alimentares como óleo vegetal, arroz, conserva, medicamentos, brinquedos e utensílios de higiene.

Elogiou o nível de organização que constatou e apelou aos profissionais de saúde a continuar a apostar na humanização dos serviços.

Festas do Mar

Luísa Damião inaugurou hoje as Festas do Mar, um evento que anualmente é realizado no mês de Março.

A responsável fez o corte da fita e de seguida visitou os pavilhões, com exposição de diversos produtos, desde industriais aos de artesanato.

O evento, que decorre sob o lema “comemoremos as Festas do Mar com foco no desenvolvimento do Namibe”, termina a 29 deste mês.

As Festas do Mar são tidas como bolsa de negócios, onde empresários e expositores aproveitam a oportunidade para vender bens e serviços.

Nesta edição, as festividades contam maioritariamente com empresas locais.

Estão programadas actividades recreativas, culturais e desportivas, desfile de embarcações e entrega de oferendas ao mar, carrossel, antecedidas de uma missa de acção de graças, bem como o lançamento de fogo-de-artifício e um evento de moda denominado “Moda mar 2”.

O governador do Namibe, Archer Mangureira, disse que o evento pretende manter uma tradição que tem 58 anos. “Pretendemos é manter a tradição, melhorar e criar novas dinâmicas para que a população namibense, e não só, desfrute das potencialidades que a província oferece”, frisou.

## 5.2 Municípios já consumiram 14 mil milhões de kwanzas

*Jornal de Angola*

*4 De Março de 2020*

*Texto: Adelina Inácio*

Até ao momento, mais de 14 mil milhões de kwanzas já foram gastos com a implementação de projectos inseridos no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), revelou ontem, em Luanda, a secretária de Estado para a Administração do Território.

Laurinda Cardoso, que falava ao Jornal de Angola, no final do primeiro Encontro Nacional de Avaliação dos Programas, Projectos, Acções e actividades desenvolvidas pelos órgãos da Administração Local do Estado, explicou que, no que diz respeito aos projectos de âmbito local, foram já atribuídas quotas financeiras para 160 projectos, e neste momento regista-se um montante líquido de 3.356.132.047,42 (três mil milhões, 356 milhões, 132 mil, quarenta e sete kwanzas e 42 cêntimos).

Para a responsável do MAT, a execução eficiente dos projectos do PIIM no OGE de 2019 requer que o processo de preparação do projecto seja rigoroso, para se evitarem cons-

trangimentos. A também coordenadora do grupo técnico do PIIM ressaltou que o plano tem um critério de financiamento diferente, para haver um maior acompanhamento e disciplina na execução orçamental.

Laurinda Cardoso garantiu que existem já várias províncias com um grau avançado em termos de implementação dos projectos, com destaque para a Huíla, Cuanza-Sul, Huambo, Luan-da, Bié e Namibe.

A secretária de Estado para Administração do Território referiu que um dos grandes objectivos do PIIM é, também, aproximar as questões inerentes aos processos e comunicação com o cidadão. “O cidadão tem que saber, exactamente, o que está a ser feito na sua província e no município, que valores estão a ser despendidos em cada um dos projectos”, disse Laurinda Cardoso, salientando que os projectos vão ser reavaliados e melhorados este ano.

Segundo Laurinda Cardoso, os resultados alcançados em sede da execução dos projectos que integram o PIIM no OGE de 2019 estão em permanente melhoria este ano. Isso, sublinhou, resulta da melhoria dos mecanismos de articulação entre a Direcção Nacional de Investimento Público (DNIP), executores locais e o Grupo Técnico de Acompanhamento.

Esclareceu que a execução financeira do PIIM é feita obedecendo a critérios de operacionalização (fluxos de execução), que visam a melhoria da qualidade da despesa pública, reforço da transparência e promoção da concorrência.

Executivo quer melhor implementação do Plano

O ministro de Estado para a Coordenação Económica defendeu a necessidade de se obterem resultados acelerados e sustentados na implementação do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM). O que se pretende, segundo Manuel Nunes Júnior, é que a execução dos projectos seja rápida, rigorosa e transparente.

Manuel Nunes Júnior, que falava no acto de abertura do 1º Encontro Nacional de Avaliação dos Programas, Projectos e actividades desenvolvidas pelos órgãos da Administração Local do Estado, referiu que os resultados satisfatórios destas acções exigem rigor nos procedimentos e celeridade na implementação. Estes elementos, acrescentou, devem ser observados para que a gestão do erário seja mais transparente e rigorosa.

“O que se pretende é que haja rapidez na execução dos projectos, mas, também, se observem as normas. É uma aprendizagem para os administradores municipais, por ser a primeira vez que têm em mãos muitos projectos geridos por eles próprios”, reconheceu o ministro de Estado, que, ainda assim, entende ser necessário que se encontrem mecanismos

conjuntos que garantam uma maior aceleração no processo.

Manuel Nunes Júnior considerou o PIIM um programa de extrema importância para o país, uma vez que o mesmo foi concebido para elevar o nível de vida das populações nos vários municípios.

O ministro garantiu haver já projectos em implementação, embora ainda não sejam suficientes. “Não são ainda o número que gostaríamos que fossem, porque também há uma grande preocupação em relação aos procedimentos”, esclareceu.

O encontro com os vice-governadores e administradores municipais, que termina hoje, tem como objectivo fazer a avaliação da implementação dos vários programas, projectos e execução a nível dos órgãos da Administração Local do Estado. Na abertura estavam os ministros da Administração do Território, das Finanças e da Economia.

### 5.3 Competências das autarquias estão clarificadas na Lei

*Jornal de Angola*

*5 De Março de 2020*

*Autor: Adelina Inácio*

O Parlamento aprovou ontem, na especialidade, a Proposta de Lei da Transferência de Atribuições e Competências do Estado para as Autarquias Locais, diploma que clarifica as tarefas que, numa primeira fase da descentralização, são passadas para o Poder Local.

O diploma define, também, as tarefas e responsabilidades a serem transferidas, numa primeira fase, a favor das autarquias. Ontem, durante o debate da proposta, na especialidade, os deputados definiram, em concreto, o que o Estado deverá transferir para as autarquias. A ideia é delimitar o espaço de actuação das autarquias, de modo a evitar sobreposições com as tarefas do Estado inseridas num mesmo domínio.

O secretário de Estado para a Reforma do Estado, Márcio Daniel, esclareceu que a transferência de atribuições e competências para as autarquias deve ser acompanhada da transferência de recursos financeiros, os quais são calculados com base na execução orçamental média dos últimos dois anos anteriores à transferência.

O responsável do MAT disse, também, que a transferência de novas atribuições e competências para as autarquias é gradual e ocorre após acordo

entre o Estado e as autarquias locais. Márcio Daniel explicou que os municípios não podem ter as mesmas competências, tendo em conta a capacidade de cada um.

“Tendo em conta que os municípios não têm todos nem a mesma dimensão, nem a possibilidade de exercerem as mesmas competências, deve haver, sim, uma diferenciação”, defendeu.

O diploma esclarece que as autarquias dispõem de atribuições em vários domínios, com destaque para a educação, saúde, energia e águas, equipamento rural e urbano, património, cultura e ciência, transportes, comunicações, tempos livres e desportos, habitação, acção social, protecção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento económico e social, ordenamento do território, polícia municipal, cooperação descentralizada e geminação.

O deputado Virgílio de Fontes Pereira esclareceu que a transferência das atribuições e competências vai ser feita com base em critérios, mas devem ser estabelecidas determinadas condições específicas para que este processo ocorra. “Nem todas as competências podem ser distribuídas por igual para os diferentes municípios, tendo em conta o potencial económico e tributário de cada um”, disse.

O deputado João Pinto, do MPLA, referiu que as atribuições de competências podem não coincidir. “Uma autarquia que não tem recursos suficientes não pode realizar certos tipos de actividades para não confundir-se com a autarquia que tem uma grande capacidade contributiva”, exemplificou o parlamentar, adiantando que existirão autarquias que terão tantas debilidades e, por isso, será o Estado a sustentá-las. Com o diploma aprovado ontem, disse João Pinto, pretende-se a coesão e desenvolvimento equilibrado do território.

A deputada Mihaela Weber, da UNITA, manifestou preocupação em relação ao horizonte temporal das transferências de competências. A parlamentar do maior partido da oposição quis saber durante quanto tempo a Administração Local pode exercer as competências atribuídas.

David Mendes, também da UNITA, considerou discriminatório o princípio de igualdade usado para a atribuição de verbas aos municípios. Na sua opinião, este princípio não permite que os municípios com mais densidade populacional ou com mais carência consigam desenvolver-se.

“Há uma dotação igual para todos os municípios, (mas) o critério de igualdade não existe por não

existirem municípios iguais. Existem municípios com mais densidade populacional, mais desenvolvidos e outros com menos desenvolvimento”, sustentou. Paulo de Carvalho, do MPLA, lembrou que o Estado tem obrigações em relação à Educação e à Saúde e defendeu que se uma autarquia não cumprir com estas atribuições o Estado não é obrigado a passar as competências.

## 5.4 Fiscalização de obras de três em três meses

*Jornal de Angola*

*5 De Março de 2020*

*Autor: César Esteves*

O grau de execução do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) passa a ser avaliado num período não inferior a três meses, de modo a permitir um melhor acompanhamento, informou, ontem, em Luanda, a secretária de Estado para a Administração do Território, Laurinda Cardoso.

Ao falar à imprensa, no encerramento do 1º Encontro Nacional de Avaliação dos Projectos, Acções e Actividades em Fase de Implementação nos Órgãos da Administração Local do Estado, Laurinda Cardoso disse estarem já identificados, até ao momento, um total de 1.749 projectos.

Alguns desses projectos, disse, estão a ser alvo de pequenos ajustes, fruto de reavaliações sofridas, para estarem em sintonia com os recursos disponíveis. “O que prevalece, aqui, é o princípio segundo o qual se tentarmos fazer tudo de uma só vez, poderá ser impossível, razão pela qual serão identificadas aquelas tarefas muito mais fáceis de serem executadas”, salientou. Cabinda, Zaire e Luanda são as províncias que viram reajustados o número de projectos pertencentes ao PIIM.

O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios é coordenado por uma Comissão Interministerial liderada pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior.

No 1º Encontro Nacional de Avaliação dos Projectos, Acções e Actividades em fase de implementação nos órgãos da Administração Local do Estado participaram os 164 administradores municipais do país. O objectivo, segundo a secretária de Estado para Administração do Território, foi o de aperfeiçoar as medidas de planificação, execução e acompanhamento do quotidiano da Administração Local. Laurinda Cardoso garantiu não ser o único evento. Outros iguais a este serão realizados nos

próximos dias. “Para 2020, estão agendados quatro encontros desta natureza”, frisou. O próximo encontro, adiantou, vai ser realizado fora de Luanda.

A secretária de Estado para a Administração do Território esclareceu que a ideia é percorrer o país com essa iniciativa. Com a realização deste evento, disse, pretende-se passar a ideia da necessidade de haver unificação e coordenação da actuação do Executivo.

Laurinda Cardoso esclareceu que o objectivo é permitir que as administrações municipais e os demais sectores estejam alinhados, de modo a que os meios e os recursos sejam racionalizados.

“Ao invés dos órgãos procederem a intervenções de forma desfasada, poderão fazê-lo de forma concertada”, aclarou.

Uma das questões reiteradas vezes levantada neste encontro pelos administradores municipais prende-se com o facto de haver maior desconcentração em relação às competências.

Os administradores reclamam, concretamente, de algumas tarefas que ainda são executadas pelos sectores a nível central, quando deviam estar sob o controlo das administrações municipais.

Sobre esta matéria, a secretária de Estado para a Administração do Território disse ter havido já uma transferência formal, mas admitiu que ainda se regista pouca efectivação prática a nível dos municípios.

Há disponibilidade financeira

O secretário de Estado para as Finanças e Tesouro, Osvaldo Vitorino João, garantiu haver já cobertura financeira para a implementação do PIIM, na ordem de mais de mil milhões de dólares.

Osvaldo Vitorino João ressaltou haver, além da verba para o PIIM, outras que são destinadas ao Programa de Combate à Pobreza.

Em declarações à imprensa, a presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, Maria Antónia Nelumba, reconheceu ser considerável o valor atribuído ao seu município (cerca de dez mil milhões de kwanzas), mas disse ser insuficiente para acudir as principais dificuldades da zona.

Até ao momento, informou, a área sob sua jurisdição recebeu uma verba de 50 milhões de kwanzas que, distribuída de forma equitativa aos sete distritos de Luanda, cada um ficará com sete milhões de kwanzas. “Imagine o que o Distrito da Maianga, o maior e mais populoso do município, vai fazer com este valor?”, questionou. O mesmo valor, também, não daria

muito jeito para acudir a situação do Rangel, que tem grandes problemas de saneamento.

## 5.5 PIIM em avaliação de três em três meses

*Jornal de Angola*

*5 De Março de 2020*

*Texto: César Esteves*

O grau de execução do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) passa a ser avaliado num período não inferior a três meses, de modo a permitir um melhor acompanhamento, informou, ontem, em Luanda, a secretária de Estado para a Administração do Território, Laurinda Cardoso.

Ao falar à imprensa, no encerramento do 1º Encontro Nacional de Avaliação dos Projectos, Acções e Actividades em Fase de Implementação nos Órgãos da Administração Local do Estado, Laurinda Cardoso disse estarem já identificados, até ao momento, um total de 1.749 projectos.

Alguns desses projectos, disse, estão a ser alvo de pequenos ajustes, fruto de reavaliações sofridas, para estarem em sintonia com os recursos disponíveis. “O que prevalece, aqui, é o princípio segundo o qual se tentarmos fazer tudo de uma só vez, poderá ser impossível, razão pela qual serão identificadas aquelas tarefas muito mais fáceis de serem executadas”, salientou. Cabinda, Zaire e Luanda são as províncias que viram reajustados o número de projectos pertencentes ao PIIM.

O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios é coordenado por uma Comissão Interministerial liderada pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior.

No 1º Encontro Nacional de Avaliação dos Projectos, Acções e Actividades em fase de implementação nos órgãos da Administração Local do Estado participaram os 164 administradores municipais do país. O objectivo, segundo a secretária de Estado para Administração do Território, foi o de aperfeiçoar as medidas de planificação, execução e acompanhamento do quotidiano da Administração Local. Laurinda Cardoso garantiu não ser o único evento. Outros iguais a este serão realizados nos próximos dias. “Para 2020, estão agendados quatro encontros desta natureza”, frisou. O próximo encontro, adiantou, vai ser realizado fora de Luanda.

A secretária de Estado para a Administração do Território esclareceu que a ideia é percorrer o país

com essa iniciativa. Com a realização deste evento, disse, pretende-se passar a ideia da necessidade de haver unificação e coordenação da actuação do Executivo.

Laurinda Cardoso esclareceu que o objectivo é permitir que as administrações municipais e os demais sectores estejam alinhados, de modo a que os meios e os recursos sejam racionalizados.

“Ao invés dos órgãos procederem a intervenções de forma desfasada, poderão fazê-lo de forma concertada”, aclarou.

Uma das questões reiteradas vezes levantada neste encontro pelos administradores municipais prende-se com o facto de haver maior desconcentração em relação às competências.

Os administradores reclamam, concretamente, de algumas tarefas que ainda são executadas pelos sectores a nível central, quando deviam estar sob o controlo das administrações municipais.

Sobre esta matéria, a secretária de Estado para a Administração do Território disse ter havido já uma transferência formal, mas admitiu que ainda se regista pouca efectivação prática a nível dos municípios.

Há disponibilidade financeira

O secretário de Estado para as Finanças e Tesouro, Osvaldo Vitorino João, garantiu haver já cobertura financeira para a implementação do PIIM, na ordem de mais de mil milhões de dólares.

Osvaldo Vitorino João ressaltou haver, além da verba para o PIIM, outras que são destinadas ao Programa de Combate à Pobreza.

Em declarações à imprensa, a presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, Maria Antónia Nelumba, reconheceu ser considerável o valor atribuído ao seu município (cerca de dez mil milhões de kwanzas), mas disse ser insuficiente para acudir as principais dificuldades da zona.

Até ao momento, informou, a área sob sua jurisdição recebeu uma verba de 50 milhões de kwanzas que, distribuída de forma equitativa aos sete distritos de Luanda, cada um ficará com sete milhões de kwanzas. “Imagine o que o Distrito da Maianga, o maior e mais populoso do município, vai fazer com este valor?”, questionou. O mesmo valor, também, não daria muito jeito para acudir a situação do Rangel, que tem grandes problemas de saneamento.



## 5.6 160 projectos locais recebem Akz 3,3 mil milhões

*Jornal Economia e Finanças*  
6 De Março de 2020  
Texto: Adérito Veloso

Cerca de 160 projectos de âmbito local já têm quotas financeiras, num montante líquido de 3,3 mil milhões de kwanzas.

A execução financeira por província, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), Luanda tem um grau avançado em termos de implementação dos projectos tendo recebido a maior dotação com 1,3 mil milhões de kwanzas, Huíla (950,6 milhões), Lunda Sul (687,2), Namibe (156,3), Bié (153,9), Cuanza Sul (48,4), Lunda Norte (44,3) e Cuando Cubango (11 milhões).

Segundo um documento da Direcção Nacional de Investimento Público (DNIP) apresentado durante o primeiro Encontro Nacional de Avaliação dos Programas, Projectos, Acções e actividades desenvolvidas pelos órgãos da Administração Local do Estado, realizado, recentemente, na capital do país, foram gastos mais de 14 mil milhões à kwanzas.

A execução financeira dos projectos de âmbito central compreendeu para o ministério da Energia e Águas um valor liquidado pelo PUM de mais de 3,5 mil milhões de kwanzas, da Construção e Obras Públicas (3 mil milhões), Transportes (2,6 mil milhões) e para o da Administração do Território e Reforma do Estado (1,5 mil milhões).

O documento da Dnip indica 329 projectos com estudo de engenharia remetidos, 219 com contratos remetidos e 602 com estudo de viabilidade económica também remetidos.

Os projectos identificados no PIIM, as prioridades abarcam os sectores da construção civil, educação, saúde, administração, transportes, energia e águas.

O valor do PIIM é de dois mil milhões de dólares, provenientes do Fundo Soberano, congregando necessidades e iniciativas dos municípios 'ajustadas às prioridades locais e aos anseios da população.

## 5.7 AN recene mais propostas do Pacote Autárquico

*Jornal Economia e Finanças*  
6 De Março de 2020

Mais quatro iniciativas legislativas sobre o Pacote Autárquico, deram entrada, esta semana, na Assembleia Nacional (AN) para discussão e aprovação, na generalidade, nas próximas reuniões plenárias deste órgão de soberania.

Trata-se das propostas de Lei sobre o Regime Geral da Cooperação Inter-autárquica, sobre o Estatuto dos Titulares dos Órgãos Autárquicos, sobre os Símbolos das Autarquias e sobre o Regime de Formulários das Autarquias, todas de iniciativa Legislativa do Executivo.

No âmbito do Pacote Legislativo Autárquico já foram aprovados, em definitivo, oito diplomas legais.

Por aprovar estão seis diplomas (incluindo as quatro novas propostas), pelo que os deputados terão a missão de concluir o referido pacote legislativo no presente ano parlamentar, para criarem as condições materiais essenciais à realização das autárquicas.

A Unita, o maior partido na oposição, mostrou-se indignada com a entrada, na "casa das leis", de mais quatro iniciativas legislativas sobre o Pacote Legislativo Autárquico.

"Achamos que esta é mais uma manobra dilatória do Executivo para adiar este processo, aguardado com grande expectativa pela sociedade", observa o deputado Raul Danda, da Unita, para quem a medida poderá afectar o anúncio da realização das eleições autárquicas.

Considera que o Titular do Poder Executivo tem um período para convocar as eleições autárquicas nos termos da Constituição que, no caso de Angola e devido as condições climáticas, se realizam normalmente nos meses de Agosto e Setembro.

A Proposta mais fraturante de todo o pacote autárquico é a da Institucionalização das autarquias (a questão do gradualismo), cuja discussão foi agendada para o fim.

A deputada Michaela Weba, também da Unita, que defende o direito de sufrágio para todos, disse ser nesta proposta de Lei, da institucionalização das autarquias, que se quer escolher alguns municípios em detrimento de outros.

"Não podemos escolher alguns municípios em detrimentos de outros, isto não é aceitável na nossa Constituição. Quer o princípio da soberania popular quer o da universalidade e da igualdade não permitem que o Estado passe essa discriminação", observa.

O deputado João Pinto, do MPLA, entende que toda a reforma profunda tem que ser gradual e realizada com prudência.

: "É normal que quem quer exercer também o poder tenha certa ansiedade, mas deve haver inteligência emocional e memória histórica do nosso percurso", vinca.

João Pinto discorda da ideia segundo a qual a entrada de novos diplomas na "casa das leis" é para atrasar o processo de realização das eleições autárquicas em Angola.

Aclara que o Executivo tem um conjunto de instrumentos, competências e atribuições que é preciso desmistificar, ou seja, sair da teoria para a prática, por constituir a primeira reforma profunda depois da independência

## 5.8 Autarquia Proposta sobre gradualismo retirada da agenda sem explicação

*Novo Jornal*

*06 De Março de 2020*

*Texto: David Filipe/R. Bordalo*

A polémica proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias Locais em Angola, em que o governo do MPLA, contra a vontade de toda a oposição, defende o princípio do gradualismo geográfico na implementação das autarquias, desapareceu da agenda dos trabalhos-parlamentares para hoje, depois de ter sido agendada para quarta-feira, 4, e deixada de "fora da discussão e aprovação, como era esperado.

Esta é agora a última das leis por aprovar das seis que tinham dado entrada na agenda parlamentar inseridas no Pacote Legislativo Autárquico (PLA), até que, à última hora, como o Novo Jornal noticiou na quarta-feira, 4, o MPLA introduziu mais quatro propostas de lei no PLA, Ó que, forçosamente, vai retardar a conclusão deste processo e protelar a marcação

definitiva de uma data para as eleições locais, que o Presidente da República calendarizou para 2020. "É esse documento que interessa aos angolanos e aos deputados para ser aprovado porque é fundamental para haver eleições ainda este ano", observou ao Novo Jornal o deputado e primeiro-ministro do governo sombra do partido do "galo negro", Raúl Danda.

A Institucionalização das Autarquias Locais, lei principal deste processo da iniciativa do executivo do MPLA, defende que "compete à Assembleia Nacional proceder à aprovação da lista dos municípios nos quais devem ser criadas as autarquias locais para a experiência inicial" autárquica em Angola.

De acordo com o documento, "até à data da realização das eleições autárquicas, os municípios seleccionados para a experiência inicial devem ter no seu quadro de pessoal, pelo menos, um técnico superior nas áreas de especialidade essenciais ao funcionamento das autarquias locais, considerando as suas atribuições e competências".

Recorde-se que a oposição discorda de forma veemente desta abordagem, o gradualismo geográfico do MPLA, defendendo que a constituição admite o gradualismo mas administrativo, ou seja, as eleições devem abranger todos os 164 municípios do país, embora, nalguns deles, as competências e responsabilidades possam ser assumidas de forma gradual e a diferentes velocidades, respondendo assim aos diferentes níveis de desenvolvimento em que se encontram. A última lei aprovada, que é um dos últimos documentos do Pacote Legislativo Autárquico que faltava ver «luz verde» da Assembleia Nacional: a proposta de Lei da Transferência de Atribuições e Competências do Estado para Autarquias Locais, que na quarta-feira, 5, foi aprovada na especialidade, defende que a mudança das competências deverá ser feita mediante a celebração de acordo entre o Estado e autarquias locais. Esta proposta de lei, que passou, na especialidade, com 26 votos a favor, nenhum contra e sem abstenções, refere que "a transferência de competências se efectua mediante a celebração de acordo entre o Estado e determinadas ou determinadas autarquias locais, o qual prevê, entre outros, o conteúdo, a extensão, a duração, as modalidades e avaliação e as causas de rescisão do acordo". Segundo a proposta de lei, "a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais é necessariamente acompanhada da transferência de recursos financeiros, os quais são calculados com base na execução orçamental média dos últimos dois anos anteriores à transferência no domínio da respectiva competência". De acordo com

o documento, a transferência de novas atribuições e competências para autarquias locais é gradual e corre após acordo entre o Estado e as autarquias locais, podendo o acordo ser celebrado com entidades representativas das autarquias. "O Estado e as autarquias locais podem celebrar acordos para o exercício de competências," através do qual o Estado permite que certa competência seja exercida pelas autarquias locais", explica o diploma.

## 5.9 Autarquias PRA-JA quer «agarrar» três zonas na capital do país

*Novo Jornal*

*6 De Março de 2020*

*Texto: António Gaspar*

A comissão instaladora do Partido do Renascimento Angolano Juntos por Angola (PRA-JA Servir Angola) revelou ao NJ que elegerá três dos nove municípios que a capital do país possui como "favoritos" para atacar nas eleições autárquicas previstas para o ano em curso.

Os municípios de Luanda, Belas e Kilamba Kiaxi foram, assim, os escolhidos, declarou o secretário provincial do PRA-JA, João Paca, explicando que se tratam de municípios onde nessa altura a comissão instaladora tem maior número de militantes, assim como de seguidores.

"A nossa ideia passa verdadeiramente por atacar todos os municípios do país, mas sabemos que há zonas onde o PRA-JA tem a máxima convicção de que irá conseguir reunir maior número de votos nas autarquias. Portanto, estamos totalmente confiantes de que seremos capazes de vencer nos municípios de Luanda, Belas e Kilamba Kiaxi sem qualquer dificuldade", garantiu o secretário durante uma conferência de imprensa.

Apesar de não se terem ainda definidas as zonas onde poderão ser implementadas as autarquias, João Paca refere que na capital do país o seu partido tem em mente outras regiões onde estará também interessada em poder atacar de forma afincada e responsável.

De acordo com o responsável, o PRA-JA está disposto a desenvolver todas as ações ao seu alcance para que, onde forem decididas as autarquias, conseguir obter maior quantidade de votos.

João Paca reconheceu, entretanto, que o mais importante não passa apenas por ganhar municípios, mas sim defender também a qualidade daquelas zonas por ser vantajoso para todos, inclusive para os

comerciantes, pois irão investir numa zona desenvolvida política é socialmente.

Ainda acerca do assunto, aquele secretário criticou o facto de o Governo angolano ainda não ter decidido até ao momento sobre qual modelo autárquico será implementado no país, referindo que "o MPLA não está preparado para perder terreno para oposição nas autarquias".

"É essencial que as autarquias se estendam a todos os municípios. Só assim poderemos ter desenvolvimento sustentável", alertou João Paca.

Fez saber que alguns secretários provinciais manifestaram a intenção de se candidatar. "PRA-JA é uma máquina política bem organizada. Nessa altura temos secretários provinciais que já manifestaram a intenção de concorrer nas autarquias", regozijou-se.

Disse ainda que vão apoiar candidatos independentes que pretenderem trabalhar para o bem-estar de Angola.

Por último, lembrou a entrega das assinaturas para suprir as insuficiências registadas pelo Tribunal Constitucional em Novembro do ano passado.

"Estamos à espera que, no prazo de 40 dias, o Tribunal Constitucional reconheça a nossa organização política. Cumprimos tudo que era necessário", finalizou.

## 5.10 Duas propostas sobre as autarquias vão à discussão

*Jornal de Angola*

*6 De Março de 2020*

*Texto: Adelina Inácio*

O agendamento de duas novas propostas do Pacote Legislativo Autárquico dividiu, ontem, os deputados do MPLA e a oposição, durante a reunião de líderes dos grupos parlamentares, orientada pelo presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

Os deputados da oposição discordam do agendamento de mais propostas relacionadas com as autarquias. Defendem que se conclua, antes, a aprovação do primeiro bloco de propostas que já se encontram no Parlamento.

Os parlamentares da oposição aguardam pela discussão da Proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias, já foi aprovada na generalidade e aguarda pela discussão, na especialidade, e votação final global. O Executivo

remeteu para discussão, na Assembleia Nacional, quatro novas pro- postas, duas das quais acabaram por ser agendas para a discussão na reunião plenária do dia 18 deste mês.

Trata-se das Propostas de Leis sobre o regime Geral da Cooperação Inter-autárquica e a que aprova o Estatuto dos Titulares dos Órgãos Autárquicos. As duas Propostas de Lei que aguardam por agendamento são sobre os Símbolos das Autarquias e do Regime de Formulário das Autarquias.

O presidente do Grupo Parlamentar do MPLA afirmou que o Pacote Autárquico está a ser discutido com toda a cautela e segurança para que as eleições sejam realizadas com consenso. “É importante que tenhamos leis seguras, que não permitam o recuo”, defendeu Américo Cuononoca, sublinhando que alguns países africanos adiantaram-se em implementar as autarquias e, no final, retrocederam.

MPLA reage à críticas da UNITA

Quanto às críticas da UNITA sobre um pretenso atraso no processo de preparação para a implementação das autarquias, Américo Cuononoca considerou um falso argumento, uma vez que o Parlamento tem vários grupos parlamentares. “Apesar de o Grupo Parlamentar do MPLA assumir as rédeas em quase todas as comissões, o país tem urgências em tudo, sobre- tudo nas questões económicas e sociais. Estas também não deixam de ser prioritárias”, argumentou.

O MPLA, acrescentou, está a trabalhar com equilíbrio para que sejam aprovadas leis que têm a ver com as autarquias e outras, também com carácter de urgência, para questões económicas e sociais.

O presidente do Grupo Parlamentar da UNITA, Liberty Chiyaka, disse que o partido lamenta o facto de a Assembleia Nacional não ter agendado, até ao momento, a discussão, na especialidade e votação final global, da Proposta de Lei de Institucionalização das Autarquias, que deverá definir se aplica o gradualismo funcional ou geográfico na implementação do Poder Local. “Já foram aprovadas várias propostas e projectos de leis, mas entendemos que não podemos ter autarquias se não for votada a Proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias”, disse o deputado, acusando o partido maioritário de “falta de coragem e de vontade política” para que aquele diploma seja aprovado.

A UNITA, adiantou, está disponível para dialogar e concertar posições com o MPLA, que detém a

maioria e dirige as comissões responsáveis para o agendamento destas matérias.

A UNITA, disse, quer avançar com o processo que vai levar à realização das eleições autárquicas, mas tem sentido alguma dificuldade em avançar. O deputado reiterou que se houver vontade por parte do MPLA, até ao mês de Abril, o Parlamento terá aprovado a Lei sobre a Institucionalização das Autarquias. “A responsabilidade do não agendamento da Proposta de Lei deve ser atribuída ao MPLA”, afirmou o parlamentar, afastando qualquer imputação à oposição.

O deputado Benedito Daniel, do PRS, reconhece que o Parlamento está empenhado na discussão das propostas que integram o Pacote Autárquico, mas lamentou o facto de não se ter aprovado, até ao momento, a Proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias Locais.

A próxima reunião plenária da Assembleia Nacional tem 16 pontos, com destaque para a votação final global da proposta de Lei da Transferência de Atribuições e Competências do Estado para as Autarquias Locais. (Jornal de Angola)

## 5.11 Novas propostas de leis «ameaçam» eleições

*Novo Jorna*

*6 De Março de 2020*

Os partidos políticos da oposição consideram que a introdução, pelo Executivo, de quatro novas propostas de Lei de carácter "urgente" no actual Pacote Legislativo Autárquico, já em discussão na Assembleia Nacional, condiciona e pode inviabilizar a realização das eleições autárquicas ainda no decorrer deste ano.

Trata-se da proposta de Lei sobre o Regime Geral de Cooperação Inter-Autárquica, a proposta de Lei que aprova os Estatutos dos Titulares dos Órgãos Autárquicos, a proposta de Lei sobre os Símbolos Autárquicos e a proposta de Lei sobre o Regime e Formulários das Autarquias Locais. Para o deputado da UNITA, Raúl Danda, a introdução destes diplomas é uma medida dilatória usada pelo Executivo para que as eleições não aconteçam este ano, conforme prometeu o Presidente da República, João Lourenço. Segundo o parlamentar, estes diplomas que estão a ser introduzidos agora vão alterar a discussão do Pacote Legislativo Autárquico.

"Os diplomas fundamentais sobre autarquias, que estão há mais de um ano na Assembleia Nacional,

não são discutidos, agora, o Executivo aparece com outros diplomas só para atrapalhar o processo", acrescentou.

O deputado independente da CASA-CE Carlos Tiago Kandanda disse que, embora estes quatro diplomas que estão agora ser remetidos à Assembleia Nacional possam não ter substância para impedir a realização das eleições, podem criar transtornos no processo autárquico. "Estávamos a aguardar que o Presidente da República marcasse a data das eleições no mês de Abril, agora surgem novos diplomas que podem dilatar o tempo", lamentou.

## 5.12 Proposta sobre gradualismo retirada da agenda sem explicação

*Novo Jornal*

*06 De Março de 2020*

*Texto: David Filipe/R. Bordalo*

A polémica proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias Locais em Angola, em que o governo do MPLA, contra a vontade de toda a oposição, defende o princípio do gradualismo geográfico na implementação das autarquias, desapareceu da agenda dos trabalhos-parlamentares para hoje, depois de ter sido agendada para quarta-feira, 4, e deixada de fora da discussão e aprovação, como era esperado.

Esta é agora a última das leis por aprovar das seis que tinham dado entrada na agenda parlamentar inseridas no Pacote Legislativo Autárquico (PLA), até que, à última hora, como o Novo Jornal noticiou na quarta-feira, 4, o MPLA introduziu mais quatro propostas de lei no PLA, o que, forçosamente, vai retardar a conclusão deste processo e protelar a marcação definitiva de uma data para as eleições locais, que o Presidente da República calendarizou para 2020. "É esse documento que interessa aos angolanos e aos deputados para ser aprovado porque é fundamental para haver eleições ainda este ano", observou ao Novo Jornal o deputado e primeiro-ministro do governo sombra do partido do "galo negro", Raúl Danda.

A Institucionalização das Autarquias Locais, lei principal deste processo da iniciativa do executivo do MPLA, defende que "compete à Assembleia Nacional proceder à aprovação da lista dos municípios nos quais devem ser criadas as autarquias locais para a experiência inicial" autárquica em Angola.

De acordo com o documento, "até à data da realização das eleições autárquicas, os municípios seleccionados para a experiência inicial devem ter no seu quadro de pessoal, pelo menos, um técnico superior nas áreas de especialidade essenciais ao funcionamento das autarquias locais, considerando as suas atribuições e competências".

Recorde-se que a oposição discorda de forma veemente desta abordagem, o gradualismo geográfico do MPLA, defendendo que a Constituição admite o gradualismo mas administrativo, ou seja, as eleições devem abranger todos os 164 municípios do país, embora, nalguns deles, as competências e responsabilidades possam ser assumidas de forma gradual e a diferentes velocidades, respondendo assim aos diferentes níveis de desenvolvimento em que se encontram. A última lei aprovada, que é um dos últimos documentos do Pacote Legislativo Autárquico que faltava ver «luz verde» da Assembleia Nacional: a proposta de Lei da Transferência de Atribuições e Competências do Estado para Autarquias Locais, que na quarta-feira, 5, foi aprovada na especialidade, defende que a mudança das competências deverá ser feita mediante a celebração de acordo entre o Estado e autarquias locais. Esta proposta de lei, que passou, na especialidade, com 26 votos a favor, nenhum contra e sem abstenções, refere que "a transferência de competências se efectua mediante a celebração de acordo entre o Estado e determinada ou determinadas autarquias locais, o qual prevê, entre outros, o conteúdo, a extensão, a duração, as modalidades e avaliação e as causas de rescisão do acordo". Segundo a proposta de lei, "a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais é necessariamente acompanhada da transferência de recursos financeiros, os quais são calculados com base na execução orçamental média dos últimos dois anos anteriores à transferência no domínio da respectiva competência". De acordo com o documento, a transferência de novas atribuições e competências para autarquias locais é gradual e corre após acordo entre o Estado e as autarquias locais, podendo o acordo ser celebrado com entidades representativas das autarquias. "O Estado e as autarquias locais podem celebrar acordos para o exercício de competências através do qual o Estado permite que certa competência seja exercida pelas autarquias locais", explica o diploma.

### 5.13 ” As autarquias e os “timings

*Jornal de Angola*

*11 De Março de 2020*

As semanas, a actual e a passada, foram marcadas por intervenções ligadas às discussões sobre a institucionalização das autarquias, com recriminações mútuas entre a oposição minoritária e a maioria parlamentar que sustenta o Executivo sobre os “timings”, prioridades no agendamento dos temas, entre outros.

As intervenções procuraram fazer defesa das respectivas posições, como era de esperar, dando cada uma das partes a entender que o melhor seria adoptar o que recomendam, o que sugerem e pretendem à luz das razões evocadas.

As discussões, relativas à discussão e aprovação de um conjunto de diplomas que vão presidir ao processo de institucionalização e funcionamento das autarquias, foram marcadas pela defesa da aceleração de todo o processo por parte da oposição e da necessidade de um andamento consentâneo com as exigências do processo.

É provável que ambas as partes tenham razão no que defendem, sendo importante a capacidade que o poder político, representado pela maioria no parlamento, e a oposição, em minoria no hemiciclo, venham demonstrar em ouvir, dialogar e concertar, independentemente de discordarem. Ouvir e dar espaço para que os outros falem, mesmo quando se não concorda com o que defendem, é sempre importante porque, não raras vezes, o que mais importa, nas circunstâncias, é que a mensagem seja passada.

Em todo o caso e sem minimizar a posição que ambos os lados evocam, quer para desacelerar o processo com a prioridade de outros assuntos que não as autarquias, ao nível do Parlamento, quer para acelerar, como pretende a oposição, importa levantar um outro assunto.

Está a ser salutar e muito importante o tempo que está a levar o processo de preparação, sobretudo na componente legislativa, para dar existência ao ente chamado Poder Local, que deve funcionar como uma espécie de cereja por cima do bolo democrático angolano.

Às vezes, vale a pena levar algum tempo com a preparação das autarquias, independentemente das reivindicações razoáveis da oposição para que se acelere o processo, em vez de correr riscos desnecessários. O nosso histórico de conflitualidade e resolução dos mesmos para dar lugar à paz e

democracia deve lembrar-nos a todos que o tempo é um elemento importante. Hoje, se olharmos para trás veremos que faltou tempo no processo que levou a implementação dos Acordos de Bicesse para presidir ao período que se seguiria de transição do partido único para a efectivação plena do multipartidarismo.

Não pretendemos tirar partido das reivindicações de nenhuma das partes, apenas lembrar que com tempo aprendemos todos a “arrumar” melhor um processo que pretendemos nasça são, tenha pernas para andar e dê dignidade ao Poder Local que pretendemos para Angola.

Afinal, já se perdeu ou ganhou mesmo algum tempo, razão pela qual não será demasiado um pouco mais para se “cozinhar” um prato digerível para todos, dentro dos “timings” que sejam aceitáveis por todas as partes.

Embora seja verdade que é preciso ganhar algum tempo com as discussões parlamentares e a consequente aprovação dos principais diplomas que deverão institucionalizar e fazer funcionar as autarquias, independentemente do gradualismo, funcional ou territorial. O importante é que todos consigam chegar a consensos para bem da democracia e bem-estar das comunidades.

### 5.14 Nós e o PIIM

*Jornal Economia e Finanças*

*13 De Março de 2020*

A leitura que se faz do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) permite variadíssimas notas. Uma delas, talvez a mais assertiva, indica que se trata de um documento cujo objectivo é o de criar condições objectivas para a autarcização do país.

Desconheço DS pressupostos metodológicos que sustentaram a inscrição de projectos para o PIIM. Mas o ideal talvez fosse deixar DS municípios tornar a dianteira em termos de definição de prioridades. Verdade seja dita, muitos municípios do país, entenda-se as suas Administrações Municipais, não foram tidas nem achadas no momento mais importante - o da selecção. e inscrição. De projectos, pois foram os Gabinetes de Estudos, Planeamento e Estatísticas - GEPE's, de forma unilateral, que decidiram o quê, onde e como fazer.

Quando se sabe ou se devia saber que a planificação ideal para abordagens desenvolvimentistas do tipo PIIM. Devem privilegiar anseios das pessoas, ou seja, o topo devia, necessária e obrigatoriamente, descer à base. 'Para auscultar os problemas, ouvir as

ideias de resolução, e assim, atender da melhor forma possível os anseios locais. Sabe-se, por exemplo, que poucas foram as províncias onde houve um trabalho aturado de discussão ou construção do PIIM. Verdade seja dita, na larga maioria, para não dizer em todas, os destinatários do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios as populações souberam do referido plano quando se tinha tudo definido.

Se a ideia inicial era o PIIM, digamos, ser o nivelamento entre municípios, para daí, avançar na direcção do Poder Local- entenda-se implementação ou transformação dos municípios em Autarquias Locais - então, erramos, Melhor dito, o Executivo errou. O erro decorre, entre outros, do facto de não se ter ouvido outras sensibilidades para o correcto (ou mais próximo. do. correcto) dimensionamento ou desenho do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios.

Ouvir outras sensibilidades possibilitaria a construção de um- PIIM, digamos mais consensual, mais realista e, sobretudo, melhor ajustado ao espírito e à génese do plano, por isso, ganhava o país.

É pois verdade que o actual Executivo tem legitimidade para fazer cumprir o programa eleitoral sufragado a seu favor nas últimas eleições realizadas em Angola. De onde certamente emerge o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios, mas não é menos verdade a afirmação segundo a qual governar com inteligência pressupõe urna busca quase constante de consensos. Os consensos não se viabilizam a ideia desenvolvimentista, como também e, principalmente, solidificam a construção de um Estado-Nação. De uma coisa estejamos certos, se buscasse consensos, os quase 15 mil milhões de kwanzas que se disse já terem sido, gastos em favor dos municípios no âmbito do PIIM, teriam maiores reflexos na vida dos municípios.

Corno disse muito recentemente, o PIIM era urna excelente oportunidade para correcção de assi metrias entre municípios infelizmente, pelas razões que passo a elencar abaixo, começo a ter quase a certeza de ser uma meta inalcançável em sede daquele plano.

Primeiro, pelo facto de a ideia de governar para servir estar ainda, digamos, acorrentada e ofuscada pelo governar para se servir. Basta ver quais são as empresas que, a nível dos 164 municípios do país, vão ganhando os chamados concursos limitados por convites e quem são os seus beneficiários efectivos. Segundo, a ideia de colocar a governação ao serviço do desenvolvimento local é ainda uma miragem. Na medida em que as micro, pequenas e médias empresas locais continuam a ser relegadas para planos insignificantes em detrimento de empresas

comas mesmas ou inferiores condições e recursos convidadas pelos detentores do poder político para se instala rem nas respectivas regiões. Deste modo, deixando as empresas locais sem mercado, quando se sabe serem as detentoras dos investimentos reais distanciados do monopsónio, que geram trabalho, digamos, mais duradouros e sustentáveis aos locais. Terceiro, compreendemos que os planos são sempre documentos reitores, ou se quisermos, balizas da acção organizacional, no caso vertente, da acção governativa; por isso, devem ser o mais concreto, específico e transparente possíveis. Por isso, qualquer desses três vectores, ou seja, da acção governativa ser concreta, específica e transparente, devem assentar no realismo da necessidade das populações.

Se as populações não foram tidas nem achadas; os poderes instalados nas aldeias, comunas e municípios quase não tiveram voz nem vez, dificilmente se cumpre a máxima de governar para dar respostas aos anseios das populações. O que Neto chamou de "resolver os problemas do povo". Hoje o ideal ou a lógica é resolver os problemas do povo com o povo. Quanto mais não seja por se tratar de um investimento que sacrificou a reserva financeira das gerações futuras- o Fundo Soberano. Por isso, devíamos nós, o povo -, fiscalizar melhor o PIIM. Sendo que todos somos poucos para ajudar a desenvolver este país que tanto amamos.

## 5.15 Eleições autárquicas convocadas após a aprovação da legislação

*Jornal de Angola*

*14 De Março 2020*

As eleições autárquicas serão convocadas após a aprovação, pela Assembleia Nacional, da legislação de suporte ao processo, garantiu ontem o presidente do MPLA. “Mesmo sem terem sido ainda convocadas, existe a expectativa de realização das eleições autárquicas tão logo se reúnam algumas condições precedentes, entre as quais destaco como incontornável a aprovação do pacote legislativo autárquico”, disse João Lourenço, ao discursar na abertura da reunião do Comité Central.

O líder do MPLA referiu que num Estado democrático não pode, o Chefe de Estado, que tem a competência de o fazer, convocar qualquer tipo de eleições se não houver legislação de suporte, sobretudo quando se trata da criação de uma nova forma de poder no país, no caso, o poder autárquico.

Segundo o líder do MPLA, com excepção de uma leve referência na Constituição, que fala da necessidade da sua institucionalização, foram aprovadas pela Assembleia

Nacional, por iniciativa legislativa do Executivo, algumas leis que, no entanto, não completam ainda o pacote necessário e já presente na casa das leis.

João Lourenço considerou, também, como condição necessária para a convocação e realização das eleições autárquicas, que a Comissão Nacional Eleitoral (CNE) esteja em condições de exercer o papel que a Constituição e a lei lhe conferem, o que pressupõe que tenha um presidente eleito nos termos da lei e empossado pela AN.

O presidente do MPLA explicou que, paradoxalmente, aqueles que dizem defender o primado da lei, num Estado de Direito, são os mesmos que pretendem violar o princípio da separação de poderes, uma vez que a responsabilidade da eleição do presidente da CNE é da exclusiva competência do Conselho Superior da Magistratura Judicial, havendo quem, deliberadamente, disse, “procura ignorar e violar este princípio”, numa clara referência a alguns partidos da oposição, que contestam a designação e tomada de posse de Manuel Pereira da Silva.

Sobre esta matéria, esclareceu que a única competência do Parlamento é a de conferir posse, sem nunca julgar a competência e idoneidade do poder judicial.

Explicou ainda que da mesma forma que entre duas equipas desportivas que se confrontam num jogo, nenhuma delas escolhe ou interfere na escolha do árbitro, também na política, entre as forças políticas que se defrontam numa eleição, “é uma entidade independente - no caso o CSMJ -, que, de acordo com os procedimentos que a lei estabelece, escolhe o presidente da CNE, sem interferência das forças políticas potenciais concorrentes ao pleito”. “Não foi esta a postura de alguns políticos da nossa praça, na abordagem desta matéria fundamental para a realização de quaisquer eleições”, sublinhou.

## 5.16 Incentivada participação das mulheres nas eleições

*Jornal de Angola*

*14 De Março de 2020*

*Texto: Kátia Ramos*

Um projecto de capacitação para eleitores, tendo em vista as eleições autárquicas, vai ser realizado, a partir

do dia 19, pelo Mosaiko-Instituto para a Cidadania e a ONG People in Need.

O projecto, que envolve mulheres, jovens e pessoas com deficiência, visa sensibilizar o grupo alvo para uma participação activa nos processos democráticos, como as eleições autárquicas.

A províncias de Luanda, Bié, Huíla, Moxico e CuanzaSul são as primeiras a beneficiar do projecto, financiado pela União Europeia.

O objectivo é ter maior envolvimento nas primeiras eleições autárquicas no país e fortalecer os cidadãos relativamente ao conhecimento e respeito pelos Direitos Humanos. Segundo o gestor do projecto, Pedro Mucano, em declarações, ontem, à imprensa, o foco é a capacitação das Organizações da Sociedade Civil locais, com a disponibilização de competências, recursos e oportunidades para que sejam parte da mobilização e educação dos eleitores.

As autarquias locais, disse, estabelecem um novo paradigma de relação com o poder, que fica mais próximo do cidadão. Por esta razão, acrescentou, é importante que o conhecimento sobre o processo esteja ao alcance de todos.

Cássia Clemente, também gestora do projecto, sublinhou que capacitar e mobilizar os cidadãos para as eleições autárquicas são o foco da iniciativa. “Vamos incluir vozes que dificilmente são ouvidas ou tidas em conta, como é o caso das mulheres, jovens e pessoas com deficiência”, salientou.

## 5.17 Estatuto do autarca em discussão no Parlamento

*Jornal de Angola*

*18 De Março de 2020*

*Texto: Adelina Inácio*

A Assembleia Nacional discute hoje, na generalidade, dois diplomas ligados ao Pacote Legislativo Autárquico. Trata-se das propostas de leis sobre o Regime Geral da Cooperação Interautárquica e a que aprova o Estatuto dos Titulares dos Órgãos Autárquicos.

O porta-voz da Assembleia Nacional, Raul Lima, disse, ao Jornal de Angola, que a proposta de Lei que aprova o Estatuto dos Titulares dos Órgãos Autárquicos define o estatuto dos autarcas locais, nomeadamente os direitos, regalias e deveres do autarca. Raul Lima explicou que a proposta sobre o Regime Geral da Cooperação Interautárquica, a ser



discutida na especialidade, estabelece o regime geral de cooperação entre as autarquias locais.

Com a proposta de Lei sobre o Regime Geral Inter-autárquico pretende-se definir o quadro regulador geral das formas de cooperação entre as autarquias, com vista à prossecução de interesses comuns, à redução das assimetrias locais e regionais, bem como ao desenvolvimento nacional.

Com o diploma pretende ainda um aumento progressivo dos pontos de contactos entre as autarquias e municípios vizinhos, considerando a interferência dos respectivos problemas e obtenção de soluções conjugadas para interesses comuns.

#### Transferência de competências

Na agenda de hoje da Assembleia Nacional consta, também, a votação final global da Proposta de Lei de Transferências de Atribuições e Competências do Estado. Raul Lima esclareceu que o diploma, aprovado na especialidade, define as tarefas e responsabilidades a serem transferidas, numa primeira fase, a favor das autarquias.

A proposta delimita o espaço de actuação das autarquias, de modo a evitar sobreposições com as tarefas do Estado inseridas num mesmo domínio. A proposta de iniciativa legislativa do Executivo defende que a transferência de atribuições e competências para autarquias deve ser acompanhada da transferência de recursos financeiros, os quais são calculados com base na execução orçamental média dos últimos dois anos anteriores à transferência.

O diploma esclarece, também, que a transferência das novas atribuições e competências para as autarquias é gradual e ocorre após acordo entre o Estado e as autarquias. Segundo a proposta, o Executivo pretende reduzir o tempo de resposta da Administração Pública às solicitações dos cidadãos.

#### Conflitos políticos

Um outro diploma a ser discutido, hoje, na generalidade, é a Proposta de Lei do Regime Especial de Justificação de Óbitos Ocorridos em Consequência dos Conflitos Políticos. O deputado Raul Lima disse que este diploma visa dar celeridade e simplificar o registo de óbitos e emissão de certidões de óbitos respeitantes às vítimas dos conflitos políticos ocorridos em Angola. Raul Lima esclareceu que o diploma enquadra-se nos esforços em curso virados à implementação do Plano de Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos ocorridos entre 11 de Novembro de 1975 e 4 de Abril de 2002.

Ainda hoje, os deputados discutem as Propostas de leis de alteração aos códigos Geral Tributário, de Imposto sobre o Rendimento do Trabalho e de Imposto Industrial.

## 5.18 300 Milhões de kwanzas para quatro municípios

*Jornal de Angola*

*23 De Março de 2020*

*Texto: Xavier Candumba*

O Governo da Província do Bié tem 300 milhões de kwanzas para a reabilitação de estradas e construção de escolas, em quatro municípios, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), anunciou, ontem, o vice-governador para o sector Técnico e Infra-estruturas.

Em declarações à imprensa, Fernando Tchaturvela disse que este valor será atribuído aos municípios do Andulo, Cuito, Catabola e Camacupa. “Enquanto se espera pela aprovação de outros projectos pelo Governo da Província, os 300 milhões vão ser alocados na execução de projectos nos municípios”, referiu.

Fernando Tchaturvela esclareceu que o plano tem vindo a ser aplicado faseadamente, sublinhando que há muitos projectos paralisados que necessitam de ser retomados. “O PIIM recai fundamentalmente sobre os sectores da saúde, construção de escolas, melhoramento de distribuição de energia e água, saneamento básico e infra-estruturas administrativas e melhoramento das vias de comunicação”, disse o governante.

## 5.19 24 mil milhões de Kwanzas para execução de projectos

*Texto: Alberto Quiluta*

*Jornal de Angola*

*15 De Março de 2020*

Luanda têm disponíveis, este ano, 24 mil milhões de kwanzas, para a realização de acções, incluindo os projectos inseridos no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

Fotografia: Edições Novembro

O facto foi anunciado pela presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, Maria Antonieta Nelumba, que acrescentou que o orçamento vai suportar as despesas de

funcionamento, apoio ao desenvolvimento e do Programa de Investimentos Públicos (PIP).

Maria Antonieta Nelumba falava na sexta-feira durante o acto da abertura do 1º Conselho Municipal de Auscultação às Comunidades, destacou o funcionamento da administração e projectos que podem ser realizados com a participação da comunidade. Maria Antonieta Nelumba garantiu que ainda este ano há a possibilidade da inserção do orçamento participativo para a administração municipal, que contempla 25 milhões de kwanzas, para o qual as ONG, micro-empresas e associações podem inscrever-se para projectos de âmbito comunitário a ser desenvolvidos nas circunscrições.

Maria Antonieta Nelumba informou, por outro lado, que foi feita a transferência das competências que estavam sob responsabilidade do GPL que, doravante, passam para a gestão da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, como são os casos da Direcção de Tráfego e Mobilidade.

Em relação ao saneamento básico e às zonas de risco em vários distritos, Maria Antonieta Nelumba referiu que as comunidades devem colaborar para mitigar a situação.

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Fábricas de bloco obrigadas a melhorar condições laborais

*Jornal de Angola*

*1 De Março de 2020*

*Texto: Carlos Paulino*

Pelo menos, quatro das sete fábricas de blocos que operam em Menongue, província do Cuando Cubango, acataram as recomendações da Inspeção Geral do Trabalho (IGT) em relação a melhoria das condições de alimentação, higiene e dos equipamentos de protecção dos seus trabalhadores.

O chefe dos serviços provinciais da IGT, Paulo Cambinda, disse, 28 dias depois de uma comissão multisectorial visitar sete fábricas de blocos, quatro das quais cumpriram parcialmente com as indicações baixadas, ao passo que as restantes três decidiram encerrar temporariamente os serviços por falta de verbas para satisfazer as exigências.

Paulo Cambinda agradeceu o “Jornal de Angola” por, no dia 28 de Janeiro, ter publicado uma reportagem sobre os maus tratos a que estavam submetidos os trabalhadores angolanos, “que deu azo a criação de uma comissão multisectorial”, integrada por efectivos da IGT, Inspeção da Saúde, Serviços de Migração e Estrangeiro (SME) e Investigação Criminal (SIC).

O responsável disse que, durante a visita inspectiva às unidades fabris, apenas a empresa Isapaul, mereceu uma multa de 850 mil kwanzas, devido a gravidade das irregularidades detectadas no local, enquanto as restantes ficaram pelas recomendações no sentido de melhorarem.

“Graças a denúncia feita pelo Jornal de Angola, hoje os funcionários das fábricas de blocos em Menongue já trabalham num ambiente mais seguro e higiénico com equipamentos de protecção individual para a prevenção de doenças profissionais, tais como uniformes, capacetes, luvas e máscaras para se evitar a inalação de poeiras e substâncias químicas”, realçou.

Paulo Cambinda informou que, outra a situação que “melhorou muito” é alimentação dos trabalhadores angolanos, “tendo em vista que anteriormente a dieta do almoço não passava diariamente de arroz ou funje com peixe sardinha sem óleo, cebola e tomate” que eram confeccionados em locais sem higiene.

“Hoje, ao visitarmos as fábricas de blocos notamos que a dieta alimentar dos trabalhadores melhorou significativamente, apesar de ainda faltar alguns ingredientes nutricionais, mas já existe variedade na comida, servida todos os dias num local improvisado do refeitório mas com condições higiénicas aceitáveis”, reconheceu.

O chefe da Inspeção Geral do Trabalho fez saber ainda que as quatro fábricas melhoraram também as condições das latrinas. “Agora os trabalhadores já utilizam os WC, antes estes locais não passavam de autênticas pocilgas, sem higiene e susceptíveis de transmitirem doenças”, frisou.

Questionado sobre o valor irrisório dos salários, Paulo Cambinda, disse que actualmente o mesmo varia de 700 a 1.300 kwanzas por dia, dependendo do trabalho que cada um exerce. “Os valores não são compatíveis com o salário mínimo nacional, mas devido as dificuldades que as empresas enfrentam para a comercialização de blocos, compreendemos que neste momento não têm como aumentar o ordenado dos trabalhadores”, admitiu, o responsável.

A IGT, garantiu, vai realizar visitas periódicas nestas unidades fabris, tão logo a situação das vendas dos blocos estiver estável, as empresas serão obrigadas a aumentar o salário dos trabalhadores, tendo em vista que a actividade que exercem é muito esforçada, pelo que não devem continuar a receber um salário diário de 700 ou 1.300 kwanzas.

“Por este facto, os responsáveis das fábricas foram notificados para resolverem imediatamente o problema da alimentação, atribuição gratuita de equipamentos de protecção e o melhoramento das cozinhas e casas de banhos, para que os funcionários possam trabalhar sem o risco de contraírem um acidente ou doenças profissionais”, revelou.

A equipa de reportagem do Jornal de Angola efectuou uma ronda nas fábricas de blocos e conversou com alguns trabalhadores tendo estes confirmado que as condições laborais e de alimentação são razoáveis, faltando a componente salarial, e mais diversidade na dieta alimentar, e mais botas para os trabalhos.

Isaías Francisco, operador de máquina na fábrica de bloco Ambriz Tabi, situada no bairro Calupassa, disse que, actualmente estão a ser os funcionários “estão ser valorizados”, pois antes trabalham sem uniformes e equipamentos de protecção. Quanto a alimentação disse que está a ser melhor confeccionada e as casas de banhos foram reparadas.

João Marcelino, funcionário da fábrica de bloco Hino Xiao Internacional, localizada no bairro 23 de Março, que “neste momento não há grandes razões queixas”, pois os maus-tratos que anteriormente verificava-se nas fábricas de blocos em Menongue diminuíram consideravelmente.

## 6.2 Fábricas de bloco obrigadas a melhorar condições laborais

*Jornal de Angola*

*1 De Março de 2020*

*Texto: Carlos Paulino*

Pelo menos, quatro das sete fábricas de blocos que operam em Menongue, província do Cuando Cubango, acataram as recomendações da Inspeção Geral do Trabalho (IGT) em relação a melhoria das condições de alimentação, higiene e dos equipamentos de protecção dos seus trabalhadores.

O chefe dos serviços provinciais da IGT, Paulo Cambinda, disse, 28 dias depois de uma comissão mustisectorial visitar sete fábricas de blocos, quatro das quais cumpriram parcialmente com as indicações baixadas, ao passo que as restantes três decidiram encerrar temporariamente os serviços por falta de verbas para satisfazer as exigências.

Paulo Cambinda agradeceu o “Jornal de Angola” por, no dia 28 de Janeiro, ter publicado uma reportagem sobre os maus tratos a que estavam submetidos os trabalhadores angolanos, “que deu azo a criação de uma comissão multisectorial”, integrada por efectivos da IGT, Inspeção da Saúde, Serviços de Migração e Estrangeiro (SME) e Investigação Criminal (SIC).

O responsável disse que, durante a visita inspectiva às unidades fabris, apenas a empresa Isapaul, mereceu uma multa de 850 mil kwanzas, devido a gravidade das irregularidades detectadas no local, enquanto as restantes ficaram pelas recomendações no sentido de melhorarem.

“Graças a denúncia feita pelo Jornal de Angola, hoje os funcionários das fábricas de blocos em Menongue já trabalham num ambiente mais seguro e higiénico com equipamentos de protecção individual para a prevenção de doenças profissionais, tais como uniformes, capacetes, luvas e máscaras para se evitar a inalação de poeiras e substâncias químicas”, realçou.

Paulo Cambinda informou que, outra a situação que “melhorou muito” é alimentação dos trabalhadores angolanos, “tendo em vista que anteriormente a dieta do almoço não passava diariamente de arroz ou funje

com peixe sardinha sem óleo, cebola e tomate” que eram confeccionados em locais sem higiene.

“Hoje, ao visitarmos as fábricas de blocos notamos que a dieta alimentar dos trabalhadores melhorou significativamente, apesar de ainda faltar alguns ingredientes nutricionais, mas já existe variedade na comida, servida todos os dias num local improvisado do refeitório mas com condições higiénicas aceitáveis”, reconheceu.

O chefe da Inspeção Geral do Trabalho fez saber ainda que as quatro fábricas melhoraram também as condições das latrinas. “Agora os trabalhadores já utilizam os WC, antes estes locais não passavam de autênticas pocilgas, sem higiene e susceptíveis de transmitirem doenças”, frisou.

Questionado sobre o valor irrisório dos salários, Paulo Cambinda, disse que actualmente o mesmo varia de 700 a 1.300 kwanzas por dia, dependendo do trabalho que cada um exerce. “Os valores não são compatíveis com o salário mínimo nacional, mas devido as dificuldades que as empresas enfrentam para a comercialização de blocos, compreendemos que neste momento não têm como aumentar o ordenado dos trabalhadores”, admitiu, o responsável.

A IGT, garantiu, vai realizar visitas periódicas nestas unidades fabris, tão logo a situação das vendas dos blocos estiver estável, as empresas serão obrigadas a aumentar o salário dos trabalhadores, tendo em vista que a actividade que exercem é muito esforçada, pelo que não devem continuar a receber um salário diário de 700 ou 1.300 kwanzas.

“Por este facto, os responsáveis das fábricas foram notificados para resolverem imediatamente o problema da alimentação, atribuição gratuita de equipamentos de protecção e o melhoramento das cozinhas e casas de banhos, para que os funcionários possam trabalhar sem o risco de contraírem um acidente ou doenças profissionais”, revelou.

A equipa de reportagem do Jornal de Angola efectuou uma ronda nas fábricas de blocos e conversou com alguns trabalhadores tendo estes confirmado que as condições laborais e de alimentação são razoáveis, faltando a componente salarial, e mais diversidade na dieta alimentar, e mais botas para os trabalhos.

Isaías Francisco, operador de máquina na fábrica de bloco Ambriz Tabi, situada no bairro Calupassa, disse que, actualmente estão a ser os funcionários “estão ser valorizados”, pois antes trabalham sem uniformes e equipamentos de protecção. Quanto a alimentação

disse que está a ser melhor confeccionada e as casas de banhos foram reparadas.

João Marcelino, funcionário da fábrica de bloco Hino Xiao Internacional, localizada no bairro 23 de Março, que “neste momento não há grandes razões queixas”, pois os maus-tratos que anteriormente verificava-se nas fábricas de blocos em Menongue diminuíram consideravelmente.

### 6.3 Casa própria longe de estar ao alcance de todos

*Jornal Economia e Finanças*

*6 De Março de 2020*

*Texto: António Eugénio*

O negócio imobiliário continua a dar rendimentos altos aos agentes que investiram no ramo, numa altura em que ter "casa própria" ainda é uma travessia no "deserto" para muita gente.

Os agentes ligados ao ramo ergueram residências com recursos aos bancos comerciais angolanos, em contrapartida estão a vender a preços altíssimos. A opção adoptada pela maioria foi apostar em condomínios fechados, um modelo "copiado" do Brasil, onde as casas estão dotadas de outros serviços para onerar o preço da venda.

Se de um lado há acumulação de fortunas por parte de agentes que actuam no sector, há por outro muita gente a viver em casebres, ou seja: "casas pouco dignas".

Todos esperam por uma oportunidade para adquirir uma casa condigna. A incapacidade financeira parece ser a "espinha na garganta" e o devaneio do sonho da casa própria.

Os critérios comerciais adoptados pelos promotores imobiliários vão desde a venda a pronto pagamento e arrendamento. Os preços são altos que afugentam qualquer um.

Preços muito altos

A reportagem do JE esteve no condomínio "Pingo de Ouro", próximo ao cemitério do Benfica, em Luanda.

Pertencente a Global Jolfenix Lda, empresa imobiliária, uma casa com a tipologia 13 acabada com água e luz, custa 23 milhões de kwanzas, enquanto que pela inacabada, o cliente paga 14 milhões. O pagamento pode ser feito em três prestações.

Contactada por via telefónica, a Global Jolfenix Lda explicou que o interessado pode pagar uma primeira

prestação de 50 por cento do valor e a outra metade pode ser liquidada num prazo de oito meses. Assim habilita-se a obtenção da casa. Um outro projecto sobre gestão da mesma empresa são as 300 casas não acabadas no zango em Viana, onde uma casa 13 com, chão bruto, cobertura em chapas, reboco interior e exterior, instalação eléctrica, água e luz e direito de superfície custa 3 milhões 800 mil kwanzas.

Próximo ao condomínio "Pingo Doce" está Fragoso Marco, que depois de ter recorrido aos projectos erguidos pelo Estado sem sucesso, busca solução para ter habitação.

Descarta a possibilidade de adquirir em projectos privados, considera "altíssimos", o pouco que ganha é insuficiente para pagar uma casa de 24 milhões.

"Os empresários construíram as casas com dinheiro do Estado, deviam encontrar meio-termo para que o cidadão possa comprar uma casa, ou pelo menos implantar o sistema de renda resolúvel", disse.

Eduarda Maiela, alerta o governo pela especulação de preços no sector imobiliário, defende que se estabeleçam critérios e medidas que regulem o preço na venda de casas.

"Num país onde o salário base é baixo, como é que se pode ter a ousadia de vender uma casa a este preço?! É difícil aceitar que isso está a acontecer", precisou.

Considera que todas as hipóteses de resolver o problema habitacional, recorrendo ao sector privado esgotaram.

"As casas são muito caras. A a continuar assim, fica difícil ter casa privada", acrescentou.

Consta que, muitos investidores tiraram proveito do programa do executivo, que consistia na construção de um milhão de casas para dignificar o cidadão, e ergueram os condomínios.

Uma fonte que pediu anonimato, revela que na fase do programa da construção de um milhão de fogos, o executivo abriu os cordões e disponibilizou milhões de dólares para construir as casas. Contudo, muito deste dinheiro não teve retomo e foi investido fora do programa.

## 6.4 AGT abre campanha para pagar impostos

*Jornal de Angola*

7 De Março de 2020

Texto: Helma Reis

A Administração Geral Tributária (AGT) abre hoje um posto de atendimento na cidade do Sequele, município de Cacuaco, em Luanda, no âmbito de uma campanha de sensibilização e liquidação do Imposto Predial Urbano (IPU).

A campanha vai ser realizada aos sábados, durante um mês, pela representação da AGT do Cacuaco com o objectivo de aproximar a instituição dos cidadãos. Aradson Vunge, técnico da AGT em Cacuaco, disse que os moradores do Sequele vão poder colocar as inquietações e fazer o pagamento do IPU.

Doze técnicos vão estar à disposição dos moradores que se deslocarem ao posto de atendimento, a funcionar na Administração do Distrito Urbano do Sequele.

A representação da Administração Geral Tributária do município de Cacuaco recebe, diariamente, mais de 300 pessoas

## 6.5 Pintura de edifícios melhora a imagem do Kilamba Kiaxi

*Jornal de Angola*

10 De Março de 2020

Texto: Paulo Caculo

Uma campanha comunitária denominada “Bloco, pincel e tinta”, lançada a 15 de Fevereiro, pela Administração Municipal do Kilamba Kiaxi, está a contribuir para mudar a imagem da circunscrição.

O programa prevê, além da pintura de edifícios, escolas e centros de saúde, a melhoria do sistema de saneamento básico, um dos graves problemas enfrentado pelos munícipes.

Para dar corpo ao programa, cuja participação dos populares é de carácter voluntário, a Administração conta com a disponibilidade de um grupo de mais de 100 jovens, provenientes dos institutos Médio Pascoal Luvualu, Politécnico do Nova Vida, JMPLA, Associação Ana Ngola e Conselho Nacional da Juventude (CNJ).

O objectivo, segundo o administrador municipal, Nelson Lopes Funete, é transformar este grupo de

jovens na futura Brigada Comunitária Municipal, que servirá de auxílio à Administração, na resolução de alguns problemas preocupantes do Kilamba Kiaxi.

“Decidimos lançar esta campanha, que começa com a pintura dos blocos do Avô Kumbi e posteriormente na Vila Estoril, de forma a me-lhorar a imagem do nosso município. Estamos igualmente a fazer trabalhos de intervenção na rede de esgoto. A campanha deverá decorrer durante todo o ano”, esclareceu o administrador.

No bairro Avô Kumbi já é visível a transformação e a satisfação dos munícipes ou de quem por lá circula, com a nova imagem que a pintura dos edifícios ajudou a proporcionar. Às pinturas, são acrescentados toques artísticos, com trabalhos de grafite, que ajudam a embelezar ainda mais os blocos residenciais.

Os trabalhos são coordenados pela Direcção Municipal do Ambiente e Serviços Comunitários, encabeçada por António Casal, que de-plora a fraca participação dos munícipes.

“Lamentámos, apenas, a falta de colaboração de alguns munícipes, que se negam a participar. O principal problema está na rede de esgotos, porque muitos cidadãos não constroem fossas em condições e os dejectos vão parar à rua e às valas, constituindo um grave perigo à saúde pública”, disse.

Eduardo Zinga, responsável da associação de jovens voluntários, garantiu ao que os trabalhos têm sido difíceis, apesar de que esperava por maior colaboração dos munícipes, enquanto principais beneficiários dos trabalhos em curso.

“Sendo um trabalho comunitário, esperávamos que houvesse mais pessoas a colaborar. Os munícipes deviam mostrar o seu voluntarismo, mas não é o que temos constatado. As pessoas ainda reclamam pelo facto de estarmos a construir fossas novas. Preferem ver a rede de esgotos das suas residências totalmente danificadas e com os resíduos a céu aberto e à vista de todos”, sublinhou, para em seguida a engenheira ambiental Ester Martins acrescentar: “Neste momento, já temos três lotes concluídos, perfazendo seis prédios.

As grandes dificuldades são os andaimes, que temos de deslocar de um sítio para o outro. Estamos satisfeitos com a disponibilidade de alguns grupos de jovens. O número de voluntários satisfaz, por isso tivemos de dividir em grupos”, disse a funcionária da Administração do Kilamba Kiaxi.

Para o jovem Pérsio Lucas, estudante do Instituto Politécnico Pascoal Luvualu, a iniciativa é louvável e

devia ser seguida pelos demais municípios e distritos. “Tem sido uma experiência positiva, sobretudo para nós, estudantes do curso de construção civil. Precisamos de exemplos destes, que contribuem para o desenvolvimento da sociedade”, destacou.

## 6.6 Sorteados recebem as chaves das casas

*Jornal de Angola*

*11 De Março de 2020*

*Texto Edivaldo Cristóvão*

Antes de receberem as chaves, os contemplados passam por um sistema de controlo de documentos, no qual é analisado se tem ou não salário compatível e domiciliado num banco

Os primeiros candidatos apurados no sorteio para acesso às 2.390 residências na Centralidade do Zango 5, no município de Viana, em Luanda, começam a receber as chaves a partir de sexta-feira, garantiu, ontem, o director do Gabinete de Tecnologias de Informação do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação.

Mateus Garcia informou ao Jornal de Angola que foram validados, até ontem, mais de 50 processos e os candidatos têm cinco dias para receberem as chaves, numa operação que decorrerá durante três meses, onde deverão ser atendidos pelo menos 55 pessoas.

O director do Gabinete de Tecnologias de Informação explicou que antes dos candidatos apurados receberem as chaves passam por um sistema de controlo de documentos, no qual é analisado se o beneficiário tem ou não um salário compatível e domiciliado num banco.

“Caso forem detectados processos falsos, automaticamente é anulada a candidatura e a vaga pode ser preenchida através de um novo sorteio. Por isso, aconselhamos as pessoas a reverem a documentação necessária para se evitar eventuais transtornos” alertou.

Mateus Garcia sublinhou que o processo de candidaturas foi muito abrangente para evitar a exclusão de pessoas, pois, em seu entender, todos angolanos tinham o direito de se candidatar, através da plataforma electrónica que esteve disponível.

“No primeiro dia, houve alguns constrangimentos na plataforma devido à procura, mas nos próximos processos haverá melhorias. Os sorteados para as entrevistas estão a ser notificados de forma

personalizada. Quinze minutos é o tempo suficiente para cada um ser atendido”, precisou o responsável.

O chefe do Departamento de Licenciamento e Estatística do Instituto de Supervisão de Jogos do Ministério das Finanças, Abel Nduli, admitiu que o processo decorreu com transparência e normalidade.

No entanto, apelou aos cidadãos a não perderem a esperança, porque “a vontade de Deus é que prevalece”. Justificando que o sorteio foi a melhor via para se evitar enchentes, o mesmo acontecerá com a venda de terrenos no Kilamba.

Sete anos à espera de casa

Belmiro Chimuco, 28 anos, é professor e advogado. Está há sete anos à procura de uma casa, o que o levou a deslocar-se da província do Moxico até Luanda, onde felizmente conseguiu realizar o sonho da casa própria.

A escolha por Luanda deveu-se ao facto de a esposa e filho viverem na capital. “Tinha dificuldades de vir trabalhar em Luanda, porque não tinha uma residência fixa, daí ter aproveitado esta oportunidade da Centralidade do Zango 5. Agora vou pedir a transferência para Luanda”.

Quase sem esperança quando decidiu se inscrever, Belmiro Chimuco acredita ter sido um processo que correu com transparência. Pediu às pessoas para acreditarem mais nas instituições.

Nissola Gomes António, 22 anos, funcionária da Companhia Aérea Angolana (TAAG), foi, também, uma das contempladas, mas, actualmente, reside na Centralidade do Kilamba em companhia da mãe.

Visivelmente feliz, a jovem explica que terá recebido uma mensagem por email para ser submetida a uma entrevista para validação dos documentos. “Felizmente correu tudo bem e, ainda ontem, fiz o pagamento dos 34.832 kwanzas, parte da primeira prestação da renda resolúvel”.

“Fui a única contemplada num grupo de mais de oito colegas. Quase que não acreditei quando vi o meu nome no sorteio. Sinto-me feliz por ter concretizado um dos meus maiores sonhos”, disse Nissola Gomes António.

Centralidade do Zango 5

A Centralidade do Zango 5 é um projecto habitacional desenvolvido no Sudeste da cidade de Luanda, município de Viana, tendo sido concebido para albergar uma população estimada em 48.000

habitantes, que vão ocupar os 7.964 fogos, em fase final de conclusão.

Desenvolvido numa área de 416 hectares, a centralidade está subdividida em 32 sectores urbanos, separados entre si pelas vias primárias da urbanização.

A edificação das habitações foi feita de maneira integrada, no que diz respeito à execução de infra-estruturas urbanas internas nos 26 blocos residenciais.

A rede viária e acessos, eléctrica e iluminação pública, a rede de abastecimento domiciliário de água potável, a drenagem de águas residuais e pluviais, bem como os trabalhos de paisagismo constituem os principais trabalhos realizados no domínio de infra-estruturas.

## 6.7 Aprovados 20 planos directores municipais

*Jornal de Angola*

*12 De Março de 2020*

Luanda - Vinte planos directores municipais estão aprovados, no âmbito do ordenamento do território, afirmou, nesta quarta-feira, em Luanda, a ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira.

A governante, que falava na abertura do encontro nacional sobre o programa do sector social do Plano Nacional Desenvolvimento (PND2018-2022), adiantou que estão disponíveis, actualmente, 28.904 unidades habitacionais.

Frisou que a política nacional de habitação está a 15 por cento de execução, enquanto a política nacional do ordenamento do território e urbanismo se encontra a 75 por cento.

Das 15 urbanizações previstas, seis já foram concluídas.

A oferta de habitações condignas, particularmente para as pessoas com menor capacidade financeira, é, segundo a ministra, um dos objectivos do programa de habitação, em curso desde Outubro de 2017, com especial atenção aos projectos estruturantes com financiamentos garantidos, sobretudo no interior do país.

De acordo com a ministra, promover o loteamento e infra-estruturas de reservas fundiárias, tendo em vista a disponibilização de lotes de terreno para a autoconstrução dirigida e assistida e a mobilização dos diversos actores para a sua participação no

programa da habitação social deverá contemplar, no futuro, o aumento da construção de habitações de baixa renda nas zonas rurais, para atender às necessidades das populações locais que ainda vivem em condições pouco dignas, inexistência de saneamento básico, de electricidade e de água potável.

A área social, disse, tem imensos desafios pela frente, desde logo conciliar uma lógica de reformas estruturais com a situação social preocupante que vive hoje uma expressiva faixa da população.

A governante destacou os programas que estão ligados à melhoria da qualidade dos serviços e acesso à educação, incluindo o ensino superior e o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, o empoderamento das meninas, prevenção da gravidez precoce, aprendizagem para todos, humanização dos serviços de saúde, protecção do ambiente e a política cultural.

Destacou ainda a Política Nacional de Formação Profissional e a inclusão económica social da juventude, a segurança e o empoderamento.

O Plano de Desenvolvimento Nacional, e o Plano Macroeconómico do Executivo em execução e a protecção do ambiente afirmam-se como um requisito essencial para a sustentabilidade económica e social e para a projecção de um futuro promissor para os angolanos.

## 6.8 Crise económica 'afunda' vendas de cimento em 60% para 2,4 milhões de toneladas

*Jornal Expansão*

*13 De Março de 2020*

*Texto: Martins Chambassuco*

A crise financeira e a quebra de investimentos no sector da construção fizeram recuar as vendas de cimento em quase 60%, para 2,4 milhões de toneladas (ton) em finais de 2019, contra os 5,6 milhões de toneladas comercializadas em 2014.

Contas feitas pelo Expansão, com base nos relatórios de produção e comercialização de cimento das cinco fábricas do País, indicam que as vendas tiveram uma quebra em seis anos de 3,8 milhões de toneladas entre 2014 a 2019. (Ver infografia).

Com as vendas em queda, de acordo com a presidente do conselho de administração da FCKS, Emanuela Lopes, a produção também manteve a tendência de baixar e a justificação é a falta de



mercado e o desinvestimento público na construção civil. AAica lembra que neste momento a produção de clínquer e de cimento é excedentária, tendo em conta as vendas. "As empresas foram obrigadas a baixar os níveis de produção de cimento e clínquer por falta de mercado. Se em 2014, o País produziu 4,5 milhões de toneladas de cimento, em finais de 2019 apenas foram produzidos 2,8 milhões de toneladas", revela AAica.

Nos últimos seis anos, de acordo com os cálculos do Expansão, a produção de cimento caiu 38%, um valor que revela a crise de negócios de cimento e clínquer em Angola depois da crise de 2016 e 2017. Muitas das obras aprovadas acabaram por parar por falta de capacidade de investimento das empresas, mas também porque o Governo suspendeu os pagamentos aos empreiteiros.

"A carteira de encomendas na construção caiu e há limitações nos financiamentos para este sector. Tudo está parado e esperam-se dias difíceis. Não há investimentos nem despesas públicas neste sector e isso reflecte-se no fraco consumo de produto", refere uma fonte da Associação da Indústria Cimenteira de Angola (AIA), explicando ainda que se a construção das estradas nacionais, secundárias e terciárias fosse em betão isso aumentaria o consumo e consequentemente nas vendas.

A proposta foi apresentada ao Governo, sendo que brevemente será acompanhado de um estudo onde se analisam os custos face à utilização de alcatrão, a durabilidade e a facilidade de construção. Por exemplo, nos Estados Unidos muitas das suas vias principais foram feitas com betão.

Esta indústria teve um crescimento exponencial a partir de 2008, resultado 'boom' do preço do petróleo, na necessidade em fazer novas infra-estruturas e edifícios que resultou num crescimento do mercado da construção na primeira metade da década de 2010

Entre 2014 e 2016, o País tinha uma necessidade de consumo de 6/7 milhões de toneladas de cimento, e por isso, os níveis baixos de produção eram compensados com o recurso à importação de produto acabado.

Com objectivo de responder à procura interna, a Nova Cimangola e a CIF Angola, fizeram investimentos significativos nas suas unidades industriais, contribuindo para que a capacidade de produção instalada no País passasse para 8,5 milhões de toneladas por ano, mas nunca chegou a ser atingido.

Apesar deste aumento, todas as cimenteiras nos últimos seis anos, produziram abaixo das suas capacidades, ou seja, a produção de cimento em Angola nunca chegou a atingir os 100%, do seu potencial.

Olhando para os dados, em 2014 apenas foram utilizados 56% da capacidade instalada ou seja, nessa altura, as cinco cimenteiras tinham uma capacidade instalada de 8 milhões de toneladas e só foram produzidas 4,5 milhões de toneladas de cimento.

Ainda em termos de produção, em finais do ano passado, as cimenteiras só usaram 33% da capacidade instalada. São números que indicam que esta é uma indústria subaproveitada.

Entre as cinco cimenteiras angolanas, três produzem clínquer, nomeadamente a CIF Angola, Nova Cimangola e a FCKS do Cuanza Sul, enquanto a Cimenfort Industrial e a Secil apenas se dedicam à produção de cimento. Em termos de capacidade, a CIF Angola é maior unidade de produção do País. Tem capacidade para produzir 3,6 milhões ton., 42,3% da capacidade instalada no País (ver infografia).

Empresários e gestores asseguram tratar-se de um momento difícil para a indústria cimenteira e acreditam ser importante pensar-se na expansão dos mercados com destaque para os países vizinhos, aproveitando o Corredor do Lobito para escoar a produção de cimento excedentária, o que já está a acontecer com a RDC.

Preços disparam

Em termos de preços médios, o gráfico mostra uma marcha ascendente. Em finais de 2019, o preço médio por tonelada de cimento comercializada na porta do produtor rondava os 31,5 mil kz, valor duas vezes mais que os 13 mil kz de 2014. A justificação para este aumento tem duas vertentes. Até 2017 o ambiente de monopólio que se vivia no sector fez disparar os preços, e nos últimos dois últimos anos a desvalorização do kwanza em mais de 60% contribuiu para a manutenção desta tendência.

Quanto ao número de colaboradores, apesar das dificuldades do sector, entre finais de 2018 e Dezembro do ano passado, houve um aumento de 7,5%, ou seja, até final de 2019, o número de trabalhadores angolanos era de 1.022, contra os 951 do período anterior. A presença de expatriados também reduziu. Dos 292 estrangeiros que trabalhavam na indústria cimenteira em finais de 2018, apenas 183 restavam no final do ano passado,

ou melhor a força de trabalho estrangeira caiu 37%, no último ano.

## 6.9 Falta de blocos encarece construção

*Jornal Economia e Finanças*

*13 De Março de 2020*

*Texto: Delfina Victorino*

Diversas fábricas de produção de blocos para a construção de casas, geridas na sua maioria por cidadãos de nacionalidade chinesa, estão encerradas no Cuito, província do Bié, devido a ausência dos proprietários.

O JE contactou alguns funcionários destas fábricas geridas por chineses entre caixas e seguranças, que confirmaram a ausência dos proprietários por tempo indeterminado.

É visível o encerramento de vários portões e do local de venda do material de construção nestas fábricas, desde finais do mês de Novembro do ano transacto.

Alguns funcionários e moradores dos bairros adjacentes às fábricas de venda de blocos e outros materiais de construção, afirmaram que os mesmos foram de férias no período da quadra festiva à China e até agora não regressaram.

Os populares afirmaram que a única fábrica aberta actualmente está nas imediações da centralidade do Cuito, mas praticam altos preços.

Um bloco de tamanho 12, custar Kz 150, contra os anteriores 85.

Sem poder contactar os responsáveis das fábricas, a nossa reportagem manteve uma conversa com os proprietários de algumas obras paralisadas e, asseguraram estar difícil continuar com o negócio.

Samuel António, morador do bairro Azul I, próximo a uma das fábricas de bloco, encerrada há três meses, disse que os proprietários foram passar a quadra festiva na China, "mas até agora não regressaram".

Samuel António de 32 anos, disse que com o encerramento destas fábricas, as obras vão: estar muito tempo paralisadas porque "os chineses são os donos. Não há fábricas de blocos geridas por angolanos".

Preço do cimento dispara.

Em relação ao preço actual do cimento que custa kz 2.700, o saco de 50 quilos, Victória Cristóvão, 37, outra moradora do bairro Azul II e funcionária do Ministério do Interior, explicou que construir uma residência está mais difícil, já que o preço do material não é atractivo.

Para a moradora do bairro Azul II, antes dos chineses encerrarem as fábricas, o bloco de formato 10 e 12, já estava a variar entre kz 100 e 110 cada, no ano passado.

Com a subida do material de construção, os pedreiros também encontram dificuldades na conclusão das obras privadas e públicas de pequeno, médio e grande porte.

António Chissola de 42 anos, pedreiro de profissão há 20 anos, disse que "está difícil conseguir contratos para construção de obras por causa da actual situação financeira", afirmou:

Comparando com os anos anteriores, o pedreiro de profissão reconheceu que existiam muitas obras em construção.

## 6.10 Habitações do Zango 5 começam a ser entregues hoje

*Jornal Expansão*

*13 De março de 2020*

Os primeiros imóveis da venda livre na centralidade do Zango 5 começam a ser entregues esta sexta-feira, dia 13, depois do sorteio realizado a 20 de Fevereiro, apurou o Expansão junto de fonte do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, que não avançou o número de casas a serem entregues diariamente.

Esta semana, os sorteados começaram a ser recebidos para confirmação dos processos submetidos aquando das candidaturas e em função da sua validação ficam legíveis a formalizar contrato.

Numa primeira fase estão a ser atendidos os sorteados no regime de propriedade resolúvel, à ordem de 55 por dia. No entanto, de acordo com fonte do Expansão, nem todos os cidadãos já notificados por SMS para comprovação documental estão a comparecer nos escritórios da Imogestim na centralidade do Zango 5.

No entanto, a não comparência não retira os direitos adquiridos por estes sorteados. Quem não compareceu no dia agendado, não perde o direito à casa. Poderá fazê-lo num outro dia, apesar de alterar a programação de entrega das habitações.

A confirmação processual vai verificar ou não se os sorteados estão de facto em condições de celebrar o respectivo contrato. Nesta fase todos aqueles que foram contemplados no sorteio e não estiverem em conformidade serão excluídos e ficam sem possibilidade de concorrer a qualquer outra tipologia de habitação.

Por exemplo, quem concorreu para a modalidade de arrendamento urbano e tem um salário acima dos 122 mil Kz e foi contemplado no sorteio, fica sem a habitação, porque o seu rendimento está acima do previsto para esta modalidade. Esta é apenas uma das hipóteses para deixar de fora sorteados, avançam responsáveis do processo.

As casas dos sorteados que eventualmente venham a ser excluídos serão atribuídas em novo sorteio, que ainda não está agendado, entre os mais de 157 mil candidatos inscritos no processo que decorreu de 27 de Janeiro a 5 de Fevereiro.

Neste processo de venda livre foram disponibilizadas 2.390 habitações, entre apartamentos e vivendas, e pela primeira vez conta com o regime de arrendamento urbano, para além da propriedade resolúvel e pronto pagamento.

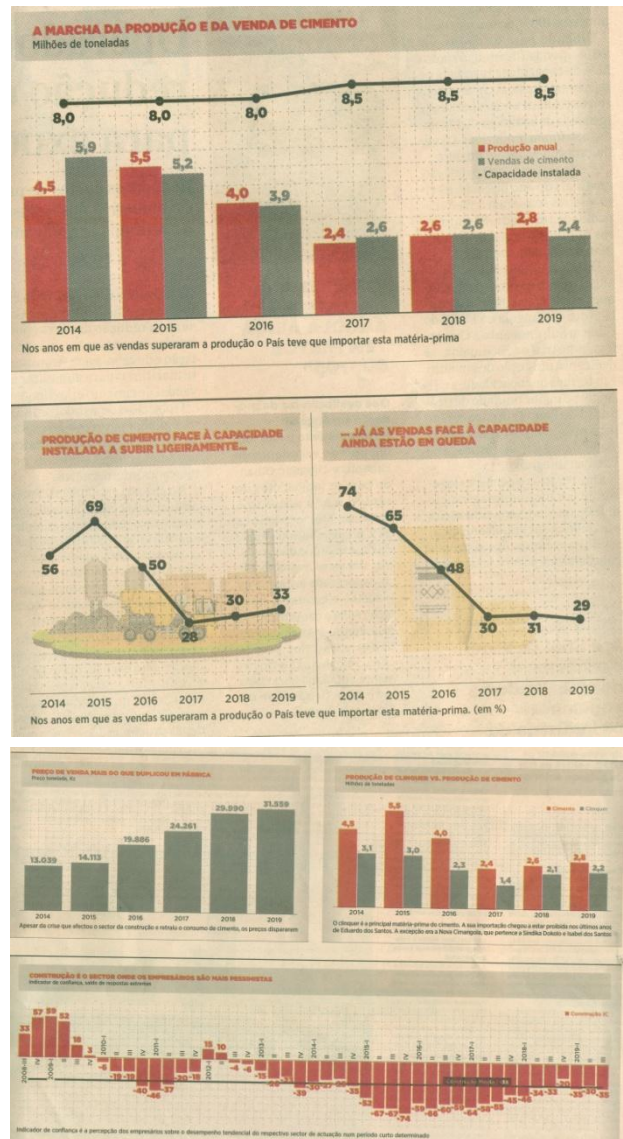
F.D.

## 6.11 O Raio-X da indústria do cimento em Angola

*Jornal Expansão*  
13 De Março de 2020

As vendas e a produção mantiveram, nos últimos seis, uma tendência de queda.

Os preços médios anuais dispararam duas vezes mais. E o mercado continua com baixo consumo se olharmos para a capacidade das cimenteiras.



## 6.12 50 Contemplados receberam ontem as chaves das casas

*Jornal de Angola*  
14 De Março de 2020  
Texto: Edivaldo Cristóvão

Depois de várias tentativas para obter uma moradia num dos projectos habitacionais, em Luanda, Virgínia Luís Ramos, 36 anos, conseguiu finalmente realizar o sonho da casa própria, ao receber, ontem, juntamente com outras 49 pessoas, a residência a que tem direito, na Centralidade do Zango 5, após ser contemplada no sorteio realizado no dia 20 de Fevereiro.

Funcionária do Ministério do Interior e actualmente a residir em Viana, com o marido e duas filhas, Virgínia Luís Ramos mostrou-se satisfeita pelo sonho concretizado.

“Estou muito feliz com a aquisição da casa. Depois de efectuar o pagamento, na quarta-feira, dois dias depois (ontem) recebi as chaves”, disse emocionada, tendo referido que pelo facto de trabalhar na Maianga, não se sente amedrontada em percorrer, todos os dias, o trajecto Zango 5 à Baixa da cidade de Luanda.

Para ela, o que importa é o sentimento de viver numa casa própria, razão pela qual aconselha as outras pessoas a não desistirem dos seus sonhos, porque o processo é sério e podem conseguir nas próximas vezes.

Elizandra da Costa, 25 anos, outra moradora sorteada e que também recebeu as chaves ontem, confessou que o processo foi rápido e sempre teve fé em ter casa própria. Actualmente vive no bairro Golfe II, com o marido e três filhos, e pretende entrar na nova moradia já em Abril. Disse que pretende mudar de casa o mais rápido possível, porque ela e a família precisam de estar mais confortáveis, tendo em conta que vivem num quarto e sala, quando a nova moradia tem três quartos, cozinha e duas casas de banho. “Estou muito feliz com essa transformação na minha vida, sobretudo, por causa do conforto que os meus filhos vão passar a ter”, argumentou.

Luís Domingos, 34 anos, trabalha por conta própria, foi também um dos contemplados, ontem, com um apartamento. Vive actualmente no Benfica, com quatro filhos e a esposa, mas confessou que vai entrar na nova moradia, apenas no próximo ano, por causa dos filhos que estudam naquela zona do município de Belas.

Enquanto isso, vai concluir com os acabamentos do apartamento e apetrechar a cozinha. Acompanhada do filho, o pequeno disse estar feliz, porque viu muitos espaços para brincar na Centralidade.

Entregues 50 casas

O administrador do Fundo de Fomento Habitacional, Adilson Silva, disse, ontem, que o processo de entrega das casas, na Centralidade do Zango 5, decorre sem sobressaltos, tendo sido entregues 50 chaves aos respectivos contemplados no sorteio realizado no dia 20 de Fevereiro.

Adilson Silva explicou que a falta de serviços na Centralidade nada tem a ver com o Fundo de Fomento Habitacional, que apenas é responsável pela distribuição e comercialização das casas.

Garantiu a existência de escolas, creches, centro de saúde e Esquadra da Polícia, que ainda não estão em pleno funcionamento, porque estão em fase de apetrechamento. Quanto aos sinais de

telecomunicações, dependem das operadoras e que podem ser solucionados brevemente.

### 6.13 PIIM prevê construção de casas para professores e enfermeiros

*Jornal de Angola*

*15 De Março de 2020*

*Texto: Elautério Silípuleni*

Um projecto de construção e apetrechamento de dois complexos residenciais para professores e enfermeiros nas comunas de Oshimolo e Nehone, no município do Cuanhama, província do Cunene, foi lançado, ontem, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

Com um orçamento de 240 milhões e 554.261 kwanzas, os dois complexos residenciais terão nove casas cada do tipo T0 e T1, e vão ser construídos num prazo de oito meses, com objectivo de acolher os professores e enfermeiros que vivem em condições precárias nas duas comunas.

Implantados num espaço de 4.500 e 4.800 metros quadrados, os complexos terão um refeitório cada, lavandaria, guarita, campo polivalente entre outros serviços.

O director provincial do Gabinete de Infra-Estruturas e Serviços técnicos, Pedro Vindu, disse que o acto de consignação das duas obras constitui uma grande valia para as localidades, uma vez que carecia de espaços para alojar quadros técnicos da Educação e Saúde. Pedro Vindu solicitou maior rigor às empresas de construção e fiscalização no cumprimento dos prazos acordados e qualidade das obras, sublinhando que as empresas devem executar as obras com perfeição e durabilidade, para não serem responsabilizados civil e criminalmente.

A construção dos dois complexos residencial em Oshimolo e Nehone faz parte dos sete projectos já em execução no município do Cuanhama inseridos no PIIM. O município definiu ainda como prioridade, no quadro do Programa a Melhoria do Saneamento Básico, a construção de escolas, expansão da rede de distribuição de água potável, instalação de energia eléctrica, e a melhoria das vias de acesso.

Estrada degradada

Os 90 quilómetros de estrada que liga Oshimolo à Nehone, até a cidade de Ondjiva, estão totalmente degradados e dificultam a circulação rodoviária. Percorrer a via só com viaturas todo-o-terreno. Os

habitantes destas duas comunas, maioritariamente camponeses, passam por dificuldades para escoarem os produtos do campo devido ao estado das vias, segundo o administrador comunal de Oshimolo, Amadeu Hidissange.

“Os camponeses alugam carrinhas, como alternativa mas às vezes não lhes é lucrativo”, disse, acrescentando que quando chove a estrada fica inundada e a circulação de pessoas é limitada e as viaturas acabam por ficar enterradas no lamaçal.

## 6.14 Vítimas das cheias recebem apoio do governo provincial

*Jornal de Angola*

16 De Março de 2020

Texto: André Brandão

O Governo do Cuanza-Norte está a apoiar com bens alimentares, roupas usadas, entre outros produtos de primeira necessidade, as mais de mil famílias de oito bairros da comuna de Massangano, município de Cambambe, que vivem em zonas ribeirinhas do rio Kwanza, afectadas pela inundação causada pela descarga da albufeira da barragem de Cambambe, há cerca de um mês.

O governador provincial, Adriano Mendes de Carvalho, fez a entrega simbólica dos bens ao administrador municipal de Cambambe, Adão Malungo, e a membros da Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiro.

O administrador municipal de Cambambe, Adão Malungo, confirmou que muitas famílias que se encontravam nas zonas consideradas de maior risco, “estão realojadas em áreas mais seguras”, onde foram criadas as condições para as crianças voltarem a frequentar as escolas. “Periodicamente um grupo de enfermeiros e médicos têm ido ao encontro destas famílias prestar assistência médica”, assegurou.

Descarga da Albufeira Adão Malungo fez saber que a Prodel e órgãos da administração local comunicaram que o processo de esvaziamento para libertar água da albufeira vai continuar até Abril, porque o rio Kwanza continua a receber muita água das chuvas.

Construída no médio Kwanza, a barragem de Cambambe está situada no município com o mesmo nome. Depois de entrar em actividade comercial em 1963 foi modernizada em 2009, para o aumento da sua potência energética de 180 para 960 megawatts, o que tornou o empreendimento no segundo maior centro produtor de electricidade do país, depois de Laúca, que produz mil e 670 megawatts.

## 6.15 Empreiteiros foram autorizados a operar

*Jornal de Angola*

21 De Março de 2020

Texto: Kamuanga Júlia

O Instituto Regulador da Construção Civil e Obras Públicas (IRCCOP) atribuiu, quinta-feira, em Saurimo, títulos de registo e alvarás a 56 empresas do sector, viabilizando a actividade dessas companhias nos próximos três anos.

A chefe de Departamento do IRCCOP Manuela da Costa explicou, no acto de entrega dos alvarás, que a atribuição de novos títulos resulta de uma estratégia de desburocratização e simplificação dos serviços de licenciamento em todo o país.

Manuela da Costa incentivou os empreiteiros a respeitarem a legislação em vigor, realçando que os títulos e alvarás são documentos necessários para garantir a credibilidade das empresas do sector da construção civil.

Presente na cerimónia, o vice-governador para a área Técnica e Infra-estruturas, Evanerson Kaputo, referiu que os documentos outorgados permitem aos empresários operarem sem constrangimentos e facilitam o acesso a financiamentos e aos concursos públicos para execução de obras na província da Lunda-Sul.

### Dívidas às Águas

A dívida acumulada à Empresa Provincial de Águas e Saneamento (EPAS), na Lunda-Sul ascende aos 140 milhões de kwanzas, revelou ao Jornal de Angola o presidente do Conselho de Administração, Agostinho Piedade, que lamentou os incumprimentos sucessivos dos consumidores.

Agostinho Piedade explicou que desse valor, 16 milhões representam a dívida de 21 instituições públicas e acrescentou que a EPAS tem vindo a desenvolver, desde Fevereiro, acções de sensibilização dos consumidores para a liquidação faseada das contas.

Adiantou, por outro lado, que a falta desses recursos está a inviabilizar investimentos na construção de sistemas de abastecimentos de água nas sedes municipais e comunais, bem como a ampliação da Estação de Tratamento de Água (ETA) de Saurimo.

A Empresa Provincial de Águas e Saneamento tem mais de 5.800 clientes, mas só os particulares cumprem com o pagamento regular de consumo,

seguindo as instruções da empresa para evitarem cortes.

## 6.16 Itinerários devem definir ligações para táxis colectivos

*Jornal Economia e Finanças*

*8 De Março de 2019*

*Texto: António Eugénio*

A entrada em vigor de novos modelos de caracterização dos táxis colectivos por cores e municípios, com a designação das rotas e itinerários, através de selos autocolantes, permite, doravante, a regulação das ligações.

O projecto vai permitir que haja um maior controlo na fiscalização dos táxis colectivos licenciados, assim como uma intervenção eficaz por parte dos efectivos reguladores de trânsito e ajudar de igual modo o cidadão a conhecer qual a rota feita por cada táxi colectivo.

Segundo comandante da Unidade de Trânsito de Luanda, superintendente-chefe Roque Silva, com a aplicação das novas medidas, a pretensão é melhorar as condições de circulação e dar mais segurança ao trânsito de veículos e peões.

A iniciativa será efectivada mediante a supressão dos principais constrangimentos nos pontos de retenção de trânsito.

### Programação

A primeira fase conta com um total de 10 medidas, das quais cinco já foram executadas. A segunda fase já está a ser preparada e tem como prioridade determinadas vias do município de Luanda.

Do mesmo modo, prevê-se no centro urbano da capital a implementação de uma rotunda no antigo Largo Serpa Pinto (rua Amílcar Cabral).

Terminada a aplicação de todas as medidas contidas no projecto, o Governo terá maior controlo da situação, evitando que táxis de uma determinada área realizem actividades de carga e descarga fora das suas circunscrições.

O Governo prevê que 80 por cento da população de Luanda tenha acesso ao transporte público até 2030, mas, para isso, acha ser necessário o aumento de autocarros, em número superior aos actuais 213 que suportam a rede em 54 rotas.

Até 2030, espera-se um aumento de 400 por cento na frota automóvel, para melhorar a mobilidade do

trânsito, em função do crescimento da população na cidade capital.

## 6.17 Os riscos que Luanda apresenta na mobilidade

*Jornal Economia e Finanças*

*8 De Março de 2019*

*Texto: António Eugénio*

O actual cenário da mobilidade na província de Luanda tem colocado em risco o modelo de transportes rodoviários regular público, do sistema colectivo urbano de passageiros.

A informação foi avançada em Luanda pelo director do Gabinete provincial dos Transportes e Mobilidade Urbana, Amadeu Campos. O responsável destacou que na capital angolana foram sinalizadas cerca de 170 paragens para embarque e desembarque de passageiros, de e para os transportes rodoviários.

### Necessidades

Luanda precisa de uma frota operacional de 1.800 autocarros, que correspondem a 2,3 veículos para cada 10 mil habitantes, para que se melhore a mobilidade urbana em transportes rodoviários urbanos de passageiros.

O processo passa ainda pela criação de 105 linhas de autocarros com extensão de 3.309 quilómetros (km), o aumento da velocidade comercial média superior a 16 km/h.

Amadeu Campos apontou que estes dados resultam de "vários estudos elaborados por especialistas do ramo, face à implementação do Programa de Desenvolvimento do Governo de Luanda (PDGL).

O estudo realizado em 2015 propõe que, do ponto de vista da rede de infra-estruturas viárias, sejam efectivados mais de 398 km de vias expressas primárias, dos quais cerca de 250 km seriam novas conexões e 148 km de actualização das estradas existentes.

A proposta indica ainda que são precisos 1.048 km de uma rede de estradas secundárias. Está igualmente prevista a construção de 759 km de novas estradas e 1.211 km de estradas terciárias, em todos os municípios da capital angolana.

O projecto inclui também a implementação de um sistema interligado de gestão de estacionamento.

Amadeu Campos frisou que as perspectivas e medidas para a mobilidade urbana são de âmbito

central, mas com incidência local. Está prevista a entrada de novas operadoras no sistema de transporte público urbano de passageiros, além da construção de terminais rodoviários.

#### Melhorar serviços

O programa abrange a construção do novo Aeroporto Internacional, a implementação do sistema de bilheteira electrónica integrada, o transporte escolar, a gestão do projecto e mono carris.

"O actual cenário da mobilidade na província de Luanda tem colocado em risco, o modelo de transporte rodoviário regular e público colectivo urbano de passageiros (autocarros)" disse.

Para melhorar esse constrangimento está em curso um projecto que visa melhorar a comodidade dos passageiros de transporte urbano.

O referido projecto encontra-se em andamento e já estão contabilizados 29 abrigos.

A sinalização dos pontos específicos onde os autocarros podem fazer o embarque

e desembarque de passageiros, sem interferir na circulação rodoviária, garantindo, assim, maior segurança, quer para o passageiro, quer para os utentes da via pública, é outra preocupação do Governo Provincial de Luanda.

#### Transporte marítimo

A abertura de novas linhas para o transporte marítimo de passageiros em catamarãs e corredores de mobilidade de natureza ferroviária, são referências que constam do projecto para a conexão e melhoria da mobilidade no país.

O projecto prevê também a abertura do corredor ferroviário de Camama, trabalhos de duplicação do troço ferroviário Bungo-Catete, ligação ferroviária Norte/Sul, uma futura ligação ferroviária ao novo Aeroporto Internacional e um terminal marítimo no município de Cacucio.

#### Novos modelos de matrícula

A iniciativa permite ainda a emissão de novos modelos de matrícula para motociclos de até 50CC de cilindrada, para a província de Luanda, por cores e designação do município.

As principais alterações procedidas nesta matéria reportam-se à modificação da cor do fundo das chapas de matrícula, em consequência da obrigatoriedade de utilização de materiais retro-reflectores.

Amadeu Campos refere que a inserção do nome do município será por cores. Na verdade, o que se prevê é a facilitação da percepção da presença dos veículos em situação de condução nocturna e de visibilidade insuficiente, contribuindo-se, dessa forma, para o aumento das condições de segurança na circulação rodoviária.

A chapa de matrícula é o dispositivo aprovado para ser afixado num veículo com o seu número de matrícula, destinado a identificação externa. Ela só pode ser atribuída aos motociclos e veículos que estejam em conformidade com as normas nacionais aplicáveis que garantam a sua circulação em condições de segurança e preservação do ambiente.

## 6.18 Plano Director vai atrair pólos para investimentos

*Jornal Economia e Finanças*

*8 De Março de 2019*

*Texto: Xavier António*

O Executivo angolano, através do PND (Plano nacional de Desenvolvimento) prevê até 2022, várias infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento, no qual o sector dos Transportes se destaca no campo da modernização dos seus serviços, para que o desenvolvimento sustentável seja uma realidade.

O plano contempla ainda o desenvolvimento e operacionalização da rede de armazenagem e a distribuição e comercialização de bens alimentares.

No sector, o Plano Estratégico Nacional de Acessibilidades, Mobilidade e Transportes traça as linhas mestras a seguir e os objectivos a atingir, no que diz respeito à rede de estradas e auto-estradas nacionais, ao sistema ferroviário, bem como à instalação de uma rede logística nos, principais corredores para o desenvolvimento nacional, e todas as componentes de infra-estruturas associadas a esta temática.

Está também a ser preparado um novo Plano Director do sector dos Transportes e Logística, instrumento que servirá de base para o Executivo implementar o programa de mobilidade eficaz.

#### Desafio

Segundo um documento do Ministério dos Transportes, a estes desafios acresce-se o correcto planeamento e ordenamento dos espaço urbanos, muitas vezes em antecipação de fenómenos de mobilidade populacional, a eficaz regulamentação dos

sistemas de transporte urbano e o exercício da autoridade de ordem pública.

Outro dos desafios prende-se com a capacidade construtiva e de criação de infra-estruturas adequadas, assim como com a capacidade de prover os meios de equipamento, de preferência no domínio interno a nível da indústria de automóveis e outras de suporte para que se possa permitir em segurança e a custos acessíveis, a mobilidade das populações e dos seus bens.

Angola como grande parte dos países africanos, enfrenta desafios resultantes da tendência do seu crescimento demográfico e do êxodo das populações rurais para os espaços urbanos criando desafios a nível do seu ordenamento e à adequação da oferta de serviços de transportes colectivos.

Actualmente, a cidade de Luanda tem perto de oito milhões de habitantes sendo que ainda tem uma rede de transportes colectivos urbanos muito aquém das suas necessidades, do ponto de vista da frota disponível e dos sistemas complementares de mobilidade urbana.

Outras cidades nacionais que crescem igualmente a ritmo acelerado, já vão vivenciando desafios no seu quotidiano, o que exige um esforço e reflexão conjunta, para que se possa delinear, de forma participativa, soluções sustentáveis para o futuro das cidades angolanas e suas populações.

O que se pretende, é que Angola seja um país de sucesso, daí a aposta em projectos que possam acelerar a mobilidade em todo o território nacional.

## 6.19 Aprovados 20 planos directores municipais

*Jornal de Angola*

*12 De Março de 2020*

Luanda - Vinte planos directores municipais estão aprovados, no âmbito do ordenamento do território, afirmou, nesta quarta-feira, em Luanda, a ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira.

A governante, que falava na abertura do encontro nacional sobre o programa do sector social do Plano Nacional Desenvolvimento (PND2018-2022), adiantou que estão disponíveis, actualmente, 28.904 unidades habitacionais.

Frisou que a política nacional de habitação está a 15 por cento de execução, enquanto a política nacional do ordenamento do território e urbanismo se

encontra a 75 por cento das 15 urbanizações previstas, seis já foram concluídas.

A oferta de habitações condignas, particularmente para as pessoas com menor capacidade financeira, é, segundo a ministra, um dos objectivos do programa de habitação, em curso desde Outubro de 2017, com especial atenção aos projectos estruturantes com financiamentos garantidos, sobretudo no interior do país.

De acordo com a ministra, promover o loteamento e infra-estruturas de reservas fundiárias, tendo em vista a disponibilização de lotes de terreno para a autoconstrução dirigida e assistida e a mobilização dos diversos actores para a sua participação no programa da habitação social deverá contemplar, no futuro, o aumento da construção de habitações de baixa renda nas zonas rurais, para atender às necessidades das populações locais que ainda vivem em condições pouco dignas, inexistência de saneamento básico, de electricidade e de água potável.

A área social, disse, tem imensos desafios pela frente, desde logo conciliar uma lógica de reformas estruturais com a situação social preocupante que vive hoje uma expressiva faixa da população.

A governante destacou os programas que estão ligados à melhoria da qualidade dos serviços e acesso à educação, incluindo o ensino superior e o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, o empoderamento das meninas, prevenção da gravidez precoce, aprendizagem para todos, humanização dos serviços de saúde, protecção do ambiente e a política cultural.

Destacou ainda a Política Nacional de Formação Profissional e a inclusão económica social da juventude, a segurança e o empoderamento.

O Plano de Desenvolvimento Nacional, e o Plano Macroeconómico do Executivo em execução e a protecção do ambiente afirmam-se como um requisito essencial para a sustentabilidade económica e social e para a projecção de um futuro promissor para os angolanos.



## 6.20 Musseque que nasceu no meio de um aterro sanitário

*Jornal de Angola*

17 De Março de 2019

Texto: César André

Na época a maioria dos dejectos depositados no aterro sanitário eram oriundos dos matadouros, com destaque para as carnes deterioradas e restos de porco e de bovinos. Naquela lixeira a céu aberto o lixo dos matadouros era disputado palmo a palmo pelos moradores das redondezas.

"Havia mesmo carne de qualidade de vaca e de porco, que recolhíamos para sustentar as nossas famílias, uma parte, e para comercializar, outra parte", testemunha Manuel Canhonto, antigo morador.

Além das carnes os camiões de lixo, que a população chamava Diangunga, depositavam artigos de bronze, ferro e papéis.

Manuel Canhonto afirma ainda que cidadãos de nacionalidade cabo-verdiana também frequentavam com regularidade o aterro. "Lembro-me como se fosse hoje do meu vizinho a apanhar carne de porco para fazer torresmo, que comercializava à entrada do seu quintal."

José António Cristóvão, conhecido por kota Kínchas, nasceu no Bairro da Lixeira em 1958 e conviveu durante décadas com o colonialismo português. Diz ter boas e más recordações do bairro que o viu nascer.

"O nome do bairro, Lixeira, tem a haver com o facto da localidade albergar, na zona onde está hoje a Escola Salesiana de Dom Bosco, uma enorme lixeira a céu aberto. Era um aterro onde as pessoas depositavam o lixo. De lá provinha o sustento de muitas famílias".

Segundo conta David Costa, morador no bairro desde 1961, a lixeira, depois de encerrada nos anos 1970, foi transferida para o mini aterro da Liga, que se situava na área adjacente à Casa Branca, no Sambizanga. Mais tarde foi para as barrocas da Boavista e de seguida para o Bairro Golfe, no actual Distrito Urbano do Kilamba Kiáxi.

### Geografia humana

No bairro durante muito tempo predominavam pessoas de origem (etnia) bakongo. O seu "modus vivendi" era caracterizado por pequenas ocupações como, por exemplo, a comercialização de bombó com ginguba e kíssângua.

Relatos de outros antigos -moradores indicam que o movimento frenético de ocupação da lixeira aconteceu nos anos 1950, quando populações provenientes das regiões do norte, concretamente de Caxito, Dande e Ambrizete, se instalaram no local.

Na área existiam bosques habitados por coelhos, seixas, galinhas do mato, pacaças, javalis e outros animais, que tinham nos resíduos sólidos, cada vez mais, o seu meio de sobrevivência.

Com vista privilegiada para o mar e nas proximidades de grandes indústrias como as cervejaria Nocal e Cuca, o bairro que é tracejado geometricamente pelo Caminho-de-Ferro de Luanda, recebeu também, ainda no tempo colonial, gente proveniente do sul do país e cidadãos de nacionalidade cabo-verdiana.

Segundo elementos fornecidos pelo Censo Habitacional de Setembro de 1974, realizado no âmbito do projecto "Um Lar Para Cada Família", promovido pela Comissão Administrativa do Fundo dos Bairros Populares de Angola, a Lixeira tinha naquele período 12.094 habitantes.

"Eles lutavam muito"

Ainda em relação aos resíduos sólidos no tempo colonial, nem tudo era um mar de rosas para os antigos catadores de lixo, tudo porque havia na Lixeira um grupo liderado pelo Adão Kambuelo "Bardom", ou simplesmente Hércules, que controlava o negócio do lixo e, ao que se diz, defendia as populações mais vulneráveis. O grupo, que se chamava Leixões, não admitia que gente estranha abusasse da paciência dos humildes catadores de lixo. Os homens do grupo do "Bardom", segundo reza a fama, "eram autênticos guerreiros e lutavam muito".

Apesar das vicissitudes o bairro era bastante arborizado, sobretudo por acácias. E havia muita diversão e lazer. No local onde está hoje o Centro de Saúde do Sambizanga havia carrosséis, enquanto que o Campo da Académica era o sítio onde a administração colonial montava semanalmente o palco do Kutonoca e o cenário volante para exibição de filmes. Havia também grandes salões de festas, cujos nomes ainda estão bem frescos na memória de muitos antigos moradores: Carneiros, Xarro Xarro e Os Veteranos da Barra do Dande, do senhor Piloto, Neste recinto, um polícia chamado Patrício "Kuacha", segundo um testemunho, "fazia muita confusão, com algumas piruetas à mistura". Havia ainda o salão dos Juvenistas e dos Quebelas.

Por outro lado, os autocarros que faziam o percurso para Caxito, Dande, Ambriz, Ambrizete e outras localidades tinham no Campo da Académica o seu

parque de estacionamento. Estamos a falar das companhias de autocarros Auto Aviação do Dande e Carvalho e Filhos.

A nível interno a circunscrição era servida por um maximbombo, denominado do Munhungo, que fazia o seguinte trajecto: Largo Maria da Fonte (Kinaxixi) / Campo da Académica, e vice-versa, transportando consigo sobretudo funcionários públicos. Os moradores da lixeira desfrutavam também dos comboios dos Caminhos de Ferro de Luanda, que tinham como paragens breves e obrigatórias as passagens de nível da fábrica Cipal e do estabelecimento comercial Dimuca.

#### Comerciantes de fama

Mesmo sendo um musseque, vários colonos escolheram o Bairro da lixeira para morar. Destes destacavam-se os comerciantes Zé Augusto, a Dona Maria, o Carlos Paz, os Dois Irmãos, Alfredo Simões, Só Serra, Rainha do Cazenga e José Cambuta. Este último comprava diólo e fazia e vendia sandes diangato (torresmo) e gasosas Champanito, um refrigerante que agradava muito à rapaziada daquele tempo. Ele também comprava garrafas vazias. "Em troca com o diólo entregava gasosas e sandes aos meninos", conta José Mendes, que vive no Bairro da Lixeira há 64 anos.

O local onde foi erguida a 9ª Esquadra da Polícia Nacional no Sambizanga era propriedade de uma comerciante portuguesa chamada Dona Ana, que era também dona da Farmácia Matoso, situada na Avenida Marginal de Luanda.

É também recordado o comerciante pai do David Costa, que possuía um burro que puxava uma carroçaria que transportava água, bem como as mercadorias que comprava e levava para a sua modesta loja.

Na circunscrição morou também a comerciante Dona Amélia e o senhor Tavares. Este último vendia gasosa e carne de vaca. Tinha um curral de bois e também vendia carne abatida para talhos e hotéis da cidade. Foi na antiga residência deste comerciante que em 1974 a FNLA criou a sua base, denominada Ngadipovo, nome de um dos comandantes daquele movimento de libertação nacional

Havia também no bairro o Luís Perfil, um comerciante negro que já possuía alguma fama naquela época e que arrendava as suas lojas aos comerciantes portugueses que acabavam de aportar na cidade capital. Outra referência da Lixeira era o dono da Marcenaria Vergonha, um indivíduo que jogava muito na lotaria e era exímio dançarino.

Alguns moradores dizem que ele conviveu com Mateus Pelé do Zangado, Veneno e Morgado. Este último morava em frente ao Centro de Saúde.

O actual Centro de Saúde do Sambizanga no tempo colonial era o colégio Dona Filipa de Lencastre, uma instituição que formou muitos jovens. O senhor Santos Pinto é outra das referências do Bairro da Lixeira: ele era o proprietário de uma oficina situada onde hoje está o Centro Cultural do Ginásio do Sambizanga.

Dos comerciantes que habitavam na circunscrição destacam-se ainda o Só Alexandre do Bar Brinca N' Areia, o Só Silva do Bar da Luz e o Senhor Marasco, taxista que às vezes ficava a atender ao balcão da sua loja de ceroulas (cuecas). Esse comerciante construiu no bairro um mini prédio (actualmente é o chamado Prédio das TGFA) onde comercializava, na parte de baixo, carvão e outros bens de primeira necessidade. Havia também no bairro o comerciante Só Silva, que era muito popular.

#### Figuras lendárias

Das figuras lendárias do bairro' que frequentavam com regularidade as lojas dos comerciantes portugueses, destacavam-se os kotas Eusébio, ManFiúza, Chico, Ndapetelo e Moisés Cubilla.

Os kotas Horácio, Kimunga, David, Zé Liberal, César, José da Silva, Zézinho, Man Simões e João Ngongo, constam das figuras que viveram durante décadas na circunscrição'. No lado da Cateca, área do Cuba, havia os kotas Chicola, Isaías, Adão Turugo, Sebas, Sambo, Antonino, Benvindo, Cubela e Franklin.

A circunscrição no tempo colonial era calma. Havia jovens que se desafiavam nas lutas livres, que arregimentavam muito público e em que os kotas Russo e Tino Diakimuezo eram os principais protagonistas. A sua fama de grandes lutadores perdura até hoje na memória dos antigos moradores. Aliás, aqui, convém fazer um à parte: no tempo colonial, e isso é um fenómeno no que merece estudo no domínio da sociologia, havia uma legião de lutadores de mãos nuas que percorriam os vários bairros de Luanda pondo à prova os seus dotes. Alguns, dizia-se à boca pequena, na época, chegavam a ir buscar feitiço para serem imbatíveis. O escritor Jacinto de Lemos, no seu romance "Chico Nhô", chega a abordar esse fenómeno.

De pejeas não é tudo.

António do Risco tinha um salão de festas que era frequentado por jovens locais e do Bairro Rangel. Devido a questões relacionadas com ciúme os jovens

da Lixeira não admitiam que os do Rangel namorassem com as moças da Lixeira. Essas querelas acabavam, inevitavelmente, em brigas.

Clandestinidadade anti-colonial A Lixeira foi um dos berços políticos da clandestinidadade anti-colonial. Muitos kotas envolveram-se na política. É assim que muitos deles se concentravam, todas as noites' na zona da Mutamba, área do Cuba, para escutar o programa Angola Combatente. Na zona do Cuba nasceu uma das primeiras células do MPLA na circunscrição, que tinha como responsáveis João Samba, Piroteu, Simeão e Isaías. O último morreu na sequência dos acontecimentos do 27 de Maio de 1977.

Reza também a história que foi a partir da zona do Cuba, mais concretamente na Mutamba, que vários nacionalistas partiram para o maquis e para Brazzaville, onde o MPLA tinha a sua delegação oficial.

Clubes desportivos

O Bairro da Lixeira é dos que no tempo colonial tinham mais clubes desportivos. Benfica do' Kinzau, Sporting da Musserra, Académica do Ambrizete, 11 Bravos da Musserra e Bairrerense da Barra do Dande eram algumas das formações desportivas existentes na época, tendo mais tarde surgido o Clube Quebelas e o Antas. Havia também as equipas do Dantes, Ferroviário do Dondo e o Gebas, que posteriormente passou a designar-se Vunda Yetu, e o Havemos de Voltar.

Nos anos 1960 despontavam os craques da bola Man Fanfa, Ginguma, Eduardo André, Alex, Mangurra, Cubala, Franklin, Beny, kota Coba, Antonino Kansa, Isaías, Careca, Adão e tantos outros.

O Clube Bairrerenses da Barra do Dande tinha um responsável que era muito exigente para com os jogadores. Tratava -se do senhor Virgílio. Quem ousasse fugir às normas e desrespeitasse as regras de jogo era logo posto na ordem. Uma vez aconteceu um caso caricato. "O clube estava a jogar com uma equipa rival e os jogadores brincavam aos futebolis' como se de um jogo treino se tratasse. Kota Virgílio ficou furioso, gritou para os seus pupilos, pegou na bola e levou -a para casa, como se fosse dele", lembra Dias Costa, antigo jogador do Progresso Associação do Sambizanga.

Nas aliciantes partidas de futebol que então se disputavam havia muitos craques, de tal maneira que os campos na sua maioria enchiam com adeptos. Alguns adeptos ferrenhos, que não conseguiam

lugarzinho ao campo, subiam nas árvores ou nos tectos das residências vizinhas.

Naquele tempo a anteceder as partidas de futebol havia sempre um cidadão, de nome Lende, natural de Pango Aluquém, que animava o espectáculo com truques de ilusionismo à mistura com cenas de comédia. O Lende foi durante muito tempo uma figura incontornável no Bairro da Lixeira.

Soba actual contestado

Domingos Lourenço, mais conhecido por "Senguessa", actualmente soba do Bairro da Lixeira, diz que vive na circunscrição há 75 anos. Ele é muito contestado pelos munícipes, que alegam que não deveria ter essa posição "porque não vem da linhagem do sobado nem conhece a tradição".

No dizer de Mateus Felito, antigo morador, "a sua indicação para o lugar foi feita pela Administração Municipal, uma decisão que não colhe nesse tipo de situação. O soba da circunscrição deveria ser alguém com peso aqui no bairro e não ele que está mais preocupado com os grupos carnavalescos".

Em relação a essa situação o soba Senguessa, ao fim e ao cabo uma figura emblemática no bairro, discorda da posição dos munícipes. "Eu venho da linhagem do sobado da minha família, razão pela qual fui indicado para ser o soba deste bairro. Toda a gente conhece a origem dos meus ancestrais e não estou preocupado com o que se diz por ar", desabafou.

O soba Senguessa realmente é um grande dinamizador de grupos carnavalescos no bairro, estando na origem dos Maringas de Caxito e do Gando de Caxito. Senguessa era ainda o proprietário da Discoteca Kiela, que posteriormente passou a chamar-se Discoteca Senguessa.

## 6.21 Criada nova paragem de motos e carros para os moradores

*Jornal de Angola*

*22 De Março de 2020*

*Texto: Manuel Barros*

Os moradores do bairro da Caop Nova, no Distrito Urbano do Sequele, município de Cacuaco, contam com uma paragem para motos e carros, no âmbito da organização do tráfego e mobilidade que a administração de Cacuaco desenvolve.

A nova paragem, localizada ao lado da escola primária 4090, vulgo Escola Amarela, contempla assentos para os passageiros descansarem e uma

roulote para servir os viajantes, enquanto esperam pelo transporte.

Na ocasião, foram distribuídos 97 coletes aos moto-taxistas do município, devidamente enumerados com a identificação da sua área de trabalho.

O administrador adjunto para área Orçamental e Financeira de Cacuaco, Walter Amorim, disse tratar-se do início de uma série de inaugurações de paragens, no âmbito de organização do tráfego e mobilidade dentro do município.

O processo de registo dos moto-taxistas no município de Cacuaco iniciou no passado mês de Janeiro e vai até ao próximo dia 31. Mais de mil moto-táxis diferenciados por cor, mediante o distrito urbano a que pertencem, já foram registados.

De acordo com o presidente da Associação de Taxistas de Angola (ATA), Rafael Inácio, foi uma boa iniciativa fazer o lançamento de paragem para os taxistas e moto-taxistas, uma vez que dará maior comodidade aos profissionais.

“Se levarmos em conta o número de assaltos que há nos táxis vamos concluir que esta medida de identificação também visa combater aqueles taxistas fantasmas que na calada da noite fazem assaltos.

E os passageiros não vão querer ser transportados por táxis que não estejam totalmente identificados, para evitar acidente, que muitas vezes resultam em mortes” finalizou.

## 6.22 Governo de Rui Falcão sem estratégias

*Jornal Machete*

*28 De Março de 2019*

*Texto: Augusto Manuel*

Valas de drenagens totalmente encharcadas de capim e lixos, vias intransitáveis e bairros inundados, é a realidade que se regista nos últimos dias deixando os cidadãos preocupados.

O Jornal Manchete foi as ruas para constatar estes problemas que os cidadãos vivem, e se deparou com casos muito alarmantes no bairro da Canequetela, sita na Zona "Os moradores explicaram que a vala nº 3 quando enche, ninguém consegue atravessar para outro bairro do Do- cota. Ângelo Saprino, morador daquele bairro há mais de dez anos, disse que a vala tem provocado muitos transtornos principalmente neste tempo chuvoso, as pessoas não conseguem atravessar para outro lado do bairro. E as enxurradas

arrastam consigo muito lixo, até chegar perto das suas residências.

Aquele morador disse igualmente que as chuvas têm criado inundações na escola do primeiro nível nº 1113 que até chega mesmo a forçar a paralisação das aulas, e por vezes as crianças têm assistido aulas na igreja Católica que fica bem ao lado, mas também a mesma fica inundada até ao ponto das crianças não assistirem aulas, ou mesmo serem transferidas para outra escola.

Aquele morador disse também que o Administrador da Zona tem o conhecimento e sabe dos problemas que aqueles munícipes vivem, segundo explicou até porque já esteve no local em Dezembro do ano passado, mas até ao momento nem água vem, nem água vai.

Já uma outra moradora identificada apenas por Adriana, queixa-se dos amontados de lixos que por vezes a chuvas tem arrastado. E pede ao governo de Rui Falcão de resolver este problema o mais rápido possível por causa das doenças.

Um outro cidadão Isaac Manuel José, disse que quando sai de casa para ir trabalhar tem sido difícil atravessar devido a inundações da vala que quando enche não se consegue atravessar, disse.

Segundo informação avançada, pelo 2º Comandante Provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, intendente bombeiro Artur Inácio, sitiado pela à ANGOP, o município da Catumbela registou nove mortos, Benguela três e o Lobito, um morto, respectivamente.

Aquele responsável apresentou o balanço provisório, adiantando que o município da Catumbela registou nove mortos, Benguela três e o Lobito, um morto, respectivamente.

O responsável que fazia o balanço provisório das enxurradas fez saber ainda, que do balanço constam 29 residências desabadas, 56 outras inundadas e 21 árvores caídas nas várias artérias das cidades referenciadas, para além de duas pessoas dadas como desaparecidas.

## 6.23 Requalificação do Lubango decorre sem sobressaltos

*Jornal de Angola*

31 De Março de 2019

Texto: Domingos Mucuta

Texto: As obras das infra-estruturas integradas da cidade do Lubango, província da Huíla, estão a ser executadas dentro dos padrões internacionais de qualidade, para evitar uma intervenção similar nos próximos três anos, assegurou o coordenador do projecto, orçado em 212 milhões de dólares.

Segundo João Dinheiro, o trabalho em curso representa uma "intervenção profunda nunca antes realizada" nas principais vias do casco urbano, ruas periféricas, sistemas de drenagem de águas pluviais e residuais, electricidade e telecomunicações.

João Dinheiro disse que o Governo está a investir um valor avultado para que as obras sejam duradouras, mas argumentou que a durabilidade das infra-estruturas em reabilitação está intimamente ligada ao uso e aos serviços de manutenção. "Não estamos aqui para fazer obras de curto espaço de tempo. Esta intervenção é profunda, no sentido de evitar trabalhos do género nos próximos tempos. Temos urna entidade fiscalizadora e todo o material aplicado passa pelo laboratório, com o controlo do dono da obra e da fiscalização".

João Dinheiro disse que as cláusulas contratuais assinadas entre o Governo e a empresa Omatapalo de fimem que o empreiteiro deve garantir e assegurar a manutenção nos três anos seguintes após a conclusão e entrega das infra-estruturas.

"Se as obras se degradarem por falta de qualidade é culpa do empreiteiro e deve-se fazer as correcções necessárias, mas se as mesmas se danificarem pelo mau uso não é da responsabilidade do empreiteiro. As obras estão a ser bem executados e dentro do padrões internacionais e temos esperança que vão durar por muito tempo", disse, para informar que desde o arranque, em Setembro de 2017, já estão reabilitados mais de 35 quilómetros de estradas e passeios dos 100 previstos, incluindo sistemas de colectores e drenagem de águas pluviais, redes de electricidade e de telecomunicações.

João Dinheiro disse que as atenções estão concentradas agora na reabilitação do troço da estrada Arco-íris, passando pela "Casa pato" até a curva da garrafa, na Nossa Senhora do Monte, numa distância de três quilómetros. Referiu que os trabalhos estão avançados a nível de pavimentação, com as camadas de desgaste e de sob base colocadas

em mais de um quilómetro. "A camada de base está ligeiramente atrasada, devido a chuva que dificulta o processo de estabilização".

João Dinheiro anunciou que as obras da estrada terminam no final de Julho. Frisou que a empreiteira enfrenta dificuldades que condicionam uma intervenção célere.

João Dinheiro que os principais constrangimentos estão relacionados com a falta de mapeamento das redes técnicas, condutas de águas e de electricidade antigas.

## 6.24 Transportes colectivos têm serviços mínimos

*Jornal de Angola*

28 Mar 2020

Texto: Garrido Fragoso

Os transportes colectivos essenciais à mobilidade vão, durante o Estado de Emergência, que vigora desde ontem, manter-se em funcionamento, apenas para a prestação de serviços mínimos, afirmou o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado. Adão de Almeida apresentou, na quinta-feira, em conferência de imprensa, as medidas excepcionais contidas no Decreto Presidencial sobre o Estado de Emergência.

"A disponibilidade dos transportes públicos de passageiros deve ser reduzida, ficando também proibida a prestação de serviços de moto-táxi", afirmou, na ocasião, o ministro.

Segundo Adão de Almeida, os transportes rodoviários e ferroviários devem manter o funcionamento apenas para prestação de serviços ligados à transportação de bens e mercadorias essenciais. salientou que, neste capítulo, deve haver circulação entre uma e outra província, desde que seja para abastecimento de produtos alimentares ou outros bens considerados essenciais.

Como forma de prevenção do Covid-19, o Decreto Presidencial define um limite máximo de um terço de passageiros em simultâneo nos transportes colectivos, quer sejam públicos, quer privados, de acordo com a capacidade máxima dos mesmos. Lembrou que a violação dessa regra pelo prestador de serviço representa desobediência, podendo determinar a apreensão do veículo.

Actividades políticas

As actividades políticas que impliquem a concentração de mais de 50 pessoas, bem como as

reuniões e manifestações que juntem igual número de cidadãos estão interditas neste período excepcional. Por força do Estado de Emergência, disse o ministro Adão de Almeida, também ficam proibidas as actividades recreativas, culturais e de lazer, sobretudo as realizadas em espaços públicos. As discotecas, salas de jogo, bares e similares (excepto para prestação de serviços de entrega ao domicílio), espaços públicos de prática desportiva ou de lazer em zonas balneares, actividades culturais e desportivas, museus, bibliotecas, teatros, monumentos e similares, feiras e exposições também devem estar encerrados.

O ministro Adão de Almeida disse, por outro lado, que os cultos e celebrações religiosas também estão suspensos na sua dimensão colectiva em todos os lugares, lembrando que a liberdade religiosa e de culto, na sua dimensão individual, pode ser exercida pelos cidadãos.

As cerimónias fúnebres que integrem mais de 50 pessoas também estão proibidas. O período de excepção interdita as visitas a cidadãos internados em estabelecimentos hospitalares e prisionais.

#### Contratação simplificada

Segundo o ministro, a aquisição de bens e serviços urgentes, necessários ao controle e combate à pandemia do Covid-19, fica sujeita a regras especiais, e não normais, da contratação pública, devendo ser adquiridos mediante o regime de contratação simplificada.

Do ponto de vista da importação de produtos e da sua regularização fiscal, é adoptada um regime excepcional para que a importação de bens e serviços essenciais esteja sujeito ao regime de regularização a posteriori.

"As formalidades normais não vão ser cumpridas sempre que se tratar de importação de bens essenciais para a situação do Estado de Emergência", explicou Adão de Almeida. Acrescentou que a importação de bens alimentares, medicamentos, material de biossegurança e outros, estão sujeitos ao regime excepcional de licenciamento, de modo a facilitar a celeridade na entrada desses bens.

#### Relações jurídico-laborais

Adão de Almeida disse que, enquanto durar o Estado de Emergência, fica proibida a cessação de relações jurídico-laborais, com fundamento na ausência dos trabalhadores no local de trabalho.

"Durante o período de excepção, os empregadores não podem despedir trabalhadores, com o fundamento na ausência do local de trabalho, por

força do Estado de Emergência. Mas isso não impede a aplicação de medidas disciplinares, para aqueles casos de trabalhadores em funcionamento durante esse período", referiu.

Durante os 15 dias de duração do Estado de Emergência, os estabelecimentos de ensino e centros de formação profissional, quer públicos, quer privados, devem encerrar as portas. Todas as competições desportivas, incluindo os treinos desportivos, devem, igualmente, estar suspensas.

Os estabelecimentos comerciais privados, à excepção dos que prestam serviços essenciais, nomeadamente, de bens alimentares a grosso e a retalho, bancos e serviços de pagamentos automáticos, telecomunicações e serviços de imprensa, rádio e televisão, hotelaria, restauração para serviços de "take-away" e entrega ao domicílio, postos e serviços que integram a cadeia de abastecimentos de combustível (postos de gasolina, centros de armazenamento, estrutura de transportes para abastecimento aos postos), agências funerárias e serviços conexos, manutenção e reparação de veículos e demais serviços essenciais à vida colectiva devem manter-se abertos mediante parecer favorável das autoridades sanitárias competentes.

Os empregadores dos referidos estabelecimentos comerciais são obrigados a criar condições de biossegurança para a protecção, quer do pessoal, quer dos utentes dos serviços, sendo proibido o encerramento dos mesmos. O Estado, em caso de encerramento, pode adoptar as medidas necessárias para colocar esses equipamentos a funcionar.

Os órgãos competentes de inspecção das actividades económicas devem manter o funcionamento em pleno, podendo ser apoiados durante o Estado de Emergência pelos órgãos de Defesa e Segurança, com a incumbência de identificar e sancionar quaisquer práticas de especulação de preços pelos estabelecimentos comerciais.

## 7. TERRA

### 7.1 Registos de propriedade promovem garantias e acesso ao crédito

*Jornal Expansão*

*6 De Março de 2020*

*Texto: Faustino Diogo e Martins*

*Chambassuco*

O Executivo apreciou, há uma semana, a proposta de Lei sobre o Regime Jurídico de Garantias Mobiliárias e Registo de Garantias, um mecanismo normativo que cria o regime jurídico dos bens móveis, como garantia do cumprimento de obrigações, ao mesmo tempo que os adequa às exigências e aos padrões internacionais.

De acordo com especialistas ouvidos pelo Expansão, a nova legislação vai fazer com que os interessados em aceder ao crédito na banca possam utilizar os seus bens móveis como garantia,

"No sistema actual está a faltar esta parte de se poder fazer o apelo a bens patrimoniais, a garantia mobiliária, para se poder fazer saques, alavancagem de empréstimos bancários e outras operações", afirma o consultor Galvão Branco

"Há determinados tipos de bens, activos, tangíveis físicos que podem ser utilizados e não estavam previstos a nível dos empréstimos bancários. Por exemplo, os títulos da dívida pública que estão na posse de vários utentes que têm necessidade de recorrer ao crédito podem vir a constituir um suporte para empréstimos que venham a fazer", apontou o empresário.

A Proposta de Lei do Regime Jurídico do Cadastro Predial, também analisada pelo Conselho de Ministros, vem aumentar a segurança da titularidade, imprimir maior dinamismo nos trâmites jurídicos da propriedade, assim como na melhoria do ambiente do negócio, por isso o economista Miguel Santos considera uma iniciativa que peca por ser tardia.

"Esta lei vai trazer de facto algumas vantagens e já devia ter sido pensada há mais tempo. Não é segredo para ninguém a dificuldade que as pessoas vivem para registar as suas propriedades", disse. O jurista António Silva entende que a lei vai resolver muitas questões. "É um começo, mas deve ser complementada com outras acções", defende, tendo lembrado acções que passam pela fiscalização da aceitação destes bens como garantia.

"É preciso haver um acompanhamento e ver se, de facto, estes bens vão passar a ser aceites pelos bancos em caso de necessidade de financiamento. Uma coisa é a lei, outra é o seu cumprimento" concluiu.

O que muda

A decisão de alterar o diploma legal visa, segundo fontes do Expansão, aliviar, "o mais rápido possível", a pressão financeira sentida pelas Pequenas e Médias Empresas (PME) que se sentem excluídas do Programa de Apoio ao Crédito (PAC).

Espera-se, com a adopção dessa medida, um aumento da competitividade no sector de serviços financeiros, por meio de empréstimos por parte das instituições financeiras não bancárias.

As novas regras vão permitir às empresas que não possuem activos, principalmente as pequenas e médias, apresentar como garantias bens mobiliários, como sejam contas bancárias ou bens agrícolas, como gado, títulos de crédito, veículos e máquinas para ter acesso ao crédito.

O novo paradigma não vai deixar de exigir das empresas contabilidade organizada e o controlo de gestão do seu projecto como critério de acesso ao crédito. São ferramentas consideradas fundamentais para que a banca comercial avance com a cedência de crédito, fundamentalmente no âmbito do PAC.

As novas regras, e que agora aguardam pela sua discussão e consequente aprovação na Assembleia Nacional, podem contribuir para o sucesso do PAC que tem sido apontado, em termos de garantias, como muito exigente para tornar o investimento mais viável. Muitos agentes económicos referem que a adopção dessa medida, por parte do Executivo, é o resultado das constantes reclamações dos pequenos empresários que se sentem excluídos do PAC, tendo em conta que a banca comercial continua a apostar nos grande projectos empresariais.

### 7.2 Projecto "Minha Terra" chega em breve a Malanje

*Jornal de Angola*

*16 De Março de 2020*

*Texto: Venâncio Victor*

Duzentas famílias camponesas do município de Cacusó, a 72 quilómetros da cidade de Malanje, beneficiam, em breve, de títulos de terra, no âmbito do projecto nacional "Minha Terra".

A informação foi prestada na quinta-feira, no município de Cacusó, pelo secretário de Estado do

Ordenamento do Território, Manuel Pimentel, que constatou o grau de implementação do Programa em Cacuso, que foi eleito como município piloto para o lançamento oficial na província. O governante manifestou satisfação pelo facto de a Comissão Técnica provincial de implementação do programa estar já a desenvolver as actividades nos 14 municípios da província. Manuel Pimentel disse que o objectivo fundamental é proteger os terrenos das comunidades e dos camponeses.

O programa, lançado em Outubro do ano passado, no município da Nharea, Bié, contempla os 164 municípios do país, onde foram identificados municípios pilotos. O processo envolve vários departamentos ministeriais. Manuel Pimentel prometeu levar junto do coordenador da Comissão Ministerial do projecto “Minha Terra” a preocupação sobre a situação jurídica de terrenos reclamados pelas comunidades e os camponeses como sendo sua propriedade.

Neste momento, salientou, o projecto está a ser executado em três províncias, onde já foram identificados os municípios piloto, designadamente Huambo, Benguela e Bié.

“Queremos que cada município consiga atribuir mais de 200 títulos e o lançamento oficial do programa (em Malanje) acontece dentro de sensivelmente duas semanas. O programa é contínuo enquanto houver uma comunidade com essa necessidade ou agricultores desprotegidos com essas necessidades”, sublinhou.

Manuel Pimentel disse ainda que os camponeses, além de obterem os títulos de concessão de terra, alguns carecem de registo civil. Apelou a direcção da Justiça no sentido de imprimir maior celeridade na emissão dos bilhetes de identidade para facilitar o andamento do processo.

Enquanto se aguarda pela realização do registo civil, acrescentou, as autoridades encontraram uma alternativa para a legalização das terras com base em testemunhas.

“Não haverá impedimento na emissão nos títulos de concessão de terras. Já efectuamos o lançamento do programa em três províncias e igual número de municípios piloto e já se estendeu em outros municípios. Todos os dias, em todo o território nacional, ali onde haja camponeses, estão a ser emitidos títulos de propriedade de terra”, salientou.

Lembrou que no início os processos eram morosos, mas actualmente estão a ser instruídos em menos de 45 dias. Manuel Pimentel informou que os

beneficiários não pagam nada, visto que muitas famílias são de baixa renda e estão desprovidas de renda para a legalização das terras. Os camponeses, disse Manuel Pimentel, encaram o programa “Minha Terra” como uma possibilidade de melhorar a sua condição de vida e a renda familiar e contribuir no combate à fome e à pobreza.

O vice-governador para o sector técnico, Gabriel Pontes, informou que o projecto vai abranger os 14 municípios, mas Cacuso foi escolhido como sendo o município piloto. A titularidade de terras aos camponeses, disse, vai ajudar os mesmos na obtenção de créditos bancários e diminuir os conflitos de terra que têm sido constantes.

O responsável provincial do Instituto Geográfico de Angola, Anacleto Miguel, na qualidade de coordenador da Comissão Técnica provincial, informou que foram delimitadas nove parcelas comunitárias e 21 individuais, estando em curso a emissão de títulos para o lançamento do programa, que deve terminar em Novembro.

O administrador de Cacuso, Caetano Tintas, anunciou a existência de 30 processos cujos títulos vão ser entregues no próximo mês. Informou que mais de 15 associações e cooperativas agrícolas estão disponíveis para aderir ao projecto “Minha Terra” na região, acrescentando que o programa decorre a bom ritmo e vai contemplar as quatro comunas.

### 7.3 Administração vai confiscar os terrenos abandonados

*Jornal de Angola*

*17 De Março de 2020*

*Texto: Estácio Camassete*

A Administração Municipal do Huambo vai confiscar diversos terrenos que se encontram abandonados no centro e arredores da cidade, para a implementação de projectos sociais como escolas, postos médicos e espaços de lazer para os munícipes.

A informação foi prestada pelo administrador municipal adjunto do Huambo para os Serviços Técnicos, António Carvalho, adiantando que será dada uma moratória de dez dias aos proprietários para reaproveitarem os espaços, efectuando limpeza e vedação, sob o risco de os mesmos reverterem a favor do Estado.

A medida, disse, tem por objectivo reforçar as acções de prevenção e combate aos resíduos sólidos colocados nestes terrenos abandonados e manter a segurança pública na cidade. A Administração do



Huambo, garantiu, está a efectuar um trabalho de fiscalização para registar os terrenos não vedados e cheios de capim, principalmente no casco urbano, que comprometem a boa imagem da cidade.

Segundo António Carvalho, alguns terrenos e obras abandonadas, como os que se verificam junto à Faculdade de Economia, na Avenida Norton de Matos, e na Messe Hotel, na Cidade Alta, têm estado a transmitir uma péssima imagem à também conhecida por "Cidade vida". Com efeito, apelou os munícipes a contribuírem na melhoria do embelezamento do município.

“A Administração vem tentando, a todo custo, melhorar a imagem da cidade. Temos encontrado algumas dificuldades, porque alguns terrenos, aparentemente, não têm proprietários e não conseguimos fazer intervenção”, lamentou António Carvalho. A lavagem de viaturas na rua é outra prática que a Administração Municipal do Huambo pretende combater, pois danifica o asfalto. António Carvalho informou que a fiscalização será redobrada.

## 7.4 Regulamento do sorteio

*Jornal de Angola*

*17 De Março de 2020*

CAMPANHA DE NOVOS PREÇOS DOS TERRENOS INFRAESTRUTRADOS NA CENTRALIDADE DO KILAMBA

REGULAMENTO DO SORTEIO

PREÂMBULO

A empresa Gestora de Terrenos Infra-Estruturados EGTI.EP, criada Pelo Decreto Presidencial n. o 58/15 de 5 de Março, sendo a entidade gestora dos activos existentes na Centralidade do Kilamba (por via do Decreto Presidencial n. o 65/17 de 22 de Março), e com o objectivo de melhor rentabiliza-los seguindo o plano de urbanização aprovado, levou a cabo uma campanha de redução de preços para a venda de quinhentos e sessenta (560) lotes infra-estruturados à pessoas singulares e colectivas.

O objectivo desta campanha é de facilitar o acesso aos terrenos infra-estruturados, nos quais os investimentos se efectivem com base em preços e modelos de negócio atractivos, capazes de gerar postos de emprego, competitividade e aumentar o potencial de atracção de investimento para a centralidade do Kilamba. Deste modo, consideramos que a edificação diversificada de equipamentos seja a base de urna cidade sustentável e adaptada aos desafios do futuro, em conformidade com a

legislação fundiária existente e as boas práticas do Ordenamento do Território e Urbanismo a nível internacional.

Artigo 1.º

(Objecto e fim)

O presente regulamento estabelece as regras de acesso e participação ao sorteio para a aquisição dos terrenos infraestruturados (da primeira fase) a centralidade do Kilamba, num total de quinhentos e sessenta (560) lotes, sob gestão da EGTI - E.P.

Artigo 2.º

(Âmbito territorial de aplicação)

O presente regulamento aplicar-se-á apenas nos activos afectos a gestão da EGTI.EP existentes na zona geograficamente circunscrita da Centralidade do Kilamba, Distrito Urbano do Kilamba, Município de Belas, Província de Luanda, conforme mapa em anexo.

Artigo 3.º

(Âmbito Pessoal e Aplicação)

O regime jurídico definido neste regulamento, aplicar-se-á a todos os habilitados a participar no sorteio, cuja inscrição tenha sido feita de forma presencial e/ou por via da internet tendo sido validadas por meio da recepção do código de confirmação de aceitação de pré-candidaturas.

Artigo 4.º

(Critério de Exclusão)

Existem dois critérios de exclusão para as pessoas que se habilitaram a participar no sorteio para aquisição dos lotes, pré e pós estabelecidos ao sorteio que se compaginam com o seguinte:

a) Os critérios pré-estabelecidos são:

a.1- As fichas incorrectamente preenchidas;

a.2- A inexistência de um meio de comunicação válido para que seja estabelecida a comunicação entre as partes;

b) Os critérios pós-estabelecidos são:

b.1 A falta de capacidade financeira para aquisição dos lotes.

b.2 Durante o processo de negociação entre os sorteados e a EGTI-E.P., detectadas que forem

irregularidades insanáveis como falsas declarações e/ou falsificação de documentos que se verificarem, os sorteados serão automaticamente excluídos do processo e os mesmos encaminhados para o serviço de investigação criminal para os devidos procedimentos legais que se impuserem.

#### Artigo 5.º

(Sorteio)

1- O sorteio terá transmissão em directo num canal televisivo nacional a ser anunciado oportunamente.

2- Para a realização do sorteio será utilizada urna plataforma informática, cujo software escolherá aleatoriamente o código do candidato sorteado atendendo à especificidade da tipologia de terreno em sorteio.

3- Os pré-candidatos habilitados ao sorteio totalizaram cinquenta e quatro mil novecentos oitenta e seis (54 986), distribuídos em seis (6) tipologias conforme os números abaixo:

41 265 para habitação unifamiliar;

6628 para habitação multifamiliar;

925 para Cultura/Lazer e Serviços

5 251 para comércio;

566 para Ensino;

35 1 para Saúde;

4- Atendendo a disponibilidade dos quinhentos e sessenta (560) lotes distribuídos para as seis (6) tipologias de terrenos, estas deverão ser sorteadas de forma individualizada, ou seja, os candidatos serão selecionados e distribuídos em função da tipologia do lote para o qual a candidatura foi realizada, sendo que cada tipologia terá o seu sorteio nos seguintes termos:

468 lotes para habitação unifamiliar (vivendas);

61 lotes para habitação multifamiliar (edifícios de até 5 pisos);

7 lotes para ensino;

5 lotes para saúde;

8 lotes para Comércio

11 lotes para Cultura/Lazer e Serviços.

5- Face ao exposto no número anterior, os sorteios terão a seguinte ordem de realização:

1º Sorteio - Habitação unifamiliar;

2º Sorteio - Habitação multifamiliar;

3º Sorteio - Comércio

4º Sorteio - Cultura/Lazer/Serviços;

5º Sorteio - Ensino;

6º Sorteio - Saúde.

6- Em cada um dos sorteios realizados, o software irá gerar uma lista de precedências que deverá ser utilizada na eventualidade da desistência dos candidatos cujo sorteio tenha determinado uma posição de negociação em função da disponibilidade dos lotes (indicados no número 3 deste artigo).

7- A lista de precedências a que se refere ao número anterior, gerada automaticamente pelo algoritmo utilizado no sorteio, deverá conter apenas o código de candidatura e será publicada no site da EGTI e no Jornal de Angola, por um período indeterminado para o caso do site da EGTI e por um período de 3 dias para o caso do Jornal de Angola.

#### Artigo 6.º

(Data, Local e Duração do Sorteio)

O sorteio terá lugar no dia 24 de Março de 2020, na Cidade de Luanda.

#### Artigo 7.º

(Organismos de Supervisão)

1- O sorteio terá a coordenação e supervisão do Instituto de Supervisão de Jogos, em estreita colaboração com o INADEC, que constituirão a mesa de assembleia do mesmo.

2- O sorteio dá-se por concluído quando a mesa da assembleia verificar e confirmar a regularidade de todos os actos praticados antes, durante e depois do evento, sendo para o efeito necessárias as assinaturas dos membros da assembleia das listas dos sorteados.

#### Artigo 8.º

(Os Sorteados)

Os sorteados devem aguardar o contacto da EGTI/EP, para indicação da data que entrevista, comunicará o dia e horário em que deverão comparecer nas suas instalações para os passos subsequentes, devendo para o efeito apresentar os seguintes documentos:

1- Pessoa Física (particulares)

Cópia do comprovativo de inscrição;

Cópia do Bilhete de Identificação;

Cópia do NIF;

Comprovativo de capacidade económica e financeira (extracto bancário e recibo de vencimento dos últimos 3 meses);

Declaração de Serviço;

2- Pessoa jurídica (Empresas)

Certidão Comercial actualizada (empresa);

Diário da República com a constituição da sociedade comercial (empresa);

Cópia do Bilhete de Identidade do representante da sociedade;

Certidão de não devedor do Estado (emitida pela Repartição Fiscal);

DAR (documento de arrecadação de receitas);

Artigo 9.º

(Tipologia dos Imóveis)

1- Os lotes a serem comercializados estão distribuídos em três (3) sectores nas seis (6) modalidades já mencionadas nos números 3 e 4 do artigo 5.º deste regulamento, e as tipologias a serem implementadas terão especificações próprias.

2- Os modelos arquitectónicos das edificações nos lotes poderão ser da iniciativa do promitente-superficiário ou da empresa promotora do sorteio, cumprindo o plano de urbanização aprovado para o local.

Artigo 10.º

(parâmetros de Construção)

Os modelos arquitectónicos mencionados no ponto 2 do artigo anterior, são regidos por parâmetros definidos pela entidade promotora do sorteio, estando em conformidade com o Plano de Urbanização da Cidade do Kilamba (Plano de Urbanização do Kilamba Kiaxi, fase 1 PUKK).

Artigo 12.º

(período de Reclamações)

Deverá ser determinado um período não superior à 15 (quinze) dias úteis para eventuais reclamações, atendidas e resolvidas pela EGTI-E.P., monitoradas pelas entidades ( indicadas no artigo sétimo do presente regulamento.

Artigo 13º

(Assinatura do Contrato)

1- Tratando-se de um lote urbanizado, a forma dos contratos a serem realizados serão de constituição de escritura de concessão de Direito de Superfície.

2- A assinatura do Contrato-Promessa deverá acontecer dentro de um prazo máximo de sessenta (60) dias posteriores ao término do período de reclamação.

3- A emissão e entrega da respectiva escritura definitiva de concessão Direito de Superfície apenas acontecerá com a quitação do valor global.

Artigo 14.0

(Dúvidas e Omissões)

As dúvidas e ormssoes que resultem da interpretação do presente regulamento são resolvidas pelo Conselho de Administração da EGTI-E.P.

Artigo 15º

(Entrada em Vigor)

O presente regulamento entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se

Luanda, aos 16 de Março de 2020.

O Conselho de Administração da EGTI.EP

Pedro Ivo Canga Rodrigues Cristóvão

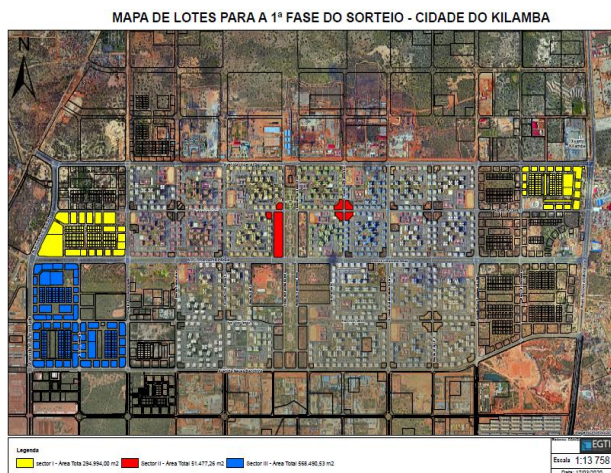
Presidente do Conselho de Administração

Kilson Ricardo da Silva Rodrigues Gouveia

Administrador

Quilaco António Pedro

Administrador



## 7.5 Terrenos no Kilamba são sorteados dia 24

*Jornal de Angola:*  
21 De Março de 2020

O sorteio para os lotes de terrenos infra-estruturados na cidade do Kilamba, em Luanda, acontece na próxima terça-feira, com transmissão em directo pela Televisão Pública de Angola (TPA), a partir das 10h00 da manhã.

Estão inscritos cerca de 55 mil candidatos, para 560 lotes de terrenos disponíveis para construção de habitações, lojas, serviços de saúde, educação, cultura, lazer, entre outros, segundo o administrador da Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI).

Kilson Gouveia acrescentou que estão disponíveis seis tipos de terrenos e para cada haverá um sorteio.

O administrador da EGTI garante a fiabilidade do processo e apela aos candidatos a aguardarem pelas informações, depois do sorteio.

"Todo o processo irá ser acompanhado pelo Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC)", disse o administrador Kilson Gouveia.

Segundo o regulamento da EGTI, criada pelo Decreto Presidencial nº 58/15 de 5 de Março, enquanto entidade gestora dos activos existentes na centralidade do Kilamba (por via do Decreto Presidencial nº 65/17 de 22 de Março) e com o objectivo de melhor rentabilizá-los, tendo em conta o plano de urbanização aprovado, decorre uma campanha de redução de preços para a venda de quinhentos e sessenta lotes a pessoas singulares e colectivas.

O objectivo desta campanha é facilitar o acesso aos terrenos disponíveis, nos quais os investimentos se efectivam com base em preços e modelos de negócios pré-definidos, capazes de gerar postos de emprego, competitividade e facilitar a atracção de investimentos para a centralidade do Kilamba.

Pretende-se que a implementação de equipamentos esteja alinhada com o objectivo de construir uma cidade sustentável e adaptada aos desafios do futuro, em conformidade com a legislação fundiária existente e com as boas práticas do ordenamento do território e urbanismo a nível internacional.

### Termos do sorteio

Atendendo à disponibilidade dos 560 lotes distribuídos para seis tipologias de terrenos, estas deverão ser sorteadas de forma individualizada, devendo os candidatos ser seleccionados e distribuídos em função da tipologia para a qual a candidatura foi realizada, sendo que cada tipologia terá o seu sorteio nos seguintes termos:

468 lotes para habitação unifamiliar (vivendas) / 41.265 candidatos

61 lotes para habitação multifamiliar (edifício de até 5 pisos) / 6.628 candidatos

11 lotes para cultura/lazer e serviços / 925 candidatos

8 lotes para comércio / 5.251 candidatos

7 lotes para ensino / 566 candidatos

5 lotes para saúde / 351 candidatos

## 7.6 Terrenos infraestruturados na centralidade do Kilamba são entregues em Outubro

*Jornal de Angola*  
25 De Março de 2020  
Texto: Natacha Roberto

Os terrenos infraestruturados para a construção de habitações e outros serviços na Centralidade do Kilamba começam a ser entregues em Outubro.

De acordo com o presidente do Conselho de Administração da Empresa Gestora de Terrenos Infraestruturados (EGTI), Pedro Cristóvão, os candidatos apurados podem, desde ontem, aceder às listas já publicadas no portal da instituição e a posterior no Jornal de Angola. Pedro Cristóvão adiantou que os lotes pequenos com dimensão de 15 por 25 metros ou 375 metros quadrados de área vão ser comercializados a seis milhões de kwanzas.

Para o pagamento dos terrenos, os sorteados têm um período de carência que varia entre os três a 12 meses. As prestações mensais variam entre seis meses a cinco anos. “Os candidatos devem consultar o portal da nossa instituição e aguardar pelas notificações que serão enviadas por e-mail e mensagem telefónica. O pagamento será realizado em prestações, em função da tipologia escolhida”, disse o responsável. Pedro Cristóvão explicou, também, como são calculados os preços do terreno, sendo a área bruta de construção, tipologia do projecto e o número de pisos os critérios usados. Na assinatura do contrato, um pagamento de 20 por cento do valor total serve como entrada.

Em caso de incapacidade financeira do candidato sorteado, a substituição é por ordem de sorteio. O secretário de Estado do Ordenamento do Território e Habitação, Manuel Pimentel, considerou o processo transparente, sublinhando que a procura superou a disponibilidade de lotes infra-estruturados.

“Mais uma etapa foi cumprida. Felicitamos os sorteados e os que estão fora da lista esperem outras oportunidades”, encorajou.

Manuel Pimentel informou que está a ser desenvolvido um trabalho com as administrações municipais com vista a melhorar a atribuição de lotes de terrenos infra-estruturados à população”, disse.

O secretário de Estado informou que enquanto existir um grande número de candidatos para aquisição de habitações que não respondam à demanda serão realizados sorteios. Foram sorteados 560 lotes. Deste número, 468 estão destinados a habitações unifamiliares, 61 multifamiliares, sete para ensino, cinco para saúde, oito para o comércio e 11 para cultura.

Ao todo, concorreram ao sorteio 54.986 candidatos, dos quais 41.265 para habitação unifamiliar (vendas), 6.628 para multifamiliar (edifícios de até 5 pisos) e 925 para construção de infra-estruturas de cultura e lazer. Aos terrenos disponíveis para actividade comercial concorreram 5.251 candidatos, sendo que para construção de estabelecimentos de

ensino estão reservados 566 e outros 351 para serviços de saúde (clínicas e farmácias).

O sorteio, transmitido em directo pela Televisão Pública de Angola (TPA), contou com as presenças de coordenadores do Instituto de Supervisão de Jogos e do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), que supervisionaram todo o processo.

## 7.7 INAD pretende limpar reservas fundiárias

*Jornal de Angola*

*31 De Março de 2020*

*Texto: João Constantino*

O Instituto Nacional de Desminagem (INAD) na província do Bié pretende, ao longo deste ano, dedicar-se à desminagem das reservas fundiárias de Caluapanda, localidade que dista a 10 quilómetros a Sul da cidade do Cuito, província do Bié, e áreas adjacentes à conduta de captação de água do Rio Cuquema, na Região Centro do país.

A informação foi divulgada à Angop, pelo director provincial do INAD, José Chalissala, que informou que a instituição que dirige removeu desde finais de 2019 até a presente data, 382 engenhos explosivos diversos não detonados, tendo os mesmos sido destruídos no município do Cunhinga, 30 quilómetros a norte da cidade do Cuito.

José Chalissala disse que da lista de engenhos removidos constam 16 minas anti-tanque e pessoal, 209 obuses de diferentes milímetros e oito espoletas diversas.

Constam ainda da lista 23 granadas de mão, 54 munições de ZU-23, 12 munições de AGS-17, e 293 quilogramas de munições de pequenos calibres, recolhidos nos municípios do interior da província.

José Chalissala assegurou que o INAD vai reforçar as acções de sensibilização junto das populações sobre o perigo das minas, apelando aos cidadãos para continuarem a denunciar, de forma a se prevenir acidentes provocados pelo manuseamento de engenhos explosivos não detonados.

O INAD conta com a parceria da Brigada da 4ª Divisão de Infantaria das Forças Armadas Angolanas (FAA), Polícia Nacional e da 4ª Brigada de Desminagem da Casa Militar da Segurança do Presidente da República.

Em 2019, três pessoas morreram e 23 ficaram feridas na sequência de 10 acidentes com minas e outros engenhos explosivos não detonados, na Região Centro do país.

Durante o ano passado, o INAD na província do Bié desminou 2.933 metros quadrados de terreno de forma mecânica, tendo em vista a livre circulação de pessoas e o alargamento das áreas de cultivo, um aumento de mil metros quadrados em relação ao ano de 2018.

## 7.8 Famílias camponesas beneficiam de terras

*Jornal de Angola*

*31 De Março de 2020*

*Texto: Joaquim Júnior*

Um total de 50 chefes de famílias camponesas, nas localidades de Nsanguí e Vemba, município do Bembe, província do Uíge, beneficiaram na semana finda de 25 hectares e inputs agrícolas, para aumentarem a produção, no âmbito do programa de combate à fome.

A ajuda aos camponeses está enquadrada num projecto da Associação dos Naturais e Amigos do Bembe para o Desenvolvimento (ANABED), financiado pela Embaixada francesa em Angola, com o apoio da Administração Municipal do Bembe.

O projecto, denominado “Formar e produzir é combater a fome e a pobreza”, está orçado em 36.000 euros e terá a duração de 18 meses, até à colheita e comercialização da produção de mandioca, para beneficiar as famílias com os rendimentos da produção.

António Esteves Tomás, representante da associação, disse que a iniciativa surgiu na perspectiva de diminuir o sofrimento das famílias que praticavam a agricultura de subsistência e passar paulatinamente para a mecanização, bem como na necessidade de melhorar o quadro da produtividade, através da introdução de técnicas de produção e tratamento da mandioqueira, para produzir mais e melhor.

Além das terras desbravadas com maquinaria, a associação entregou igualmente às famílias camponesas material de trabalho, como catanas, enxadas, botas de borracha e protectores contra a chuva e o sol.

António Esteves Tomás avançou ainda que cada chefe de família vai plantar 0,5 hectare de mandioqueira.

## Capacitação no campo

Antes da distribuição de terras e meios de trabalho, as camponesas foram submetidas a uma formação, com a duração de dois dias, que abordou temas ligados às técnicas de produção da mandioca, clima e solos, preparação da terra, combate de ervas e doenças, entre outras.

Domingos Santos, engenheiro agrónomo, que partilhou os conhecimentos, disse que a formação visou aprimorar as técnicas de produção, avaliação e conservação de sementes, incluindo noções de multiplicação de sementes de mandioca e comercialização dos produtos.

Margarida Panzo, camponesa de 32 anos, uma das beneficiárias, diz saber da existência de variedades de sementes de mandioca, que se distinguem através da diferença das cores das folhas e do caule. Acrescentou que aprendeu que cada variedade reproduz melhor, dependendo da época da plantação e das condições do solo, técnica que promete aplicar, para obter mais rendimentos.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 EPAL prepara campanha de cobrança coerciva

*Jornal de Angola*  
7 De Março de 2020  
Texto: Hélder Jeremias

A negociação e cobrança coerciva de dívidas constituem tarefas prementes da Empresa Provincial de Água de Luanda (EPAL), com vista a recuperar níveis de liquidez para a aquisição da quantidade necessária de reagentes para suprir os altos índices de consumo ao nível da capital do país.

A informação foi avançada pelo presidente do Conselho de Administração da EPAL, Fernando Cunha, quando prestava declarações aos órgãos de comunicação social à margem do 10º Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas, realizado quinta-feira e ontem no Aproveitamento Hidroeléctrico de Laúca.

A acumulação de dívida, prosseguiu, condiciona a execução de novos projectos que permitiriam a prestação de um serviço mais eficiente, pelo que a campanha de cobrança coerciva dá a alternativa da negociação ou corte.

Unidades hospitalares, militares e escolas terão um tratamento diferenciado, uma vez que a interrupção súbita teria grande impacto, ressaltou Fernando Cunha.

Com uma facturação mensal de mais de 850 milhões de kwanzas, a empresa tem conseguido uma gestão baseada no pagamento de salários e aquisição de sulfato, principal matéria-prima utilizada no processo de purificação da água.

Nesta conformidade, Fernando Cunha acrescenta ainda as dificuldades com que a empresa se depara, em consequência das inundações do rio Kwanza nesta época do ano, o que exige um cuidado redobrado no tratamento da água e obriga à redução da capacidade de bombagem para se manter a sua qualidade dentro dos padrões necessários para o consumo doméstico.

Fernando Cunha informou que a produção actual está situada à volta de 500 mil metros cúbicos, quando a necessidade geral cifra-se em 1.500 metros

cúbicos por segundo, variáveis que considerou poderem dar uma ideia da premência das cobranças para o sistema de distribuição de água.

### 8.2 Casos de malária tendem a aumentar no Huambo

*Jornal de Angola*  
8 De Março de 2020  
Texto: Estácio Camassete

O médico Almeida Tchitungo considerou, ontem, preocupante a situação epidemiológica da província do Huambo, pelo facto de se estar a registar, nas principais unidades sanitárias, o aumento de casos de malária, o que não acontecia nos últimos três anos.

Face à situação, o especialista em saúde apelou às autoridades sanitárias para incentivarem a população a reforçar os métodos de prevenção e de combate ao paludismo. “Temos diagnosticados cerca de 20 por cento do total de consultas que chegam às unidades sanitárias. Isso constitui uma grande preocupação”.

Almeida Tchitungo reconheceu que as populações das regiões rurais não têm estado a colaborar no uso das redes mosquiteiras, muitos dos quais até destroem-nas para a vedação das hortas e a captura de pescado nos rios.

Para o médico, o uso inadequado dos mosquiteiros tem sido outra inquietação levantada pelos especialistas ligados ao Programa de Combate ao Paludismo, pelo que defendem a difusão de maior informação para que as pessoas entendam qual é a sua real função e benefícios. Almeida Tchitungo esclareceu que as acções de controlo da doença não tem sido bastante positiva em função da crise financeira, mas, ainda assim, tem havido um esforços no sentido de se adquirir mosquiteiros e distribuí-los a todos os municípios da província, com excepção da cidade sede da província.

Neste sentido, Almeida Tchitungo pediu à população para dobrar as medidas do saneamento básico nas comunidades, por causa das chuvas que deixam pequenos lagos em todos os cantos e considera importante acompanhar os conselhos transmitidos pelos órgãos de saúde.

“Penso ser uma responsabilidade de todos, porque não podemos atribuí-la apenas ao Estado. Cada um deve fazer a sua parte”, notou, tendo aconselhado à população a não semear milho e cana para não atrair mosquitos, mas sim criarem pequenos aterros sanitários, abrindo buracos e quando estiverem cheios tapá-los.

“É importante que todos contribuam para que os mosquitos sejam eliminados, com medidas concretas. Noutros casos devemos usar insecticida e repelentes antes de nos deitarmos. Para as pessoas com menos capacidade financeira para adquirir estes meios, aconselhou-as a queimarem plantas com cheiro que afugentam os mosquitos, como, por exemplo, cedros e eucaliptos”, disse.

O médico Fernando Sakukeia considerou que os grupos mais vulneráveis ao paludismo são crianças menores de cinco anos e mulheres grávidas, por terem baixa imunidade. Lembrou que a base da malária está na fraca prevenção nas comunidades e a prevenção depende da própria pessoa. Fernando Sakukeia é de opinião de que os recipientes em mau estado de conservação e reservatórios de água devem ser destruídos, porque o mosquito deixa ovos em qualquer sítio, em maior ou menor quantidade em zonas que tiverem água estagnada.

### 8.3 Governo entrega motos-cisternas

*Jornal de Angola*  
7 De Março de 2020  
Texto: Calos Bastos

O Governo Provincial do Cuanza-Sul entregou, hoje, 240 motos-cisternas as administrações municipais para reforçar o Programa de Distribuição de Água à População aos habitantes de zonas recônditas atingidas pela estiagem.

Os meios fazem parte de um lote de mais de mil motos-cisterna, cada uma com capacidade para mil litros, adquiridos para a distribuição de água às populações do Cuanza-Sul.

O coordenador da Comissão de Serviço de Protecção Civil, comissário Alexandre Canelas, disse que com estes que com estes meios, as administrações estão em condições de apoiar às comunidades. “O Executivo tem se empenhado para diminuir os prejuízos da seca nas comunidades”, sublinhou Alexandre Candela.

O comissário disse que a Comissão Provincial de Protecção Civil vai supervisionar a operacionalidade das motos -cisternas através das comissões municipais de protecção civil.

“ Esperamos que as administrações municipais tirem melhor proveito dos meios e que as comunidades beneficiem destes recursos. A finalidade deste programa é de acabar com a carência de água nas zonas rurais”, disse Alexandre Candela.

### 8.4 Soyo aposta na melhoria do saneamento básico

*Jornal de Angola*  
14 De Março de 2020  
Texto: Víctor Mayala

A cidade do Soyo, na província do Zaire, conta com mais um projecto de recolha e tratamento de águas residuais e de lamas fecais (dejectos humanos), apresentado quinta-feira às autoridades e à sociedade civil, com o objectivo de melhorar o saneamento básico.

O referido projecto, tem o financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e contempla a construção de duas estações, uma para o tratamento de águas residuais (ETAR) e outra para lamas fecais ou de jectos humanos (ETLF).

Consta ainda do projecto a construção de quatro estações de transferência de dejectos humanos e uma rede de drenagem, com cerca de 41 quilómetros de colectores.

Segundo a directora nacional de Águas, Elsa Ramos, o projecto resulta dos estudos realizados no âmbito da recolha e tratamento de águas residuais nas cidades e vilas costeiras de Lândana, Nzeto, Cabinda e Soyo, com o objectivo de melhorar as condições de saúde pública e a qualidade de vida dos habitantes.

Elsa Ramos considerou crítico o saneamento básico da cidade petrolífera do Soyo, acrescentando que a implementação do projecto permitirá reverter o quadro.

O administrador municipal adjunto do Soyo, José Suca, valorizou o projecto, na medida em que vai contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população da cidade petrolífera, tendo igualmente manifestado a sua preocupação em relação ao tratamento das águas pluviais, que, como disse, têm provocado muitos constrangimentos.

José Suca sugere que o projecto apresentado abranja a construção de valas de drenagem de águas pluviais.

O Jornal de Angola apurou, no encontro realizado na Mediateca do Soyo, que os especialistas envolvidos no projecto recomendaram também aos habitantes no sentido de alterarem alguns comportamentos, como construir latrinas ou fossas sépticas a menos de 30 metros de redes de água e em zonas com elevado nível de água subterrânea, para evitar a contaminação.

Segundo os especialistas, o consumo de água contaminada tem provocado várias doenças, com



destaque para a cólera, que já resultou no surgimento de um surto, no Soyo, em 2017.

## 8.5 População do Bengo consome água própria

*Jornal de Angola*  
15 De Março, 2020

A falta de um novo sistema de captação, tratamento e abastecimento de água potável na comuna do Bengo, município de Cangola, no Uíge, está na origem do surgimento de inúmeros casos de diarreias agudas e de outras doenças infecciosas e endémicas, que afectam a população local.

O administrador da comuna do Bengo, Pascoal Cassumba, considera preocupante a falta de água potável na região e, explica que na época chuvosa a população consome o produto vital da pior qualidade. “Temos aqui um sistema antigo de captação e distribuição, que pode ainda ser recuperado para ajudar a minimizar o problema”, disse.

Segundo o responsável, existe um projecto da Administração Municipal de Cangola que visa a instalação de furos artesianos na sede comunal do Bengo e em algumas regedorias. “Até ao momento, esse projecto ainda não começou a ser concretizado”, lamenta.

Pascoal Cassumba reconhece, que o sector da Saúde “funciona muito mal”, pois apenas quatro enfermeiros, distribuídos em três unidades sanitárias (dois postos e um centro de saúde) prestam assistência médica e medicamentosa a mais de 12 mil habitantes. A malária, doenças diarreicas e respiratórias agudas são as patologias mais frequentes. “Aqui a carência é grande. Faltam médicos, enfermeiros e técnicos de diagnóstico. O centro de saúde do Bengo funciona apenas com um técnico efectivo de enfermagem e um contratado. Juntos, atendem mais de 30 pacientes por dia, que saem das aldeias da comuna e de outras localidades do município de Calandula, província de Malanje”, acrescenta o administrador comunal.

O chefe do centro de saúde do Bengo, Domingos Dongala, disse que a instituição não dispõe de medicamentos desde Dezembro do ano passado. A situação está a criar sérios embaraços a população, que vê-se agora obrigada a percorrer distâncias em busca de fármacos.

Poucos professores

Com mais de cinco mil alunos matriculados, na comuna do Bengo trabalham apenas 63 professores. O administrador do Bengo, Pascoal Cassumba, considera insuficiente o número de docentes e avança que a necessidade é de pelo menos mais 100.

Dada a quantidade de crianças que estuda ao relento, o responsável aponta as localidades do Tango, Magaragem e Luco, como sendo aquelas que apresentam necessidades maiores em termos de construção de salas e enquadramento de professores.“

Os materiais didácticos e a merenda escolar são distribuídos de forma gratuita aos alunos do ensino primário. Mas precisamos ter aqui mais professores, para melhorar a qualidade de ensino e da aprendizagem na região”, atira. Quanto a energia eléctrica, a população vive às escuras. A comuna não dispõe sequer de um grupo gerador capaz de manter as ruas da vila e residências iluminadas.

## 8.6 Bairro Taxa Barragem sem água há 14 anos

*Jornal de Angola*  
17 De Março de 2020  
Texto: Isidoro Samutula

Moradores do bairro Taxa Barragem, município do Chitato, na província da Lunda-Norte, estão há 14 anos sem abastecimento de água potável, situação que tem obrigado a população a recorrer ao rio Luachimo.

A preocupação foi manifestada domingo pelo coordenador da comissão de moradores, Pedro Rosendo, durante a tradicional visita que o governador Ernesto Muangala realiza aos bairros periféricos do município do Chitato, para auscultar as principais preocupações da população.

Pedro Rosendo disse que o bairro, mesmo estando situado a cerca de quatro quilómetros do Centro Urbano, está privado de água potável desde 2006, situação que a população não consegue compreender, tendo em conta que os outros bairros beneficiaram de projectos para reforçar e melhorar o abastecimento de água.

Os referidos projectos, além de melhorarem o abastecimento de água potável à cidade do Dundo, com várias ligações domiciliárias, permitiram também a construção de chafarizes.

Segundo o coordenador da comissão de moradores do bairro Taxa Barragem, a água consumida pela população, retirada directamente do rio Luachimo, tem causado várias doenças.

Pedro Rosendo referiu que, apesar da população ter noção das consequências do consumo de água dos rios, não tem outra solução.

O presidente do Conselho de Administração da Empresa de Águas e Saneamento da Lunda-Norte, André Camilo, que fez parte da delegação do governador, disse que o problema do bairro Taxa Barragem é o mesmo dos bairros Samacaca, Aeroporto e Sacavula, que constavam de um projecto, em 2016, que previa melhorias no abastecimento de água potável, mas, por falta de pagamento, a empresa responsável pelas obras teve que paralisar os trabalhos.

Segundo André Camilo, quando a antiga tubagem do bairro Taxa Barragem ficou danificada, a Administração Municipal do Chitato mandou construir três furos de água, dos quais, infelizmente, dois se encontram avariados.

André Camilo anunciou que a cidade do Dundo vai beneficiar em breve de um projecto de abastecimento de água potável, com 15 mil ligações domiciliárias, financiado pelo Banco Mundial, que também vai abranger o bairro Taxa Barragem.

Sublinhou que o projecto antigo, paralisado por falta de pagamento, será inserido no Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), assim que forem ultrapassados os procedimentos administrativos junto do Ministério das Finanças.

## 8.7 Clientes estão insatisfeitos com tarifas

*Jornal Económico*  
20 De Março de 2020

É manhã de sábado e já passavam poucos minutos das 09 h00. Aos poucos, muita gente vai afluindo às instalações da Ende (Empresa de Distribuição de Electricidade), na central idade do Kilamba, em Luanda. Apesar do pouco movimento, os clientes que procuravam os serviços, pagavam uns em "cach" (dinheiro vivo), outros com o cartão de crédito.

À partida, as reclamações são unânimes, pois, todos estavam insatisfeitos com a prestação da Ende. Ninguém percebia se a dificuldade estava nos contadores, no imposto a pagar ou no facto de se ter aumentado o custo de cada quilowatts. O certo é que cada um dizia que a "algibeira" está a ficar vazia para

o momento que o país vive. E, também, pelo curto tempo que dura a recarga.

Agastada, uma senhora, identificada pelo nome de Doroteia, cai aos prantos com os funcionários da agência. Aos gritos, diz que vive no seu apartamento apenas com duas pessoas e os gastos com energia são muito elevados, se comparado com o que ocorria antes do ajuste de preços.

"Comprei uma recarga de 10 mil kwanzas e só moramos duas pessoas em casa. Antes podia durar quatro meses. Como é que hoje acaba em duas semanas?", interroga-se.

Ao detalhe, a balconista esclarece como o sistema funciona actualmente. Segundo ela, não houve subida de preço da recarga. O que aconteceu foi reduzir a unidade do quilowatts (Kw).

Segundo conta, uma recarga de quatro mil kwanzas, que anteriormente carregava 50 Kw, agora serve para apenas metade. Isto implica que para ter os 50 Kw o cliente tem agora de pagar oito mil kwanzas, com IVA incluído.

Outro cliente ao lado, identificado por Jorge, compra uma recarga de sete mil kwanzas, para aguentar as necessidades da casa. Insistentemente, reclama que "isto é um assalto ao bolso do cliente, que já ganha pouco e vocês ainda acabam por tirar o pouco que a pessoa tem.

Há dias, comprei uma recarga de 5 mil kwanzas e hoje estou aqui para comprar novamente. Que coisa.

Outra jovem partilha a mesma opinião e põe em dúvida a seriedade do serviço prestado pela Ende. A jovem realça que a medida foi apenas para beneficiar a saúde financeira da empresa que, em contrapartida, agravou a condição social do cidadão.

Água está mais cara

Os valores na cobrança dos serviços da distribuição da água são ainda mais duvidosos. Os consumidores têm os nervos "à flor da pele", sempre que se deparam com uma factura da EPAL.

Apesar de a Empresa Nacional de Água (EPAL) alegadamente ter anunciado que terminou com a cobrança por estimativa, factos mostram que tudo não passou de um "falso alarme".

Em todas as centralidades cenário repete-se. Os técnicos deixaram de fazer leitura dos contadores e todas as facturas são fornecidas por estimativa, com o agravante de alguns pagarem mais dinheiro nos meses em que ficam ausentes das residências

Clientes confirmam que a EPAL mantém a prática, ainda que revelam existir uma ligeira redução dos valores aplicados na fase anterior.

Alguns, dizem que hoje pagam uma média de 10 mil kwanzas por mês, quando antes a estimativa custava 1.800 kwanzas.

Dentro da loja da Epal, também na centralidade o Kilamba, foi encontrado um cidadão a reclamar o valor inserido na sua factura. O mesmo dizia que o montante estimado pela EPAL "foi mal feito", ao mesmo tempo que apelava pela introdução urgente do sistema pré-pago

Há relatos que na centralidade do Sequele, em Cacuo, as cobranças chegam a bater uma fasquia de 15 mil kwanzas, em alguns casos, por causa da alegada cobrança por estimativa.

A EPAL introduziu inovações no sistema de pagamento. A partir da operadora de telefonia móvel, é encaminhada ao cliente, por SMS, o recebido de um determinado ser viço. O " dilema" reside no valor que consta no recibo, quase sempre reclamados pelos consumidores

## 8.8 Consumidores da lunda sul devem à empresa de águas 140 milhões de kwanzas

*Jornal Economia e Finanças*

*20 De Março de 2020*

*Texto: Kamuanga Júlia*

Cento e quarenta milhões de kwanzas é a dívida acumulada da Empresa Provincial de Águas e Saneamento (EPAS) na Lunda Sul, por incumprimento no pagamento de consumo do precioso líquido por parte dos clientes. Segundo o presidente do Conselho da Administração da Epas; Agostinho Piedade, deste valor, mais de 16 milhões kwanzas são de 21 instituições públicas, facto preocupante e que forçou a empresa a realizar acções de sensibilização desde Fevereiro deste ano, para negociar com os devedores com o propósito de liquidarem as contas de forma faseada.

Reforçou que o valor em dívida servia para investimentos, com realce para a construção de sistemas de abastecimentos de água, nas sedes municipais e comunais bem como a ampliação da Estação de Tratamento de Água ETA de Saurimo, que reduziu a capacidade de mais de seis mil metros cúbicos para 5.523, por causa da avaria num dos sistemas de distribuição, além de registar um aumento de números de consumidores.

A Epas controla 5.800 clientes, dos quais apenas os particulares cumprem o pagamento regular de consumo de água, tendo na ocasião apelado à população a cumprir e a abraçarem os conselhos da instituição para evitarem os cortes.

## 8.9 Consumidores resistem a pagar

*Jornal Economia e Finanças*

*20 De Março de 2020*

*Texto: Victorino Matias*

Cerca 200 milhões de kwanzas é o valor da dívida contraída pelos consumidores de água potável da cidade do Dundo.

Segundo o presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública de Água e Saneamento da Lunda Norte (EPASLN), André Camilo, a dívida remonta desde o ano 2016, altura em que os clientes começaram a proceder a celebração dos respectivos contratos.

Entre os principais consumidores, que se furtam a cumprir com as suas obrigações contratuais pelo consumo de água, por via das ligações domiciliárias, constam os moradores da centralidade do Distrito Urbano do Mussungue, onde nos 5.004 apartamentos estão também instalados igual número de contadores.

André Camilo afirmou que muitas instituições públicas e privadas figuram também da lista dos consumidores, que não pagam -as facturas de água potável.

O PCA da Epasln declarou, que dos mais de seis mil clientes que têm contrato para o consumo de água, apenas um terço paga com regularidade as facturas.

"Infelizmente um terço dos clientes é que faz o pagamento das facturas", disse,

### Dificuldades

Por outro lado, alertou que em consequência dos incumprimentos das obrigações contratuais, a empresa não consegue resolver os custos operacionais, desde a manutenção dos equipamentos, aquisição de produtos químicos para o tratamento da água até aos pagamentos dos salários dos trabalhadores.

André Camilo disse que, não obstante ser pública, a empresa de Água e Saneamento da Lunda Norte não é orçamentada, daí a importância dos seus clientes serem chamados a honrarem os compromissos, pois tais receitas possibilitariam o normal funcionamento da instituição.

Recordou que a construção da estação de tratamento de água de 20 mil metros cúbicos dia, permitiu melhorias significativas no abastecimento.

André Camilo apontou que, a captação do rio Luachimo, com capacidade de bombear 20 mil metros cúbicos por dia, tem sido crucial no abastecimento de água aos habitantes da cidade do Dundo.

#### Ligações domiciliárias

A província da Lunda Norte projecta fazer mais de 10 mil ligações domiciliárias, montagem de 60 chafarizes e a colocação de tubos para o transporte de água potável até aos bairros do Aeroporto, Samacaca, Kamakenzo 1 e 2, Tuliveno, Estufa, Caxinde e Satxindongo.

Consta dos projectos, um novo sistema de captação e tratamento de água potável para o município do Cambulo, que já está em fase de ensaios.

Está também previsto, o início das obras de reabilitação das redes de distribuição.

Prevê-se igualmente, a instalação de equipamentos a nível de outros municípios da província onde os sistemas, ainda não funcionam e constituem prioridade para o presente exercício económico.

O responsável deu a conhecer que, a par da cidade do Dundo, capital da Lunda Norte, a empresa presta serviços nos municípios do Cuilo, Lubalo, Xá-Muteba e Lucapa, onde foram construídos, no âmbito do programa "Água para Todos", novos sistemas.

## 8.10 Contadores vão ser fabricados no país

*Jornal de Angola*

*20 De Março de 2020*

*Texto: Kílssia Ferreira*

A Hengye Electronics Indústria, empresa chinesa de equipamentos e soluções para redes energéticas e hidráulicas, vai instalar, na Zona Económica Especial (ZEE) Luanda-Bengo, município de Viana, em Luanda, a primeira fábrica de produção de contadores de água e luz no país.

O contrato de investimento foi assinado, na segunda-feira última, entre o presidente do Conselho de Administração da ZEE, António Henriques da Silva, e o representante da empresa chinesa em Angola, Frederico Pinnock Makilanda. A Hengye Electronics Indústria, uma subsidiária da empresa chinesa

Zhejiang Hengye Electronics, prevê investir mais de 20 milhões de dólares, numa área de 14.699,486 metros quadrados, e vai gerar entre 250 e 300 novos postos de trabalho directos.

De acordo com o representante da empresa chinesa, a estrutura comporta duas linhas de produção, uma de contadores monofásicos e outra de contadores trifásicos. Na cerimónia de assinatura do contrato, António Henriques da Silva afirmou que o investimento da empresa chinesa é de elevada importância para a economia nacional, depois de ter mencionado as vantagens do sistema pré-pago, que permite aos clientes um consumo de energia controlado.

A empresa tem capacidade de produção anual de 319.200 contadores monofásicos e 16.800 contadores trifásicos, para atender o mercado nacional, números que vão contribuir para a redução da importação de contadores de água e luz. Frederico Makilanda, que é o presidente do Conselho de Administração da Hengye Electronics Indústria, acentuou que, num período de cinco anos, a empresa vai poder vender à ENDE mais de um milhão de contadores do sistema pré-pago.

Com a produção da Hen-gye Electronics Indústria, a ENDE poderá, a partir de 2024, ter o maior número de clientes já no sistema pré-pago de fornecimento de energia eléctrica. A Zhejiang Hengye Electronics, representada em Angola pela Hengye Electronics Indústria, é uma empresa de alta tecnologia vocacionada a pesquisa e desenvolvimento.

É também fabricante de dispositivos de medição de energia eléctrica, leitura centralizada de medidores, gestão de consumo de energia eléctrica e outros sistemas automáticos. Fundada em 1995, a empresa tem a sede na Zona Económica Especial de Pin-gu, na província chinesa de Zhejiang, e emprega mais de 700 funcionários e produz anualmente cerca de 10 milhões de aparelhos, facturando mais de 70 milhões de dólares.

## 8.11 Dívida geral' da ENDE atinge 123,7 mil milhões de kwanzas

*Jornal Economia e Finanças*

*20 De Março de 2020*

A situação financeira da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) é considerada crítica, sendo a dívida geral de 123,7 mil milhões de kwanzas, dos quais 473,4 milhões (alta tensão), 50,9 mil milhões (média tensão) e 72,3 mil milhões (baixa tensão).

Dados da empresa indicam que este cenário é por culpa da entrada em vigor da nova tarifa é retirada do subsídio à preço, o que veio a dificultar a geração de meios líquidos para atender a actividade de exploração.

Segundo um documento da empresa, o maior custo prende-se com a aquisição de energia eléctrica ao principal fornecedor, no caso a Rede Nacional de Transporte (RNT-EP), cujo peso é superior a 65 por cento.

Cerca de 81 por cento dos recebimentos são para o pagamento ao principal fornecedor RNT (aquisição de energia), salários e impostos, sendo que em 2019, a dívida de clientes também manteve uma tendência de crescimento com 12 por cento em relação ao ano anterior.

Para inverter esta tendência, está em curso a abordagem com a RNT a retirada da ponta da facturação, instalação de medidores nos pontos de entrega, do lado da receita acções de fiscalização dos clientes com contagem pré-pagamento, montagem de contadores e início de campanhas de sensibilização ao pagamento dos consumos.

Este cenário preocupante, indica a fonte, exige da gestão acções concertadas e concretas para equilibrar os resultados para além de transmitir á tutela a necessidade de adequação dos instrumentos que permitem a rentabilidade.

Para atenuar o impacto do novo tarifário está em curso um conjunto de acções para a melhoria das receitas e combate à fraude.

#### Resultados alcançados

No domínio comercial, a energia adquirida e distribuída tiveram variações de 7 por cento, as cobranças em kwh tiveram um aumento de 20 por cento.

A energia distribuída pela Ende correspondeu a 10,9 mil milhões de kwanzas, contra 10,2 mil milhões em 2018. A facturada em 2019 foi de 9 mil milhões de kwanzas, contra 7,5 mil milhões (2018).

A energia cobrada atingiu 6,5 mil milhões de kwanzas, contra 5,9 mil milhões (2018), uma variação de 11%.

As perdas comerciais cifraram-se em 17 por cento, uma redução de 34 em relação a 2018 e um desvio de 31% em relação ao Plano Estratégico.

Para aumentar os resultados comerciais, prevê-se a instalação ou substituição de contadores aos cliente

do segmento de alta tensão e média, com vista a melhoria da qualidade da facturação.

#### Controlo de clientes

Em 2019, a Ende controlava 1,6 milhões de clientes, contra 1,4 milhões (2018). Com contagem-são 762.678, em 2019 e 565.605 (2018). Na modalidade de pré-pagamento estão registados 592.775, contra 385.722 (2018). No pós-pagamento são 169.903 (179.903), sem contagem 927.265 (913.231).

A tarifa média de aquisição de energia eléctrica, em 2019 foi de 7,93 kwh/Akz, enquanto que a média de venda foi de 11,58 kwh/ Akz, contra 5,21 (2018).

A empresa controla 56 agentes autorizados, contra 66 (2018).

A energias adquirida e distribuída tiveram variações positivas de 7,0 por cento, as cobranças em kwh tiveram um aumento de 20, numa altura em que os clientes aumentaram 14 em relação ao ano anterior e regista um desvio de 3 em relação a meta do Plano Estratégico.

Os clientes do sistema pré-pagamento registaram aumento de 54 por cento, sendo que a cobertura do pré-pagamento é de 35, superior em 34 em relação ao ano anterior.

As perdas comerciais cifraram-se em 17 por cento, uma redução de 34 em relação a 2018.

"Estes resultados são o corolário dos investimentos realizados quer pela empresa como pelo Sector, logo, a adopção de medidas para melhorar é urgente para estabilização do sector", sublinha a fonte.

#### Investimentos

Para o reforço da taxa de electrificação, a Ende investiu kz 1,5 mil milhões em 2019, sendo 45,9 milhões para a região centro, 99,4 milhões (Leste), 854, 4 milhões (Luanda), 356,1 milhões (Norte), 175, 4 milhões (Sul).

Estes investimentos contribuíram para uma taxa de penetração por município de 50 por cento, a presença em 82 dos 164, estando em curso a entrada no Andulo (Bié), Quibala e Caculo (Cuanza Sul).AV

## 8.12 Energia e Água no fundo baú

*Jornal Economia e Finanças*

*20 De Março de 2020*

*Texto: Adérito Veloso*

A evolução da facturação e cobrança das empresas públicas, quer no segmento eléctrico como de águas, não obstante o aumento da oferta, ainda não tem sido da mesma proporção, o que coloca um grande desafio para a sustentabilidade dos dois subsectores, tendo em conta o cenário da inexistência de subsídios do Estado.

A preocupação foi levantada pelo titular da pasta, João Baptista Borges, quando discursava, recentemente, na abertura do 10º Conselho Consultivo do sector, tendo se mostrado preocupado com os resultados alcançados, no segmento das águas onde, "embora não tenhamos ainda registado ou alcançado cifras que nos tranquilizem, dado o mais relevante impacto das restrições orçamentais e suspensão de linhas de crédito na execução dos projectos".

"Anima-nos o facto de haver uma tendência de evolução positiva nos indicadores dos volumes de abastecimento de água e aumento do número de ligações domiciliares, mesmo nas capitais de província onde só mais recentemente foram constituídas as empresas gestoras dos sistemas", revela.

Abastecimento de água

No domínio do abastecimento de água para Luanda, este ano, o foco deverá ser para o reforço do abastecimento a partir de Kifangondo, além da optimização da capacidade da ETA Luanda Sudeste e a construção do novo sistema de captação e adução de água do Cassaque.

Quanto ao resto do país, a prioridade será dada para a continuidade ou conclusão da execução dos novos sistemas de água de Cabinda, Huambo e Malanje.

No âmbito municipal, o destaque recai para a conclusão da construção dos sistemas de água da Iamba, Cahama, Bula Tumba, Rivungo, Lubalo, Chitato, Xá-Muteba, Cuilo, Balombo e Bocoio, Muxaluando, Lândana, Muxima, Cangandala, Marimba Quela e Camacuio.

Ainda no presente exercício económico, atenção especial será dada para as obras de construção de seis laboratórios provinciais de controlo da qualidade da água em Cabinda, Lunda Norte, Malanje, Cuito (Bié) e Namibe.

Recomendações

Os participantes do 10º Conselho Consultivo do sector da Energia e Águas recomendaram a avaliação da necessidade do reajuste das tarifas do subsector de águas, face à depreciação da moeda nacional e aumento dos custos operacionais.

Foi também defendida a revisão do sistema de tarifário em vigor no subsector eléctrico para a salvaguarda do défice constituído no sistema da empresa concessionária do sistema de distribuição, particularmente no que se refere aos clientes de alta tensão.

Realçam a melhoria do rendimento dos sistemas existentes a nível de todas as províncias, considerando a implementação de acções que concorram para a redução de perdas técnicas e o aumento dos níveis de eficiência.

Para a Ende, os participantes defendem que a empresa continue a envidar esforços para a melhoria dos indicadores de operacionalidade e gestão da empresa, devendo encontrar soluções criativas, "impactantes e urgentes para diminuir as perdas comerciais".

"Que seja assegurada a massificação de montagem de contadores e o reforço da fiscalização dos clientes desta tipologia", sustentam.

## 8.13 EPAL factura 2 mil milhões de kwanzas/mês

*Jornal Economia e Finanças*

*20 De Março de 2020*

*Texto: Adérito Veloso*

Cerca de ~4.6 mil milhões de kwanzas (+2,29%) corresponde à facturação de 2019, alcançada pela Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), contra 24 mil milhões (2018), uma média de 2 mil milhões por mês.

No domínio da cobrança, houve um aumento de +35,47 por cento, com os indicadores a apontarem para 10,1 mil milhões de kwanzas (2019), contra 7,5 mil milhões de 2018. Actualmente, a cobrança média mensal é de 854 milhões de kwanzas.

Evolução da facturação

Este aumento deveu-se à redução do tempo de funcionamento das girafas, exclusão de clientes sem consumo (zonas sem água e com fontenários desactivados).

Está, também, ligado ao aumento da base de dados de clientes, realização de campanhas massivas de sensibilização e cobranças, bem como a recuperação de dívidas.

Os principais indicadores comerciais da empresa, segundo revela um documento da firma a que o JE teve acesso, urna evolução na facturação em 2019, sendo que o montante máximo foi de kz 2,3 mil milhões, 2 mil milhões (médio) e 1,6 mil milhões (mínimo).

Esta evolução contou com o rigor na facturação conforme a nova tarifa de água (em vigor desde 2018), redução do tempo. Dê funcionamento das girafas, exclusão de clientes sem consumo (zonas sem água e com fontenários desactivados), além da inclusão do IVA a partir de Setembro.

Produção e distribuição Quanto à produção de água em 2019 houve urna variação de 2,47 por cento, comparativamente a 2018. No ano passado atingiu urna produção de 180,6 milhões de metros cúbicos (m<sup>3</sup>) de água, contra 185,2 milhões m<sup>3</sup> (2018).

Neste segmento, no exercício de 2019, o volume máximo por mês foi de 16,2 milhões m<sup>3</sup>, 15 milhões m<sup>3</sup> de médio e 13,8 mínimo.

Estes indicadores se deveram a alteração das características da água bruta, baixo nível de água no canal de Cassaque, cortes de energia da rede pública, insuficiência de grupos geradores assim como avarias nos órgãos de tratamento.

No segmento de distribuição, em 2019, foi de 115,2 milhões m<sup>3</sup>, contra 163,1 milhões, urna variação negativa de -29,34 por cento, justificada pela perda considerável de água, motivada pelo garimpo e vandalismo nas condutas adutoras e rede de distribuição, além de rupturas frequentes na rede de distribuição.

O volume máximo foi de 11 milhões m<sup>3</sup>, médio (10,1 milhões) e mínimo (8 milhões)

A justificação da empresa neste segmento é o facto de haver insuficiência de níveis face à produção actual, aumento das perdas de água na distribuição, ocorrência de garimpo e actos de vandalismo, bem como rupturas frequentes na rede de distribuição e avarias dos equipamentos eletromecânicos e dispositivos hidráulicos.

#### Operacionalização

Com 504.716 clientes e urna mão-de-obra de 1.680 trabalhadores, a EPAL conta com 14 unidades de estações de tratamento de água, 690 mil metros

cúbicos por dia (m<sup>3</sup>/dia) da capacidade nominal instalada, 495 mil m<sup>3</sup>/dia da produção real, numa altura em que necessita 1,5 milhões m<sup>3</sup>/dia.

A fonte revela que a Empresa Pública de Água de Luanda conta com 28 centros de distribuição de água, urna distribuição real média de 315 mil m<sup>3</sup>/dia, demanda percapita 115 litros/dia, oferta/percapita 58 litros/dia, cobertura actual 43 por cento.

Os objectivos estratégicos da empresa pública estão orientados para a realização das linhas de orientação estratégica do Plano de Acção do Sector de Energia e Águas, no período 2018-2022, que visam maximizar o acesso do fornecimento de água, garantir a eficiência e sustentabilidade do sistema bem como assegurar a sustentabilidade financeira.

Esta acção será desenvolvida através da disponibilidade de água para atender a demanda e garantir a redução gradual das perdas, assegurar a gestão integrada do sistema de abastecimento e o monitoramento e controlo da qualidade da água, além de aumentar a eficiência e eficácia comercial, bem como a autonomia financeira da empresa.

### 8.14 “Esquema” nas girafas de água preocupam os camionistas

*Jornal Economia e Finanças*

*20 De Março de 2020*

*Texto: André Sibi*

As negociatas ou "esquemas" estão a deixar inquietos os camionistas que frequentam as girafas, principalmente as instaladas na Via Expressa, na zona do Benfica.

Os homens que têm nas cisternas de água o seu "ganha pão", mostram-se agastados com o tráfico de influência durante o processo de abastecimento dos camiões.

Alguns motoristas explicaram ao JE que existem perto de 10 camiões que abastecem no local e que constam numa lista de viaturas privilegiadas e não aguardam fila. "Os privilegiados chegam a carregar três a quatro viagens por dia, o que nos deixa preocupados, nós que não temos esta chance", avança António Gomes, motorista de um camião cisterna.

#### Água turva

Um outro problema que apoquento os camionistas, prende-se com a qualidade que apresenta a água nas girafas, principalmente nos últimos dias.

Para António Gomes, o produto que a Epal tem vindo a comercializar para os camiões cisternas não é de boa qualidade, perigando mesmo a saúde pública e que tem deixado os operadores sem clientela.

Segundo o camionista, os distribuidores chegam no local com a promessa de que vai melhorar a qualidade. No entanto, há várias semanas que continuam a comercializar "água turva".

O nosso interlocutor disse que existem clientes que não querem pagar os camionistas depois de abastecer, alegando "péssima qualidade" do produto.

"Há mais de duas semanas que não consigo fazer a entrega regular da água por causa da péssima qualidade do produto que estamos a carregar das girafas", conta.

Procura supera oferta

Por outro lado, alguns camionistas que abastecem água potável nas principais girafas em Luanda afirmaram que os serviços que Empresa de Abastecimento de Água de Luanda (EPAL) tem disponível, não suportam o fluxo das cisterna.

Durante a ronda realizada pelo JE, Novais Quintas, camionista explicou que a EPAL não tem capacidade para abastecer, razão pela qual as girafas trabalham em regime de turno.

"Abastecem num dia e no outro fecham", conta, depois de acrescentar que esta modalidade está a criar dificuldades enormes aos operadores, para honrar os compromissos junto dos clientes.

Por exemplo, na girafa do Ben- fica foi possível constatar que a mesma tem a capacidade instalada para quatro viaturas por cada carregamento. Por dia, o local abastece entre 100 a 120 viaturas.

Novais Quintas, camionista há 20 anos, disse que a sua jornada começa muito cedo. Segundo contou, para ocupar o primeiro lugar na fila dos camionistas e abastecer a cisterna é preciso sair de casa às 03h00 da manhã. "Há quem chega a passar a noite no local, para abastecer mais cedo".

Questionado sobre o preço oficial do produto, Novais Quintas disse que o metro cúbico de água potável é comercializado a kZ294,12, incluindo o valor do IVA.

O camionista disse que para abastecer a sua viatura, com capacidade para 20 mil metros cúbicos, investe aproximadamente seis mil kwanzas.

Por seu turno Miguel Eduardo revela que a água potável é comercializada sobretudo na zona dos bairros Mundial, Benfica, Bitá, Sapú e arredores de Viana,

Para compensar os custos de manutenção da viatura, dado o mau estado das vias de acesso, Miguel Eduardo, vende a sistema por kz 20 ou 25 mil, o que lhe permite lucrar até 14 mil por cada carregamento, o que considerou inferior com os custos de manutenção.

Estima que os níveis de procura de água na capital angolana possam atingir 90 por cento, sobretudo nas zonas suburbanas, onde, diz por ironia, "a canalização vai precisar de 50 anos para lá chegar".

## 8.15 Moradores da centralidade-horizonte" reclamam tarifa da água indexada a do lixo

*Jornal Economia e Finanças*

*20 De Março de 2020*

*Texto: Delfina Victorino*

Os moradores da centralidade-Horizonte-, localizada na cidade do Cuito (Bié) reclamam a actual tarifa de 'gua, que apesar de estar no sistema pré-pego, é elevada por estar indexada a do lixo.

Joaquina Manito, enfermeira de profissão, salientou que mensalmente paga 4.500 kwanzas, incluindo a tarifa do lixo e outros resíduos sólidos, "uma taxa muito elevada",

Por seu turno, o professor Marcelino Jamba, da escola liceu 04 de Abril, residente na mesma centralidade, disse que com o sistema pré-pago, cada morador é obrigado a saber economizar a água.

O professor esclareceu que desde a implementação do sistema pré-pago, as reclamações reduziram. "No início foi difícil, porque não estávamos acostumados a consumir água de forma racionalizada", afirmou.

Francisco António, morador do bairro Azul I, disse que já tem água canalizada, mas não fez o contracto, porque tem manivela em casa, para não pagar desnecessariamente, não uso o contador de água".

Arrecadação de receitas

Cento e setenta milhões de kwanzas é o valor arrecadado durante o ano de 2019, pela Empresa de Água e Saneamento do Bié (EASB), com a colocação de contadores na centralidade "Horizonte" e em



alguns bairros periféricos, segundo o presidente do Conselho de Administração, Menezes Chamate.

O gestor disse que para reduzir o garimpo de água, a empresa pública instalou uma girafa para os camiões cisternas retirarem o "líquido" com a qualidade desejada para as populações que possuem reservatórios.

A instalação de contadores de água, em todos os bairros do município do Cuito, pode reduzir os gastos desnecessários e manter maior controlo do líquido", garantiu o PCA da Easb, Menezes Chamale.

O responsável revelou que com a entrada em funcionamento do novo sistema de captação de água, instalada no rio Cuquema, algumas zonas beneficiam de água 24 horas por dia.

Garantiu que 2.600 ligações domiciliárias foram feitas, recentemente, nos bairros Njele, Militar, Azul I, 11 e Calonuima.

Actualmente, a empresa controla 14 mil clientes que , possuem contratos, enquanto que 8.100 Mo têm sistema de controlo.

"Temos o controlo de 22 mil ligações domiciliárias na província, das quais apenas 14 mil clientes estão no contrato pós e pré-pago", afirmou Menezes Chamale. Reconheceu haver falta de água em várias localidades, mas garante que os problemas estão identificados e serão solucionados.

## 8.16 Pequenos sistemas erguidos nos municípios

*Jornal de Angola*

*22 De Março de 2020*

Já agora, como é que está o "Programa Água para Todos"?

O "Programa Água para Todos" foi idealizado e implementado para prover serviços de abastecimento de água nas comunidades rurais do nosso país. Também é afectado por esta desaceleração nos investimentos, falta de liquidez para assegurar a competente manutenção e gestão dos respectivos sistemas.

Graças à implementação desse programa, um conjunto significativo de pequenos sistemas de pontos de água foram construídos. A situação económica que vivemos não tem permitido com que os níveis de crescimento sejam os desejáveis e considerarmos como satisfatórios.

O "Programa Água para Todos" é mais dirigido para as comunidades rurais?

Sim, o "Programa Água para Todos" é fundamentalmente destinado a prover serviços de abastecimento de água para as comunidades rurais. Temos outros programas como este que falei das sedes provinciais, das sedes municipais. Na semana passada, concluímos os novos sistemas de abastecimento de água. Temos novos sistemas de abastecimento de água nas sedes municipais de Mucari, Kiwaba Nzoji e Massango, inclusivamente duas delas inauguradas sexta-feira, no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Água. No próprio Dia Mundial da Água (domingo), serão inaugurados novos sistemas de abastecimento de água na sede municipal de Bula Atumba, na província do Bengo. Temos praticamente concluído mais sistemas de abastecimentos de água em sedes municipais, na província da Lunda-Norte, como por exemplo no Lucapa. Há registo da conclusão das obras do novo sistema de abastecimento de água da sede municipal da Jamba.

Em que zona do país há maior constrangimento na implementação do "Programa Água para Todos"?

O Sul do país. A província do Cunene, fundamentalmente o sul da Huíla e parte do Namibe, dada a condição climática naquela região.

Há 2 anos, uma ONG que trabalha no domínio da água, apresentou um relatório que diz que as populações do interior, nomeadamente as províncias da Huíla, Bié e Huambo, não conhecem, nunca ouviram falar do "Programa Água para todos. Quer comentar?

Eu desconheço esse relatório. Não lhe posso assegurar que todos os cidadãos angolanos conhecem o "Programa Água para todos". Agora, posso-lhe assegurar que em todos os municípios do país, foram implementados pequenos sistemas de abastecimento de água. Em todos os municípios, não estou a dizer em todas as aldeias. Até porque, o "Programa Água para todos" tem, há mais de três anos, uma implementação descentralizada. É, qualquer coisa como uma dotação orçamental que vai para o município e é o município que decide, implementa e aloca pelas diferentes comunidades rurais. Não acredito que uma afirmação dessa possa ser dada como válida. Eu posso lhe dar depois, se possível, o mapa com o registo dos pequenos sistemas de abastecimento de água e dos pontos de água construídos no âmbito desse programa, é um relatório que a gente partilha, não só com a nossa hierarquia, mas também com o Unicef.

Sabemos a algumas províncias receberam meios para perfuração de poços de água, mas paradoxalmente não chegaram a implementar os projectos, porque alguns equipamentos foram extraviados. Quer fazer algum comentário em relação a isso?

Eu tenho conhecimento só de um caso, o de Benguela. Decorre um inquérito para se apurar a responsabilidade e creio que está perto do seu final. De facto, a meu conhecimento chegou a informação clara de que houve uma utilização perversa e inadequada, quiçá irresponsável desses equipamentos e agora há um processo de apuramento de responsabilidades individuais e de reparação de danos

### 8.17 “Precisamos de triplicar ou quadruplicar os investimentos em abastecimento de água”

*Jornal de Angola*

*22 De Março de 2020*

*Texto: José Meireles*

Assinala-se hoje o Dia Mundial da Água. O Jornal de Angola ouviu o secretário de Estado para as Águas. De forma realista, Lucrécio Costa apresentou o quadro actual do sector no país, e disse que nos últimos anos houve uma desaceleração nos investimentos em termos de infra estruturas, o que faz com que a gestão da água seja ainda deficitária, havendo 55 a 60 por cento de cobertura do sistema de abastecimento, tanto no meio urbano, como no meio rural

Senhor secretário, como avalia o estado actual do sector das Águas no país?

Os últimos anos foram caracterizados por uma desaceleração nos investimentos, nos mais variados sectores, pelas causas sobejamente conhecidas. Hoje, caracteriza-se por um défice significativo de capacidade de investimentos, ou seja a oferta per capita interna de abastecimento de água e a actuação no que se refere à gestão da água, como recurso, pode considerar-se ainda deficitária, porque ainda não tem níveis ou patamares confortáveis.

Qual é o número de pessoas em Angola com acesso à água potável?

Com base nas metodologias de pesquisas, alinhadas com os organismos internacionais, e talvez fruto também da redução dos investimentos, nos últimos anos, estimamos uma média de 55 a 60 por cento dos níveis de cobertura do sistema de abastecimento de água, tanto no meio urbano como no meio rural.

Quando foi feito esse estudo?

Juntámos aquilo que emergiu do Censo, relativo aos Indicadores Múltiplos, preconizados no âmbito da cooperação com organismos internacionais.

O sector das Águas já fez algum estudo para estabelecer o horizonte temporal de quando será alcançado o acesso universal e equitativo da água potável; acesso ao saneamento e higiene adequados para todos? São dois dos 17 Objectivos do Desenvolvimento Sustentável.

Esse é um desafio óbvio, não só de Angola mas do mundo, em geral, sobretudo os países em via de desenvolvimento. O desafio não tem a ver só com o prazo, mas tem a ver com binómios, capacidade de investimentos. Hoje, a nível internacional será manifestamente impossível, em termos maioritários, os países cumprirem as metas de Desenvolvimento Sustentável. Estamos a nos aproximar, cada vez mais, da data limite, e o mundo vem convivendo com estas intempéries: Inconvenientes de natureza natural, como os eventos hidrológicos extremos, e os inconvenientes induzidos pela crise económica que o mundo vai vivendo. Face a isso, me parece muito difícil que tenhamos um mundo como desejávamos em termos de acesso à água em 2030.

Nós precisaríamos de ter um período de 10 a 15 anos de investimentos intensivos, um investimento per capita 4 a 5 vezes mais em relação ao investimento que ocorre hoje, para podermos ir para um patamar mais próximo do desejado.

Quais são as grandes desigualdades regionais que o sector acha que devem ser corrigidos, no capítulo de abastecimento de água potável e de forma segura?

A nível do meio rural, temos no país um quadro de dificuldades muito diferente, sobretudo na região Sul, recentemente assolada pela seca. Ali, a oferta de serviço é de facto muito baixa. No entanto, não poderíamos nos dar ao luxo de afirmar que estaríamos numa situação plenamente confortável em outras partes do país. Mas, creio também que o trabalho feito nos últimos 10 anos terá permitido de facto uma melhoria. Há menos investimentos e há mais crescimento populacional. Os ganhos que ocorreram, sobretudo no período de 2000 a 2012, começam a esfumar-se, porque os investimentos hoje não estão naqueles patamares preconizados.

Quando se analisa a realidade de Angola em relação à promoção dos direitos universais ao acesso à água potável para todos, sobressai uma série de problemas que devem ser superados, nomeadamente: temos milhões de habitantes que não consomem água

potável, ainda há escolas sem banheiros adequados, pessoas que defecam a céu aberto, por falta de latrinas comunitárias e em moradias. Quando é que haverá vontade política no sentido de mobilização de recursos suficientes, com vista ao acesso à água potável de qualidade e ao esgoto comunitário?

Os investimentos que foram implementados de 2002 a 2012 são uma mostra clara em termos de visão e de vontade política, para que esta debilidade se esfume. O que ocorre, conforme lhe disse, é que a capacidade de investimentos, a capacidade de mobilização de recursos é, hoje, muito inferior àquilo que precisamos. Mas, é notório, como exemplo de vontade política, aquilo que vem sendo feito.

Em 2002, tínhamos programas com entidades multilaterais como o Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, que sequer chegavam a 50 ou 60 milhões de dólares. Hoje, temos programas com essas entidades que vão chegar, provavelmente até ao final do ano, a 1 bilião de dólares. Actualmente, estamos a desenvolver programas, com o suporte do Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e Agência Francesa para o Desenvolvimento, projectos que podem atingir esse patamar. Se, em 2005, tínhamos uma ténue articulação em termos de investimentos, de disponibilidades de recursos, só com o Banco Mundial, no domínio da água, actualmente, em 2020, fruto do esforço de desenvolvimento, temos a cooperarem com o Governo de Angola, não só o Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, mas também a Agência Francesa de Desenvolvimento e o Banco Europeu de Desenvolvimento. Portanto, essas credíveis instituições juntaram-se a nós, porque com certeza absoluta fizeram uma leitura clara que de facto há vontade política do Governo para inverter esse quadro, essa realidade em Angola.

Qual é o impacto no seio da população dessa cooperação que o sector das Águas tem com as instituições internacionais que acabou de citar?

Relativamente a esses projectos, que incidem em 10 capitais de províncias em Angola, milhares de ligações domiciliárias novas foram construídas e outras ainda serão construídas. Tão logo esses projectos fiquem concretizados, o impacto visível será: menos afluência de cidadãos nacionais às unidades hospitalares em razão de doenças de origem hídrica. Cidades como o Uíge, Huambo e Bié, só para falar nessas, fazem jus a esta tese.

Decorre agora a fase final de construção dos novos sistemas de abastecimento de água nas cidades de Cabinda e de Malanje. No âmbito do processo de reconstrução nacional, em todas as outras capitais de

províncias, até ao ano de 2015, foram construídos novos sistemas de abastecimento de água. Foram milhares de dólares gastos para esse fim.

O dinheiro investido no sector das Águas será devolvido às instituições credoras?

Obviamente. O Governo assumiu um compromisso, é um serviço de dívidas internacionais aceites.

Quanto custa erguer uma estação de captação, tratamento e distribuição de água?

Depende da dimensão. Para construirmos um sistema de abastecimento de água, como esse que estamos a fazer, encontramos uma diferença muito variada do custo. Se estivermos a nos referir a uma cidade como a do Cuito (Bié) e uma como a de Mbanza Kongo (Zaire), em função da densidade populacional, os investimentos feitos em termos de sistemas de abastecimento de água recentes rondaram aí os 40 milhões de dólares.

Se estivermos a falar de cidades como a do Huambo e de Cabinda, aí já passamos a um patamar de centenas de milhões de dólares.

## 8.18 Prevista 15 grande obras para o Sul do país

*Jornal de Angola*

*22 De Março de 2020*

Já há um horizonte temporal definido para que as pessoas do Cunene passem a consumir água potável, no âmbito dos projectos que estão a ser feitos naquela província?

Temos uma perspectiva de executar projectos de significativa envergadura na zona Sul do país, para mitigar o efeito da seca, num pacote de mínimo 15 grandes obras. Estamos a iniciar duas, porque são essas que se afiguram como as ultras prioritárias e relativamente as quais foi possível mobilizar recursos.

As doenças hídricas no nosso país são uma realidade. Os nossos hospitais quase todos os dias são abarrotados por caso de pessoas a padecerem de doenças diarreicas agudas, por culpa da má qualidade da água. Acha que o sector das águas tem feito bem a sua parte?

Diria que não tem feito o suficiente. Portanto, não acredito que as pessoas que laboram no serviço da água, tenham adoptado uma conduta maléfica. Acredito que isso, só vai ser possível inverter quando tivermos um grau de cobertura das infra-estruturas mais condicentes com aquilo que são as necessidades.

Além disso, do ponto de vista técnico, até está completamente provado que o grande problema, a origem das doenças de foro hídrico, não se arredonda só na falta de água ou más qualidades.

Cunene é uma província com larga escassez de água, mas a população tem uma capacidade de resiliência às doenças de origem hídrica superior a de outras paragens. Uma coisa é haver água potável disponível, mas ela tem de ser complementada com as boas práticas de higiene, e se as boas práticas de higiene e de saneamento não forem uma realidade não há quantidade de água potável que resolva esse problema.

Podemos ter água corrente em cada casa, mas se tivermos más práticas de higiene, a cólera e o tifo, quiçá poderão eclodir.

Até quando vamos continuar a ferver água e desinfectar com lixívia?

Enquanto estivermos diante de situações de insegurança, acredito que essa é a melhor solução.

## 8.19 “Rede de distribuição está obsoleta”

*Jornal de Angola*

*22 De Março de 2020*

A qualidade de água fornecida pela EPAL responde aos padrões da OMS?

A qualidade da água produzida pela EPAL, conferida à saída das respectivas instalações, respondem os desígnios da OMS. A qualidade da água que chega a alguns consumidores já se vê afectada por outros elementos contaminantes, primeiro porque nós temos uma parte da cidade com uma rede de distribuição obsoleta, exposta a níveis de contaminação periódica e é necessário mudar.

E não se muda porquê?

Voltamos ao mesmo dilema. Quer dizer, com os investimentos que tenho, posso estar diante de um dilema: vou produzir mais água, para dar a quem não tem ou vou fazer substituição de redes, para dar água segura a uma minoria? Não há nenhum país, sem capacidade de investimentos intensivos que resolveu esse problema. Nós precisamos triplicarmos ou quadruplicarmos os investimentos que temos feitos só a nível até de abastecimento de água, além das questões de melhoria de índole organizativa e legal.

Qual é dimensão que nós temos no país em termos de desperdício de água?

O desperdício de água ocorre sobretudo por duas razões: uma é a característica da condição técnica de distribuição, uma boa parte dela é obsoleta. Há projectos, no âmbito da cooperação com o Banco Mundial, para a substituição de rede significativa. A cidade do Sumbe, na sua matriz urbana, tem uma rede completamente nova e praticamente um sistema isento de perdas.

Todas as redes de distribuição de água das sedes municipais são novas, robustas e respondem de facto a esse problema. O desperdício é a nossa cultura, complementadas muitas vezes com actos irresponsáveis de vandalização dessas infra-estruturas. Normalmente, o vandalismo se compagina com rompimento dessas infra-estruturas, outra tem a ver com os nossos concidadãos no que tange ao uso racional da água.

Qual é o custo global do desperdício?

Referindo a padrões internacionais, as perdas da água em países como o nosso, tem um impacto de aproximadamente 35 por cento.

Os angolanos já estão a pagar pelo consumo da água?

Eu diria que ainda não. Ainda precisamos de ter mais consciência de melhoria nisso.

Há vozes que dizem que a nível de Luanda, o sistema de captação é arcaico e desajustado à dimensão da província. Quer comentar, por favor?

Todos os sistemas actuais de captação, tratamento e de abastecimento de água da EPAL tiveram um desenvolvimento em vários períodos, acho que não é verdade. Vou dar um exemplo: O foco do programa do Banco Mundial é de intensificar a rede de distribuição, ou seja, fazer um vasto conjunto de ligações domiciliárias.

Acredito que entidades credíveis como o Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento para financiarem projectos de densificação de rede de distribuição, aumento de ligações domiciliárias, certificaram da conformidade técnica das nossas captações, das nossas estações de tratamento.

Acredito que o Banco Mundial tem a certeza de que as 25 a 30 mil ligações novas que estão a surgir no Huambo hão de receber água potável com qualidade adequada às novas instalações de tratamento que estão a ser construídas.

Um engenheiro hidráulico, recentemente deu uma entrevista à comunicação social e que referia-se exactamente a questão do abastecimento de água nas novas centralidades. Ele diz que o sistema está

tecnicamente falhado e não se ajusta à realidade angolana. Outra questão: há sistema de abastecimento de água direccionado para as novas centralidades e os bairros circunvizinhos não jorram uma gota de água.

Voltamos ao dilema: por exemplo, Luanda só tem hoje, em termos de capacidade de produção, qualquer coisa como 40 a 50 por cento daquilo que necessita para termos uma situação minimamente confortável. Precisariamos de duplicar a actual capacidade de produção. Essa conversa, está a redundar sempre no mesmo: ter capacidade de investimento.

Sr. secretário, é verdade que os projectos de abastecimento de água, que estão a ser implementados a nível das centralidades custam mais que os projectos a nível dos municípios?

Os projectos de construção dos sistemas de abastecimento de água para as centralidades não foram e nunca foram implementados pelo Ministério da Energia e Águas.

Sabemos que a Direcção Nacional de Água, havia feito um estudo para recuperar as duas nascentes na Lunda-Norte, para aumentar a capacidade de abastecimento de água na cidade do Dundo, avaliado em 8 milhões de dólares. É verdade que esta direcção foi posta de parte pela Sonils que apresentou e convenceu o Governo Provincial a implementar um outro projecto para a mesma localidade avaliado em 32 milhões de dólares?

Não tenho esse dado. Está a falar de um período em que eu era director nacional de Água. Não temos uma interferência em sede desses processos, nessas matérias. Estamos a falar de algo que me desperta curiosidade.

Mas a Direcção Nacional de Água não fez nenhum estudo para a recuperação das nascentes na Lunda-Norte?

Posso-lhe garantir que a Direcção Nacional de Água tem os planos directores para o abastecimento de água e saneamento para todas as cidades capitais das províncias. Posso-lhe garantir, que a partir desse ano, no âmbito dos programas que temos, co-financiados pelo Banco Mundial pelo BAD, em 70 por cento, os planos das capitais das províncias serão actualizados. Se houver racionalidade e assertividade nas opções técnicas, terão que ser feitos em consonância com o Plano Director.

Sabemos que nos próximos tempos, os conflitos na terra terão a ver com o acesso à água. Aqui a nível da nossa região Angola não corre esse risco, essa ameaça?

A ameaça é sempre latente, porque essa problemática vai atravessar gerações. Há países que já foram inimigos e hoje são parceiros. Acho que o princípio da boa vizinhança e o princípio da partilha dos recursos hídricos se sobrepõe a todas as outras ambições.

## 8.20 Zonas altas de Luanda com sérios problemas de água

*Jornal de Angola*

*22 De Março de 2020*

*Texto: Alberto Quiluta*

O abastecimento de água em algumas zonas da capital do país, com realce para a zona do Rocha Pinto, Distrito Urbano da Samba, município de Luanda, continua a ser um problema para os municípios, numa altura em que se assinala amanhã o Dia Mundial da Água.

A data foi instituída pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, com o objectivo de chamar a atenção para a importância e para a escassez desse importante bem natural. Para comemorar a data foi escolhido o tema “ Natureza e Mudança Climática “. A ideia é destacar a importância da água e de que mudança climática estão ligadas.

Nalguns pontos da capital, as populações ressentidas a falta do preciso líquido. Numa ronda efectuada pela reportagem do Jornal de Angola constatou que os moradores do bairro Rocha Pinto encontram sérias dificuldades para obter água, porque há anos que não jorra nas torneiras, mesmo depois de ter sido instalados há mais de cinco anos.

A população tem de caminhar até ao bairro Sagrada Esperança para adquirir o líquido. Os preços pela venda de água varia em função do tipo de recipiente. Por exemplo, uma banheira 50 litros pode custar 50 a 100 kwanzas.

Já o bidão de 20 litros chega a custar 25 kwanzas. As vendas da água também é feita no sistema porta a porta por motorizadas de três rodas, mas os preços praticado são ligeiramente mais alto, por se tratar de um serviço personalizado.

Luanda tem mais de oito milhões de habitantes e é a província com maior densidade populacional, mas, infelizmente, a população continua a depender de cisternas para ter acesso a água potável.

Os problemas de abastecimento de água agudizaram-se em algumas zonas da capital, o que obriga os consumidores a estarem sujeitos a adquirir a preços

exorbitante. A Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL) parece não ter um horizonte temporal para resolução do problema. No bairro do Rocha Pinto, a presença de pessoas com bacias à cabeça e bidões nas mãos a circularem de um lado há muito passou a ser encarado um caso normal.

“A situação é mesmo crítica”, lamenta a cidadã Ilda Francisco Mara, moradora do bairro Rocha Pinto, que diz quase todos os dias desperta às 5 horas para acarretar água do outro lado da estrada, que fica a 500 metros de casa, com risco de ser atropelada.

“Já vi pessoas a morrer no momento da travessia”, disse, para quem não é aconselhável delegar uma criança ou adolescente acarretar água do outro lado, sob pena de haver uma fatalidade.

Disse ser um problema que já vem de algum tempo a esta parte, mas que até ao momento não há outra saída senão fazer o tal sacrifício. “Além de percorrermos longa distância também compramos a água muito cara”, deplorou.

Bibiana Marcelina, também moradora no bairro da Rocha Pinto, disse que muitas pessoas oportunistas aproveitam-se da situação para facturar. “Há mais de cinco anos que foram montados as torneiras, mas, infelizmente, nunca vimos a correr água”.

Apesar de diariamente adquirir a água em bidão de 25 litros no valor equivalente, também, a 25 kwanzas, Bibiana Marcelina diz que nem todos têm dinheiro para obter o líquido diariamente.

A moradora Isabel Pedro, funcionário pública, disse que a falta de água acaba por ser frustrante devido aos constrangimentos que tem causado. “Não entendo como é possível o bairro viver sem o produto durante anos e, pelo que vejo, as autoridades nada fazer para dar solução aos problemas”.

Isabel Pedro vive um pesadelo por acreditar que os velhos problemas como, por exemplo, o da falta de água ainda persiste, o que, de certo modo, pode contribuir para o aumento de certas doenças.

#### Dia Mundial da água

Anualmente a data aborda um tema específico de extrema importância para a sobrevivência humana. A concretização sobre a urgência da economia de água e o seu uso responsável é uma das principais metas do Dia Mundial da Água.

Acredita-se que a data é também destinada à discussão e reflexão sobre os diversos temas

relacionados com este importante bem natural que, como sabemos, tende a ser cada vez mais limitado.

Em Angola, há muito que as políticas públicas sobre o uso, gestão e preservação dos recursos hídricos lutam para estar de encontro os interesses das populações.

A execução do programa, que visa garantir o acesso à água potável a pelo menos 70 por cento da população rural, está sob a responsabilidade dos governos provinciais, através do “Projecto Água para Todos”.

A água potável é um direito humano garantido por lei desde 2010, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU).

Mesmo o nosso planeta sendo constituído por aproximadamente 70% de água, apenas 0,7% de toda a água do mundo é potável. É considerada água potável aquela água que é adequada para o consumo humano. De realçar que a Água faz parte do património do planeta.

## 8.21 Municípios do Massango e Mucari têm água potável

*Jornal de Angola*

*22 De Março de 2020*

*Texto: Eduardo Cunha e Venâncio Victor*

Ao todo, 6. 876 habitantes da sede municipal de Massango beneficiam de água potável, com a entrada em funcionamento de um sistema de captação, tratamento e distribuição, com capacidade para bombear 50 metros cúbicos por hora.

O equipamento social, inaugurado esta semana pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, orçou em cerca de 11 milhões de dólares e foi executado num período de três anos, com recursos da linha de crédito da China.

João Baptista Borges disse que o referido sistema vai permitir garantir o abastecimento de água à sede municipal de Massango até 2036. Informou que o projecto, que contempla fontes de abastecimento do precioso líquido nas proximidades das residências, permitiu 400 ligações domiciliárias.

O governante disse terem sido contactados jovens para garantir a manutenção do sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável, admitindo que o número pode vir a aumentar em função dos serviços a prestar.

A nível da província existem seis sistemas de abastecimento de água em construção, três dos quais estão já concluídos e igual número se encontram em fase conclusiva nos municípios de Malanje, Marimba e Cangandala.

Apesar dos esforços, o ministro reconheceu que as necessidades da província são maiores no que concerne ao abastecimento de água potável às populações, tendo em conta os 14 municípios que compõem a região.

Para o soba de Massango, Fernando Murreto, a data fica marcada na memória da população que ressentia pela carência da água potável durante décadas.

#### Município do Mucari

Um outro sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável entrou em funcionamento no município de Mucari, a 54 quilómetros a Leste da cidade de Malanje, com capacidade para bombear 100 metros cúbicos por hora.

O empreendimento vai beneficiar mais de 10 mil habitantes daquela circunscrição.

As obras, que duraram igualmente três anos, permitiram a realização de mais de 400 ligações domiciliárias, bem como chafarizes.

O ministro da Energia e Água, João Baptista Borges, garantiu que a rede de distribuição vai se estender ao maior número possível de habitantes da sede municipal de Mucari e arredores.

“A água é um bem essencial para a vida e para a saúde. Sabemos que vivemos um momento particularmente sensível do ponto de vista de saúde, com o surgimento do Covid-19”, notou.

A disponibilidade da água no Mucari, acrescentou, vai contribuir para melhorar as condições sanitárias e diminuir o número de doenças resultantes do consumo de água imprópria no seio da população da sede municipal.

O governador provincial de Malanje, Norberto dos Santos, pediu às populações beneficiárias para cuidarem do equipamento social posto à disposição, com vista a garantir o seu tempo de vida útil.

Norberto dos Santos disse também que, a par dos sistemas de água de Massango e Mucari, estão, igualmente, em curso as estações de abastecimento de água de Cangandala, Malanje e Kiwaba Nzoji, sendo que esta última já está pronta para servir a população local.

O administrador municipal do Mucari, Sebastião Rodrigues, disse que a entrada em funcionamento do sistema vai ajudar a minimizar a carência de água nos municípios. “Penso que este momento constitui uma honra e motivo de satisfação para as populações da sede municipal”.

## 8.22 Onze pessoas morrem em acidente na vala de drenagem do Zango

*Jornal de Angola*

*23 De Março, 2020*

Onze pessoas morreram e dez ficaram feridas, como resultado de um acidente de viação ocorrido na noite de sábado, com a queda de uma viatura na vala de drenagem do Zango-2, município de Viana, em Luanda, apurou ontem a Angop.

O acidente aconteceu quando uma carrinha de marca Toyota-Tundra, que circulava em alta velocidade, embateu contra um separador e se despistou para vala de drenagem.

De acordo com o porta-voz do Comando Provincial de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB), Faustino Minguês, às vítimas mortais, com idades entre os 12 e 50 anos, têm grau de parentesco.

Faustino Minguês disse que das vítimas mortais oito são crianças. Dos feridos cinco encontram-se internados numa das unidades hospitalares pública, enquanto outros cinco, com ferimentos ligeiros, já receberam alta.

De acordo com dados dos bombeiros, este ano mais de 30 pessoas morreram na vala de drenagem do Zango, vítimas de afogamentos e acidentes de viação.

Em Fevereiro, nas mesmas circunstâncias, uma viatura ligeira caiu no mesmo local, tendo feito três mortos e cinco feridos.

## 8.23 Dívida à ENDE estimada em 532 milhões de kwanzas

*Jornal de Angola*

*24 De Março, 2020*

*Texto: Weza Pascoal*

A dívida de vários anos das empresas e clientes particulares à Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) no Cubango está avaliada em 532 milhões de kwanzas.

Deste valor, as empresas públicas surgem com 300 milhões de kwanzas e os outros consumidores com os restantes 232 milhões, de acordo com o director do Centro de Distribuição na província.

Amândio Rodrigues disse ao Jornal de Angola que, pelo menos, 4.022 empresas dos cerca de 13 mil 409 clientes pagaram, em 2019, regularmente o consumo de energia eléctrica, o que permitiu arrecadar 413 milhões de kwanzas.

“A ENDE tem vindo a realizar campanhas de sensibilização no sentido de os clientes, com realce das empresas públicas honrarem com as obrigações contratuais, ou de negociarem a dívida, mas apesar do sentido de benevolência da empresa, continuamos a encontrar resistência”, referiu.

Para ele, a empresa, enquanto representante legal do Estado, não pretende partir para situações extremas e mais ainda neste momento difícil em que as pessoas são obrigadas a permanecer mais tempo em casa.

Todavia, Amândio Itálica Rodrigues disse que o corte de energia tem sido o último recurso para os clientes que desde 2010, período que se inaugurou a primeira central térmica na região, até a presente data nunca pagaram o consumo da corrente eléctrica.

Os dados fornecidos dão conta que a Empresa de Produção de Electricidade (PRODEL) tem disponíveis pouco mais de 50 Megawatts e a ENDE está a utilizar apenas 10.5.

Existe uma margem de cerca de 40 Megawatts mais que suficientes para a iluminação pública e domiciliar da cidade de Menongue e arredores, incluindo a comuna de Missombo que está a 16 quilómetros.

Na opinião de Amândio Rodrigues, os recursos financeiros, equipamentos como os transformadores, lâmpadas, cabos diversos, postos para a fixação das linhas de transportes bem como e a ausência de redes de baixa tensão em alguns bairros periféricos constituem a principal dificuldade no alargamento das ligações domiciliárias e de iluminação pública.

Neste momento, afirmou, a ENDE tem um stock muito reduzido de material para os bairros Vitória e 4 de Abril, arredores da cidade de Menongue.

A falta de um camião grua para movimentar os rolos de cabos e postos para a sustentação das linhas de baixa tensão está a dificultar a operação.

Conforme fez saber, Menongue e os bairros Futungo, Novo, Paz, Castilho, Aerovia, 1º de Maio, Chipeio, Saúde, Pandera, Juventude, Pio, Cunha e Caimaneiros já beneficiam de energia da rede pública, faltando os

bairros Boa vida, Boa esperança, Comboio, Calupassa, Cazenga, Victória e o 4 de Abril.

## 8.24 EPAL sem camiões cisternas para distribuir água potável

*Jornal de Angola*

*26 De Março de 2020*

*Texto: Pereira Dinis |*

A Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) não dispõe de camiões-cisternas para fazer a distribuição de água potável aos bairros que não estão ligados à rede de abastecimento de água, informou, na terça-feira, o porta-voz Amândio Joaquim.

Em declarações ao Jornal de Angola, no âmbito da prevenção e expansão da pandemia de Covid-19, o porta-voz disse que as administrações municipais podem, dentro das suas possibilidades, ajudar na distribuição de água a estas zonas, por terem camiões-cisternas que geralmente são utilizadas no fornecimento de água a hospitais e as escolas.

O porta-voz da EPAL, Amândio Joaquim, adiantou que o fornecimento de água porta a porta é feito por camionistas associados, que retiram água de girafas (pontos de abastecimento) para ser comercializada nos bairros da província de Luanda com falta de água.

“A EPAL sobrevive de receitas”, explicou o porta-voz, acentuando que, se a empresa pública distribuir água gratuitamente, fica sem operacionalidade, comprometendo assim os encargos, como o pagamento de salários e a compra de produtos químicos e equipamentos. Alguns bairros, como o de Talatona, estão privados do fornecimento de água potável devido a um trabalho de manutenção na Estação de Tratamento de Água de Luanda Sul, onde estão a ser substituídos filtros, para a água ser distribuída com mais qualidade.

O porta-voz da EPAL confirmou que as estações de tratamento de água fornecem o “precioso líquido” de 24 sobre 24 horas, período que é, às vezes, reduzido para 12 horas em algumas zonas residenciais e seis horas noutras, para facilitar que os “bairros com défice” na distribuição não fiquem prejudicados, sobretudo quando há trabalhos de manutenção ou quando enche ou baixa o caudal do rio.

A rede da Empresa Pública de Águas tem capacidade para fornecer à província de Luanda 500 mil metros cúbicos de água potável, mas, por ser antiga, distribui apenas 400 mil metros cúbicos.



“Às vezes, trabalhamos com geradores, o que faz com que não consigamos fornecer água 24 horas por dia, por exemplo, à cidade do Kilamba”, acentuou o porta-voz da EPAL.

Amândio Joaquim confirmou ainda que tem havido roturas nas condutas da EPAL, provocadas por empresas de outros ramos de actividade, como os de Construção Civil e Telecomunicações. A Empresa Pública de Águas continua, de acordo com o porta-voz, comprometida com a melhoria contínua da distribuição de água potável e tudo tem feito para que o líquido chegue a todos os municípios da província de Luanda.

Sobre o combate ao garimpo de água, o porta-voz afirmou que a EPAL tem trabalhado em parceria com outras instituições do Estado, para estancar o fenómeno, por continuar a ser uma “dor de cabeça” e prejudicar muito a empresa e os habitantes de Luanda.

No âmbito do plano de contingência destinado ao combate ao Covid-19, os clientes que fazem o pagamento do consumo de água nas agências comerciais da EPAL ficam a uma distância mínima de um metro uns dos outros e encontram álcool gel para desinfetar as mãos, enquanto os trabalhadores atendem com máscaras e luvas.

## 8.25 Covid-19: EPAL sem camiões cisternas para distribuir água potável

*Jornal de Angola*

*26 De Março de 2020*

*Texto: Pereira Dinis*

A Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) não dispõe de camiões-cisternas para fazer a distribuição de água potável aos bairros que não estão ligados à rede de abastecimento de água, informou, na terça-feira, o porta-voz Amândio Joaquim.

Em declarações ao Jornal de Angola, no âmbito da prevenção e expansão da pandemia de Covid-19, o porta-voz disse que as administrações municipais podem, dentro das suas possibilidades, ajudar na distribuição de água a estas zonas, por terem camiões-cisternas que geralmente são utilizadas no fornecimento de água a hospitais e as escolas.

O porta-voz da EPAL, Amândio Joaquim, adiantou que o fornecimento de água porta a porta é feito por camionistas associados, que retiram água de girafas (pontos de abastecimento) para ser comercializada

nos bairros da província de Luanda com falta de água.

“A EPAL sobrevive de receitas”, explicou o porta-voz, acentuando que, se a empresa pública distribuir água gratuitamente, fica sem operacionalidade, comprometendo assim os encargos, como o pagamento de salários e a compra de produtos químicos e equipamentos. Alguns bairros, como o de Talatona, estão privados do fornecimento de água potável devido a um trabalho de manutenção na Estação de Tratamento de Água de Luanda Sul, onde estão a ser substituídos filtros, para a água ser distribuída com mais qualidade.

O porta-voz da EPAL confirmou que as estações de tratamento de água fornecem o “precioso líquido” de 24 sobre 24 horas, período que é, às vezes, reduzido para 12 horas em algumas zonas residenciais e seis horas noutras, para facilitar que os “bairros com défice” na distribuição não fiquem prejudicados, sobretudo quando há trabalhos de manutenção ou quando enche ou baixa o caudal do rio.

A rede da Empresa Pública de Águas tem capacidade para fornecer à província de Luanda 500 mil metros cúbicos de água potável, mas, por ser antiga, distribui apenas 400 mil metros cúbicos.

“Às vezes, trabalhamos com geradores, o que faz com que não consigamos fornecer água 24 horas por dia, por exemplo, à cidade do Kilamba”, acentuou o porta-voz da EPAL.

Amândio Joaquim confirmou ainda que tem havido roturas nas condutas da EPAL, provocadas por empresas de outros ramos de actividade, como os de Construção Civil e Telecomunicações. A Empresa Pública de Águas continua, de acordo com o porta-voz, comprometida com a melhoria contínua da distribuição de água potável e tudo tem feito para que o líquido chegue a todos os municípios da província de Luanda.

Sobre o combate ao garimpo de água, o porta-voz afirmou que a EPAL tem trabalhado em parceria com outras instituições do Estado, para estancar o fenómeno, por continuar a ser uma “dor de cabeça” e prejudicar muito a empresa e os habitantes de Luanda.

No âmbito do plano de contingência destinado ao combate ao Covid-19, os clientes que fazem o pagamento do consumo de água nas agências comerciais da EPAL ficam a uma distância mínima de um metro uns dos outros e encontram álcool gel

para desinfetar as mãos, enquanto os trabalhadores atendem com máscaras e luvas.

## 8.26 Água está garantida

*Jornal economia e Finanças*  
27 De Março de 2020

O Executivo angolano vai priorizar o abastecimento regular e gratuito de água às unidades sanitárias, mercados informais, centros de quarentena e prisionais, no quadro do plano de contingência para impedir o avanço da pandemia Coronavírus (Covid-19) no país.

O plano, que não exclui o abastecimento à população, foi anunciado esta quinta-feira pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, no final da 11 reunião ordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros. Entre as unidades sanitárias estão hospitais, centros de saúde e morgues, afirmou o governante, sublinhando que o plano de contingência contém também acções para o reforço da capacidade técnica da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) e das empresas provinciais de água e saneamento. João Baptista Borges entende que as medidas vão rapidamente fazer face às avarias existentes na rede de distribuição, com destaque para as rupturas nas condutas. Combate à pobreza.

Ainda no quadro das medidas de contingência contra a Covid-19, o secretário para os Assuntos Económicos do Presidente da República, Lopes Paulo, afirmou, no final da sessão, que está em curso um programa co-financiado pelo Banco Mundial (BM) e pelo Governo de Angola.

No referido programa, e segundo o ministro, o BM co-financia com o valor de 320 milhões de dólares, enquanto Angola participa com 100 milhões de dólares. Lopes Paulo frisou que os recursos para o programa estão assegurados e já disponibilizados.

Quanto ao seu arranque referiu que fica condicionada ao fim da pandemia. Até 2022, de acordo com Lopes Paulo, o programa deverá beneficiar 706 mil famílias.

Luanda

Em função da escassez de água em algumas zonas da capital do país, o secretário de Estado para as Águas, Lucrecio Costa, tranquilizou a população, prometendo repor a distribuição regular nos próximos. Para os bairros que ainda não têm ligações domiciliar de água potável, o dirigente afirmou que o sector está a trabalhar no sentido de fornecer o precioso líquido através de camiões cisterna.

Nos últimos dias, o abastecimento de água em algumas zonas da capital do país continua a ser um problema para os munícipes.

## 8.27 Bairros do Distrito Urbano da Baía ainda privados de água canalizada

*Jornal de Angola*  
27 De Março de 2020  
Texto: Manuela Mateus

Os bairros do Distrito Urbano da Baía, município de Viana em Luanda, continuam sem água canalizada, por não estarem ligados à rede pública de distribuição do “precioso líquido”.

O problema foi mencionado pelo administrador Paulo Maka Zadi, numa entrevista ao Jornal de Angola, na qual garantiu que tudo está a ser feito pelas autoridades para que a rede pública de distribuição de água potável chegue aos 16 bairros do Distrito Urbano da Baía, com uma população de 78.308 habitantes.

“A gritante falta de água potável preocupa a Administração” do Distrito Urbano da Baía, acentuou Paulo Maka Zadi, revelando que, quando a circunscrição estiver ligada à rede pública, a água potável vai chegar aos bairros a partir de um ponto já em estudo. A água consumida pelos moradores do Distrito Urbano da Baía é de reservatórios, que são abastecidos por camiões-cisterna, alternativa de centenas de famílias que ainda não têm acesso à água canalizada na província de Luanda, com uma população estimada em oito milhões.

Sobre o abastecimento de energia eléctrica, Paulo Maka Zadi disse que o problema está a ser resolvido faseadamente, com a instalação de novos postos de transformação. “O processo de distribuição de energia eléctrica está no bom caminho”, afirmou Paulo Maka Zadi, que disse estar já planificada a extensão da rede pública aos bairros Canganje e KM-30A.

O responsável pelo Distrito Urbano da Baía confirmou a existência de reclamações de moradores de sectores e bairros, por a cobertura da rede de distribuição de energia eléctrica não ser ainda abrangente. O administrador distrital manifestou também preocupação com a falta de iluminação pública, facto que facilita a movimentação e a actuação de marginais.

## Planos sectoriais

O Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) ainda não está a ser implementado no Distrito Urbano da Baía, por a Administração não ter recebido ainda a “primeira cabimentação”, cujos valores vão ser destinados à reparação do troço de um quilómetro e meio da via que dá acesso ao Mercado do 30 e à construção de mais uma escola primária e de um centro de saúde de referência. A precariedade do saneamento básico foi também referenciada por Paulo Maka Zadi, que disse ser um problema que acasala com o mau estado das ruas, causando enormes constrangimentos aos moradores.

A Administração do Distrito Urbano da Baía tem feito trabalhos paliativos, mas a falta de equipamentos para a terraplenagem e de dinheiro condicionam a continuidade das “manutenções pontuais”, que visam reduzir os constrangimentos causados aos moradores. “A segurança rodoviária também é vulnerável”, respondeu Paulo Maka Zadi, quando lhe foi perguntado sobre se há, ou não, um projecto de instalação de pontes pedonais ao longo da Estrada Nacional 230, que dá acesso ao Novo Aeroporto Internacional de Luanda.

“Há necessidade de construção de pedonais ao longo da via, para garantir uma travessia segura”, acentuou o administrador, que disse ser uma reclamação da população, por ocorrerem na via vários atropelamentos, alguns dos quais fatais.

Paulo Maka Zadi tranquilizou os moradores com a afirmação de que “todas as condições estão a ser criadas para a melhoria da vida dos habitantes do Distrito Urbano da Baía”, em cujo território funciona, desde Janeiro, uma brigada de registo de nascimento de crianças e adultos, um serviço público que não existia na circunscrição.

De acordo com o administrador Paulo Zadi, a chegada da brigada de registo civil deixou a população “bastante satisfeita”, porque um número expressivo de moradores não era portador de qualquer documento de identidade nacional.

## 8.28 Distribuição de água abaixo da procura

*Jornal Economia e Finanças*

*27 De Março de 2020*

*Texto: Weza Pascoal*

Os níveis de distribuição de água potável, na província do Cuando Cubango, estão muito aquém das necessidades locais.

Dos cerca de 600 mil habitantes, apenas 165 mil são contemplados com água tratada. A informação foi avançada pelo coordenador em exercício da Comissão Instaladora de Gestão das Águas na região.

Falando em entrevista ao JE, Bongue Malengue disse que os níveis de distribuição da água na província abrangem apenas as populações das sedes municipais de Menongue, Cuito Cuanavale e Calai, sendo que o restante da população consomem água das cacimbas e rios.

### Resultados

Segundo o interlocutor, no ano de 2019, a instituição arrecadou cerca de 15,9 milhões de kwanzas para os cofres do Estado, valor considerado irrisório, tendo em conta o número de consumidores e os custos inerentes ao processo de tratamento da água.

O município de Menongue conta com um sistema de distribuição de água, com capacidade para produzir 11 mil metros cúbicos por dia e fornece para 110 mil habitantes, correspondente a 35 por cento da população do Cuando Cubango.

Acrescentou que já foram feitos levantamentos para a extensão do sistema de distribuição de água nas zonas em falta, estando os projectos sob alçada do Ministério da Energia e Águas, para o seu financiamento.

Fez saber que no município do Calai, existe um sistema de abastecimento de água inaugurado em 2015, com capacidade para produzir 5.014 metros cúbicos por dia.

O sistema convencional com captação a partir do rio Cubango, está equipado com reservatório e rede de distribuição. Existem 200 ligações domiciliare e 139 chafarizes.

No município do Cuito Cuanavale, existe igualmente um sistema de abastecimento, com capacidade para produzir sete mil e 200 metros cúbicos por dia, a partir do rio Cuito.

O município possui uma estação de tratamento de água, rede de distribuição, que permitiu já efectuar 2.715 ligações domiciliare, bem como 31 fontenários.

O responsável adiantou que tão logo haja disponibilidade financeira, arranca o projecto que visa a construção do sistema de captação e abastecimento de água do município do Cuchi.

## 8.29 Luanda: Bairros do Distrito Urbano da Baía ainda privados de água canalizada

*Jornal de Angola*

27 De Março de 2020

Texto: *Manuela Mateus*

Os bairros do Distrito Urbano da Baía, município de Viana em Luanda, continuam sem água canalizada, por não estarem ligados à rede pública de distribuição do “precioso líquido”.

O problema foi mencionado pelo administrador Paulo Maka Zadi, numa entrevista ao Jornal de Angola, na qual garantiu que tudo está a ser feito pelas autoridades para que a rede pública de distribuição de água potável chegue aos 16 bairros do Distrito Urbano da Baía, com uma população de 78.308 habitantes.

“A gritante falta de água potável preocupa a Administração” do Distrito Urbano da Baía, acentuou Paulo Maka Zadi, revelando que, quando a circunscrição estiver ligada à rede pública, a água potável vai chegar aos bairros a partir de um ponto já em estudo. A água consumida pelos moradores do Distrito Urbano da Baía é de reservatórios, que são abastecidos por camiões-cisterna, alternativa de centenas de famílias que ainda não têm acesso à água canalizada na província de Luanda, com uma população estimada em oito milhões.

Sobre o abastecimento de energia eléctrica, Paulo Maka Zadi disse que o problema está a ser resolvido faseadamente, com a instalação de novos postos de transformação. “O processo de distribuição de energia eléctrica está no bom caminho”, afirmou Paulo Maka Zadi, que disse estar já planificada a extensão da rede pública aos bairros Canginje e KM-30A.

O responsável pelo Distrito Urbano da Baía confirmou a existência de reclamações de moradores de sectores e bairros, por a cobertura da rede de distribuição de energia eléctrica não ser ainda abrangente. O administrador distrital manifestou também preocupação com a falta de iluminação pública, facto que facilita a movimentação e a actuação de marginais.

Planos sectoriais

O Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) ainda não está a ser implementado no Distrito Urbano da Baía, por a Administração não ter recebido ainda a “primeira cabimentação”, cujos valores vão ser destinados à reparação do troço de

um quilómetro e meio da via que dá acesso ao Mercado do 30 e à construção de mais uma escola primária e de um centro de saúde de referência. A precariedade do saneamento básico foi também referenciada por Paulo Maka Zadi, que disse ser um problema que acasala com o mau estado das ruas, causando enormes constrangimentos aos moradores.

A Administração do Distrito Urbano da Baía tem feito trabalhos paliativos, mas a falta de equipamentos para a terraplenagem e de dinheiro condicionam a continuidade das “manutenções pontuais”, que visam reduzir os constrangimentos causados aos moradores. “A segurança rodoviária também é vulnerável”, respondeu Paulo Maka Zadi, quando lhe foi perguntado sobre se há, ou não, um projecto de instalação de pontes pedonais ao longo da Estrada Nacional 230, que dá acesso ao Novo Aeroporto Internacional de Luanda.

“Há necessidade de construção de pedonais ao longo da via, para garantir uma travessia segura”, acentuou o administrador, que disse ser uma reclamação da população, por ocorrerem na via vários atropelamentos, alguns dos quais fatais.

Paulo Maka Zadi tranquilizou os moradores com a afirmação de que “todas as condições estão a ser criadas para a melhoria da vida dos habitantes do Distrito Urbano da Baía”, em cujo território funciona, desde Janeiro, uma brigada de registo de nascimento de crianças e adultos, um serviço público que não existia na circunscrição.

De acordo com o administrador Paulo Zadi, a chegada da brigada de registo civil deixou a população “bastante satisfeita”, porque um número expressivo de moradores não era portador de qualquer documento de identidade nacional.

## 8.30 Plano de Abastecimento de Água responde à pandemia do Covid-19

*Jornal de Angola*

27 De Março de 2020

Texto: *João Dias*

À meia-noite de hoje começou a vigorar o Estado de Emergência e ontem foi aprovado, durante a reunião ordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros, o Plano de Contingência de Abastecimento de Água. O encontro decorreu no Centro de Convenções de Talatona (CCTA), sob orientação do Presidente da República, João Lourenço.

O Plano visa dar resposta ao surgimento da pandemia do Covid-19, que traz à tona o défice na distribuição de água potável. O abastecimento não será 24 sobre 24 horas, por questões de ordem estrutural, embora venha a ser ampliado o número de pontos de distribuição para camiões cisternas.

“Sabemos todos das limitações na distribuição de água em Luanda e no resto do país. Temos um deficiente de abastecimento, por força do sobredimensionamento da infra-estrutura existente, devido ao crescimento populacional”, reconheceu o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, lembrando que o plano resulta da recomendação do Conselho da República, reunido há dois dias.

O ministro explicou que o Plano de Contingência abarca acções que passam pelo reforço da capacidade técnica da EPAL e das empresas provinciais de água e saneamento, para que possam rapidamente reparar as avarias existentes na rede de distribuição, sobretudo, rupturas nas condutas e outras avarias em equipamentos, que interrompem o abastecimento de água em várias cidades, principalmente, em Luanda, Cabinda, Saurimo e Lwena.

Em face da situação de emergência, João Baptista Borges sublinhou que o Plano de Contingência levará à mobilização de meios humanos e técnicos das empresas que trabalham para o sector, de modo a reforçar as equipas de intervenção, para um maior reforço da capacidade de distribuição de água com camiões cisternas, uma vez que parte significativa da população recorre a este tipo de serviço.

O tarifário da água permanece inalterado e não se procederá a cortes por falta de pagamento, garantiu o ministro, que recomendou preços uniformes à água vendida pelos proprietários em camiões cisternas.

“Há necessidade de manter e reforçar a distribuição de água às zonas suburbanas. Estamos, por isso, a mobilizar camiões cisternas, propriedade das empresas que trabalham para o sector”, afirmou.

Segundo o ministro, a distribuição de água nesta fase vai incidir, com maior realce e a título gratuito, às chamadas “instalações essenciais”, designadamente, hospitais, centros de saúde, morgues, mercados informais, centros de quarentena e aos centros prisionais.

“Essas instalações vão receber água de forma gratuita e mais regularmente com camiões-cisterna, mobilizados no âmbito do plano em curso”, referiu o ministro, para quem, a nível das províncias, o procedimento será o mesmo.

Para garantir a distribuição, o ministro anunciou o reforço do piquete, que deve funcionar sete dias da semana e 24 horas por dia, sobretudo, na cidade de Luanda. João Baptista Borges garantiu também o aumento do número de linhas telefónicas, de uma para três, para atender às reclamações.

O Plano de Contingência levará também ao reforço do fornecimento de combustível para os sistemas de abastecimento de água nos municípios do interior, onde ainda não há electricidade da rede pública.

A aquisição de produtos químicos para o tratamento da água, devido à época chuvosa, é outra acção a ter em conta no âmbito do Plano. “Há necessidade acrescida de stocks de produtos químicos, visando garantir água adequada ao consumo humano”, referiu. O ministro defendeu maior comunicação para manter a articulação do plano com as diferentes entidades envolvida.

### 8.31 Proibido o corte de água e energia eléctrica em Benguela

*Jornal de Angola*

*27 De Março de 2020*

*Texto: Sampaio Júnior e Hermínio*

*Fontes*

O Governo Provincial de Benguela orientou a cessação dos cortes de abastecimento de água e fornecimento de energia eléctrica, no âmbito das medidas de prevenção do Covid-19 e prestação dos serviços essenciais à população.

Num comunicado, assinado pelo governador Rui Falção, o Governo de Benguela refere que a orientação visa garantir a higienização pessoal e colectiva. Apesar de não ter nenhum caso positivo de Covid-19, o Governo Provincial de Benguela alerta as famílias para o uso racional destes bens, no sentido de beneficiar um maior número de pessoas.

À reportagem do Jornal de Angola, uma fonte da ENDE, que pediu o anonimato, explicou que os clientes com dívidas não serão alvos de cortes no fornecimento de energia, durante o período de quarentena. “Quem tiver dívida não terá a sua instalação desligada. Entretanto, existem avarias momentâneas, provocadas por qualquer perturbação no sistema, que não serão possíveis de evitar”, frisou.

Contudo, garantiu que a ENDE terá equipas técnicas disponíveis para reparar as avarias no mais curto espaço de tempo. “Teremos equipas em prontidão. Isso não vai falhar”, assegurou, acrescentando que

tudo está a ser feito para que o fornecimento de energia não seja interrompido nas principais cidades do litoral de Benguela.

“ A ENDE está engajada na energização dos centros de quarentena criados nos hotéis Infotur, RITZ e na Vila Olímpica, imóveis que nunca tiveram corrente eléctrica da rede pública”, disse.

#### Quarentena

Treze pessoas, residentes em Benguela, foram colocadas em quarentena institucional obrigatória, depois de terem violado a quarentena domiciliar. Os visados chegaram ao país nos dias 17 e 18 de Março, provenientes de Lisboa e Porto, Portugal, onde foram registados milhares de casos de Covid-19. Uma equipa médica especializada acompanha o estado clínico dos 13 cidadãos em quarentena.

O governador Provincial de Benguela, Rui Falcão, constatou as condições criadas nos três centros de quarentena e exortou a população a cumprir com as medidas de prevenção do Covid-19 decretadas pelo Governo angolano.

O Estádio Nacional de Ombaka vai ser transformado em Posto de Controlo do Covid-19 para recepção de utensílios de uso pessoal e refeições entregues pelos familiares das pessoas em quarentena institucional obrigatória.

A Comissão Provincial de Saúde Pública para a Implementação do Plano Nacional de Prevenção, Controlo e Resposta ao Covid-19 estabeleceu que os utensílios e refeições devem ser entregues das 7 às 8, das 12 às 13 e das 17 às 18 horas.

#### “Alerta FM”

Um programa radiofónico denominado “Alerta FM” foi criado na emissora provincial de Benguela, do grupo Rádio Nacional de Angola, para incentivar e promover as medidas de prevenção contra o Covid-19.

O director da Rádio Benguela, Adão Filipe, explicou que o programa será transmitido em português e na língua nacional Umbundo. O programa, cuja primeira emissão foi ao ar no dia 24 de Março, será emitido diariamente durante uma hora, das 19 às 20, com reposição às 23 horas, e terá como convidados médicos, académicos e membros da sociedade civil.

## 8.32 Proibido o corte de água e energia eléctrica

*Jornal de Angola*

*27 De Março de 2020*

*Texto: Sampaio Júnior e Hermínio*

*Fontes*

O Governo Provincial de Benguela orientou a cessação dos cortes de abastecimento de água e fornecimento de energia eléctrica, no âmbito das medidas de prevenção do Covid-19 e prestação dos serviços essenciais à população.

Num comunicado, assinado pelo governador Rui Falcão, o Governo de Benguela refere que a orientação visa garantir a higienização pessoal e colectiva.

Apesar de não ter nenhum caso positivo de Covid-19, o Governo Provincial de Benguela alerta as famílias para o uso racional destes bens, no sentido de beneficiar um maior número de pessoas.

À reportagem do Jornal de Angola, uma fonte da ENDE, que pediu o anonimato, explicou que os clientes com dívidas não serão alvos de cortes no fornecimento de energia, durante o período de quarentena.

"Quem tiver dívida não terá a sua instalação desligada. Entretanto, existem avarias momentâneas, provocadas por qualquer perturbação no sistema, que não serão possíveis de evitar", frisou.

Contudo, garantiu que a ENDE terá equipas técnicas disponíveis para reparar as avarias no mais curto espaço de tempo. "Teremos equipas em prontidão. Isso não vai falhar", assegurou, acrescentando que tudo está a ser feito para que o fornecimento de energia não seja interrompido nas principais cidades do litoral de Benguela.

" A ENDE está engajada na energização dos centros de quarentena criados nos hotéis Infotur, RITZ e na Vila Olímpica, imóveis que nunca tiveram corrente eléctrica da rede pública", disse.

## Quarentena

Treze pessoas, residentes em Benguela, foram colocadas em quarentena institucional obrigatória, depois de terem violado a quarentena domiciliar. Os visados chegaram ao país nos dias 17 e 18 de Março, provenientes de Lisboa e Porto, Portugal, onde foram registados milhares de casos de Covid-19. Uma equipa médica especializada acompanha o estado clínico dos 13 cidadãos em quarentena.

O governador Provincial de Benguela, Rui Falcão, constatou as condições criadas nos três centros de quarentena e exortou a população a cumprir com as medidas de prevenção do Covid-19 decretadas pelo Governo angolano.

O Estádio Nacional de Ombaka vai ser transformado em Posto de Controlo do Covid-19 para recepção de utensílios de uso pessoal e refeições entregues pelos familiares das pessoas em quarentena institucional obrigatória.

A Comissão Provincial de Saúde Pública para a Implementação do Plano Nacional de Prevenção, Controlo e Resposta ao Covid-19 estabeleceu que os utensílios e refeições devem ser entregues das 7 às 8, das 12 às 13 e das 17 às 18 horas.

### "Alerta FM"

Um programa radiofónico denominado "Alerta FM" foi criado na emissora provincial de Benguela, do grupo Rádio Nacional de Angola, para incentivar e promover as medidas de prevenção contra o Covid-19.

O director da Rádio Benguela, Adão Filipe, explicou que o programa será transmitido em português e na língua nacional Umbundo. O programa, cuja primeira emissão foi ao ar no dia 24 de Março, será emitido diariamente durante uma hora, das 19 às 20, com reposição às 23 horas, e terá como convidados médicos, académicos e membros da sociedade civil.

## 8.33 Covid-19: Criado sistema tradicional de lavagem das mãos

*Jornal de Angola*

*30 De Março de 2020*

*Texto: Arão Martins*

A população do município dos Gambos, a sul da cidade da cidade do Lubango, província da Huíla, tem estado a usar um sistema tradicional para a lavagem das mãos, no âmbito da prevenção do Covid-19.

A coordenadora do projecto da Acção de Desenvolvimento de Povo para Povo, para o projecto social integrado dos Gambos, Ropafadzo Ngwenya, explicou que o sistema, denominado “tip-tap”, em inglês, ou “Otyilikohelo tyo po mavoko”, é “muito seguro” para a lavagem das mãos. Ropafadzo Ngwenya informou que a Administração Municipal dos Gambos adquiriu mais de 300 bidões de cinco e 20 litros, que serão montados como sistema de lavagem das mãos.

Explicou que para a efectivação do programa, foram criadas mais de 50 equipas de activistas comunitários que andam de porta em porta a mobilizar as famílias para a prevenção da pandemia. As equipas têm estado a instalar os sistemas tradicionais de lavagem das mãos nas sedes comunais, sectores e aldeias.

“O sistema é simples e barato. A população está a aderir de forma positiva ao sistema de lavagem das mãos, o que contribuir não só na prevenção da propagação do Covid-19, mas também de outras doenças oportunistas por falta da higiene na região”, disse. Inicialmente, referiu, o sistema era ignorado pelas pessoas. Em função dos apelos sobre o Covid-19, acrescentou, tem havido muita adesão da população.

“Contamos com o apoio da Administração Municipal dos Gambos e do Ministério da Saúde, através dos serviços locais. As famílias estão a procurar as equipas para a montagem do sistema de lavagem das mãos”, disse.

### Mercados encerrados

A Comissão Técnica Provincial para Resposta à Pandemia do Covid-19 determinou o encerramento, desde ontem, de todos os mercados informais da cidade do Lubango por falta de condições sanitárias e de higienização, o que constitui como uma fonte de alto risco de contágio comunitário. “A medida é temporária para a prevenção e controlo da propagação da pandemia Covid-19”, determina o comunicado.

A decisão do encerramento de todos os mercados informais, incluindo o do Mutundo, com capacidade de albergar 6.845 lugares e do Rio Nangombe, com mais de 3 mil lugares, consta do comunicado da 6ª reunião daquela comissão, decorrida sábado e orientada pelo seu coordenador e governador da Huíla, Luís Nunes.

Os estabelecimentos comerciais admitidos a funcionar, refere o comunicado, devem criar as condições de biossegurança para a prevenção, tais como água corrente para a lavagem das mãos, álcool

para desinfecção, bem como definir os limites de distanciamento entre os utentes, sob pena de serem encerrados. A Comissão apela a população a manter a serenidade e a observância rigorosa das medidas definidas em consequência do Estado de Emergência declarado pelo Presidente da República, indica o comunicado distribuído à imprensa.

### 8.34 Covid-19: Tambores transformados em lavatórios no Zango

*Jornal de Angola*

*30 De Março de 2020*

*Texto: Edivaldo Cristóvão*

Em tempos de crise, a criatividade deve ser colocada em evidência. Foi a pensar nisso que Zidane Aguiar Pascoal, 22 anos, criou lavatórios adaptados em tambores de 200 litros, para ajudar na higienização de milhares de angolanos, lavando as mãos com água e sabão, na luta contra a Covid-19.

A reportagem do Jornal de Angola, que descobriu o jovem através da sua conta no Facebook, encontrou-o, no terraço de casa, a pintar um dos tambores transformado em lavatório, para ser entregue a um cliente. Zidane Pascoal, que há dois anos vive com os pais e os irmãos, no projecto das 500 casas, em Viana, conta que sempre foi designer gráfico e muito atento às redes sociais, onde tem acompanhado sites que o inspiram a criar novas coisas.

"Há dois meses, tenho visto os apelos feitos pelos meios de comunicação social, a incentivar as pessoas a lavarem as mãos. Daí surgiu-me a ideia de fazer lavatórios adaptados em tambores de 200 litros, para facilitar essa campanha contra o Covid-19", explicou o jovem.

A ideia, referiu, é ajudar na higienização das pessoas, sobretudo aquelas que têm de estar na rua a trabalhar. O jovem pretende instalar lavatórios em pontos onde existam grandes aglomerações de pessoas, tais como paragens de táxi, supermercados, igrejas, hospitais e cemitérios.

Zidane Pascoal disse que os tambores são adquiridos a sete mil kwanzas, enquanto o lavatório é comprado a 11 mil. Com a inclusão de outros materiais, a produção de cada lavatório fica orçado em 40 mil e a venda ao cliente a 50 mil kwanzas.

O jovem pede ajuda ao Executivo para a obtenção de matéria-prima. Garantiu que, caso receba apoios, estará disponível para fazer os lavatórios, sem ser necessário pagar a mão-de-obra. Até ao momento, o jovem recebeu a garantia de apoio da ex-miss

Universo Leila Lopes. "Graças a Deus, a ex-miss Universo Leila Lopes garantiu apoio com a compra de material e propôs que na venda de cada lavatório, oferecesse um, para dar a possibilidade dos hospitais e postos médicos a terem também estes equipamentos", disse, acrescentando que, por dia, pode produzir dez tambores, a minha perspectiva é fazer pelo menos cem, numa primeira fase. Os lavatórios têm dois canais de água, um de entrada e outra para drenagem, que facilita o serviço de água corrente.

### 8.35 Covid-19: Criado sistema tradicional de lavagem das mãos

*Arão Martins | Lubango*

*30 De Março, 2020*

A população do município dos Gambos, a sul da cidade da cidade do Lubango, província da Huíla, tem estado a usar um sistema tradicional para a lavagem das mãos, no âmbito da prevenção do Covid-19.

A coordenadora do projecto da Acção de Desenvolvimento de Povo para Povo, para o projecto social integrado dos Gambos, Ropafadzo Ngwenya, explicou que o sistema, denominado "tip tap", em inglês, ou "Otyilikohelo tyo po mavoko", é "muito seguro" para a lavagem das mãos. Ropafadzo Ngwenya informou que a Administração Municipal dos Gambos adquiriu mais de 300 bidões de cinco e 20 litros, que serão montados como sistema de lavagem das mãos.

Explicou que para a efectivação do programa, foram criadas mais de 50 equipas de activistas comunitários que andam de porta em porta a mobilizar as famílias para a prevenção da pandemia. As equipas têm estado a instalar os sistemas tradicionais de lavagem das mãos nas sedes comunais, sectores e aldeias.

"O sistema é simples e barato. A população está a aderir de forma positiva ao sistema de lavagem das mãos, o que contribuir não só na prevenção da propagação do Covid-19, mas também de outras doenças oportunistas por falta da higiene na região", disse. Inicialmente, referiu, o sistema era ignorado pelas pessoas. Em função dos apelos sobre o Covid-19, acrescentou, tem havido muita adesão da população.

"Contamos com o apoio da Administração Municipal dos Gambos e do Ministério da Saúde, através dos serviços locais. As famílias estão a procurar as equipas para a montagem do sistema de lavagem das mãos", disse.



## Mercados encerrados

A Comissão Técnica Provincial para Resposta à Pandemia do Covid-19 determinou o encerramento, desde ontem, de todos os mercados informais da cidade do Lubango por falta de condições sanitárias e de higienização, o que constitui como uma fonte de alto risco de contágio comunitário. “A medida é temporária para a prevenção e controlo da propagação da pandemia Covid-19”, determina o comunicado.

A decisão do encerramento de todos os mercados informais, incluindo o do Mutundo, com capacidade de albergar 6.845 lugares e do Rio Nangombe, com mais de 3 mil lugares, consta do comunicado da 6ª reunião daquela comissão, decorrida sábado e orientada pelo seu coordenador e governador da Huíla, Luís Nunes.

Os estabelecimentos comerciais admitidos a funcionar, refere o comunicado, devem criar as condições de biossegurança para a prevenção, tais como água corrente para a lavagem das mãos, álcool para desinfecção, bem como definir os limites de distanciamento entre os utentes, sob pena de serem encerrados. A Comissão apela a população a manter a serenidade e a observância rigorosa das medidas definidas em consequência do Estado de Emergência declarado pelo Presidente da República, indica o comunicado distribuído à imprensa.

### 8.36 Cuanza-Norte: Cidadãos violam quarentena à procura do precioso líquido

*Jornal de Angola*

*30 De Março de 2020*

*Texto: Manuel Fontoura*

A falta de água na maioria dos bairros de Ndalatando tem obrigado os munícipes a saírem de casa à procura do precioso líquido, violando, assim, a quarentena imposta pelo Decreto sobre o Estado de Emergência devido à pandemia do Covid-19.

Apesar da informação prestada há dias pelo presidente do Conselho de Administração da Empresa de Água do Cuanza-Norte, segundo a qual estava garantido o abastecimento regular de água em todas as zonas, na prática nada disso está a ocorrer.

A reportagem do Jornal de Angola constatou, ontem, a procura desesperada pela água por parte de munícipes de vários bairros de Ndalatando. Muitas viaturas, motorizadas com carroça e pessoas apeadas

se dirigiam para distintos lugares aonde era possível encher os recipientes.

Na fonte da Santa Isabel, onde existem dois canais de abastecimento, foram vistas dezenas de cidadãos, com o intuito de conseguirem água.

Ary Jander, morador do bairro Catome de Cima, disse que, apesar da quarentena e dos constantes apelos das autoridades para se manter em casa, ainda assim não foi possível obedecer, devido à falta de água em casa. “Realmente é complicado, não temos água em nossas casas, por isso não tem como obedecer as normas e se manter em casa sem este bem”, disse.

O funcionário público Lourenço Manuel Domingos precisou que o bairro Miradouro, onde vive não tem água corrente e nem sequer existe um fontanário em funcionamento. Além disso, mesmo que as autoridades quisessem levar lá água com cisternas, não há ruas em condições para as mesmas passarem, disse.

Para além da fonte da Santa Isabel, encontrámos, igualmente, dezenas de pessoas na girafa do bairro Embondeiro na luta para conseguir um pouco de água para a família.

A Reportagem do Jornal de Angola passou, igualmente, pelas igrejas Católica, Metodista, Pentecostal, Adventista do Sétimo Dia, algumas evangélicas, Universal do Reino de Deus, Bom Deus e Mundial. As mesmas estavam totalmente vazias, cumprindo com a medida das autoridades que proíbe a acumulação de mais de 50 pessoas num só lugar. Nos caixas electrónicas foi possível observar o distanciamento entre as pessoas nas filas. As ruas estavam calmas e mais ou menos isoladas, sendo que os mototaxistas são impedidos de transportarem passageiros.

Os mesmos circulam sozinhos, mas apenas para actividades que se mostrem necessárias. De contrário, as motorizadas são retidas pela Polícia.

Nos hospitais provincial do Cuanza-Norte e municipal de Cazengo, bem como no centro de saúde do bairro Sassa, foi possível observar que as visitas foram interditas, até que o Estado de Emergência esteja ultrapassado.

### 8.37 Resíduos sólidos têm tratamento sustentável

*Jornal de Angola*

30 De Março, 2020

Os resíduos sólidos procedentes dos centros de acolhimento para a quarentena institucional têm merecido tratamento específico e sustentável no aterro sanitário de Mulenvos, em Luanda, onde há uma incineradora a operar com o objectivo de destruir os microrganismos causadores de doenças várias, entre as quais o novo coronavírus (Covid-19), o vilão do momento.

A informação foi dada ao Jornal de Angola por Monteiro Gomes Lumbo, presidente do conselho de administração da Agência Nacional de Resíduos (ANR), entidade adstrita ao Ministério do Ambiente (MINAMB). “Desde a abertura dos centros de acolhimento que os resíduos produzidos nesses locais são transportados para o aterro de Mulenvos, onde são queimados, tal como os resíduos hospitalares, numa incineradora a temperaturas superiores a mil graus centígrados”, explicou.

Acrescentou que todo este processo é “feito em obediência às regras de biossegurança, em depósitos adequados, nos centros de quarentena, sem que os operadores tenham acesso às salas/quartos dos alojados”. Revelou que o “descarte é controlado e aqui há que louvar a intervenção e acompanhamento permanentes da Casa de Segurança do Presidente da República”.

Com este procedimento, o Ministério do Ambiente, através da ANR, pretende que os resíduos perigosos, maioritariamente composto por máscaras, tapa-bocas, restos de alimentos, garrafas pet e outros mereçam destino adequado e eliminação total.

De acordo com Monteiro Lumbo, esta fórmula visa não só evitar o contágio de pessoas pelo coronavírus e outras enfermidades que emanam de resíduos perigosos, como os hospitalares, mas também para a defesa do ambiente, uma vez que “se transforma em escória que, facilmente, encontra destino, porque reduzido”.

O PCA da ANR adiantou que a incineradora de Mulenvos por enquanto está a dar boa resposta ao tratamento dos resíduos provenientes dos cinco centros, designadamente Barra do Kwanza, Calumbo I, Calumbo II, Victoria Garden e Fertur.

“A incineradora de Mulenvos já existe há algum tempo, além de que algumas operadoras de resíduos também possuem. Mas, por via das dúvidas e para

nos precavermos de um eventual aumento da demanda, uma segunda incineradora será instalada no centro de acolhimento de Calumbo, local identificado por uma equipa composta por técnicos da Agência Nacional de Resíduos, Direcção Nacional do Ambiente, Governo da Província de Luanda, Administração de Calumbo e uma operadora de resíduos.

“Devido a questões logísticas provavelmente não temos condições de colocar em cada centro um incinerador, pois são máquinas fixas implantadas no solo, podendo, entretanto, ser móveis. Estamos convictos ser uma situação passageira e o tempo que levamos para este combate depende de todos nós em obedecermos e colaborarmos com todas as medidas e orientações dos órgãos do Estado competentes”, estimou.

Monteiro Lumbo assegurou, também, que “a logística para a recolha, transportes, tratamento para desinfeção e queima está acautelado no serviço integrado. Por conseguinte, e atendendo às condições económicas, não podemos instalar incineradoras em cada centro de quarentena”.

Segundo o nosso interlocutor, relativamente às demais províncias que não Luanda, em algumas há incineradoras em hospitais públicos de referência e onde não se recorre ao método tradicional de queima, preferindo-se aqui escolher o dano menor.

### 8.38 Tambores transformados em lavatórios no Zango

*Jornal de Angola*

30 De Março de 2020

Texto: Edivaldo Cristóvão

Em tempos de crise, a criatividade deve ser colocada em evidência. Foi a pensar nisso que Zidane Aguiar Pascoal, 22 anos, criou lavatórios adaptados em tambores de 200 litros, para ajudar na higienização de milhares de angolanos, lavando as mãos com água e sabão, na luta contra a Covid-19.

A reportagem do Jornal de Angola, que descobriu o jovem através da sua conta no Facebook, encontrou-o, no terraço de casa, a pintar um dos tambores transformado em lavatório, para ser entregue a um cliente. Zidane Pascoal, que há dois anos vive com os pais e os irmãos, no projecto das 500 casas, em Viana, conta que sempre foi designer gráfico e muito atento às redes sociais, onde tem acompanhado sites que o inspiram a criar novas coisas.

"Há dois meses, tenho visto os apelos feitos pelos meios de comunicação social, a incentivar as pessoas a lavarem as mãos. Daí surgiu-me a ideia de fazer lavatórios adaptados em tambores de 200 litros, para facilitar essa campanha contra o Covid-19", explicou o jovem.

A ideia, referiu, é ajudar na higienização das pessoas, sobretudo aquelas que têm de estar na rua a trabalhar. O jovem pretende instalar lavatórios em pontos onde existam grandes aglomerações de pessoas, tais como paragens de táxi, supermercados, igrejas, hospitais e cemitérios.

Zidane Pascoal disse que os tambores são adquiridos a sete mil kwanzas, enquanto o lavatório é comprado a 11 mil. Com a inclusão de outros materiais, a produção de cada lavatório fica orçado em 40 mil e a venda ao cliente a 50 mil kwanzas.

O jovem pede ajuda ao Executivo para a obtenção de matéria-prima. Garantiu que, caso receba apoios, estará disponível para fazer os lavatórios, sem ser necessário pagar a mão-de-obra. Até ao momento, o jovem recebeu a garantia de apoio da ex-miss Universo Leila Lopes. "Graças a Deus, a ex-miss Universo Leila Lopes garantiu apoio com a compra de material e propôs que na venda de cada lavatório, oferecesse um, para dar a possibilidade dos hospitais e postos médicos a terem também estes equipamentos", disse, acrescentando que, por dia, pode produzir dez tambores, a minha perspectiva é fazer pelo menos cem, numa primeira fase.

Os lavatórios têm dois canais de água, um de entrada e outra para drenagem, que facilita o serviço de água corrente.

### 8.39 Periferia de Cabinda com carência de água

*Jornal de Angola*

31 Mar 2020

Texto: Bernardo Capita e Leonor

Mabiala

A avaria registada há cerca de dez dias na conduta que transporta água da Estação de Tratamento do Lucola para os reservatórios do Tchizo, na zona do Lombe, está a condicionar o abastecimento de água potável à cidade de Cabinda e bairros periféricos.

A situação está a causar sérios constrangimentos à população, que, como alternativa, está a consumir água de cacimbas. Algumas pessoas com possibilidades financeiras optam pela água das

cisternas, estando mil litros a serem comercializados a mil kwanzas ou mais.

O secretário provincial de Energia e Águas, Rafael Paca, confirmou ontem a avaria, referindo que a mesma faz com que o sector não consiga abastecer a população, de maneira eficaz e regular. "Devido à avaria só conseguimos abastecer algumas zonas do centro da cidade de Cabinda".

Segundo Rafael Paca, após a identificação da avaria, o sector provincial de Energia e Águas notificou a empresa chinesa que efectuou as obras, para reparar a conduta o mais rápido possível, para se repor o normal abastecimento de água à população da cidade de Cabinda e zonas periféricas.

Rafael Paca recordou que o abastecimento de água potável ao centro da cidade de Cabinda está a ser feito com o suporte da estação de tratamento velha e do número 2, com capacidade global de 1.400 metros cúbicos de água por hora.

"Estamos a fazer tudo no sentido de o mais rápido possível resolvermos a situação, para que os outros bairros que não têm água possam tê-la" sublinhou.

### 8.40 Periferia de Cabinda com carência de água

*Jornal de Angola*

31 De Março de 2020

A avaria registada há cerca de dez dias na conduta que transporta água da Estação de Tratamento do Lucola para os reservatórios do Tchizo, na zona do Lombe, está a condicionar o abastecimento de água potável à cidade de Cabinda e bairros periféricos.

A situação está a causar sérios constrangimentos à população, que, como alternativa, está a consumir água de cacimbas. Algumas pessoas com possibilidades financeiras optam pela água das cisternas, estando mil litros a serem comercializados a mil kwanzas ou mais.

O secretário provincial Energia e Águas, Rafael Paca, confirmou ontem a avaria referindo que a mesma fez com que o sector não consiga abastecer a população, maneira eficaz e regular. Devido à avaria só conseguimos abastecer algumas zonas do centro da cidade Cabinda".

Segundo Rafael Paca, após da identificação da avaria, o sector provincial de energia e água notificou a empresa chinesa que efectuou as obras, para reparar a conduta o mais rápido possível para se repor o normal abastecimento de água à população da cidade de Cabinda e zonas periféricas.

Rafael Paca recordou que o abastecimento de água potável ao centro da cidade de Cabinda está a ser feito com o suporte da estação de tratamento velha e do número 2, com capacidade global de 1.400 metros cúbicos de água por hora.

"Estamos a fazer tudo no sentido de o mais rápido possível resolvermos a situação, para que os outros bairros que não têm água possam tê-la" sublinhou.

## 8.41 Descarga da albufeira inunda bairros de Massangano

*Jornal de Angola*

*3 De Março de 2020*

*Autor: André Brandão*

Mais de mil famílias de oito bairros da comuna de Massangano, município de Cambambe, província do Cuanza-Norte, que vivem em zonas ribeirinhas do rio Kwanza, encontram-se isoladas há cerca de duas semanas, devido à inundação causada pela descarga da albufeira da barragem de Cambambe.

O governador provincial do Cuanza-Norte, Adriano Mendes de Carvalho, deslocou-se ao local de chata, onde permaneceu cerca de duas horas, e constatou que a população está sem assistência médica, debate-se com a escassez de alimentos e sem alternativas para se locomover desta região.

A reportagem do Jornal de Angola apurou que falta quase tudo na circunscrição, e os principais serviços, como a Saúde, Educação e Transportes estão paralisados. As populações, por exemplo, não têm como se deslocar para as áreas mais seguras, ou em busca de bens essenciais como alimentos e água por falta de meios de locomoção.

A descarga da barragem de Cambambe inundou, também, o principal mercado da cidade do Dondo, devido ao transbordo das águas do rio Kwanza, resultante da abertura das comportas da barragem para reduzir a pressão e o volume de água na albufeira.

Maria Raimundo, mãe de sete filhos, moradora do bairro Cambondo, disse ao Jornal de Angola que está a passar por momentos difíceis, pois a família não tem o que comer, porque a sua lavra, a única fonte de sustento até então, foi devastada pelas correntezas das águas.

Maria Raimundo, que se encontra em estado de gravidez, está preocupada com a saúde de alguns anciãos na região por estarem remetidos a lugares húmidos sem quaisquer cuidados médicos. Algumas

crianças no bairro Cambondo queixam constantemente de dores de barriga e febres, mas não são evacuadas para a sede do município porque as chatas que fazem serviço de táxi reduziram a frequência na localidade devido às condições críticas em que o rio Kwanza apresenta.

Manifestamente aflita, Maria Raimundo revelou que o bairro Cambondo é habitado, aproximadamente, por 200 famílias, e não sabe de concreto sobre a situação dos moradores do lado oposto do rio.

O habitante do bairro Cassequel, Miguel Cangonga, disse que na sua localidade vivem cerca de 800 pessoas, onde as enchentes começaram nos primeiros dias do mês de Fevereiro. "Devastou toda a produção de mandioca e banana que serviria para a subsistência da própria população, que agora está dependente unicamente da pesca", lamentou.

Algumas populações em áreas muito críticas insistem na permanência nestes locais, por alegadamente não terem outro lugar para se instalarem com segurança.

### Estragos no Dondo

No Dondo, o principal mercado informal foi afectado e, conseqüentemente, cerca de 1.500 vendedores desalojados dos seus recintos. Os armazéns ficaram submersos e muitos bens perecíveis acabaram por se estragar.

O administrador municipal de Cambambe, Adão Malungo, informou que a Prodel e órgãos da administração local comunicaram atempadamente às populações que vivem em áreas ribeirinhas do rio Kwanza, de que em Dezembro último as comportas seriam abertas para libertar uma enorme quantidade de água da albufeira.

"Antes da descarga da albufeira, a Administração Municipal alertou todas as famílias que vivem nestes locais para que mudassem para áreas mais seguras, onde poderiam, inclusive, cultivar sem constrangimentos", disse Adão Malungo, acrescentando que o seu elenco está a angariar bens alimentares, roupa usadas e medicamentos para acudir a população afectada.

"O processo de descarga da albufeira da barragem de Cambambe", avançou, "será contínuo, pois está previsto mais evacuação de água nos próximos dias".

Construída no médio Kwanza, a barragem de Cambambe está situada no município com o mesmo nome, e entrou em actividade comercial em 1963, em 2009 foi modernizada, cuja finalidade é aumentar a potência energética de 180 para 960 megawatts, tornando o local no segundo maior centro

produtor de electricidade do país, depois de Laúca, que produz mil e 670 megawatts.

## 8.42 «Água salobra pode ser aproveitada», diz arquitecto

*Novo Jornal*

*7 De Março de 2019*

*Texto: Ernesto Gouveia*

Para Euclides Cristóvão, as águas salobras têm importância capital, tendo em conta as suas características associadas aos minerais existentes no subsolo, e lamentou o facto de não serem reaproveitadas.

O arquitecto sugere que as intervenções sejam urgentes, por ser um problema de carácter central.

"As administrações estão desprovidas de verbas, não têm técnicas e técnicos que possam intervir para uma melhor solução do problema. Isso deve ser remetido às instâncias superiores", refere.

Aquele professor universitário fez perceber que estamos diante de uma propagação invisível, a olho nu e apontou como possível solução a parceria com o sector privado, no ramo da construção, para que o problema possa ser dirimido.

Entende ainda que inicialmente não foram cumpridos os padrões técnicos na construção das casas na zona e a consequência não podia ter sido diferente.

"Todos os bairros ou distritos que não têm uma macrodrenagem definida, sem linha de escoamento das águas pluviais ou infra-estruturas, passam a ter sérios problemas de lençol freático", revela.

O Rangel, citou, era antes um musseque, e hoje cresceu consideravelmente. Segundo estudos que efectuou, outras localidades em Luanda também já começam a ter os mesmos problemas e cita como exemplos o bairro Palanca e o Golfe.

"Se não prevenirmos estes bairros e distritos, teremos o mesmo problema", alerta.

## 8.43 «Não tenho quem mais possa ajudar-me», desaba Tio Sebas

*Novo Jornal*

*7 De Março de 2019*

*Texto: Ernesto Gouveia*

Com 68 anos de idade vividos no Rangel, onde nasceu e testemunhou várias histórias, ocorridas

naquele antigo município agora reordenado para distrito urbano, Domingos Sebastião da piedade tem nos seus testemunhos a infelicidade de incluir os momentos em que a água começou a invadir as casas. Este efeito natural não deixou de parte a sua humilde residência. Completamente tomado pelas águas, o aposentado diz já ter tentado encontrar soluções, de entre elas a aquisição de motobomba para a sucção das águas. No entanto, limitado pela condição financeira, as suas possibilidades não iam muito além. Hoje o trabalho que a máquina fazia está resumido a um balde de dez litros. O estado físico do antigo electricista não permite muitas braçadas para imensa quantidade de água.

A opção foi a procura de ajuda com cartas enviadas, que até agora não tiveram resposta.

"Desde 2016 que não me dizem nada. Mande cartas para a Reinserção Social e para a Rádio Nacional de Angola. Infelizmente, não tive respostas até hoje."

Tio Sebas, como é chamado nas cercanias, não é conhecido apenas pelo facto de ser um decano no bairro, mas também por ser o dono de uma das casas que tem a água a dividir a ocupação com o proprietário.

"Para outro lugar não tenho como ir. Além de não ter dinheiro, não tenho quem mais possa ajudar-me", desabafa o ancião.

Entrar na casa daquele antigo morador exige um esforço e manobras flutuantes, com o apoio de tábuas apoiadas sobre pneus. O mínimo desequilíbrio podia resultar num banho involuntário e desconfortável.

As residências nos arredores do distrito, circundadas por uma vegetação que nasceu por força da concentração de águas, estão na mesma situação que a do nosso entrevistado. Outros, menos assolados, renovam o chão com uma nova base de betão, na intenção de estancar a penetração das águas. O sucesso, explica outro morador, é relativo porque a intervenção tem efeitos pouco duradouros, sendo que o lençol freático é um reservatório de água presente nas partes subterrâneas da Terra, os quais variam de 500 a 1000 metros de profundidade. Dessa maneira, uma parte da água da chuva escoar na superfície e outra infiltra-se nos solos.

## 8.44 A razão das noites mal dormidas no Rangel

*Novo Jornal*

*7 De Março de 2019*

*Texto: Ernesto Gouveia*

Não é novidade para a grande parte dos moradores ou frequentadores do célebre Rangel. A rua da vaidade e a rua da Dona Amália trazem uma novela que se desenrola há anos a enredo está apenas num capítulo denominado problema.

Água sobreposta em vários espaços é a dor de cabeça dos habitantes do "Rangu", como é vulgarmente chamado o bairro que orgulha alguns luandenses de referência que ali nasceram e cresceram mas que, fruto da dinâmica da vida, foram à procura de uma oportunidade diferente noutras paragens.

A época chuvosa só vem agravar o problema e tornar o cenário num verdadeiro caos. Ruas alagadas com água estagnada que, à medida que o tempo passa, assume a cor do solo e atrai ainda mais impurezas, originando bactérias que dão origem a toda a sorte de doenças.

as mosquitos têm aí a sua zona de conforto, tornando a região num potencial foco de doenças, com destaque para o paludismo e a malária. A situação é para lá de grave, horrível aos olhos de quem vê de perto, sob o risco de formar espumas de nojo no cérebro.

A instalação das águas não é sazonal, mas sim o dia-a-dia dos moradores. Neste emblemático bairro de Luanda, a zona do hospital Américo Boavida está também entre as mais vulneráveis a lençol freático invade as casas. Do interior das residências, o cenário é de total desconforto. A água faz morada em todos os compartimentos e não poupa os quintais, o que converte as moradias em espaços sem condições de habitabilidade.

A obtenção de motobombas para a sucção das águas é, até agora, a solução de muitos "moradores que, com outras possibilidades económicas, "já não estariam a viver naquela zona", como explica Benito Bula, morador.

O frequente uso destas máquinas sobrecarrega a engrenagem e encurta o seu tempo de duração. A compra de uma para substituição, segundo alguns entrevistados, nem sempre é possível. A reparação é a primeira opção, mas sem grandes garantias de durabilidade. A força da água deixa qualquer morador impotente e rendido a uma migração forçada, longe das doenças e próximo de uma qualidade de vida

diferente da que tem no bairro: Alguns optam pelo abandono das casas, que acabam por ser forçosamente transformadas em quartos de banho públicos e depósitos de lixo.

Resíduos sólidos e fezes humanas coabitam com a água que se tornou, ao longo de muitos anos, na inquilina natural das casas, sem lugar para uma alma viva capaz de lutar contra este mal.

A imponente da água salobra, que provém do solo, propicia a existência de algas e plantas aquáticas, concretamente a água-pé, conhecida planta que cobre a superfície dos lagos e charcos permanentes.

Para os moradores, todas as acções são válidas para a comunidade, na intenção de minimizar o problema. Há quem optou pela criação de valas de escoamento. Com fundos próprios, o jovem Tiago, morador do Rangel desde 1992, projectou de modo artesanal, valas sustentadas por anilhas, para equilibrar a invasão das águas ao longo de uma considerável extensão das ruas.

O jovem explica que o problema é mais grave. "O que fiz é apenas 'uma gota de água no oceano', o problema é ainda mais grave, incluindo o interior das casas."

O senhor Filipe, de 57 anos, explica que a situação obriga os moradores a tornarem-se engenheiros, mesmo sem terem passado pela escola. "A situação já dura muitos anos e as administrações estão conscientes disso", aponta o ancião.

## 8.45 Ambientalista adverte que os eucaliptos têm controlo de curto prazo

*Novo Jornal*

*7 De Março de 2019*

*Texto: Ernesto Gouveia*

Atribui-se a situação que o Rangel vive à inexistência dos eucaliptos que, em anos anteriores, abundavam naquela zona. O crescimento urbano originou o derrube das árvores e o conseqüente domínio dos lençóis de água em zonas devidamente identificadas e localizadas. Entre as propriedades desta árvore, dito pelo ambientalista Simão dos Santos, está a capacidade de a mesma consumir cerca de 200 litros de água por dia. Razão que justifica a campanha de arborização para a reposição daquela espécie vegetal.

Vladimir Russo esclarece que o problema não está no lençol freático. "É natural e não pode ser resolvido com projectos de engenharia", explica. Para o

ambientalista, o problema está na construção desregrada que foi acontecendo ao longo dos anos amplificada pela falta de saneamento básico.

A requalificação urbana da zona é outra solução que não colocou de parte. Para ele, as coisas passam também por uma observação minuciosa das condições de saneamento.

"As estruturas de saneamento básico, antigas e envelhecidas, não foram capazes de acompanhar o crescimento populacional. A produção de plásticos que bloqueiam as sarjetas e esgotos também contribuem para o problema. Uma das soluções passa pela requalificação urbana da área", recomendou.

Sobre o desaparecimento desta imponente árvore naquela zona, o entrevistado diz que não é razão que justifique a invasão de águas provenientes do subsolo.

"De maneira nenhuma. O facto de não ser possível escoar convenientemente as águas contribui para também para o estado calamitoso da área. Os eucaliptos eram apenas um controlo natural de curto prazo", observa.

O ambientalista reitera ainda que a arborização iria dar uma paisagem mais bonita e controlar a dispersão de poeiras, mas não resolve a problemática das águas paradas nem os problemas que resultam da fraca permeabilização dos solos.

Questionado sobre o risco de estarmos diante uma possível calamidade natural, disse que não. Apontou, sim, para uma degradação e consequente destruição das infra-estruturas físicas, devido às actividades humanas.

"Quando as águas não se infiltram no solo com facilidade, acabam por procurar outros caminhos, podendo também resultar em fenómenos erosivos e transporte de solos", finalizou Vladimir Russo.

O eucalipto é uma árvore de origem australiana, de rápido crescimento, que tem mais de 400 espécies e se adapta a diversos tipos de solo e clima. A sua cor original é o castanho-amarelado. O eucalipto é uma árvore como outra qualquer criada pela natureza.

Existem mais de 600 espécies pertencentes ao género *Eucalyptus*, originárias, sobretudo da Austrália e da Indonésia. É uma árvore de crescimento rápido com óptimas características físicas e mecânicas, com boa resistência a pragas e principalmente cultivada em reflorestamento.

## 8.46 Moradores preocupados com o lixo e a falta de professores

*Jornal de Angola*

12 De Março de 2020

Texto: Alberto Quiluta

Os problemas nos municípios e distritos urbanos da província de Luanda são, quase sempre, os mesmos. Por exemplo, na centralidade 8000, no Zango 5, a falta de professores nas salas de aula e o problema dos resíduos sólidos fazem companhia aos moradores.

De acordo com Carlos Lima, residente na "nova centralidade", algumas escolas não têm aulas de forma regular, porque os professores não se fazem presentes nas escolas.

O morador contou à equipa de reportagem do *Jornal de Angola* que, a par da situação do lixo, "estamos, também, com a falta de alguns professores"..

Quanto à problemática do saneamento básico, destacou que o lixo na centralidade está a tornar-se incómodo, realidade que se vê logo à entrada, onde são amontoados resíduos sólidos.

"Não temos uma empresa para fazer a recolha", lembrou. Para se livrarem da situação, os moradores são obrigados a desembolsar valores. "Temos de fazer contribuições para mitigar este problema".

Carlos Lima contou que no Bloco N, onde vive, os moradores fazem a contribuição de 20 mil kwanzas, quase todas as semanas, para pagar a terceiros, que se dedicam à recolha do lixo.

"Não se consegue compreender como é que uma zona como esta, onde devíamos ter bom saneamento básico, não haja um carro para recolher os resíduos sólidos, deixando as pessoas viverem nestas condições", sublinha, visivelmente agastado com a situação.

Para se contornar o problema, o nosso interlocutor recomenda a administração local que tome a peito a situação, numa altura em que a zona ainda não tem muitos moradores.

"Se depender só de nós, não vamos conseguir resolver o problema do lixo", realça.

## 8.47 Moradores preocupados com o lixo e a falta de professores

*Jornal de Angola*

13 De Março de 2020

*Autor: Alberto Quiluta*

Os problemas nos municípios e distritos urbanos da província de Luanda são, quase sempre, os mesmos. Por exemplo, na centralidade 8000, no Zango 5, a falta de professores nas salas de aula e o problema dos resíduos sólidos fazem companhia aos moradores.

De acordo com Carlos Lima, residente na "nova centralidade", algumas escolas não têm aulas de forma regular, porque os professores não se fazem presentes nas escolas.

O morador contou à equipa de reportagem do Jornal de Angola que, a par da situação do lixo, "estamos, também, com a falta de alguns professores"..

Quanto à problemática do saneamento básico, destacou que o lixo na centralidade está a tornar-se incómodo, realidade que se vê logo à entrada, onde são amontoados resíduos sólidos.

"Não temos uma empresa para fazer a recolha", lembrou. Para se livrarem da situação, os moradores são obrigados a desembolsar valores. "Temos de fazer contribuições para mitigar este problema".

Carlos Lima contou que no Bloco N, onde vive, os moradores fazem a contribuição de 20 mil kwanzas, quase todas as semanas, para pagar a terceiros, que se dedicam à recolha do lixo.

"Não se consegue compreender como é que uma zona como esta, onde devíamos ter bom saneamento básico, não haja um carro para recolher os resíduos sólidos, deixando as pessoas viverem nestas condições", sublinha, visivelmente agastado com a situação.

Para se contornar o problema, o nosso interlocutor recomenda a administração local que tome a peito a situação, numa altura em que a zona ainda não tem muitos moradores.

"Se depender só de nós, não vamos conseguir resolver o problema do lixo", realça.

## 8.48 Soyo aposta na melhoria do saneamento básico

*Jornal de Angola*

14 De Março de 2020

*Texto: Víctor Mayala e Joaquim*

*Suami*

A cidade do Soyo, na província do Zaire, conta com mais um projecto de recolha e tratamento de águas residuais e de lamas fecais (dejectos humanos), apresentado quinta-feira às autoridades e à sociedade civil, com o objectivo de melhorar o saneamento básico.

O referido projecto, tem o financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e contempla a construção de duas estações, uma para o tratamento de águas residuais (ETAR) e outra para lamas fecais ou dejectos humanos (ETLF).

Consta ainda do projecto a construção de quatro estações de transferência de dejectos humanos e uma rede de drenagem, com cerca de 41 quilómetros de colectores. Segundo a directora nacional de Águas, Elsa Ramos, o projecto resulta dos estudos realizados no âmbito da recolha e tratamento de águas residuais nas cidades e vilas costeiras de Lândana, Nzeto, Cabinda e Soyo, com o objectivo de melhorar as condições de saúde pública e a qualidade de vida dos habitantes. Elsa Ramos considerou crítico o saneamento básico da cidade petrolífera do Soyo, acrescentando que a implementação do projecto permitirá reverter o quadro. O administrador municipal adjunto do Soyo, José Suca, valorizou o projecto, na medida em que vai contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população da cidade petrolífera, tendo igualmente manifestado a sua preocupação em relação ao tratamento das águas pluviais, que, como disse, têm provocado muitos constrangimentos. José Suca sugere que o projecto apresentado abranja a construção de valas de drenagem de águas pluviais. O Jornal de Angola apurou, no encontro realizado na Mediateca do Soyo, que os especialistas envolvidos no projecto recomendaram também aos habitantes no sentido de alterarem alguns comportamentos, como construir latrinas ou fossas sépticas a menos de 30 metros de redes de água e em zonas com elevado nível de água subterrânea, para evitar a contaminação. Segundo os especialistas, o consumo de água contaminada tem provocado várias doenças, com destaque para a cólera, que já resultou no surgimento de um surto, no Soyo, em 2017.



Cabinda tem novo projecto de gestão de águas residuais

As comunidades da zona costeira dos municípios de Cabinda e de Cacongo vão beneficiar, nos próximos dias, de um projecto de gestão de águas residuais e lamas fecais, com vista a melhorar as condições de saneamento básico e de saúde pública.

O projecto, promovido pelo Ministério da Energia e Águas, conta com o financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento e foi apresentado quinta-feira à sociedade local. O seminário teve como objectivo dar a conhecer as soluções técnicas de recolha, armazenamento, transporte e tratamento de águas residuais e lamas fecais. O projecto, que está a ser acompanhado pela Direcção Nacional de Águas, está estruturado em três etapas fundamentais: a primeira está direccionada para a recolha de dados, a segunda para estudos de viabilidade e a terceira para a execução.

Durante a fase de execução do projecto vão ser construídas, nos municípios de Cabinda e de Cacongo, estações de tratamento de águas residuais, de lamas fecais, bem como redes de drenagem e colectores.

A directora nacional de águas, Elsa Ramos, disse que o projecto teve início em Março do ano passado, com vista a melhorar as condições de vida da população, com especial enfoque para a saúde pública.

Indicou que o projecto está direccionado, numa primeira fase, para as populações das províncias costeiras de Angola, como Bengo, Benguela, Namibe, Cuanza-Sul e Zaire, com excepção de Luanda, devido à sua extensão e densidade populacional.

O vice-governador para a Área Social e Política, Alberto Paka, destacou a importância da realização de estudos sobre a gestão de águas residuais e lamas fecais no país, por contribuir para o melhoramento da saúde pública e da qualidade de vida da população. Estiveram presentes no seminário representantes da Direcção Nacional de Águas, membros do Governo, administradores, responsáveis da Empresa Pública de Águas e convidados.

## 8.49 Em Malanje falta de dinheiro e equipamentos dificultam recolha de lixo

*Jornal Hora H*

*29 De Março de 2019*

*Texto: Mukwá Kilunji*

A falta de equipamentos e recursos financeiros está, sobremaneira, a dificultar a recolha de resíduos sólidos no centro e nos bairros periféricos da cidade de Malanje, provocando o acúmulo de lixo pelas artérias do casco urbano

Por ocasião do 87º aniversário da cidade de Malanje, comemorado a 13 do corrente mês, o Jornal Hora H constatou in loco, inúmeras anomalias relativamente ao saneamento, como também de infra-estrutura que a cidade padece.

João de Assunção, administrador municipal de Malanje, referiu que esta situação da " não recolha do lixo se regista há mais de um ano, e está também a condicionar o bom aspecto das ruas da cidade."

Justificando, no entanto que, por enquanto a área técnica da referida administração, conta apenas com um camião basculante e uma pá carregadora. Sendo que, como explicou, estes meios são bastantes ínfimos para dar resposta a todos problemas referentes a recolha de lixo de que a velha cidade padece.

Outra preocupação, e acordo com o responsável, está no mau estado das vias de acesso que ligam aos bairros periféricos e a deposição de lixo em locais impróprios por parte dos moradores.

Mas, este jornal apurou através de alguma perícia realizada na ocasião das festividades, chegando a conclusão que não há contentores ou um outro recipiente disponibilizado pela administração daquele município, de modos a facilitar o depósito dos resíduos sólidos por parte dos moradores.

Por esta razão, não tendo alternativa, os elementos dessas comunidades encontram como solução o ar livre para deixar o lixo. A isso, as autoridades administrativas, chamam de "depositar o lixo em lugares impróprios."

Porém, o meio ambiente malanjino tem sofrido em certa parte, por estas dificuldades identificadas quanto a recolha de lixo.

Relativamente às festas da cidade, onde organizaram-se palestras, feira dos agricultores, maratonas e outros atractivos, de modos a comemorar a data, porém, o ambiente ficou marcado pelo desânimo por parte da população, justamente pelo facto da não comparência dos músicos de cartaz tão esperados pelo povo malanjino.

São eles, W. King, Abiude, Matias Damásio, Baló Januário, dentre outros nomes sonantes do musical angolano, tidos como os principais rostos de cartaz, mas, por razão não apurada, não e fizeram presentes no encerramento das festividade da cidade de Malanje.

O que gerou uma certa revolta por parte dos Ias, sobretudo aqueles que deslocaram-se dos bairros longínquos por formas a ver de perto o seu ídolo, mas, acabaram frustrados pela desfeita dos mesmos.

Entretanto, muita polémica girou em tomo, uma vez que a organização não emitia alguma informação oficial quanto a ausência dos músicos. Muitos concluíram que tratou-se apenas duma propaganda enganosa, por normas a povoarem o recinto.

Verdade ou não, este semanário envidará algum esforço, de modos a trazer à ribalta o que está por detrás da não comparências dos referidos cantores.

Malanje, cujo a capital recebe o mesmo nome, foi elevada à categoria de cidade a 13 de Fevereiro de 1932, pelo primeiro governador de então distrito, Veríssimo Sarmento, através de Diploma Legislativo número 313, do regime Português. Com duas comunas integradas, dentre elas, Cambaxe e Ngola Luije, o município de Malanje (município sede) tem uma população estimada em 569 mil e 474 habitantes.

## 8.50 Covid-19: Resíduos sólidos têm tratamento sustentável

*Jornal de Angola*  
30 De Março de 2020

Os resíduos sólidos procedentes dos centros de acolhimento para a quarentena institucional têm merecido tratamento específico e sustentável no

aterro sanitário de Mulenvos, em Luanda, onde há uma incineradora a operar com o objectivo de destruir os microrganismos causadores de doenças várias, entre as quais o novo coronavírus (Covid-19), o vilão do momento.

A informação foi dada ao Jornal de Angola por Monteiro Gomes Lumbo, presidente do conselho de administração da Agência Nacional de Resíduos (ANR), entidade adstrita ao Ministério do Ambiente (MINAMB). “Desde a abertura dos centros de acolhimento que os resíduos produzidos nesses locais são transportados para o aterro de Mulenvos, onde são queimados, tal como os resíduos hospitalares, numa incineradora a temperaturas superiores a mil graus centígrados”, explicou.

Acrescentou que todo este processo é “feito em obediência às regras de biossegurança, em depósitos adequados, nos centros de quarentena, sem que os operadores tenham acesso às salas/quartos dos alojados”. Revelou que o “descarte é controlado e aqui há que louvar a intervenção e acompanhamento permanentes da Casa de Segurança do Presidente da República”.

Com este procedimento, o Ministério do Ambiente, através da ANR, pretende que os resíduos perigosos, maioritariamente composto por máscaras, tapa-bocas, restos de alimentos, garrafas pet e outros mereçam destino adequado e eliminação total.

De acordo com Monteiro Lumbo, esta fórmula visa não só evitar o contágio de pessoas pelo coronavírus e outras enfermidades que emanam de resíduos perigosos, como os hospitalares, mas também para a defesa do ambiente, uma vez que “se transforma em escória que, facilmente, encontra destino, porque reduzido”.

O PCA da ANR adiantou que a incineradora de Mulenvos por enquanto está a dar boa resposta ao tratamento dos resíduos provenientes dos cinco centros, designadamente Barra do Kwanza, Calumbo I, Calumbo II, Victoria Garden e Fertur.

“A incineradora de Mulenvos já existe há algum tempo, além de que algumas operadoras de resíduos também possuem. Mas, por via das dúvidas e para nos precavermos de um eventual aumento da demanda, uma segunda incineradora será instalada no centro de acolhimento de Calumbo, local identificado por uma equipa composta por técnicos da Agência Nacional de Resíduos, Direcção Nacional do Ambiente, Governo da Província de Luanda, Administração de Calumbo e uma operadora de resíduos.

“Devido a questões logísticas provavelmente não temos condições de colocar em cada centro um incinerador, pois são máquinas fixas implantadas no solo, podendo, entretanto, ser móveis. Estamos convictos ser uma situação passageira e o tempo que levamos para este combate depende de todos nós em obedecermos e colaborarmos com todas as medidas e orientações dos órgãos do Estado competentes”, estimou.

Monteiro Lumbo assegurou, também, que “a logística para a recolha, transportes, tratamento para desinfecção e queima está acautelado no serviço integrado. Por conseguinte, e atendendo às condições económicas, não podemos instalar incineradoras em cada centro de quarentena”.

Segundo o nosso interlocutor, relativamente às demais províncias que não Luanda, em algumas há incineradoras em hospitais públicos de referência e onde não se recorre ao método tradicional de queima, preferindo-se aqui escolher o dano menor.

## 8.51 Resíduos sólidos têm tratamento sustentável

*Jornal de Angola*  
30 De Março, 2020

Os resíduos sólidos procedentes dos centros de acolhimento para a quarentena institucional têm merecido tratamento específico e sustentável no aterro sanitário de Mulenvos, em Luanda, onde há uma incineradora a operar com o objectivo de destruir os microrganismos causadores de doenças várias, entre as quais o novo coronavírus (Covid-19), o vilão do momento.

A informação foi dada ao Jornal de Angola por Monteiro Gomes Lumbo, presidente do conselho de administração da Agência Nacional de Resíduos (ANR), entidade adstrita ao Ministério do Ambiente (MINAMB). “Desde a abertura dos centros de acolhimento que os resíduos produzidos nesses locais são transportados para o aterro de Mulenvos, onde são queimados, tal como os resíduos hospitalares, numa incineradora a temperaturas superiores a mil graus centígrados”, explicou.

Acrescentou que todo este processo é “feito em obediência às regras de biossegurança, em depósitos adequados, nos centros de quarentena, sem que os operadores tenham acesso às salas/quartos dos alojados”. Revelou que o “descarte é controlado e aqui há que louvar a intervenção e acompanhamento permanentes da Casa de Segurança do Presidente da República”.

Com este procedimento, o Ministério do Ambiente, através da ANR, pretende que os resíduos perigosos, maioritariamente composto por máscaras, tapa-bocas, restos de alimentos, garrafas pet e outros mereçam destino adequado e eliminação total.

De acordo com Monteiro Lumbo, esta fórmula visa não só evitar o contágio de pessoas pelo coronavírus e outras enfermidades que emanam de resíduos perigosos, como os hospitalares, mas também para a defesa do ambiente, uma vez que “se transforma em escória que, facilmente, encontra destino, porque reduzido”.

O PCA da ANR adiantou que a incineradora de Mulenvos por enquanto está a dar boa resposta ao tratamento dos resíduos provenientes dos cinco centros, designadamente Barra do Kwanza, Calumbo I, Calumbo II, Victoria Garden e Fertur.

“A incineradora de Mulenvos já existe há algum tempo, além de que algumas operadoras de resíduos também possuem. Mas, por via das dúvidas e para nos precavermos de um eventual aumento da demanda, uma segunda incineradora será instalada no centro de acolhimento de Calumbo, local identificado por uma equipa composta por técnicos da Agência Nacional de Resíduos, Direcção Nacional do Ambiente, Governo da Província de Luanda, Administração de Calumbo e uma operadora de resíduos.

“Devido a questões logísticas provavelmente não temos condições de colocar em cada centro um incinerador, pois são máquinas fixas implantadas no solo, podendo, entretanto, ser móveis. Estamos convictos ser uma situação passageira e o tempo que levamos para este combate depende de todos nós em obedecermos e colaborarmos com todas as medidas e orientações dos órgãos do Estado competentes”, estimou.

Monteiro Lumbo assegurou, também, que “a logística para a recolha, transportes, tratamento para desinfecção e queima está acautelado no serviço integrado. Por conseguinte, e atendendo às condições económicas, não podemos instalar incineradoras em cada centro de quarentena”.

Segundo o nosso interlocutor, relativamente às demais províncias que não Luanda, em algumas há incineradoras em hospitais públicos de referência e onde não se recorre ao método tradicional de queima, preferindo-se aqui escolher o dano menor.

## 9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

### 9.1 Mulheres continuam a queixar-se de violência doméstica

*Novo Jornal*

*6 De Março de 2020*

*Texto: Dulcineia Lafua*

Perto de 43 mulheres foram assassinadas pelos companheiros durante o ano de 2019 em contexto de violência doméstica. Relativamente ao número de casos que deram em óbito, a província de Luanda aparece em primeiro lugar, com 26 casos, de acordo com dados do Serviço de Investigação Criminal (SIC).

Dados do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) dão conta que, de Janeiro a Setembro, 3.307 casos de violência doméstica foram registados, sendo 2.605 denunciados por mulheres e 702 por homens.

Para os dois primeiros meses do corrente ano, o MASFAMU e o SIC informaram ao NJ que estão em fase de recolha de dados sobre casos de violência doméstica, mas este semanário sabe que, diariamente, vários cidadãos se deslocam àqueles dois órgãos para denunciar.

Agressões físicas, verbais, psicológicas, violações sexuais, questões financeiras e consumo de álcool são apontados como alguns dos factores que motivam assassinatos "bárbaros", que muitas vezes vazam nas redes sociais e fazem manchetes nos media.

Casos como o da advogada Carolina da Silva, assassinada e colocada na fossa pelo marido; da estudante Lúcia Henriqueta Abel, decapitada pelo próprio namorado na província do Huambo; de Elsa da Costa, agente da Polícia Nacional, assassinada à facada pelo ex-companheiro; de Jael Tamara, atropelada mortalmente pelo companheiro; e da jornalista Maria Semedo, também morta pelo parceiro, são apenas uma pequena amostra das consequências advindas da violência doméstica durante o ano de 2019.

Diferentes gerações, o mesmo tipo de violência. Mulheres como Linda Tomás, de 28 anos, e Antónia Pedro, de 47 anos de idade, e classes sociais diferentes, mas unidas pelas histórias de violência praticada pelos próprios parceiros, entram nas estatísticas oficiais.

Linda Tomás é uma jovem que quase perdeu a vida no final do mês de Fevereiro, quando decidiu terminar a relação com o namorado. Este, não aceitando a separação, conforme conta a vítima, procurou armar contra ela, alegando que não poderia terminar a relação de oito anos por via do telefone e, a seguir, convidou-a a chegar até à sua casa, na zona da Mabor, no Cazenga. Sem desconfiar da intenção do parceiro, Linda foi sujeita a uma intensa violação física que durou cerca de dez horas.

"Prendeu-me dentro de casa, fui agredida e violada várias vezes. Gritei por ajuda e ninguém apareceu", contou, com semblante visivelmente triste, e com marcas de agressão no seu corpo. Linda disse também que foi ameaçada de morte e ferida em algumas zonas do corpo enquanto clamava por socorro.

A intenção do namorado era pôr fim à vida de Linda, algo que, segundo ela, estava claro. "Disse que se não ficasse com ele, também não poderia ficar com mais ninguém. Pedeu para ligar à minha filha a informar que já estava a caminho de casa; enquanto isso, estava a ser torturada e ameaçada com faca, a mesma que usava para desferir vários golpes nas minhas pernas. Foi um episódio triste", lembrou.

Por uma distração do parceiro, conseguiu enviar uma mensagem à irmã pedindo por socorro. "Foi neste momento que as diligências começaram a ser feitas até ser encontrada já desacordada. O parceiro está foragido, mas continua a enviar mensagens pedindo perdão. Hoje me questiono: que amor é esse?".

Pelos filhos, preferiu o silêncio Antónia Pedro, outra vítima, conta que sofreu violência durante cinco anos, mas que não teve coragem de largar a relação e denunciar o parceiro por causa dos filhos.

"várias vezes fui agredida verbalmente e fisicamente pelo meu parceiro, mas mantive-me calada. Certa vez, grávida de seis meses, agrediu-me e fiquei com o rosto deformado. Tive coragem e denunciei a agressão à Polícia mais próxima.

No dia seguinte, tive pena dele, fui retirar a queixa por causa dos filhos que perguntavam pelo pai", disse.

À semelhança das mulheres, existem casos de homens agredidos e mortos pelas companheiras, como também casos de filhos assassinados pelos progenitores.

Recorde-se que, no fim do ano passado, Grupo de Mulheres Parlamentares propôs à Assembleia Nacional a revisão parcial da Lei Contra a Violência

Doméstica e o agravamento das penas aos infractores, para reduzir os casos violentos registados nos últimos tempos. Na altura, a presidente do Grupo, Maria do Nascimento, disse que a proposta previa rever apenas "alguns aspectos pontuais da lei, e adequá-la à realidade actual".

## 9.2 Mulheres defendem negociação colectiva

*Jornal de Angola*

*8 De Março de 2020*

*Texto: Kátia Ramos*

A presidente do Comité da Mulher sindicalizada da UNTA-CS defendeu, em Luanda, a necessidade de garantir direitos humanos fundamentais da liberdade de associação e negociação colectiva para todas as mulheres trabalhadoras

Ao intervir nas jornadas em alusão ao Dia Internacional da Mulher, que se assinala hoje, Maria Fernanda de Carvalho, disse que a preocupação de momento é que todas mulheres dominem os seus direitos, tanto na economia ou na informação, para que tenham acesso a protecção social.

A responsável considera que só desta forma não-de resistir aos preconceitos em relação ao papel da mulher na sociedade. Lembrou que os sindicatos filiados na UNTA-CS já estão a responder os desafios, como o investimento do quadro feminino com formações e a tendência de colocá-las no elemento central dos programas.

Revisão da Lei Geral do Trabalho

A presidente do Comité Nacional da Mulher Sindicalizada da UNTA disse terem apresentado recentemente uma proposta ao Executivo para a criminalização do assédio sexual e moral no local de trabalho, sendo esta uma conduta que está a crescer a cada dia que passa.

Durante o encontro, Maria Fernanda de Carvalho recordou que o assédio no local de trabalho também é considerado violência, apesar de não constar no actual Código Penal. "As mulheres assediadas devem recorrer à UNTA, que criou uma comissão para dar assistência jurídica e psicológica às vítimas de assédio sexual".

Garantiu que as sindicalistas estão preparadas para combater à violência e ao assédio no trabalho e que a UNTA defende acções de sensibilização da sociedade e das entidades empregadoras em torno da

necessidade de asseguramento da paz nos locais de trabalho.

"As empresas devem promover discussões entre os empregadores e trabalhadores com o objectivo de garantir a paz social e evitar despedimentos sem justa causa e desavenças no trabalho e só", disse a responsável da UNTA.

Em Luanda foram registadas, no ano passado, pela inspecção do sindicato mais de mil queixas. O andamento de processos relacionados com assédio fica comprometido por não haver no país uma legislação que condene este facto. A maior parte dos casos de assédio sexual é registada na Administração Pública e no trabalho doméstico. Os empregados domésticos, segundo Maria Fernanda, estão expostos a muitos riscos.

O Comité Nacional da Mulher Sindicalizada da UNTA conta com cerca de 400 mil membros em todo o país. Quanto à declaração lida no encontro, o documento cita a necessidade de o Governo investir mais no desenvolvimento da igualdade do género, bem como na promoção da presença de mulheres em posições de liderança.

O documento refere também a necessidade de melhorar os mecanismos de diálogo e concertação social, eliminar toda e qualquer manifestação de violência contra a mulher e garantir a igualdade de direitos e oportunidade no trabalho.

Na declaração foi também citada a necessidade da actualização do salário mínimo nacional e todas as prestações da segurança social e de uma lei que tipifica o assédio sexual e moral nos locais de trabalho.

## 9.3 Casos de violência tendem a diminuir

*Jornal de Angola*

*9 De Março de 2020*

*Texto: Fernando Neto e Victor Mayala*

Os casos de violência doméstica tendem a diminuir na província do Zaire, segundo a directora do Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Igualdade de Género.

Isabel Salvador acrescentou que em 2019 registaram-se 87 casos, menos 37 em relação ao ano anterior.

Segundo a directora do Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Igualdade de Género, entre os 87 casos registados em 2019 constam 12 queixas

apresentadas por homens, em virtude de terem sofrido agressões físicas perpetradas pelas parceiras.

Isabel Salvador frisou que o Governo local alcançou apenas 20 por cento, em termos de representatividade nos cargos públicos, um quadro que se pretende reverter, através da implementação de programas de formação técnico-profissional, em cursos como corte e costura e outros.

“O nosso propósito é formar as mulheres em corte e costura, para que possam se tornar independentes financeiramente e contribuïrem na renda familiar”, disse Isabel Salvador, para quem, desde a institucionalização do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, pela Organização das Nações Unidas, em 1975, nenhum país alcançou a meta desejada, em relação à promoção dos direitos políticos, sociais e económicos das mulheres.

A vice-governadora do Zaire para o sector Técnico e Infra-estruturas, Ângela Diogo, que fez o lançamento das actividades alusivas ao 8 de Março, lembrou que dos cerca de 30 milhões de angolanos mais de 50 por cento são mulheres.

“É necessário que as mulheres se afirmem, para poderem conquistar os seus direitos. Homens e mulheres devem ter os mesmos direitos e oportunidades, para que a sociedade angolana possa evoluir de forma justa e equilibrada”, sublinhou a vice-governadora.

Ângela Diogo frisou que os factores históricos e culturais não podem constituir barreiras às aspirações das mulheres, que devem continuar a lutar de forma digna para o alcance da equidade social.

“Devemos nos comprometer a lutar contra todas as barreiras e promover o avanço e fortalecimento das mulheres no mundo, em particular em Angola”, referiu.

No âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher, um grupo de senhoras afectas à Associação das Mulheres Polícias no Zaire (AMPA), visitou a unidade prisional de Manguê Grande, situada a 60 quilómetros da cidade do Soyo, onde doaram produtos da cesta básica e higiénicos.

## 9.4 Casos de violência tendem a diminuir

*Jornal de Angola*

*9 De Março de 2020*

*Texto: Fernando Neto e Víctor Mayala*

Os casos de violência doméstica tendem a diminuir na província do Zaire, segundo a directora do Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Igualdade de Género.

Isabel Salvador acrescentou que em 2019 registaram-se 87 casos, menos 37 em relação ao ano anterior.

Segundo a directora do Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Igualdade de Género, entre os 87 casos registados em 2019 constam 12 queixas apresentadas por homens, em virtude de terem sofrido agressões físicas perpetradas pelas parceiras.

Isabel Salvador frisou que o Governo local alcançou apenas 20 por cento, em termos de representatividade nos cargos públicos, um quadro que se pretende reverter, através da implementação de programas de formação técnico-profissional, em cursos como corte e costura e outros.

“O nosso propósito é formar as mulheres em corte e costura, para que possam se tornar independentes financeiramente e contribuïrem na renda familiar”, disse Isabel Salvador, para quem, desde a institucionalização do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, pela Organização das Nações Unidas, em 1975, nenhum país alcançou a meta desejada, em relação à promoção dos direitos políticos, sociais e económicos das mulheres.

A vice-governadora do Zaire para o sector Técnico e Infra-estruturas, Ângela Diogo, que fez o lançamento das actividades alusivas ao 8 de Março, lembrou que dos cerca de 30 milhões de angolanos mais de 50 por cento são mulheres.

“É necessário que as mulheres se afirmem, para poderem conquistar os seus direitos. Homens e mulheres devem ter os mesmos direitos e oportunidades, para que a sociedade angolana possa evoluir de forma justa e equilibrada”, sublinhou a vice-governadora.

Ângela Diogo frisou que os factores históricos e culturais não podem constituir barreiras às aspirações das mulheres, que devem continuar a lutar de forma digna para o alcance da equidade social.

“Devemos nos comprometer a lutar contra todas as barreiras e promover o avanço e fortalecimento das mulheres no mundo, em particular em Angola”, referiu.

No âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher, um grupo de senhoras afectas à Associação das Mulheres Polícias no Zaire (AMPA), visitou a unidade prisional de Mangué Grande, situada a 60 quilómetros da cidade do Soyo, onde doaram produtos da cesta básica e higiénicos.

## 9.5 Mulheres dominam comércio informal nas ruas da cidade do Cuito

*Jornal Economia e Finanças*

*20 De Março de 2020*

*Texto: Delfina Victorino*

O comércio de rua, vulgarmente conhecido como zunga, na província do Bié, é feito na sua maioria por mulheres de vários extractos sociais e académicos que procuram rendimentos para suprir as necessidades das famílias.

Segundo constatou o JE, na cidade do Cuito, a maior parte das mulheres exerce o duplo papel de chefes de famílias e mães.

Logo pela manhã, é visível o número de mulheres com bacias à cabeça, a abrirem as boutiques, lojas e outras a alugarem viaturas para a compra e comercialização de produtos alimentares que provêm do interior dos municípios.

Nos estabelecimentos comerciais, ruas e nos mercados, a presença de mulheres na actividade mercantil é de um número elevado em relação aos homens.

A zunga, é exercida maioritariamente por mulheres provenientes de várias localidades, desde o interior dos municípios e até de Luanda para "despachar" o negócio.

Na venda de roupas, produtos alimentares e de construção, mobiliários, agências bancárias, instituições públicas entre outras actividades comerciais, é notória a presença de mulheres a gerirem os negócios.

O JE conversou com algumas zungueiras na cidade do Cuito e todas foram unânimes em afirmar ser difícil sustentar a família com o negócio da zunga.

Por exemplo, Eunice Menezes de 34 anos, mãe de dois filhos, disse estar a fazer a 11ª classe em Ciências Humanas na escola do II Ciclo da 4ª Divisão, na cidade do Cuito. E para não ficar parada procura fazer negócio de roupas de fardo comprando balões no Huambo para vender nas imediações do hospital municipal do Cuito.

A comerciante disse que exerce esta actividade desde 2005 para sustentar os filhos, irmãos e sobrinhos que também estudam.

Verónica Vihemba, outra mulher de 38 anos, mãe de 8 filhos, é vendedora de biscoitos e sumos. Explicou que parou de vender carne seca natural por falta de dinheiro. "Agora estou a zungar bolachas e sumos só para sustentar os filhos", declarou.

Em relação às mulheres que gerem estabelecimentos comerciais alimentares e de materiais de construção, o número também é elevado em várias artérias da cidade do Cuito.

Paula Soares, gerente e balconista de um estabelecimento comercial de médio porte, há 14 anos, no Cuito, disse que consegue sustentar a sua família com esta ocupação porque sempre gostou de fazer negócio.

Disse que tem rendimento suficiente para suportar as despesas dos filhos na escola e na alimentação, alegando que a zunga está ligada à escassez de emprego.

## 9.6 Casos de violência doméstica reduzem

*Jornal de Angola*

*22 De Março de 2020*

Oitenta e quatro casos de violência doméstica foram notificados, de Janeiro a Fevereiro deste ano, contra 174 diagnosticados no período homólogo de 2019, nos 11 municípios da província do Huambo.

Os dados foram avançados na quinta-feira pelo director em exercício do Gabinete da Acção Social, Família e Igualdade de Género da província do Huambo, Albino Fonseca Lumingo, à margem da palestra sobre “Relação pais e filhos num mundo globalizado”, enquadrados nas comemorações do dia do Pai, celebrado a 19 de Março.

Acrescentou que os casos de violência doméstica registados nos dois últimos meses estão relacionados com a fuga à paternidade, abandono familiar, agressão física e moral, assim como a falta de prestação de alimentos aos menores devido ao incumprimento dos pais.

Desta cifra, Albino Fonseca Lumingo explicou que 50 por cento dos casos da violência doméstica diagnosticados prendem-se com o abandono familiar em consequência da paternidade irresponsável.

Justificou que esta redução de casos deve-se aos trabalhos de sensibilização contra a violência doméstica nas comunidades e a divulgação constante da legislação angolana para melhorar a visão da cultura jurídica.

## 9.7 Cidadão foi esfaqueado e por pouco perdia a vida

*Jornal de Angola*

*7 De Março de 2020*

*Texto: André da Costa*

O jovem Joelsom Afonso, 18 anos, que no dia 23 de Fevereiro foi esfaqueado em várias partes do corpo por integrantes de grupo de marginais auto denominado “Os da Légua”, na rua do Baião, Distrito Urbano do Sambizanga, recebeu alta médica e decidiu abandonar o bairro.

Manuel Afonso, tio do Jovem, disse ao Jornal de Angola que o sobrinho foi atacado com vários golpes de arma branca, pedras e pico de assar carne na altura em que se encontrava sentado na rua, tendo horas depois surgido os meliantes, do grupo.

Diante do perigo, conta o tio, Joelsom correu até à casa de um vizinho e escondeu-se debaixo da cama. Infelizmente foi perseguido e puxaram-no de onde se encontrava e começaram a espancá-lo até que o deixaram em estado de saúde grave.

O tio explicou que foram os familiares que o levaram ao Hospital do Prenda, onde ficou internado, depois ter sido submetido a várias intervenções cirúrgicas na região do abdómen e nos pulmões, devido a perfuração com objectos cortantes. Apesar dos ferimentos graves, conta Manuel Afonso, o sobrinho teve alta médica na sexta-feira, dia 6, e só irá regressar ao hospital, para ser reanalisado, dentro de 20 dias.

Devido ao elevado número de assaltos, os familiares decidiram levá-lo para um outro bairro, algures em Luanda, onde o índice de delinquência é menor.

No bairro do Sambizanga, a comunidade vive um sentimento de terror. Os moradores circulam com desconfiança devido aos inúmeros assaltos que sofrem, mesmo à luz do dia, por parte dos meliantes, na sua maioria jovens e adolescentes, munidos de catanas, paus, pedras, facas e até machados. Na área do Santo Rosa, rua 12 de Julho, na Zona da Lixeira, no Sambizanga, a situação é ainda pior, disseram alguns moradores que, contactados pelo Jornal de Angola manifestaram-se agastados com a onda de violência e apelaram à intervenção da Polícia, para se evitar que aconteça o pior.

### Grupos identificados

A maior parte dos grupos de marginais, com “Os da Légua”, “Garotinhos”, “Turma F”, “Os Loucura”, “Os Mau falado”, “Os Mana Bela” actuam na zona da Frescura, Candeeiros, na Casa Branca e na Lixeira, conforme relatos de moradores.

Antónia Mariano, 50 anos, mãe de cinco filhos, residente no bairro do Santo Rosa, afirmou que os adolescentes andam com catanas e facas para roubarem pessoas inocentes.

Isaura Pedro, 49 anos, disse que aos poucos o bairro do Sambizanga está-se a transformar em local muito perigoso e condena o comportamento destes jovens que enveredam por este caminho.

“Há dias, por volta das 17 horas, na rua do Santo Rosa, dois jovens pertencentes a um grupo de criminoso assaltaram, com recurso a arma branca, as mamãs cristãs que altura vinha da igreja. Os marginais levaram os seus pertences e documentos pessoais”, lamentou Isaura Pedro.

Maurício João, 45 anos, morador no bairro explicou que no dia 21 de Fevereiro, por volta das 20 horas, o grupo “Os da Légua” assassinou um jovem na zona do bairro Braz, depois de um desentendimento intergrupos.

Simão Manuel disse que na rua do Baião existe uma esquadra móvel, mas os marginais parecem ter perdido o medo.

O segundo comandante-geral da Polícia Nacional, comissário-chefe António Pedro Kandela exortou as populações no sentido de observarem às regras de convivência social e de obediência às lei estabelecidas no país.

Pedro Kandela instou os cidadãos a participarem em todas as acções cívicas e de cidadania, denunciando indivíduos que praticam acções contrárias à lei ou atentem contra a segurança das pessoas e seus bens,



no sentido de auxiliarem a Polícia na segurança e ordem públicas.

## 9.8 Polícia e moradores unidos no combate à criminalidade

*Jornal de Angola*

16 De Março de 2020

Text: Manuel Albano

O medo e a intranquilidade têm tirado o sono aos moradores dos bairros Mundimba B e Muxima Umoxi, localidades do Distrito Urbano do Zango Zero, município de Viana, em Luanda, principalmente às noites, devido à criminalidade.

De acordo com relatos de moradores, nos últimos três anos, as zonas que eram tranquilas, transformaram-se em verdadeiros palcos de criminosos que instalam o terror, assaltam casas e pessoas, onde o socorro tarda a chegar, levando a que muitos abandonem as residências.

Os dois bairros estão localizados entre o condomínio Vila Pacífica, Zona Económica Especial (ZEE), a 47ª Esquadra da Polícia Nacional e a via principal que liga Viana a Calumbo.

A moradora Emília Correia disse que nos últimos tempos a zona registou um grande crescimento populacional, que não foi acompanhado do aumento e melhoria dos serviços de saúde, educação, lazer, fornecimento de energia eléctrica, água e saneamento básico.

Emília Correia, funcionária pública, aponta como causa do aumento da criminalidade o desemprego, a falta de serviços sociais básicos e de espaços de lazer para a juventude, iluminação pública, muitas casas inacabadas, bcos quase inacessíveis, consumo excessivo de bebidas alcoólicas e prostituição.

Segundo a moradora, na semana passada, o seu filho foi vítima de assalto, quando saía da escola. Os marginais, num total de cinco, espancaram o jovem de 18 anos, que só não perdeu a vida graças a pronta intervenção de uma vizinha que saiu em sua defesa.

A residir há um ano no bairro, Margarida Sambule, 57 anos, diz ter já sido vítima de assalto à mão armada, quando saía de casa para o serviço. Conta que eram 5h45, quando foi interpelada por dois jovens, próximo de uma obra abandonada.

Augusto Kufundala e a família foram surpreendidos dentro de casa por três marginais, em três ocasiões diferentes. Na última, ocorrida em Novembro de 2019, os marginais receberam os telefones, exigiram

valores monetários e levaram a viatura, que foi recuperada pelo Serviço de Investigação Criminal.

Polícia distribui cartilhas

Num encontro de auscultação e sensibilização promovido, sábado, pela Polícia Nacional, os moradores dos bairros Mundimba B e Muxima Umoxi disseram que as tentativas de assalto a residências têm sido uma constante, por isso clamam por uma esquadra móvel, para diminuir a criminalidade naquelas localidades. A comandante da Esquadra do Zango Zero, inspectora-chefe Isménia Francisco, disse, ao *Jornal de Angola*, que a corporação está a distribuir cartilhas sobre os procedimentos a seguir para ajudar no combate à delinquência no bairro. “Estamos a orientar a população sobre os mecanismos a utilizar em caso de assalto”, advertiu.

Neste encontro, a oficial reconheceu ser necessário o reforço do patrulhamento, principalmente nas zonas mais críticas dos bairros.

## 9.9 Cidadãos preocupados com índice de assaltos no viaduto

*Jornal de Angola*

18 De Março de 2020

Augusto Panzo

Cidadãos que frequentam a zona do Viaduto de Cacucaco, na intersecção entre as vias Cacucaco/Cabolombo e Kifangondo/Luanda, estão preocupados com o elevado índice de assaltos que se verifica na referida área, vulgarmente conhecida como zona da “Ponte de betão”.

Moradores que habitam nas cercanias dizem que a situação é mais dramática ao cair da tarde, altura em que os meliantes aproveitam-se das enchentes nas paragens para fazer desmandos. Os cidadãos apontam o fraco patrulhamento e a falta de iluminação pública nas estradas como os principais factores para a delinquência, pelo que solicitam a quem de direito, a tomada de medidas que reponham a tranquilidade.

Damião Neto, morador da zona, que trabalha no Km 30, em Viana, disse ao *Jornal de Angola* já ter sido assaltado no período da manhã, quando se dirigia à paragem de táxi.

Revelou que sai de casa às 05h30 para apanhar os primeiros táxis, estando, por isso, vulnerável. “Isso tem os seus riscos, porque a essa hora os meliantes estão na rua. E foi numa dessas alturas que

fui interpelado. Mas é um risco que tenho de correr, porque se não acabo por perder o emprego”, enfatizou.

A onda de criminalidade não atinge apenas cidadãos. Até taxistas são vítimas de vandalismo protagonizado pelos bandidos que, muitas vezes, se fazem passar por viajantes.

Em função da reclamação da população, o JA deslocou-se ao posto policial da Baixa Vidrul, onde pôde ouvir Armando Costa, um dos oficiais da referida unidade. “De facto, a Polícia Nacional tem-se mobilizado no sentido de controlar a situação delituosa nesta zona, mas o processo é difícil, devido à falta de iluminação pública nas estradas, durante a noite. Isso impossibilita que haja o controlo e limita a nossa forma de trabalhar”, afirmou.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Descarga da albufeira inunda bairros de Massangano

*Jornal de Angola*

*3 De Março de 2020*

*Texto: André Brandão*

Mais de mil famílias de oito bairros da comuna de Massangano, município de Cambambe, província do Cuanza-Norte, que vivem em zonas ribeirinhas do rio Kwanza, encontram-se isoladas há cerca de duas semanas, devido à inundação causada pela descarga da albufeira da barragem de Cambambe.

O governador provincial do Cuanza-Norte, Adriano Mendes de Carvalho, deslocou-se ao local de chata, onde permaneceu cerca de duas horas, e constatou que a população está sem assistência médica, debate-se com a escassez de alimentos e sem alternativas para se locomover desta região.

A reportagem do Jornal de Angola apurou que falta quase tudo na circunscric o, e os principais serviços, como a Saúde, Educa o e Transportes estão paralisados. As popula es, por exemplo, não têm como se deslocar para as áreas mais seguras, ou em busca de bens essenciais como alimentos e água por falta de meios de locomo o.

A descarga da barragem de Cambambe inundou, também, o principal mercado da cidade do Dondo, devido ao transbordo das águas do rio Kwanza, resultante da abertura das comportas da barragem para reduzir a pressão e o volume de água na albufeira.

Maria Raimundo, mãe de sete filhos, moradora do bairro Cambondo, disse ao Jornal de Angola que está a passar por momentos dificeis, pois a família não tem o que comer, porque a sua lavra, a única fonte de sustento até então, foi devastada pelas correntezas das  guas.

Maria Raimundo, que se encontra em estado de gravidez, está preocupada com a saúde de alguns anciãos na região por estarem remetidos a lugares húmidos sem quaisquer cuidados médicos. Algumas crianças no bairro Cambondo queixam constantemente de dores de barriga e febres, mas não são evacuadas para a sede do município porque as chatas que fazem serviço de táxi reduziram a frequência na localidade devido às condi es críticas em que o rio Kwanza apresenta.

Manifestamente aflita, Maria Raimundo revelou que o bairro Cambondo   habitado, aproximadamente, por 200 famílias, e não sabe de concreto sobre a situa o dos moradores do lado oposto do rio.

O habitante do bairro Cassequel, Miguel Cangonga, disse que na sua localidade vivem cerca de 800 pessoas, onde as enchentes começaram nos primeiros dias do mês de Fevereiro. “Devastou toda a produ o de mandioca e banana que serviria para a subsistência da própria popula o, que agora está dependente unicamente da pesca”, lamentou.

Algumas popula es em áreas muito críticas insistem na permanência nestes locais, por alegadamente não terem outro lugar para se instalarem com segurança.

#### Estragos no Dondo

No Dondo, o principal mercado informal foi afectado e, conseqentemente, cerca de 1.500 vendedores desalojados dos seus recintos. Os armazéns ficaram submersos e muitos bens perecíveis acabaram por se estragar.

O administrador municipal de Cambambe, Adão Malungo, informou que a Prodel e órgãos da administra o local comunicaram atempadamente às popula es que vivem em áreas ribeirinhas do rio Kwanza, de que em Dezembro último as comportas seriam abertas para libertar uma enorme quantidade de água da albufeira.

“Antes da descarga da albufeira, a Administra o Municipal alertou todas as famílias que vivem nestes locais para que mudassem para áreas mais seguras, onde poderiam, inclusive, cultivar sem constrangimentos”, disse Adão Malungo, acrescentando que o seu elenco está a angariar bens alimentares, roupa usadas e medicamentos para acudir a popula o afectada.

“O processo de descarga da albufeira da barragem de Cambambe”, avançou, “será contínuo, pois está previsto mais evacua o de água nos próximos dias”.

Construída no médio Kwanza, a barragem de Cambambe está situada no município com o mesmo nome, e entrou em actividade comercial em 1963, em 2009 foi modernizada, cuja finalidade   aumentar a potência energética de 180 para 960 megawatts, tornando o local no segundo maior centro produtor de electricidade do país, depois de La ca, que produz mil e 670 megawatts.

## 10.2 Descarga da albufeira inunda bairros de Massangano

*Jornal de Angola*

*3 De Março de 2020*

*Texto: André Brandão*

Mais de mil famílias de oito bairros da comuna de Massangano, município de Cambambe, província do Cuanza-Norte, que vivem em zonas ribeirinhas do rio Kwanza, encontram-se isoladas há cerca de duas semanas, devido à inundação causada pela descarga da albufeira da barragem de Cambambe.

O governador provincial do Cuanza-Norte, Adriano Mendes de Carvalho, deslocou-se ao local de chata, onde permaneceu cerca de duas horas, e constatou que a população está sem assistência médica, debate-se com a escassez de alimentos e sem alternativas para se locomover desta região.

A reportagem do Jornal de Angola apurou que falta quase tudo na circunscric o, e os principais serviços, como a Saúde, Educa o e Transportes estão paralisados. As popula es, por exemplo, não têm como se deslocar para as áreas mais seguras, ou em busca de bens essenciais como alimentos e água por falta de meios de locomoção.

A descarga da barragem de Cambambe inundou, também, o principal mercado da cidade do Dondo, devido ao transbordo das águas do rio Kwanza, resultante da abertura das comportas da barragem para reduzir a pressão e o volume de água na albufeira.

Maria Raimundo, mãe de sete filhos, moradora do bairro Cambondo, disse ao Jornal de Angola que está a passar por momentos difceis, pois a família não tem o que comer, porque a sua lavra, a única fonte de sustento até então, foi devastada pelas correntezas das  guas.

Maria Raimundo, que se encontra em estado de gravidez, está preocupada com a saúde de alguns anciãos na região por estarem remetidos a lugares húmidos sem quaisquer cuidados médicos. Algumas crianças no bairro Cambondo queixam constantemente de dores de barriga e febres, mas não são evacuadas para a sede do município porque as chatas que fazem serviço de táxi reduziram a frequência na localidade devido às condi es críticas em que o rio Kwanza apresenta.

Manifestamente aflita, Maria Raimundo revelou que o bairro Cambondo   habitado, aproximadamente, por 200 famílias, e não sabe de concreto sobre a situa o dos moradores do lado oposto do rio.

O habitante do bairro Cassequel, Miguel Cangonga, disse que na sua localidade vivem cerca de 800 pessoas, onde as enchentes começaram nos primeiros dias do mês de Fevereiro. “Devastou toda a produ o de mandioca e banana que serviria para a subsistência da própria popula o, que agora está dependente unicamente da pesca”, lamentou.

Algumas popula es em áreas muito críticas insistem na permanência nestes locais, por alegadamente não terem outro lugar para se instalarem com segurança.

### Estragos no Dondo

No Dondo, o principal mercado informal foi afectado e, conseqentemente, cerca de 1.500 vendedores desalojados dos seus recintos. Os armazéns ficaram submersos e muitos bens perecíveis acabaram por se estragar.

O administrador municipal de Cambambe, Adão Malungo, informou que a Prodel e órgãos da administra o local comunicaram atempadamente às popula es que vivem em áreas ribeirinhas do rio Kwanza, de que em Dezembro último as comportas seriam abertas para libertar uma enorme quantidade de água da albufeira.

“Antes da descarga da albufeira, a Administra o Municipal alertou todas as famílias que vivem nestes locais para que mudassem para áreas mais seguras, onde poderiam, inclusive, cultivar sem constrangimentos”, disse Adão Malungo, acrescentando que o seu elenco está a angariar bens alimentares, roupa usadas e medicamentos para acudir a popula o afectada.

“O processo de descarga da albufeira da barragem de Cambambe”, avançou, “será contínuo, pois está previsto mais evacua o de água nos próximos dias”.

Construída no médio Kwanza, a barragem de Cambambe está situada no município com o mesmo nome, e entrou em actividade comercial em 1963, em 2009 foi modernizada, cuja finalidade   aumentar a potência energética de 180 para 960 megawatts, tornando o local no segundo maior centro produtor de electricidade do país, depois de La ca, que produz mil e 670 megawatts.

### 10.3 Quando Cubango quer repovoar espécies florestais para assegurar projecto KAZA

*Jornal Economia e Finanças*

*6 De Março de 2020*

*Texto: Nicolau Vasco*

O governo da província do Cuando Cubango defende a necessidade de se repensar o processo de repovoamento das espécies florestais que têm sido exploradas de forma intensiva, o que pode pôr em causa o projecto transfronteiriço Okavango-Zambeze (KAZA).

Segundo o governador Júlio Bessa que falava durante um encontro que manteve com o secretário de Estado para os Recursos Florestais, André de Jesus Moda, na passada segunda-feira, uma boa parte das espécies a nível local estão a ser devastadas e devem ser repovoadas a curto prazo, tendo em conta que são bastante diferentes de eucaliptos e pinheiros que se desenvolvem facilmente.

“Devemos nos limitar ao máximo e não esforçar a exploração da madeira a nível da província, devido aos parques nacionais do Luengue-Luianae de Mavinga, para não colocarmos em risco a extensão de varias espécies de animais” disse.

Júlio Bessa referiu ainda que outra questão é o facto da exploração da madeira que está a causar danos profundos nas estruturas rodoviárias e pontes, sendo este último que a maioria é de construção metálica e não suporta carga bruta conforme a circulação de camiões carregados de madeira.

Para ele, a metodologia de atribuição de licenças deve ser alterada com base na celebração de contratos de exploração de madeira, onde sejam definidas áreas de exploração, por forma a se evitar a dispersão de madeira cortada em qualquer parte da província que é bastante complicada para se manter o real controlo deste recurso florestal por parte dos fiscais.

Reafirmou que o processo de exploração deve obedecer algumas regras regidas com base na lei, apesar de que ainda existem dificuldades de a mesma ser implementada a nível de todas as províncias e em particular no Cuando Cubango por ser bastante dispersa.

Destacou que o governador do Cuando Cubango, propõem que futuros contratos de exploração devem ser atribuídos por Um concurso público, à semelhança que acontece na indústria petrolífera e que 60 por cento da madeira cortada seja transformada localmente para desenvolver a

economia da província, garantir empregos e maximizar o fabrico de mobiliários entre outros serviços.

Reforçar procedimentos

Por sua vez, o secretário de Estado para os Recursos Florestais disse que o sector vai reforçar os procedimentos práticos, por forma a mitigar o corte desenfreado e ilegal de madeira a nível do país.

André de Jesus Moda revelou que esta medida que está neste momento em estudo visa encontrar soluções para a reorganização do processo de exploração de recursos florestais no país.

Realçou que a forma persistente que está a se registar na exploração ilegal da madeira urge a necessidade de se rever as normas de licença, e o controlo e rigor no seu aproveitamento para a arrecadação de mais receitas para os cofres do Estado, com base em instrumentos jurídicos

### 10.4 Madeiras suspensas por desrespeito às autoridades

*Jornal de Angola*

*6 de Março, 2020*

*Texto: Lourenço Bule*

Três empresas madeiras do Cuito Cuanavale, Cuando Cubango, foram obrigadas a paralisar as actividades por tempo indeterminado, por desrespeito às autoridades municipais, anunciou, em Menongue, o secretário de Estado para os Recursos Florestais, André Moda.

O responsável, que falava à imprensa no final de um encontro com o governador do Cuando Cubango, Júlio Bessa, na quarta-feira, explicou que os responsáveis das empresas não responderam as chamadas do administrador municipal do Cuito Cuanavale para aferir a legalidade das operações em que as companhias estavam envolvidas.

André Moda, que não identificou as empresas, adiantou que voltam a operar caso provem, por documentos, estarem devidamente autorizadas a explorar madeira no município do Cuito Cuanavale. “Os responsáveis destas empresas devem dirigir-se à Administração Municipal do Cuito Cuanavale e apresentarem o documento de registo de entrada e saída de madeira, bem como explicarem por que é que não se apresentaram às autoridades municipais antes de exercerem as suas actividades”, disse.

Sublinhou que os empresários devem trabalhar com espírito de cidadania, protegendo o espaço, os

recursos e, sobretudo, participar na vida das populações das localidades em que desenvolvem as actividades. “É com base no trabalho, respeito à lei e normas vigentes no país que podemos conhecer os êxitos almejados, para que todos os intervenientes no processo de exploração florestal possam beneficiar dos referidos recursos”, acrescentou.

#### Reorganização do sector

O Grupo Técnico do Ministério da Agricultura e Florestas e a Comissão Multisectorial de Avaliação e Acompanhamento, Fiscalização e Exploração de Madeira, Flora, Fauna e Recursos Hídricos da Província do Cuando Cubango analisaram as propostas de um memorando para a reorganização da exploração da madeira na região.

Durante um encontro liderado pelo secretário de Estado para os Recursos Florestais e pelo director provincial da Agricultura e Pescas do Cuando Cubango, António Vicente, foi decidido definir as áreas de exploração ao longo da área em que é implementado o projecto transfronteiriço Okavango-Zambeze (KAZA) e medidas de contingência sobre a espécie *Mussivi*.

Ficou também decidida a recuperação e aproveitamento da madeira não declarada explorada nos anos florestais de 2016, 2017 e 2018, com as receitas a reverterem a favor do orçamento do Cuando Cubango.

### 10.5 Vítimas de enxurradas recebem chapas de zinco

*Jornal de Angola*

10 De Março de 2020

Texto: Isidoro Samutula

A Administração Municipal do Chitato entregou chapas de zinco e outros materiais de construção a 71 famílias na comunidade do Muapulo, que perderam as casas devido às fortes chuvas que assolaram a região no mês passado.

O administrador municipal do Chitato, Gastão Cahata, disse que o gesto representa um acto de solidariedade para com as famílias sinistradas que após perderem as casas viviam numa situação de total insegurança, o que constitui um perigo para a vida humana.

“Estamos a cumprir com a promessa de apoiarmos as famílias que foram afectadas pelas consequências das chuvas. Quando visitamos a localidade, na altura das enxurradas, muitas casas tinham sido arrastadas e

dezenas de famílias estavam a viver ao relento, pelo que tivemos de reunir recursos para apoiá-las”, disse Gastão Cahata.

O Soba adjunto do bairro Muapulo, Henrique Muandumba, regozijou-se com o gesto da Administração do Chitato, frisando que a população afectada vai poder reerguer as casas em pouco tempo, por ter à disposição os principais materiais de construção.

Henrique Muandumba disse que apresentou várias preocupações da população à Administração do Chitato, como a falta de água, escola e posto de saúde na localidade. “Os habitantes locais têm de percorrer larga distância para ter acesso à assistência médica e buscar água potável”, apontou um dos casos que inquieta a população.

### 10.6 Seca leva à desistência escolar de quase nove mil crianças

*Jornal de Angola*

11 De Março de 2020

Texto: Arão Martins

Oito mil e 968 alunos do ensino primário e secundário do I Ciclo abandonaram, progressivamente, as escolas durante o segundo semestres do ano lectivo 2019, por causa da seca que afectou os municípios dos Gambos e Chibia, na província da Huíla.

A informação foi prestada ontem pelo administrador municipal dos Gambos, Elias Sova, quando apresentava o relatório sobre a situação socioeconómica dos Gambos, Humpata e Chibia, na 1ª Reunião Ordinária do Governo Provincial da Huíla-2020, decorrida na sede comunal do Chiange, a 150 quilómetros da cidade do Lubango.

Elias Sova disse que entre as referidas crianças, sete mil e 908 são do município dos Gambos e 1.060 da Chibia.

“A seca assolou, sobremaneira, estes dois municípios, e mesmo com a implementação do Programa de Merenda Escolar nestas regiões, que beneficiou 3.796 alunos, o abandono escolar foi elevado”, informou, Elias Sova.

O responsável fez saber, por outro lado, que o Governo Provincial, a Comissão Provincial da Seca, partidos políticos e algumas entidades da sociedade civil apoiaram várias famílias de ex-militares afectadas pela seca nos três municípios, concretamente 12 mil e

373 nos Gambos, cinco mil e 363 na Humpata e 16 mil na Chibia.

No âmbito do Programa de Emergência, informou o responsável, os aludidos municípios foram contemplados com 137 moto-cisternas para o abastecimento de água potável às populações carentes

#### Registo das crianças

No município da Humpata, segundo Elias Sova, foram realizado dois mil e 169 registos de nascimento e emitidos seis mil e 629 Bilhetes de Identidade. A Chibia emitiu três mil e 172 Cópias Integrais, 134 Acentos de Nascimento e dois mil e 782 Bilhetes de Identidade.

Nos Gambos foram realizados oito mil e 533 registos de nascimento e emitidos 363 Bilhetes de Identidade, no âmbito “Campanha B.I da Dipanda”.

A 1ª Reunião Ordinária do Governo Provincial da Huíla, orientada pelo governador Luís Nunes, analisou e aprovou o balanço das actividades desenvolvidas em 2019 e abordou ainda o plano de trabalhos para este ano e o relatório de combate à pobreza de 2019.

O evento analisou também os projectos turísticos da Huíla, Programa Integrado de Intervenção Municipal (PIIM) e as actividades da empresa de Águas e Saneamento da província de 2019/2020.

## 10.7 Madeira proibida

*Jornal de Angola*

*12 De março de 2020*

*Texto: Daniel Benjamim*

À parte as culturas alimentares, o Moxico tem uma grande estrela que pouco contribui para o país: a madeira Musivi (também conhecida como madeirrosa). A exploração destes recursos assumiu proporções alarmantes para o meio-ambiente, denunciada por diversas organizações da sociedade civil (com a Igreja Católica, especialmente o bispo do Lwena, D.Tirso Blanco, à cabeça), mas a drenagem parece ter sido estancada.

"Várias empresas de construção civil mudaram-se para o Moxico para trabalharem naquele sector. Mas depois, com o tempo e com a falta de obras, devido à crise económica, viraram exploradores de madeira. Às tantas, todo o mundo sabia fazer, podia fazer; foi uma coisa complicada, que, pela extensão e pelo número de recursos humanos que o Moxico tem, era impossível fiscalizar. Os anos foram passando e fomos adequando algumas medidas, até que surgiu a

proibição de corte do Musivi", referiu António da Silva.

Depois de várias medidas, a fiscalização passou a pente fino quem é empresário madeireiro e quem não é: quem não tinha licença ou adquiriu a autorização a outra entidade foi proibido de continuar a trabalhar.

"Neste momento, a exploração está reduzida a seis empresas. Acredito que, em 2020, poderão aparecer quatro ou cinco empresas, quando, naquela altura, eram mais de 100 a cortar madeira. E não faziam repovoamento. Em 2019, também não foram emitidas licenças de exploração. A licença é anual. Se aparecer alguém a denunciar alguma actividade anormal, devemos tomar aquilo como uma verdade e ir lá averiguar", assegurou o responsável da Agricultura e Pescas no Moxico.

Com a proibição de corte da espécie Musivi, a direcção provincial acredita que a exploração comercial daquele produto é quase inviável.

"Com a proibição, vão levar o produto para onde? Os empresários vão gastar recursos e pagar a trabalhadores para depois só terem prejuízos", perguntou António da Silva.

## 10.8 Chuvas destroem mais de quarenta campos de cultivo

*Jornal de Angola*

*15 De Março de 2020*

Quarenta e quatro campos agrícolas dos municípios do Cuanhama, Namacunde e Ombadja, província do Cunene, ficaram destruídos em Fevereiro ultimo, em consequência das inundações provocadas pelas chuvas ocorridas na região.

A informação foi prestada sexta-feira à imprensa, em Ondjiva, pelo comandante do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Paulo Calunga, tendo referido que as inundações surgem devido ao transbordo das águas do rio Cunene e dos intermitentes Caculuvar, Chivemba e Mui.

As culturas nas margens dos rios e vales foram arrastadas pela corrente das águas das chuvas, com prejuízos ainda por avaliar, indicou Paulo Calunga, adiantando que está ser feito um levantamento da área e danos causados.

Por seu turno, a chefe do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) no Cunene, Anita Esperança, apontou que as inundações causaram prejuízos à produção do massango, massambala, tomate, cebola e couve.

A campanha agrícola 2019-2020 envolve uma área de 250 mil hectares de terra aráveis para 120 mil famílias camponesas, estando disponíveis contribuições do Estado de 130 toneladas de sementes, cinco mil charruas, 1.500 catanas, 900 enxadas europeias, 600 limas e 250 machados.

## 10.9 Chuvas destroem mais de quarenta campos de cultivo

*Jornal de Angola*

*15 De Março de 2020*

Quarenta e quatro campos agrícolas dos municípios do Cuanhama, Namacunde e Ombadja, província do Cunene, ficaram destruídos em Fevereiro último, em consequência das inundações provocadas pelas chuvas ocorridas na região.

A informação foi prestada sexta-feira à imprensa, em Ondjiva, pelo comandante do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Paulo Calunga, tendo referido que as inundações surgem devido ao transbordo das águas do rio Cunene e dos intermitentes Caculuar, Chivemba e Mui.

As culturas nas margens dos rios e vales foram arrastadas pela corrente das águas das chuvas, com prejuízos ainda por avaliar, indicou Paulo Calunga, adiantando que está ser feito um levantamento da área e danos causados.

Por seu turno, a chefe do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) no Cunene, Anita Esperança, apontou que as inundações causaram prejuízos à produção do massango, massambala, tomate, cebola e couve.

A campanha agrícola 2019-2020 envolve uma área de 250 mil hectares de terra aráveis para 120 mil famílias camponesas, estando disponíveis contribuições do Estado de 130 toneladas de sementes, cinco mil charruas, 1.500 catanas, 900 enxadas europeias, 600 limas e 250 machados.

## 10.10 Cheias em Calumbo provocam prejuízos avaliados em mais de trezentos milhões

*Texto: Joaquim Neto*

*Jornal de Angola*

*21 De Março de 2020*

Três mil famílias camponesas da Comuna de Calumbo, município de Viana, província de Luanda, sofreram prejuízos avaliados em mais de 300 milhões

de kwanzas, em consequência das cheias provocadas pelo aumento dos níveis do caudal das águas do maior Rio de Angola, a partir da barragem hidroeléctrica de Cambambe, na província do Cuanza-Norte.

Uma equipa do Jornal de Angola, que percorreu a montante e a jusante do leito do rio Kwanza, acompanhada pelo Administrador Comunal para a área técnica e infra-estruturas, Gilberto Vicente, constatou a inundação de, pelo menos, trezentos pomares de laranjeiras, limoeiros, goiabeiras, bananeiras, papaias e abacaxis, numa extensão de dois mil e quinhentos hectares.

A fúria das águas do rio Kwanza irrompeu lavras adentro, penetrando em mais de três quilómetros de extensão de áreas cultivadas e semeadas, tendo provocado a submersão de mais de cinco mil toneladas de mandioca, batata-doce e hortícolas diversas, deixando as três mil famílias em situação de penúria alimentar.

Operações de busca e salvamento de pessoas e bens estão a ser empreendidas pelas autoridades administrativas comunais por, segundo o vice-administrador, existirem camponeses e agricultores que se recusam a abandonar as suas propriedades, por não terem onde se fixar e, também, na tentativa de se protegerem dos roubos e saques do pouco que sobrou das inundações, tendo em conta que o caudal atingiu sete metros de altura.

Não tendo o que comer, os camponeses usam como alimento diário carne de jibóia defumada. De acordo com os camponeses, os répteis invadiram os terrenos buscando ratazanas e pequenos roedores, para se alimentarem.

As operações de busca e socorro, coordenadas pela Administração Comunal de Calumbo e apoiadas pela delegação local da capitania do Porto de Luanda, permitiram resgatar setenta famílias camponesas dos campos de produção de Kingolo, Kaquila, Mbanza Calumbo, Vila de Calumbo, Quinzenza e Terra Nova. Nestes locais, foram destruídas setenta casas, trinta e três palhotas e vinte casebres, enquanto que canoas, redes e armadilhas de pesca foram arrastadas.

Entre os danos causados pelas cheias, está o cemitério de Kingolo. O local, usado para a gravação das cenas do filme “Ginga Mbande, a Rainha de Angola”, ficou completamente inundado.

Desde a sede comunal de Calumbo a jusante, ficou destruída a barreira de protecção do canal de condução de água, que dá acesso aos tanques de captação e tratamento das águas do Kikuxi. A isso,



juntam-se cinco restaurantes, ao longo das margens do rio, que ficaram submersos.

O caudal das águas do rio Muxita, que nasce na comuna do Bom Jesus, Icolo e Bengo, e desagua no Kwanza, na zona do embarcadouro do Parque Nacional da Quiçama, também transbordou e as cinquenta lavras ribeirinhas em redor desapareceram, mas não se registou qualquer vítima humana.

Segundo os sinistrados, as autoridades “agiram rápido e começaram por evacuar mulheres e crianças de tenra idade. Os pescadores e agricultores ficaram no terreno, por não terem onde refugiar-se”.

Ancião de 90 anos perdeu o gado e cinco hectares de magueiras

Francisco Sebastião António, ancião de 90 anos, nasceu e sempre viveu em Kingolo, a dois metros da berma do rio, onde permanece com mais cinco trabalhadores, pastores seus.

Perdeu todo o gado e cinco hectares de magueiras e laranjeiras, bem como mandioca e batata-doce. Come carne de gibóia fresca ou defumada, se aparecer, e improvisou um pequeno acampamento onde passa as noites em cama de pau, coberta com mosquiteiro. Quando chega o dia, vai caçar ou pescar para sobreviver.

“O Estado está longe. Não pode apoiar todos, então não cruzaremos os braços. Senão morreremos de fome”, disse. Com o ancião, vivem Domingos Francisco Tomás e Tomás Chinguéia Paulo, pastores dos bois do mais-velho. Ambos, são naturais do município da Chibia, província da Huíla.

Adão Sebastião, de 62 anos, é outro agricultor sinistrado pelas inundações do médio Kwanza. Perdeu trezentos cachos de banana, mais de mil toneladas de beringela, quiabos, batata-doce, mandioca, melancia, bem como três pomares com dois mil e trezentos hectares.

Com uma extensão territorial avaliada em 210 mil quilómetros quadrados e uma população de 69 mil habitantes, a comuna de Calumbo é muito pobre, carecendo de infra-estruturas de desenvolvimento e tem na agricultura intensiva de irrigação, suportada pelas abundantes águas do Kwanza, e na actividade piscatória, as suas principais fontes de rendimento.

As autoridades estimam que as inundações vão provocar uma carência generalizada de alimentos e que os principais mercados, tais como o de Luanda Sul, Quilómetro Trinta, bem como dos Congolenses vão ressentir-se.

## 10.11 Onze pessoas morrem em acidente na vala de drenagem do Zango

*Jornal de Angola*  
23 De Março, 2020

Onze pessoas morreram e dez ficaram feridas, como resultado de um acidente de viação ocorrido na noite de sábado, com a queda de uma viatura na vala de drenagem do Zango-2, município de Viana, em Luanda, apurou ontem a Angop.

O acidente aconteceu quando uma carrinha de marca Toyota-Tundra, que circulava em alta velocidade, embateu contra um separador e se despistou para vala de drenagem.

De acordo com o porta-voz do Comando Provincial de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB), Faustino Minguês, às vítimas mortais, com idades entre os 12 e 50 anos, têm grau de parentesco.

Faustino Minguês disse que das vítimas mortais oito são crianças. Dos feridos cinco encontram-se internados numa das unidades hospitalares pública, enquanto outros cinco, com ferimentos ligeiros, já receberam alta.

De acordo com dados dos bombeiros, este ano mais de 30 pessoas morreram na vala de drenagem do Zango, vítimas de afogamentos e acidentes de viação.

Em Fevereiro, nas mesmas circunstâncias, uma viatura ligeira caiu no mesmo local, tendo feito três mortos e cinco feridos.

- I 1. EXPLORAÇÃO  
MINEIRA
- I 2. MIGRAÇÃO
- I 3. INVESTIMENTOS  
CHINES EM ANGOLA